Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana

JOSÉ ANTÔNIO MAGALHÃES MARINHO

As lutas camponesas e o cercamento do médio rio Xingu (PA): a construção da
hidrelétrica Belo Monte

Versão Corrigida

São Paulo
2019

JOSÉ ANTÔNIO MAGLHÃES MARINHO

As lutas camponesas e o cercamento do médio rio Xingu (PA): a construção da
hidrelétrica Belo Monte

Versão corrigida

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira

São Paulo
2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

M3371 Marinho, José Antônio Magalhães
As lutas camponesas e o cercamento do médio rio
Xingu (PA): a construção da hidrelétrica Belo Monte /
José Antônio Magalhães Marinho ; orientador Ariovaldo
Umbelino de Oliveira. - São Paulo, 2019.
286 f.

Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Geografia. Área de concentração:
Geografia Humana.

1. Camponeses. 2. Lutas camponesas. 3.
Hidrelétrica Belo Monte. 4. Cercamento do médio rio
Xingu (PA). I. Oliveira, Ariovaldo Umbelino de ,
orient. II. Título.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): JOSÉ ANTÔNIO MAGALHÃES MARINHO

Data da defesa: 21/10/2019

Nome do Prof. (a) orientador (a): ARIIVALDO UMBELINO DE OLIVEIRA

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 14/12/2019

(Assinatura do (a) orientador (a))

MARINHO, José Antônio Magalhães. **As lutas camponesas e o cercamento do médio rio Xingu (PA): a construção da hidrelétrica Belo Monte**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2019.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

À meus pais, José Manuel da Cruz Marinho e Jurema Magalhaes Marinho, por todo esforço que tornou possível esse momento especial em minha formação.

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas foram importantes para que esse trabalho se tornasse possível.

Assim, gostaria de agradecer inicialmente aos camponeses e indígenas do médio rio Xingu, que apesar de todas as dificuldades e agruras pelas quais vinham passado, mostraram-se sempre muito acolhedores.

De igual forma, agradeço ao Professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, intelectual que iluminou a realização desse trabalho, mesclando rigor, liberdade e simplicidade em suas orientações.

Às professoras Marta Inez Medeiros Marque e Valéria de Marcos, do PPGH da USP, cujas contribuições no exame de qualificação foram imprescindíveis no decurso da investigação.

À professora Rita de Cássia Ariza da Cruz, do PPGH da USP, e ao Professor José Heder Benatti, do PPGD da UFPA, docentes que em seus componentes curriculares, também possibilitaram-me subsídios para avançar nesse estudo.

Sou também muito grato aos sujeitos que me ajudaram na realização do trabalho de campo, particularmente a seu Leonardo Batista (seu Arenô), Leonel e Cléo, indígenas e camponeses que me conduziram e guiaram pelos beiradões e ilhas do Xingu.

Aos meus ex-aluno(a)s da Faculdade de Geografia da UFPA em Altamira, Flávio Holanda, Claudiane, Eunice, Bruno e Patrícia, que, de diferentes maneiras, não mediram esforços para contribuir com esta pesquisa.

Ao Professor Eder Mileno, da Faculdade de Geografia da UFPA, Campus Universitário de Altamira, que gentilmente cedeu-me informações cartográficas usadas nos mapas desse trabalho

Ao José Amadeu, à Vicka e ao Leandro, sou muito grato pela elaboração dos mapas e das traduções que demandei.

Às mulheres de luta do Movimento Xingu Vivo Para Sempre, particularmente a Elena, que me possibilitou informações preciosas sobre reuniões e sobre pessoas que foram muito importantes no transcorrer da pesquisa.

Não esqueço das informações geográficas e logísticas da Professora Rovaine Ribeiro, quando de minha primeira ida a São Paulo. Sou-lhe também muito grato.

De igual forma, agradeço ao Professor Fernando Farias, da Faculdade de Letras da UFPA, Campus Altamira, pelas informações estratégicas sobre estada às proximidades da cidade universitária da USP.

Às instituições (DPU, IBAMA, ISA, Justiça Federal em Altamira) que me permitiram acesso a documentos relativos ao tema estudado.

Ao Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (PPGH/USP), pela possibilidade de conhecer outras perspectivas da geografia.

À UFPA, particularmente ao Campus Universitário de Altamira, que me liberou para a realização desse trabalho.

À CAPES, pela concessão de bolsa de doutorado nos dois últimos anos de curso, subsídio importante para custear investigações que resultaram nesta tese (as opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste trabalho são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem a visão da CAPES).

Um agradecimento especial à Márcia (minha amada companheira) e à Sarah (minha menininha linda), parceiras cotidianas, que apesar dos afazeres desse trabalho, sempre me ajudaram e estiveram ao meu lado.

Por fim, gostaria de estender meus agradecimentos a meus pais, que sempre acreditaram no poder transformador do conhecimento, a meus irmãos, tias e avós, pessoas sem as quais não teria conseguido chegar a esse momento da formação.

É preciso descalçar as ideologias.

(Ariovaldo Umbelino de Oliveira, 2017)

RESUMO

Neste trabalho, abordam-se as lutas camponesas no cercamento do médio Xingu para a construção da hidrelétrica Belo Monte, no Pará. Parte-se da perspectiva de que a construção dessa hidrelétrica constitui um processo capitalista, espacialmente violento e contraditório, no interior do qual emergem lutas camponesas na terra e pelo território. Objetivando refletir sobre como essas lutas vinha sendo travadas na área dessa hidrelétrica, a investigação avança em duas frentes. Por um lado, aborda-se a luta de camponeses para permanecer na terra contraditoriamente obtida da empresa Norte Energia S.A, nos reassentamentos rurais (Reassentamento Rural Coletivo – RRC, Reassentamento Áreas Remanescentes - RAR) instalados no município de Vitória do Xingu. A luta nesses reassentamentos é, essencialmente, pela reprodução na terra. Mesmo sendo reconhecidamente conhecidos pela criatividade, os camponeses têm enfrentado muitas dificuldades para se especializar em suas unidades de produção-consumo. Essas dificuldades são variadas, envolvendo desde problemas de obtenção de água para consumo até a obtenção de renda. No RRC, essas dificuldades são mais sentidas, contribuindo para o expressivo abandono dos lotes. Por outro lado, investiga-se a luta de camponeses ao lado de famílias indígenas, que depois de expulsos das ilhas e margens do Xingu, buscam reconquistar frações do território capitalista cercado pelo hidronegócio nos municípios de Vitória do Xingu, Altamira e Brasil Novo. Esta luta pelo território decorre da deterioração das condições de vida desses grupos sociais e do forte pertencimento territorial que têm em relação ao espaço ribeirinho. Trata-se de uma luta que já lançou contradições na política compensatória da Norte Energia S.A, possibilitando o retorno de uma parte dos camponeses e indígenas ao reservatório da UHE Belo Monte, mas ainda para uma espécie de “espaço prisão”, onde praticamente não têm terra, nem liberdade para produzir. Por isso, essa luta continua visando a conquista do que chamam de territórios ribeirinhos. Em face dessas constatações, verifica-se que as condições para que os camponeses retomem suas formas de reprodução i-material no espaço cercado pelo hidronegócio no rio Xingu, dependem muito mais das lutas camponesas do que da política compensatória da empresa.

Palavras-chave: Camponeses; Lutas Camponesas; Hidrelétrica Belo Monte; Cercamento do médio Xingu (PA);

ABSTRACT

In this work, are discussed the peasant struggles in the enclosure of the middle Xingu, for the construction of the Belo Monte hydropower plant, in Pará. It starts from the perspective of that the construction of this hydroelectric constitutes a capitalist process, violent and space contradictory, in the interior of which fights emerge peasants in the land and for the territory. Objectifying to reflect on as these struggles they come being fought in the area of this hydroelectric, the inquiry advances in two fronts. On the other hand, it is approached fight of peasants to remain in the land contradictorily gotten of the company Norte Energia S.A, in rural resettlement (Collective Rural Resettlement – RRC, Resettlement of Remnant Areas - RAR) installed in the municipality of Vitória do Xingu. The fight in these resettlements is essentially, for the reproduction in the land. Exactly being admittedly known for the creativity, the peasants have faced many difficulties to specialize themselves in its units of production-consumption. These difficulties are varied, involving since problems of water attainment for consumption until the income attainment. In RRC, these difficulties are more sensible, contributing to the expressive abandonment of the lots. On the other hand, the struggle of peasants is investigated alongside indigenous families who, after being expelled from the islands and shores of the Xingu, seek to reconquer fractions of the capitalist territory surrounded by the hydro-business in the municipalities of Vitória do Xingu, Altamira and Brasil Novo. This struggle for the territory elapses of the deterioration of the conditions of life of these social groups and of the strong territorial belonging that have in relation to the marginal space. It is treated to a fight that already launched contradictions in the compensatory politics of Norte Energia S.A, making possible the return of a part of the peasants and aboriginals to the reservoir of the UHE Beautiful Mount, but still for a species of “prison space”, where they practically do not have land, nor freedom to produce. Therefore, this struggle continues, aiming at the conquest of what they call riparian territories. In view of these findings, it is verified that the conditions so that the peasants retake its forms of i-material reproduction in the space surrounded for the hydropower in the river Xingu, depend much more peasant struggles than on the company's compensatory policy.

Keywords: Peasants; Peasant Struggles; Belo Monte hydroelectric; Enclosure of the middle Xingu (PA).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 01: Área aproximada da DUP da UHE Belo Monte e os reassentamentos rurais.....	21
Mapa 02: Representação da volta Grande do Xingu, com vicinais e comunidades camponesas	48
Mapa 03: Área aproximada do polígono Declarado de Utilidade Pública	102
Mapa 04: Localização dos Reassentamentos Rurais (RRC e RAR) na Volta Grande do Xingu	124
Mapa 05: Mapa dos pontos de ocupação ocupados no reservatório da UHE Belo Monte	198
Mapa 06: Mapa dos territórios ribeirinhos propostos para serem criados no reservatório da UHE Belo Monte.....	256
Figura 01: Representação do RRC em material informativo da NESA	127
Figura 02: Foto de cultivo de milho no RRC	138
Figura 03: Foto de plantio de mandioca no RRC.....	138
Figura 04: Foto casa de farinha no RRC.....	139
Figura 05: Foto de plantação de cacau no RRC.....	141
Figura 06: Foto de criação de galinha no RRC.....	143
Figura 07: Poço para criação de peixe no RRC.....	144
Figura 08: Foto de casa abandonada no RRC	149
Figura 09: Foto de casa entregue pela NESA no RAR.....	154
Figura 10: Foto de casa no RAR já modificada	154
Figura 11: Foto de camponeses trabalhando em lavoura de cacau.....	159
Figura 12: Foto de estrutura para secagem de cacau no RAR	160
Figura 13: Foto de gado pastando às margens do reservatório da UHE Belo Monte	201
Figura 14: Foto de acampamento de família indígena no reservatório da UHE Belo Monte	203
Figura 15: Foto de casa em ponto de ocupação (modelo da empresa)	208
Figura 16: Foto de casa em ponto de ocupação (modelo alterado)	208
Figura 17: Foto de instalação de fossas sépticas biodigestoras.	210
Figura 18: Foto de fossa séptica biodigestor em desuso	210
Figura 19: Foto do cercado usado para guardar iscas, embarcação e rede de pesca	214
Figura 20: Foto de camponês beiradeiro organizando-se para a pesca	215
Figura 21: Foto da boia com as proibições na embocadura do cana de derivação	217
Figura 22: Foto de camponeses beiradeiros em meio a roça já madura.....	225
Figura 23: Foto de canteiro com hortaliças.....	225

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Dados Fundiários dos municípios de Brasil Novo, Altamira e Vitória do Xingu 2014	58
Quadro 02: Dados Fundiários dos municípios de Brasil Novo, Altamira e Vitória do Xingu 2010	59
Quadro 03: Dados Fundiários dos municípios de Brasil Novo, Altamira e Vitória do Xingu 2003	59
Quadro 04: Situação Fundiária segundo tamanho e área dos imóveis rurais no setor Reservatório dos Canais	63
Quadro 05: Situação jurídica dos imóveis no setor Reservatório de Canais.....	64
Quadro 06: Situação Fundiária segundo tamanho e área dos imóveis nos setores do Reservatório do Xingu	65
Quadro 07: Áreas municipais desapropriadas pela Aneel para a construção de Belo Monte	101
Quadro 08: Canais de informações no contexto de instalação da hidrelétrica de Belo Monte	104
Quadro 09: Valores pagos por benfeitorias reprodutivas, em reais (RS)	108
Quadro 10: Extensão da Área Adquirida para a construção da UHE Belo Monte (2011-2013)	118
Quadro 11: Parcelamentos do RRC.....	126
Quadro 12: Blocos de terra para formação de lotes no RAR	129
Quadro 13: Características da agricultura camponesa entre os assentados no RRC	137
Quadro 14: Os usos da terra no RAR	158
Quadro 15: Requisições de Assistência Jurídica de camponeses beiradeiros e indígenas a DPU	178
Quadro 16: Compensações e valores pagos a camponeses beiradeiros e indígenas.....	179
Quadro 17: Preços de casas na cidade de Altamira em junho-agosto de 2015.....	180
Quadro 18: Alternativas para relocação de famílias atingidas nas margens e ilhas do rio Xingu	192
Quadro 19: Multas do Ibama aplicadas a Norte Energia por crimes à ictiofauna (2016)	218
Quadro 20: Espécies de peixe comercializadas pelos assentados na cidade de Altamira	220
Quadro 21: Os usos da terra nos pontos de ocupação, nas ilhas e beiradões do Xingu (2018)	223
Quadro 22: Critérios definidos pelo Conselho Ribeirinho para o reconhecimento social De camponeses beiradeiros e indígenas.....	243
Quadro 23: Reconhecimento social Conselho Ribeirinho – por tipologias	246

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

ACP - Ação Civil Pública
ADA - Área Diretamente Afetada
AID - Área de Influência Direta
AGU – Advocacia Geral da União
AI - Área de Influência Indireta
ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica
APP – Área de Proteção Permanente
ATES - Assistência Técnica Social e Ambiental
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CCBM - Consórcio Construtor de Belo Monte
CMBM - Consórcio Montador de Belo Monte
CDDPH - Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
CNDH - Conselho Nacional de Direitos Humanos
CNEC – Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores
DPU - Defensoria Pública da União
EIA - Estudos de Impacto Ambiental
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
ELETRONORTE - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.
FGV - Fundação Getúlio Vargas
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
FVPP - Fundação Viver, Preservar e Produzir
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ISA - Instituto Socioambiental
LI - Licença de Instalação
LO - Licença de Operação
MDTX - Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu
MPF - Ministério Público Federal
NESA - Norte Energia S.A.
NT - Nota Técnica

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PBA - Plano Básico Ambiental

PDRSX - Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu

SPU - Secretaria do Patrimônio da União

RAR - Reassentamento Individual em Áreas Remanescentes

RRC - Reassentamento Rural Coletivo

RUC - Reassentamento Urbano Coletivo

TAUS - Termo de Autorização de Uso Sustentável

UFPA - Universidade Federal do Pará

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
PARTE I: A FORMAÇÃO DO CAMPESINATO NO MÉDIO RIO XINGU	47
2. A FORMAÇÃO DOS “CAMPONESES BEIRADEIROS” E DOS “CAMPONESES DE TERRA FIRME”	48
2.1. ECONOMIA EXTRATIVA E FORMAÇÃO DOS “CAMPONESES-BEIRADEIROS”	49
2.2. TRANSAMAZÔNICA, COLONIZAÇÃO E FORMAÇÃO DOS “CAMPONESES DE TERRA FIRME”	53
2.3. A CONSTITUIÇÃO DA POSSE E DA PROPRIEDADE CAMPONESA	57
2.4. A RE-CRIAÇÃO DOS CAMPONESES NO MÉDIO XINGU	66
PARTE II: O CERCAMENTO DO MÉDIO RIO XINGU PARA PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA.....	68
3. O ESTADO E AS POLÍTICAS TERRITORIAIS PARA A AMAZÔNIA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI.....	69
3.1. O ESTADO NA PERSPECTIVAS DE AUTORES MATERIALISTA DIALÉTICOS	70
3.2. ESTADO NEOLIBERAL E A OPÇÃO PELAS GRANDES HIDRELÉTRICAS NA AMAZÔNIA.....	80
3.3. A PARCERIA ENTRE GOVERNO E SETOR PRIVADO E AS DISPUTAS PARA VIABILIZAR A UHE BELO MONTE.....	85
4. O CERCAMENTO DO RIO XINGU PARA A CONSTRUÇÃO DA UHE BELO MONTE ..	90
4.1. A DIMENSÃO POLÍTICA DO CERCAMENTO: A DES-MOBILIZAÇÃO DA RESISTÊNCIA	91
4.2. A DIMENSÃO JURÍDICA DO CERCAMENTO: O INTERESSE PÚBLICO A SERVIÇO DO CAPITAL	97
4.3. A MATERIALIZAÇÃO DO CERCAMENTO: A NESA X OS GRUPOS SOCIAIS ATINGIDOS.....	103
PARTE III: AS LUTAS CAMPONESAS CONTRA O CERCAMENTO	111
5. A LUTA PELA RE-PRODUÇÃO CAMPONESA NOS REASSENTAMENTOS RURAIS.....	112
5.1. OS REASSENTAMENTOS RURAIS: DA RETÓRICA FORMAL À PRÁTICA DA EMPRESA	112
5.2. LOCALIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DOS REASSENTAMENTOS.....	123
5.3. DINÂMICA DE DISTRIBUIÇÃO DOS ASSENTADOS NO RRC	130
5.4. A DINÂMICACA DE DISTRIBUIÇÃO DOS ASSENTADOS NO RAR	151
5.5. PERSPECTIVA DA LUTA PELA RE-PRODUÇÃO CAMPONESA NOS REASSENTAMENTOS.....	167

6. A REAÇÃO DE “CAMPONESES BEIRADEIROS” E INDÍGENAS E A LUTA PELA TERRA E PELO TERRITÓRIO.....	170
6.1. A PERVERSIDADE DA NESA E A REAÇÃO DE CAMPONESES E INDÍGENAS ...	170
6.2. AS PRIMEIRAS MUDANÇAS NO PROGRAMA DA NESA E A REOCUPAÇÃO PARCIAL DO RESERVATÓRIO DA UHE BELO MONTE	185
6.3. A ORGANIZAÇÃO DE CAMPONESES BEIRADEIROS E INDÍGENAS E A LUTA POR TERRA E TERRITÓRIO NO RESERVATÓRIO DA UHE BELO MONTE.....	231
PARTE IV: CONSIDERAÇÕES FINAIS	259
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	260
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	265
ANEXOS	277

1. INTRODUÇÃO

A questão agrária na Amazônia, nesse início do século XXI, passou a envolver mais fortemente, não apenas a luta pela terra e pelos recursos florestais e minerais, mas também, cada vez mais, a disputa pelo controle dos grandes rios da região para geração de energia elétrica. Nessas disputas, travadas em um contexto econômico-político neoliberal, agentes capitalistas hegemônicos, financiados e investidos de poder pelo Estado, passaram a materializar seus interesses em áreas historicamente territorializadas por povos indígenas e grupos camponeses diversificados, desencadeando tensões, conflitos e saques territoriais de modo a redefinir e ameaçar a própria reprodução desses sujeitos sociais.

Esse processo que passou a representar, em última análise, a privatização e a redução das formas de uso dos rios amazônicos, derivou da expansão do setor elétrico na Amazônia. Processo que, embora remontasse aos anos 1970 e 1980, com a instalação das primeiras grandes hidrelétricas na região, readquiriu centralidade no âmbito das políticas territoriais promovidas pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), através do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), enquanto parte de um movimento mais amplo de modernização da materialidade técnica no cone sul, intensificado com a Integração das Infraestruturas Regionais Sul-Americanas (IIRSA) (BORGES, 2018; CASTRO, 2012; PORTOGONÇALVES, 2011).

Um dos aspectos que se destacou nesse contexto, foi a parceria entre Governo Federal e grandes corporações que historicamente atuaram no setor elétrico brasileiro, agentes que projetaram e efetivaram a instalação de grandes complexos hidrelétricos na Amazônia, como foi o caso, por exemplo, das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau no rio Madeira, em Rondônia, e da UHE Belo Monte no rio Xingu, no Pará, unidade federativa para onde foram projetadas a instalação de mais cinco hidrelétricas no rio Tapajós, e pelo menos mais uma hidrelétrica no rio Tocantins, na altura de Marabá.

No mesmo compasso desse avanço capitalista sobre os rios amazônicos, porém, emergiu a problemática dos grupos sociais atingidos, além das drásticas mudanças nos complexos circuitos geobiofísicos na região. Problemática que o Governo Federal e os agentes empresariais hegemônicos sempre buscaram minimizar, evocando ainda velhas ideologias, como a do “espaço vazio” e a do

“progresso”, além dos avanços técnicos no setor hidroelétrico brasileiro, com a proposição de barragens teoricamente menos impactantes em termos socioambientais, como as hidrelétricas a fio d’água e as hidrelétricas plataforma. Isso tudo acompanhado, nos documentos oficiais, de certa preocupação social com os grupos sociais atingidos.

Mas a evolução técnica e essa pretensa preocupação social seriam indicativos seguros de que o recente processo de “cercamento” dos rios amazônicos para produção de energia elétrica estaria ocorrendo em moldes diversos àqueles do passado, quando indígenas e camponeses foram, em grande parte, violentamente expulsos de suas terras e territórios? Neste trabalho, buscou-se apontar que, apesar do licenciamento ambiental brasileiro ter incorporado formalmente determinadas preocupações socioambientais, efetivamente nas áreas de instalação dessas grandes hidrelétricas na Amazônia, continuaram a materializar-se processos territoriais extremamente violentos e contraditórios, nos quais as possibilidades de re-produção e reterritorialização dos grupos sociais atingidos, mormente camponeses, permaneceram dependendo muito mais das lutas protagonizadas por esses grupos do que, propriamente, dos programas compensatórios, moldados pelos agentes empreendedores basicamente para atender formalmente as premissas socioambientais determinadas pelo licenciamento.

Tomou-se como referencial empírico de análise as transformações territoriais em curso na área da maior obra de infraestrutura do PAC, a UHE Belo Monte no médio rio Xingu, no Pará. Nesta área, grupos camponeses diversificados foram atingidos, tanto nos beiradões e ilhas, quanto no interior da área conhecida como Volta Grande, por onde foi aberto um gigantesco canal de derivação para drenar as águas do rio Xingu até à casa de força principal da hidrelétrica na localidade Belo Monte, situada ao lado da Rodovia Transamazônica (BR 230), no município de Vitória do Xingu (PA).

O processo de desapropriação/desapossamento compulsório conduzido pela Norte Energia S.A (NESA), empresa que obteve a concessão para construir e operar a UHE Belo Monte por 35 anos, avançou nessa área, primeiro junto aos "camponeses de terra firme" para permitir a escavação do canal de derivação e dos diques. Esse processo estendeu-se da segunda metade de 2011 até, basicamente, meados de 2013. No final deste ano e começo de 2014, as remoções foram suspensas em função de mudanças no caderno de preços usado pela empresa nas indenizações. Após esse

intervalo, o processo de desapropriação/desapossamento compulsório foi retomado, desta feita nos beiradões e ilhas do rio Xingu, atingindo principalmente os “camponeses beiradeiros” e as famílias indígenas não aldeadas, que também se reproduziam nessa área.

Em relação ao andamento desse processo, a NESA, que sempre foi e continua a ser muito atuante em relação à divulgação de possíveis benesses trazidas pela hidrelétrica, bem como o Governo Federal, que usou a imagem da UHE Belo Monte na campanha eleitoral de 2014, mantiveram-se sempre muito lacônicos, como se a “limpeza do terreno”, com chamou Vainer (2007) para as relações em torno das desapropriações, indenizações e realocação de populações atingidas, tivesse transcorrido de maneira amigável e consensual.

Entretanto, apesar da desmobilização política experimentada localmente, grupos sociais atingidos, sobretudo nos beiradões e ilhas do Xingu, mais intensamente a partir de 2015, denunciaram a política compensatória da NESA e articularam-se em torno de organizações sociais que contraditoriamente emergiram nesse processo, como o Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVPS), assim como o Instituto Socioambiental (ISA) e o próprio Ministério Públicos Federal (MPF), fortalecendo a luta pelo retorno aos territórios de onde haviam sido expulsos, geralmente mediante pífias indenizações em dinheiro¹.

Nesse contexto espaço-temporal marcado por tensões e lutas sociais, buscou-se investigar as transformações territoriais experimentadas pelos grupos camponeses em decorrência da implantação da UHE Belo Monte. Não na perspectiva de um movimento de mão única, unidirecional, mas de um processo ambivalente em que a re-produção da forma camponesa podia surgir tanto da luta para reencontrar a campesinidade, quanto, contraditoriamente, de ações compensatórias previstas para serem implementadas pela NESA no processo de licenciamento.

¹ Existiam informações de que a empresa pagou indenizações mais robustas a fazendeiros e a uma parcela de camponeses que tinham gado e cacau em área de terra firme, principalmente nos primeiros anos do processo de desapropriação/desapossamento. Estratégia usada para dissuadir a resistência e espalhar a imagem de que todos os atingidos estavam sendo muito bem indenizados. Mas em 2014 e 2015, com outro caderno de preços, a empresa rebaixou os valores das benfeitorias, sendo este o momento em que as desapropriação/desapossamento avançaram de maneira generalizada nos beiradões e ilhas do médio rio Xingu, atingindo sobretudo os “camponeses beiradeiros” e as famílias indígenas não aldeadas.

O RECORTE TEMÁTICO

Centrou-se nesse trabalho, nas lutas camponesas na área cercada para a construção da UHE Belo Monte, no médio rio Xingu, no Pará. Nessas lutas, dois processos foram privilegiados:

- a) A luta pela re-produção dos camponeses nos Reassentamentos Rurais;
- d) A luta camponesa por terra e território nos beiradões e ilhas do Xingu;

No estudo desses processos, partiu-se da perspectiva de que essas lutas constituíam desdobramentos contraditórios do cercamento do rio Xingu para a produção de energia elétrica, no qual a NESA, de um lado, ensejou a instalação de dois reassentamentos rurais em que foram assentadas 68 famílias, e de outro, privilegiou formas de compensação, com o predomínio de pequenas indenizações em dinheiro, que não possibilitaram a reterritorialização camponesa em outras terras, o que resultou na reação e consequente luta desses sujeitos pelo retorno às terras das quais haviam sido expulsos.

Tratou-se, assim, tanto de um processo de espacialização camponesa contraditoriamente recriado pela empresa capitalista, quanto de um processo protagonizado pela rebeldia dos próprios camponeses que, expulsos de suas terras, logo viram que a única possibilidade de sua reprodução i-material só poderia vir pela luta. Daí a mobilização desses camponeses que redimensionou as ações compensatórias da NESA, abrindo a discussão para que, pela primeira vez na Amazônia, grupos aparentemente indenizados pudessem voltar a ocupar às margens do rio (tornado lago), às proximidades de onde foram efetivamente desapropriados/desapossados.

Importou investigar, assim, sobre como esses processos se delineavam efetivamente; como se caracterizavam do ponto de vista das condições de moradia e das relações de produção camponesa; em que medida resultavam de ações compensatórias praticadas pela NESA ou da iniciativa e da luta dos camponeses. Enfim, como os grupos camponeses que haviam sido arrancados de suas terras em decorrência da instalação da UHE Belo Monte encontravam-se reproduzindo ou recriando suas lutas pela terra? Estariam esses camponeses em condições de reprodução social melhores ou pelo menos semelhantes àquelas em que se encontravam antes da instalação da hidrelétrica, como preconizado nos documentos oficiais apresentados pela empresa no licenciamento?

Em face dessas questões, defendeu-se a tese de que as transformações na re-produção/territorialização camponesa em decorrência da instalação da UHE Belo Monte, expressavam antagonismos imanente à dinâmica capitalista de “cercamento” dos rios amazônicos para geração de energia elétrica na Amazônia, nesse começo do século XXI, no interior da qual, contraditoriamente, processos de re-produção do campesinato emergiam menos das ações compensatórias efetivadas pela empresa capitalista do que pela resistência e luta de sujeitos sociais que insistiam em reconquistar sua campesinidade, mesmo que fosse em outras terras ou, ainda, naquilo que restou de sua parte no território capitalista.

CONTEXTO ESPAÇO-TEMPORAL

Como assinalado anteriormente, privilegiou-se nesse estudo, as lutas camponesas pela re-produção na área cercada para a construção da UHE Belo Monte, no médio rio Xingu, no Pará. A área definida para a análise dessas lutas foi aquela definida pela NESA como necessária para a instalação da hidrelétrica e para o reassentamento dos grupos sociais atingidos, cuja desapropriação foi determinada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 2011.

Essa área estendeu-se pelos municípios de Vitória do Xingu, Altamira e Brasil Novo, abrangendo a Volta Grande do Xingu, onde a UHE Belo Monte foi instalada, além da área ribeirinha a montante da cidade de Altamira, até basicamente a localidade Costa Junior. Nessa cidade, os terrenos abaixo da cota 100, também foram desapropriados. Considerou-se aqui, portanto, o polígono da área Declarada de Utilidade Pública (DUP), como área por excelência da UHE Belo Monte, cujos contornos aproximados foram representados no mapa a seguir (Mapa 01).

A definição desse recorte territorial justificava-se essencialmente pelo fato de as lutas camponesas objeto de interesse nesse trabalho, materializarem-se nessa área, tanto no entorno do reservatório intermediário da UHE Belo Monte, onde os reassentamentos rurais foram instalados, quanto ao longo do reservatório do Xingu, onde as terras eram reivindicadas pelos “camponeses beiradeiros” e famílias indígenas desde 2015, e para onde algumas famílias já haviam voltado em decorrências das lutas sociais.

Definiu-se como recorte temporal da pesquisa o período que se estendeu de 2011 a 2018. Tal período abarcava o processo de desapropriação/desapossamento

compulsório dos grupos camponeses pela NESA, que ia, basicamente, de 2011 a 2015, mais o íterim de 2015 e 2018, tempo em que os camponeses foram transferidos para os reassentamentos rurais, assim como os “camponeses-beiradeiros”, sobretudo, passaram a lutar contra a empresa pelo direito de serem reassentados em terras próximas ao rio Xingu.

Mapa 01: Área aproximada da DUP da UHE Belo Monte e os reassentamentos rurais

CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTADO DA ARTE

A questão camponesa em áreas de grandes hidrelétricas no Brasil, encontra-se historicamente vinculada à escolha dessa matriz energética como base para a industrialização nacional. Essa opção começou a tomar forma mais explicitamente a partir dos anos de 1960 e já na década seguinte, basicamente, todas as regiões brasileiras haviam se tornado objeto de levantamento do potencial hidroelétrico, iniciativa que foi acompanhada pela criação de agências estatais voltadas à implantação de grandes projetos hidroelétricos em cada uma dessas regiões.

Nesse contexto, fortemente marcado pelo autoritarismo dos governos militares, o Estado estreitou parceria com o setor privado, principalmente com a burguesia ligada à construção civil (CAMPOS, 2012), e avançou sobre as bacias hidrográficas na região Centro-Sul e Nordeste, construindo a hidrelétrica binacional de Itaipu e várias usinas no rio São Francisco, como Sobradinho e Itaparica.

Na Amazônia, diversos estudos começaram a dimensionar o potencial hidrelétrico dos afluentes do rio Amazonas. E devido à demanda da indústria eletro-intensiva do setor mineral e o relativo esgotamento das bacias hidrográficas mais próximas aos grandes centros consumidores de energia (SIGAUD, 1988; SANTOS FILHO, 1999), gestou-se a primeira linhagem de grandes hidrelétricas na região, tais como Tucuruí, no Pará, Samuel, em Rondônia, e Balbina no Amazonas. Monopolizaram-se, assim, grandes rios para a produção de energia elétrica, matéria-prima que permitirá, segundo Berman et al (2010), a inserção da região na divisão internacional da produção eletro-intensiva, na condição de fornecedora de bens primários de origem mineral, tanto na forma bruta, quanto transformados em metais primários, de alto conteúdo energético, mas de baixo valor agregado.

Após um período de retração no setor, na primeira década de século XXI, novamente foi retomado o processo de privatização dos rios amazônicos para a geração de energia elétrica. Processo que adquiriu centralidade no âmbito do PAC do governo brasileiro, que era parte de um movimento mais amplo de modernização da materialidade técnica no cone sul, visando mais uma vez a atender interesses da indústria eletro-intensiva e também do agronegócio (FERREIRA; MACIEL, 2009), neste caso visando facilitar o escoamento de grãos por hidrovias, por exemplo.

Como consequência dessa política que historicamente associou geração de energia elétrica à construção de grandes barragens (MAGALHÃES, 2009), milhares de quilômetros quadrados de territórios situados, sobretudo nas bordas dos rios, foram destruídos, inundados. Malvezzi (2012), de forma certa, referiu-se a esse processo de geração de energia como hidronegócio, termo congênere ao agronegócio e que, como este, confronta duas formas de uso da terra (e da água logicamente): uma, ligada a interesses capitalistas hegemônicos que, travestidos de interesse público, visa essencialmente à transformação de rios (com sua água, suas rochas, sua geomorfologia) em recurso gerador de megawatts (mercadoria) para o mercado capitalista; e outra, em que esses rios são apropriados de múltiplas formas por grupos

indígenas e, sobretudo, camponeses, em seu processo de produção e reprodução social.

As questões que emergiram dessas lógicas antagônicas de apropriação do território capitalista vêm suscitado investigações em várias áreas do conhecimento. Por aquilo que foi possível observar, grande parte desses estudos tem sido realizado no campo da sociologia e da antropologia, verificando-se ainda certa lacuna nos estudos geográficos sobre o tema, não obstante os trabalhos já realizados. De modo geral, nesses estudos, é possível identificar pelo menos duas perspectivas interpretativas.

Uma dessas perspectivas, provavelmente a mais robusta, é constituída por trabalhos portadores de uma visão segundo a qual os agentes hegemônicos, ou seja, o Estado e as empresas capitalistas conseguiram impor seus interesses de maneira que, mesmo em face de manifestações sociais contrárias, os planos previstos, bem como suas consequências, mantiveram-se no essencial, basicamente incólumes (ALMEIDA; ARAUJO, 2014; CARVALHO, 1996; DAOU, 1996; FERREIRA; MACIEL, 2009; MAGALHÃES, 2009; SIMONIAN, 1996).

Nesses estudos, as consequências de um planejamento autoritário e centralizador foram colocadas de forma contundente, particularmente em relação aos grupos sociais atingidos, mormente camponeses, sobretudo nos processos de deslocamento compulsório e reassentamento. Nessa perspectiva, a ênfase nas críticas (e também das denúncias) encontradas nessas investigações, associadas principalmente ao autoritarismo e aos estratégias do empreendedor, bem como às agruras enfrentadas pelos atingidos, de certa forma, eclipsava a relevância (inclusive teórica) das mobilizações de resistência, dando a impressão de um poder quase que inexorável aos agentes hegemônicos.

Avançando em relação a essa interpretação, foram identificados trabalhos em que as mobilizações sociais, envolvendo grupos camponeses, interferiram nos planos dos agentes hegemônicos, nem que fosse para pressioná-los a negociar acordos visando a minimizar as implicações sociais geradas pelas grandes hidrelétricas. Sigaud (1988), por exemplo, sublinhou a importância dessas mobilizações no caso das hidrelétricas de Itaparica, no rio São Francisco, de Ita, no rio Uva, na bacia do Uruguai, e na hidrelétrica de Tucuruí no rio Tocantins, no Pará. Segundo essa autora, a forte pressão camponesa foi determinante nesses casos, para a assinatura de

acordos e a abertura de negociações com as agências regionais, a fim de que os atingidos novamente reencontrassem condições para sua reprodução social.

No âmbito da geografia, ao discutir a Amazônia a partir do imaginário social construindo sobre essa região, Santo Filho (1999) também verificou que a luta pela terra entre os camponeses atingidos pela hidrelétrica de Tucuruí, apesar da política eminentemente autoritária da Eletronorte, estatal responsável pela construção e operação da barragem, resultou em significativas vitórias, ainda que parciais, o que contrastava com a imagem de que esses grandes projetos capitalistas estariam sendo implantados em “espaços vazios”, imagem recorrente nas políticas territoriais planejadas para a região.

Ainda nesse campo disciplinar, em face do avanço capitalista sobre os rios amazônicos nessas duas primeiras décadas do século XXI, foram encontrados trabalhos versando sobre a luta de trabalhadores nos canteiros de obras da UHE de Jirau, em Rondônia (ALVES, 2014), assim como o estudo de Borges (2018), versando sobre as implicações territoriais das hidrelétricas gestadas no âmbito do PAC, centrando-se nos casos da UHE de Jirau e da UHE Belo Monte, esta última no Pará.

Em relação à UHE Belo Monte, mais especificamente, foi identificada uma literatura relativamente diversificada. Por estar localizada no rio Xingu, observou-se que a temática indígena perpassava, provavelmente, a maioria dos trabalhos encontrados. Exemplo disso verificava-se em livros (SANTOS; ANDRADE, 1988; SEVA, 2005) e dossiês (OLIVEIRA; COHN, 2014) que reuniam coletâneas de artigos versando quase que exclusivamente sobre essa temática. Outros estudos relativos ao licenciamento ambiental (NASCIMENTO, 2011; MAGALHÃES; HERNANDEZ, 2009; HERNÁNDEZ; MAGALHÃES, 2011) e à atuação de movimentos sociais (FERREIRA, 2014; HERRERA; SANTANA, 2016) também já haviam sido realizados.

Entre os estudos de caráter geográfico, encontravam-se duas teses defendidas na Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Presidente Prudente. Tratava-se de trabalhos que versaram sobre a dinâmica urbana (NETO, 2016) e a insurgência de movimentos de resistência (PADINHA, 2017) na área do empreendimento. Nesses trabalhos, devido às perspectivas teórico-metodológicas assumidas, observava-se que os conflitos e as lutas sociais ou apareciam de forma pálida, em face da prevalência dos interesses hegemônicos, ou apareciam muito

tributários de um viés subjetivista, em que a identificação com a área aparecia com bastante relevo.

No âmbito mais da temática camponesa, alguns estudos foram identificados (ALMEIDA; MARIN, 2014; MAIA, 2013; MAGALHÃES; SANZ, 2015; MAGALHÃES; SILVA; VIDAL, 2016; MAGALHÃES, 2017). Esses trabalhos, de modo geral, podiam ser agrupados na primeira vertente interpretativa aqui delineada, ou seja, aquela em que, apesar de se reconhecer as manifestações de resistência, sublinhavam-se as agruras enfrentadas pelos grupos sociais atingidos pelo empreendimento, sobressaindo, em grande parte, o poder e os estratégias dos agentes hegemônicos na implantação do projeto.

Em termos teóricos, nesses estudos, o conceito de camponês, quando aparecia explicitamente, servia, basicamente, como uma referência geral, preferindo-se trabalhar com termos ou noções, como por exemplo, agricultores, pescadores, ribeirinhos e “comunidades/população tradicional”. Entendidos dessa forma, os camponeses estudados não eram vistos como mais uma classe social da sociedade capitalista. Eram tratados como “categorias” ou “atores sociais”. Subjacente a esses estudos, também era possível observar a concepção do campesinato assumida por Velho (1970, 1974) e Garcia Jr. (1983), concepção que podia ser atrelada à corrente clássica dos estudos sobre os camponeses e que, entre outros aspectos, não possibilitou uma discussão acerca da autonomia camponesa e nem a compreensão, conseqüentemente, da luta dos movimentos socioterritoriais camponeses pela conquista de frações do território capitalista no campo.

Assim, nesses trabalhos, podia-se entender o uso de categorias como “ribeirinhos” e “comunidades/populações tradicionais” pela potência política que vinham (e vêm) apresentando, principalmente no âmbito das lutas por direitos territoriais, mas não se devia esquecer de que essa opção decorria também de uma postura teórico-metodológica, plano em que o uso de tais categorias mostrava-se, no mínimo, problemático, uma vez que tendiam a acomodar em seu raio de abrangência, povos e classes sociais de natureza histórica, cultural e étnica muito distintos.

Tendo em vista essas interpretações, buscou-se nesse estudo, contribuir na compreensão e discussão da questão camponesa em áreas de grandes hidrelétricas, partindo de uma perspectiva de análise que considera os camponeses como uma classe social criada ou re-criada, contraditoriamente, no interior do próprio

desenvolvimento capitalista desigual e contraditório. Ou seja, como uma classe que se reproduz no processo de produção do capital através de relações não-capitalistas de produção.

Por conseguinte, entendeu-se o campesinato como uma classe não de fora, mas de dentro do capitalismo. O que levou a situar os conflitos e lutas em que esta classe estava envolvida no campo da luta de classes, não da oposição entre “relações pré-capitalistas e relações modernas de produção”. Nessa perspectiva, os conflitos e lutas protagonizados pelos camponeses foram atrelados às contradições estruturais inerentes ao próprio desenvolvimento capitalista, sem a consideração das quais não podiam ser devidamente compreendidas.

Tendo essa perspectiva como referência, pretendeu-se contribuir na discussão acerca dos marcos teóricos acionados nos estudos do campesinato particularmente na Amazônia, sem perder de vista a preocupação social, lançando-se luz sobre o efetivo alcance das ações previstas para melhorar ou manter as condições de moradia e de produção dos grupos camponeses atingidos na área estudada. Reflexão que se fazia necessário até mesmo para explicitar os exemplos que podiam ser extraídos de um contexto espaço-temporal extremamente complicado para as lutas camponesas em face de agentes capitalistas investidos de poder como se fossem quase-estado.

ACABOUÇO TEÓRICO-CONCEITUAL

Partiu-se nesse trabalho, da perspectiva de que as lutas camponesas em áreas de grandes hidrelétricas na Amazônia, nesse início do século XXI, passavam pela compreensão da forma como o capitalismo historicamente se desenvolve nessa região, fortemente marcada, desde a segunda metade do século passado, pela implantação de grandes projetos voltados a expropriação dos recursos florestais, minerais e hídricos (BECKER; MIRANDA; MACHADO, 1990; OLIVEIRA, 1995; CASTRO, 2004).

Dessa maneira, as transformações na reprodução/territorialização camponesa na Amazônia estiveram sempre relacionadas ao próprio papel desempenhado pela região na dinâmica da acumulação capitalista mundial. Papel de fornecedora de produtos primários para o mercado mundial, no qual o Estado e as grandes corporações

econômicas nacionais e internacionais vêm andando de mãos dadas (OLIVEIRA, 1995) em uma parceria hist que investe de poder, cada vez mais, essas corporações.

Tendo em vista esse quadro, a base teórica desse trabalho assentou-se nas contribuições de autores que tematizaram o desenvolvimento do capitalismo no campo e sua relação contraditória com os grupos sociais camponeses, tais como: Teodor Shanin, José de Souza Martins e Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

No âmbito da geografia agrária brasileira, esses autores foram associados à corrente de pensamento que, ao contrário de outras interpretações de matriz marxista que previam o desaparecimento dos camponeses frente ao desenvolvimento capitalista, compreendia que esse grupo social não só se reproduzia como contraditoriamente, muitas vezes, recriava-se no interior desse processo, tanto por ações deliberadas do próprio Estado, através de políticas de colonização, por exemplo, quanto pela rebeldia e pela luta visando, novamente, à reconquista de frações de territórios onde fosse possível reencontrar sua campesinidade.

Nessa perspectiva, os conceitos de camponês e território capitalista revestiram-se de importância crucial. Tais conceitos sempre apresentaram interpretações variadas, dependendo da opção teórico-metodológica assumida por cada autor. Aqui, porém, fez-se referência, basicamente, às abordagens consideradas primordiais para a compreensão da problemática de estudo, sem se debruçar numa exaustiva apreciação do estado da arte de cada um desses conceitos.

A perspectiva da reprodução do campesinato

Os passos iniciais em direção à construção de uma geografia agrária no Brasil apareceram nas primeiras décadas da segunda metade do século passado, em trabalhos de autores como Orlando Valverde e Manoel Correia de Andrade. Tais autores, ainda que viessem de uma formação eminentemente dominada pela influência historicista e positivista, de forma original, começaram a romper as amarras da ciência asséptica e a tratar de temas relativos à questão agrária brasileira, demarcando o início de uma nova postura em face da problemática social no campo.

Devido a esse novo posicionamento que começava a ser desenhado, Bombardi (2008, p. 106) afirmou que “o legado destes autores é realmente indiscutível, sobretudo quando se considera o salto teórico-metodológico dado com relação à geração anterior. Eles formaram a raiz do pensamento crítico posterior”. Todavia,

segundo a mesma autora, “foi através da influência do pensamento marxista que a dialética passou a estar presente na geografia agrária brasileira e passou, portanto, a adquirir o caráter despontado por Valverde e por Manuel Correia de Andrade” (BOMBARDI, 2008, p. 106).

Assim, tornou-se possível dizer que foi a partir dos anos 1970, que a geografia agrária avançou no Brasil, sobretudo na Universidade de São Paulo, onde professores como Pasquale Petrone, Lea Goldenstein, Manuel Seabra e Ariovaldo Umbelino de Oliveira, dentre outros, “imprimiram em seus trabalhos e no encaminhamento das pesquisas que orientavam uma forte influência marxista. Neste sentido, temas como a luta de classes e a divisão internacional do trabalho passaram a estar presentes nos trabalhos e pesquisas desenvolvidos” (BOMBARDI, 2008, p. 104).

Essa influência marxista, porém, fez-se acompanhar de divergências acerca da compreensão do desenvolvimento capitalista no campo e, conseqüentemente, da posição e do papel dos camponeses nesse processo. Daí resultando, segundo Oliveira (2001, 2005), três vertentes distintas, no interior das quais os camponeses foram compreendidos de forma diferentes.

Neste quadro, conforme Oliveira (2001, p. 45-46),

Um grupo de autores procura ver o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção em sua etapa monopolista, através do processo de generalização das relações de produção especificamente capitalista no interior da produção agrícola. Esse processo se daria por dois caminhos. Um seria produto da destruição do campesinato ou dos pequenos produtores de subsistência, como preferem chama-los através da diferenciação interna gerada pelas contradições típicas desse processo de integração no mercado capitalista. No ponto de chegada desse processo ter-se-ia a configuração de duas classes sociais distintas: os camponeses abastados (os pequenos capitalistas rurais) e os camponeses empobrecidos (que se tornaram proletários). O outro caminho, seria o da modernização do latifúndio transformando-se em empresas capitalistas. Para esses autores, a persistência de relações não-capitalistas de produção no campo é entendida como resíduo em vias de extinção (Grifos do autor).

Esta vertente, cuja matriz teórica encontra-se originalmente nos trabalhos de Kautsky (1980) e Lenin (1982), influenciou no Brasil, autores como Caio Prado Jr, José Graziano da Silva e Ricardo Abramovay, e no âmbito mais específico da geografia agrária, segundo Oliveira (2005), constituiu a base da maior parte dos trabalhos, sendo exemplo disso, a maioria dos artigos publicados nos anais dos encontros realizados nessa área, bem como a maioria das dissertações e teses desenvolvidas na Geografia da Unesp-Rio Claro-SP e na UFRJ do Rio de Janeiro.

Outra vertente de pensamento identificada por Oliveira envolveu um conjunto de autores que preferiu:

...entender o “processo de penetração de relações capitalistas de produção no campo” através de um processo de separação que se daria em três etapas: a primeira, seria dada pela separação do camponês dos estreitos vínculos e hierarquias comunais tradicionais, ou por outras palavras, estaria destruída e economia natural e o produtor tornar-se-ia produtor individual; a segunda etapa seria gerada pela introdução da economia de mercado e a consequente separação entre a indústria rural e a agricultura; e a terceira etapa seria dada pela separação dos meios de produção do pequeno produtor mercantil, com sua consequente proletarização, e a implantação final de formas de capitalistas de produção(2001, p. 46).

Segundo Oliveira (2005), esta corrente que tinha em sua base obras de autores como Maurice Dobb (1974), Alberto Passos Guimarães (1974) e Inácio Rangel (1957), por exemplo, defendia a tese de que teria havido feudalismo ou mesmo relações semifeudais de produção no Brasil, e na geografia agrária, encontrava-se presente, por exemplo, em trabalhos de autores como Orlando Valverde, Miguel Gimenez Benites e Maria Aparecida Serapião Teixeira.

Uma comparação entre essas duas vertentes evidenciava, no entanto, que apesar de divergirem quanto a existência ou não do feudalismo no Brasil, terminavam por convergir na compreensão de que os camponeses (e também os latifundiários) constituíam sujeitos sociais do modo de produção feudal, ou seja, sujeitos de fora do capitalismo, “resíduos históricos” em vias de extinção ou pela diferenciação interna ou pela penetração das relações capitalistas na agricultura.

Como afirmou Oliveira (2005, p. 71),

...para essas duas correntes, na sociedade capitalista avançada não há lugar histórico para os camponeses no futuro. Isso porque a sociedade capitalista é pensada por esses autores como sendo composta por apenas duas classes sociais: a burguesia (os capitalistas) e o proletariado (os trabalhadores assalariados). É por isso que muitos autores e mesmo partidos políticos não assumem a defesa dos camponeses. Alguns acham mesmo que os camponeses são reacionários, que “sempre ficam do lado dos latifundiários” etc. Se isso realmente ocorre, é preciso compreender o que está acontecendo com essa classe social. Certamente, os camponeses, não têm encontrado respaldo político nesses partidos; aliás eles “não fazem parte da sociedade”, para esses autores e partidos.

Assim, em função das críticas oriundas do mundo acadêmico e, sobretudo, do fato de que os camponeses, ao invés de desaparecerem, continuavam se multiplicando e lutando pela conquista da terra no Brasil, surgiu uma terceira vertente no pensamento marxista, cujo posicionamento assentou-se no entendimento de que o campesinato tinha que ser entendido no interior do próprio movimento contraditório de desenvolvimento capitalista no campo.

Nessa terceira vertente, em que se situavam obras de Rosa Luxemburgo (1976), Teodor Shanin (1993), José de Souza Martins (2010) e no âmbito da geografia agrária brasileira, trabalhos de professores como Regina Sader, Rosa Ester Rossini e Ariovaldo Umbelino de Oliveira, bem como de seus orientandos, entendeu-se que:

... é o próprio capitalismo dominante que gera relações de produção capitalistas e não-capitalistas, combinadas ou não, em decorrência do processo contraditório intrínseco a esse desenvolvimento. O que significa que o campesinato e o latifúndio devem ser entendidos como de dentro do capitalismo e não de fora deste [...] O campesinato deve, pois, ser entendido como classe social que ele é. Deve ser estudado como um trabalhador criado pela expansão do capitalista, um trabalhador que quer entrar na terra. O camponês deve ser visto como um trabalhador que, mesmo expulso da terra, com frequência a ela retorna, ainda que para isso tenha que (e) migrar. Dessa forma, ele retorna à terra mesmo que distante de sua região de origem. É por isso que boa parte da história do campesinato sobre o capitalismo é uma história de (e) migração (OLIVEIRA, 1987, p. 11. Grifo do autor).

Nesta perspectiva, o campesinato passou a constituir mais uma das classes sociais do capitalismo e não podia ser compreendido senão no interior do desenvolvimento contraditório desse modo de produção. Daí, segundo Oliveira (1987, p. 11-12),

Entendem esses autores que esse processo contraditório do desenvolvimento capitalista decorre do fato de que a produção do capital nunca é, ou seja, nunca decorre de relações especificamente capitalistas de produção, fundadas, pois, no trabalho assalariado e no capital. Para que a relação capitalista ocorra é necessário que seus dois elementos centrais estejam constituídos, o capital produzido e os trabalhadores despojados dos meios de produção. Isto é, a produção do capital não pode ser entendida nos limites das relações especificamente capitalistas, pois estas são na essência o processo de reprodução ampliada do capital. É uma espécie de acumulação primitiva permanente do capital, necessária ao seu desenvolvimento.

Ou seja, nessa perspectiva de análise, a dinâmica de desenvolvimento capitalista compreende duas fases: a fase da reprodução ampliada do capital, na qual se extrai a mais-valia através das relações de assalariamento, e a fase de produção do capital, que é marcada pela apropriação da renda da terra embutida no produto resultante de relações não-capitalistas de produção.

Nesse sentido, a fase de produção do capital ou acumulação primitiva (originária) não seria algo do passado, que teria ocorrido apenas no momento de formação inicial do capitalismo, constituiria, pelo contrário, um processo permanente, estrutural, que não só cria, como mantém e subordina relações de produção não-capitalistas (MARTINS, 2010, OLIVEIRA, 1987), como as relações de superexploração nos seringais amazônicos, através do aviamento, por exemplo, ou

como as relações camponesas de produção, essencialmente marcadas pelo predomínio do trabalho familiar.

Dessa forma, apontava-se que os camponeses deviam ser compreendidos, desde sua formação, enquanto parte de uma sociedade maior, moldada pelo modo capitalista de produção. Os estudos de Martins (1981, 1986) e Oliveira (1987, 2001, 2002, 2007) caminharam nesse sentido, discutindo a constituição e a dinâmica do campesinato no Brasil a partir das características do desenvolvimento capitalista no campo e das lutas camponesas nesse processo. Assim, para os objetivos definidos nesse estudo, os trabalhos desses autores foram considerados essenciais, mesmo porque apresentaram obras tematizando a questão agrária na Amazônia, tendo como eixo interpretativo as contradições que envolviam a reprodução camponesa na região.

Foi nessa perspectiva que se entendeu a formação dos camponeses no médio rio Xingu. Esses camponeses sempre tiveram relações com os agentes de mercado, desde o tempo da borracha, quando trocavam essa goma extraída nos seringais por mercadorias comercializadas através de um modo de exploração econômica chamado na Amazônia de aviamento (adiantamento de produtos que se transformavam em mercadorias). Quando a economia da borracha declinou, esses camponeses continuaram negociando com comerciantes da cidade de Altamira, produtos variados resultantes da pequena agricultura, da “caça de gato”, da coleta de castanha e da pesca. Isso para adquirir bens industrializados que não eram produzidos nas unidades familiares, como roupas, utensílios de limpeza, ferramentas de trabalho e mesmo alguns aparelhos eletroeletrônicos.

Dessa maneira, o campesinato do médio rio Xingu, desde sua formação, não foi marcado por grupos isolados geograficamente e nem socialmente, apesar de se reproduzirem em rincões bem distantes, do ponto de vista físico, das cidades mais dinâmicas da região amazônica. Ao contrário, o processo de formação desses camponeses ocorreu no interior do processo de desenvolvimento contraditório do capitalismo na região, processo em que o Estado exerceu papel estratégico, quer do ponto de vista dos recursos materiais, quer do ponto de vista das políticas territoriais, no bojo das quais a mobilização de trabalhadores de outras partes do Brasil, mormente camponeses, serviram para dissuadir tensões e conflitos sociais gerados pelo latifúndio e, ao mesmo tempo, disponibilizar mão de obra para os empreendimentos capitalistas na região (IANNI, 1979; MARTINS, 1981, 2009).

Esses camponeses, por aquilo que se percebeu em trabalhos de campo realizados em algumas comunidades nos anos de 2011 e 2014, no âmbito da docência na Faculdade de Geografia do Campus de Altamira (Universidade Federal do Pará), eram constituídos de famílias que trabalhavam em unidades produtivas próprias ou apropriadas (posses), em parte, com autorização da GRPU (Gerência Regional do Patrimônio da União), tanto nas áreas de terra firme, quanto na faixa ribeirinha e nas numerosas ilhas existentes ao longo do rio Xingu. Nessas áreas, a territorialização dessas famílias organiza-va em pequenas vilas rurais ou em unidades individuais mais afastadas, onde criavam pequenos animais e cultivavam diferentes espécies frutíferas, além de praticarem de maneira complementar, diferentes formas de extrativismos, tanto de produtos florestais, como através da caça e pesca.

Essas famílias, pelo que se podia observar, desenvolviam suas atividades, basicamente, valendo-se da mão de obra familiar ou, em determinados momentos, lançavam mão de ralações de ajuda mútua (localmente chamada de disjunta), sobretudo na realização dos trabalhos mais árduos ligados à preparação da terra. Tratava-se, assim, de famílias camponeses, cuja descrição aproximava-se da interpretação de Shanin (1980, p.17), segundo a qual:

A exploração camponesa forma uma pequena unidade de produção-consumo que encontra seu principal sustento na agricultura e apoiada, principalmente no trabalho familiar. As necessidades de consumo familiar e as dívidas contraídas com os detentores do poder político-econômico definem em grau maior o caráter da produção.

Tendo como referência essa perspectiva, partiu-se do entendimento de que os camponeses do médio rio Xingu nunca foram sujeitos de fora, mas de dentro do capitalismo. Foram sujeitos sociais criados no interior das dinâmicas contraditórios pelas quais o capitalismo se desenvolveu no campo brasileiro, cuja reprodução, em menor ou maior escala, encontrava-se atrelada à produção do capital, quer fosse por meio da produção agroextrativista, quer fosse pelo consumo de produtos industrializados. Logo, tais camponeses não podiam ser compreendidos como “resíduos” históricos em vias de extinção, mas como sujeitos que, não obstante as ações (travestidas de políticas públicas) para viabilizar a reprodução ampliada do capital, buscavam manter ou re-conquistar frações de território no interior do território capitalista mundializado.

A perspectiva da produção do território

Com o avanço do processo de mundialização do capital (CHESNAIS, 1996), muitas questões acerca do território capitalista foram sendo suscitadas, algumas, inclusive, indicando seu fim. Na Geografia, ciência em que é considerado um conceito-chave, o território tem sido abordado a partir de diferentes perspectivas, muitas das quais influenciadas por reflexões de fora da disciplina, o que contribuiu, inegavelmente, para o enriquecimento teórico-metodológico nas investigações desenvolvidas nesse campo do conhecimento.

Na perspectiva aqui assumida, privilegiou-se a abordagem de autores que teorizam o território a partir do materialismo histórico e dialético (RAFFESTIN, 1993; OLIVEIRA, 1999, 2008, SAQUET, 2011), perspectiva em que esse conceito é entendido, antes de tudo, como uma produção histórica, resultante da ação de sujeitos reais que, ao se apropriarem da terra (o que pressupõe domínio, conflitos, lutas, relações de poder), transformam a matéria em recursos, cujos usos são incorporados historicamente à base de existência da sociedade.

Assim, partiu-se das afirmações de Raffestin (1993, p. 143) segundo as quais “espaço e território não são termos equivalentes” e que “é essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território”, pois entendia-se que na concepção desse autor, conforme esclareceu Oliveira (2008, p. 4), “o espaço e, certamente o tempo, são as propriedades inalienáveis, indissolúveis e indissociáveis, que todo ser, coisa ou fenômeno têm e possuem. Já o território é uma construção histórica”. Ou seja, entendeu-se o território, antes de tudo, como uma construção social.

Seguindo esse entendimento, o território foi compreendido como “um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, p. 144). Isto porque na perspectiva do materialismo histórico e dialético, assinalou Raffestin,

[...] o espaço não tem valor de troca, mas somente valor de uso, uma utilidade. O espaço é portanto anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é, de certa forma, “dado” como se fosse uma matéria prima. Preexiste a qualquer ação. [...] Evidentemente, o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Desta maneira, depreendia-se que o processo de construção do território em Raffestin (1993) estava associado, fundamentalmente, a relações de produção, relações inscritas num campo de poder onde gestam-se tanto processos de apropriação real, quanto processo de representação da terra, ambos considerados pelo autor como processos de territorialização dos sujeitos sociais em qualquer nível.

Esta concepção, que demarcou importante inflexão no pensamento geográfico sobre o território, tornou possível considerar que qualquer sujeito social podia produzir seu próprio território, de modo que este deixava de ser algo associado quase que exclusivamente ao território estatal, passando ser reconhecido também, em outras escalas do espaço-tempo. Assim, surgiu a possibilidade de se reconhecer, por exemplo, a construção de territórios decorrentes da ação de movimentos socioterritoriais, de grandes corporações econômicas, do agronegócio e do campesinato.

Inspirando-se nessa concepção, mas trazendo a temática do território mais para o interior do desenvolvimento desigual e contraditório da sociedade capitalista, Oliveira (2008, p. 4) afirmou que:

[...] o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/mo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc) onde o Estado desempenha a função de regulação. O território é assim, produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência.

Na sociedade capitalista, originalmente assentada em três classes fundamentais: proletariado, burguesia e proprietários de terra, assinalou Oliveira (2008, p. 5):

são as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território. Logo o território não é um prius ou um a priori, mas, a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza. O processo de construção do território é, pois, simultaneamente, construção/destruição/ manutenção/transformação. É em síntese a unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve.

Ou seja, entendendo o desenvolvimento da sociedade capitalista como um processo desigual e contraditório, isto é, ao mesmo tempo em que avança reproduzido relações de produção eminentemente capitalistas, contraditoriamente, produz, também, relações não capitalistas, Oliveira compreendeu a construção do território na sociedade capitalista, onde o capital se mundializa, não como um processo

homogeneizante, mas como um processo contínuo, desigual e combinado, no qual se configuram permanentemente formações territoriais marcadas por particularidades.

A lógica do desenvolvimento do modo capitalista de produção é pois, gerada pelo processo de produção propriamente dito (reprodução ampliada/extração da mais valia/produção do capital/extração da renda da terra), circulação, valorização do capital e a reprodução da força de trabalho. É esta lógica contraditória que constrói/destrói formações territoriais em diferentes partes do mundo ou faz com que frações de uma mesma formação territorial conheçam processos desiguais de valorização, produção e reprodução do capital, conformando as regiões. Trabalhamos pois, com o princípio contraditório de que ao mesmo tempo que o capital mundializou-se, mundializando o território capitalista, a terra nacionalizou-se. É pois, também desta contradição que nasce a possibilidade histórica do entendimento das diferentes e desiguais formações territoriais e das regiões como territorialidades concretas, totalidades históricas portanto, da espacialização contraditória do capital (produção/reprodução ampliada) e suas articulações com a propriedade fundiária, ou seja a terra. (OLIVEIRA, 1999, p. 9-10).

Na formação territorial capitalista no Brasil, Oliveira (1999, p. 10) apontou dois processos contraditórios no campo: um, marcado "pelo desenvolvimento da agricultura capitalista que abriu a possibilidade histórica aos proprietários de terras ou aos capitalistas/proprietários de terra para a apropriação da renda capitalista da terra quer na sua forma diferencial e/ou absoluta", denominado pelo autor de **territorialização do capital**, e outro, marcado contraditoriamente "pelo processo de expansão da agricultura camponesa, onde o capital monopolista desenvolveu liames para subordinar/apropriar-se da renda da terra camponesa, transformando-a em capital", chamado de **monopolização do território**.

Desse ponto de vista, observou-se que em Oliveira, a construção dos territórios marcados pela produção camponesa não está dissociada do processo de desenvolvimento da sociedade capitalista. Ao contrário, é no interior desse desenvolvimento que os camponeses, contraditoriamente, apropriam-se de frações do território capitalista, quer seja pelas lutas sociais (que podem permitir sonhar com outra realidade diferente da capitalista, ou, simplesmente, manter a reprodução das condições materiais de existência), quer seja pela ação do próprio Estado, através de políticas de colonização, por exemplo. E, dessa maneira, reproduzem-se, não como grupos isolados, mas como sujeitos que participam, em menor ou maior escala, do processo de produção do capital.

A abordagem da construção do território pelos grupos camponeses considerados atingidos pela hidrelétrica Belo Monte no Pará, partiu dessa concepção. A luta pela espacialização/territorialização desses camponeses foi abordada como

expressão contraditória do desenvolvimento capitalista na Amazônia, particularmente no Oeste do Pará, onde nessas primeiras décadas do século XXI, o "cercamento" de grandes rios para a geração de energia elétrica era marcado por lutas e, ao mesmo tempo, por processos de coerção e des-mobilização social.

Foi nesse quadro de relações de poder absolutamente assimétricas, em que grupos camponeses (e também nações indígenas) foram confrontados por agentes capitalistas historicamente associados ao aparelho governamental na construção de grandes obras de infraestrutura, que se investigou a construção do território marcado pela presença do campesinato, considerando que, como assinalou Martins (1993, p. 64), "os grupos vitimados por esses programas lançam neles contradições, tensões e desafios". Ou seja, buscou-se abordar esse processo numa perspectiva em que a ação da vítima, de alguma forma, por menor que fosse, incidia também sobre o projeto do agente empreendedor.

A PERSPECTIVA METODOLÓGICA

Nos documentos ligados ao licenciamento ambiental, bem como em muitos trabalhos acadêmicos, tornou-se comum o uso dos termos atingidos, impactados ou mesmo interferido (termo preferido da NESA) para referir-se aos grupos sociais desapropriados, desapossados ou expropriados em decorrência da instalação de grandes hidrelétricas. No primeiro caso, referidos termos, basicamente, denotam um sentido unidirecional em que a intervenção dos agentes hegemônicos impõe-se sobre grupos sociais vistos como passivos. Nos trabalhos acadêmicos, por sua vez, sobretudo no campo da sociologia e da antropologia, avançou-se nessa interpretação, mas devido à vertente teórica que geralmente os informa, a resistência dos grupos atingidos, mormente camponeses, adquiriu sentido quase que de luta contra o avanço da sociedade capitalista, como se esses grupos contraditoriamente não fizessem parte dessa sociedade.

Nesse estudo, por sua vez, buscou-se esboçar uma análise dos processos territoriais desencadeados pela instalação da UHE Belo Monte a partir dos conflitos e das lutas sociais. De forma que a re-produção camponesa nos reassentamentos rurais e a luta por terra/território nos beiradões do médio rio Xingu, que envolvia também famílias indígenas, foi tratada não como desfecho de uma ação de planejamento

unidirecional, mas como um processo ambivalente em que esses grupos sociais também foram considerados sujeitos ativos, não obstante a desigual correlação de forças entre eles e os agentes hegemônicos. Ou seja, foram entendidos como sujeitos sociais que lutavam para se reproduzir contraditoriamente no processo de desenvolvimentos capitalista.

Tendo essa perspectiva como referência, a base metodológica desse trabalho foi a dialética materialista, método desenvolvido por Marx e Engels a partir de fundamentos assentados no processo social de produção da existência, cuja aplicação lhes permitiu apreender as transformações do processo histórico não como simples extensões ou reflexos do movimento da consciência, mas como produto de contradições, de lutas de classes, envolvendo sujeitos sociais de carne e osso, que diariamente precisavam comer, beber e vestir-se.

Acerca do fundamento material desse método, na obra **A Ideologia Alemã**, Marx e Engels afirmaram:

Em completa oposição a filosofia alemã, a qual desce do céu à terra, aqui sobe-se da terra ao céu. Isto é, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, e também não dos homens narrados, pensados, imaginados, representados, para daí se chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, com base em seu processo real de vida, apresenta-se também o desenvolvimento dos reflexos [Reflexe] e ecos ideológicos desse processo de vida. Também as fantasmagorias [Nebelbildungen] no cérebro dos homens são sublimações necessárias do seu processo de vida material empiricamente constatável e ligado a premissas materiais. A moral, a religião, a metafísica e toda outra [sonstige] ideologia, e as formas da consciência que lhes correspondem, não conservam assim por mais tempo a aparência da autonomia [Selbständigkeit]. Não tem história, não tem desenvolvimento, são os homens que desenvolvem a sua produção material e o seu intercâmbio material que, ao mudarem essa sua realidade, mudam também o seu pensamento e os produtos do seu pensamento. Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência. No primeiro modo de consideração, parte-se da consciência como indivíduo vivo. No segundo, que corresponde a vida real, parte-se dos próprios indivíduos vivos reais e considera-se a consciência apenas como a sua consciência (MARX; ENGELS, 2009, p. 31-32).

Ou seja, como afirmou Marx na **Contribuição à Crítica da Economia Política**:

...na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (MARX, 2008, p. 49).

Foi dessa perspectiva que no segundo Prefácio de **O Capital**, Marx assinalou:

Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo do pensamento – que ele transforma em sujeito autônomo sob o nome de ideia – é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transportado para a cabeça do ser humano e por ela interpretado (MARX, 2006, p. 28).

Ou seja, ao contrário da dialética hegeliana, que prescindia da realidade exterior ao pensamento, na dialética materialista, o pensamento e, conseqüentemente, o conhecimento (a teoria) encontravam-se indissociavelmente inseridos no processo de produção social da vida (a prática). Dessa maneira, a dialética marxiana escapou do idealismo, por um lado, e do empirismo estéril, por outro, situando a questão da produção do conhecimento no âmbito da práxis social, isto é, da produção de conhecimento crítico não só para desvelar máscaras sociais, mas também para transformar as práticas no interior das quais é produzido.

Sobre esse ponto, na segunda, terceira e décima primeira Teses sobre Feuerbach, Marx afirmou:

2. A questão de saber se ao pensamento humano cabe alguma verdade objetiva [gegenständliche Wahrheit] não é uma questão da teoria, mas uma questão da prática. Na prática, tem o homem de provar a verdade, isto é, a realidade e o poder, a natureza ceteris [Diesseitigkeit] de seu pensamento. A disputa acerca da realidade ou não realidade de um pensamento que se isola da prática é uma questão puramente escolástica. (MARX, 2009, p. 123-4)

3. Na doutrina materialista de que os homens são produto das circunstâncias e da educação, de que os homens modificados, portanto, produto de outras circunstâncias de uma educação modificada, esquece que as circunstâncias são modificadas precisamente pelos homens, e que o próprio educador tem de ser educado. Por isso, ela necessariamente chega ao ponto de dividir a sociedade em duas partes, a primeira das quais está colocada acima da sociedade (por exemplo, em Robert Owen). A coincidência entre alteração das circunstâncias e atividade humana só pode ser apreendida e racionalmente entendida como prática revolucionária. (MARX, 2009, p. 4)

11. Os filósofos apenas interpretam o mundo de diferentes maneiras, porém, o que importa é transformá-lo. (MARX, 2009, p. 126).

Essa perspectiva materialista implicou, assim, do ponto de vista da produção do conhecimento, uma postura epistemológica nova, na qual a relação entre sujeito e objeto do conhecimento, diferentemente da tradição unidirecional positivista e historicista, podia ser vista como interação em que sujeito e objeto, ao mesmo tempo, tornavam-se sujeitos que procuram conhecer e objetos a serem conhecidos. De maneira que o Outro, nessa interação, deixava de ser um simples objeto de conhecimento para tornar-se, também, sujeito de conhecimento (MARTINS, 1993),

espécie de mediador num processo de educação em que o próprio educador, como advertiu Marx, podia educar-se.

Foi a partir dessa dialética entre produção social da vida e produção intelectual do conhecimento que se buscou compreender o método da Economia Política proposto por Marx, cuja descrição apareceu na Contribuição à **Crítica da Economia Política**, nos seguintes termos:

Quando estudamos um país determinado do ponto de vista da Economia Política, começamos por sua população, a divisão desta em classes, seu estabelecimento na cidade, nos campos, na orla marítima, os diferentes ramos da produção, a exportação e a importação, a produção e o consumo anuais, os preços das mercadorias etc. Parece mais correto começar pelo que há de concreto e real nos dados; assim, pois, na economia, pela população, que é a base e sujeito de todo o ato social da produção. Todavia, bem analisado, esse método seria falso. A população é uma abstração se deixo de lado as classes sociais que a compõem. Essas classes são, por sua vez, uma palavra sem sentido se ignoro os elementos sobre os quais repousam, por exemplo: o trabalho assalariado, o capital, etc. Esses supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços etc. O capital, por exemplo, não é nada sem trabalho assalariado, sem valor, dinheiro, preços etc. Se começasse, portanto, pela população, elaboraria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais estrita, chegaria analiticamente, cada vez mais, a conceitos mais simples; do concreto representado, chegaria a abstrações cada vez mais tênues, até alcançar as determinações mais simples. Chegando a esse ponto, teria que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas dessa vez não como uma representação caótica de um todo, porém como uma rica totalidade de determinações e relações diversas. O primeiro constitui o caminho que foi historicamente seguido pela nascente economia política. Os economistas do século XVII, por exemplo, começam sempre pelo todo vivo: a população, a nação, o Estado, vários Estados etc.; mas terminam sempre por descobrir por meio da análise certo número de relações gerais abstratas que são determinantes, tais como a divisão do trabalho, o dinheiro, o valor etc. Esses elementos isolados, uma vez que são mais ou menos fixados e abstraídos, dão origem aos sistemas econômicos, que se elevam do simples, tal como trabalho, divisão do trabalho, necessidade, valor de troca, até o Estado, a troca entre as nações e o mercado mundial. O último método é manifestamente o método manifestamente exato. O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. No primeiro método, a representação plena volatiliza-se na determinação abstrata; no segundo, as determinações abstratas conduzem a reprodução do concreto por meio do pensamento. Assim é que Hegel chegou a ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que se absorve em si; procede de si, move-se por si; enquanto o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo mentalmente como coisa concreta. Porém, isso não é, de nenhum modo, o processo de gênese do próprio concreto. A mais simples categoria econômica, suponhamos, por exemplo, o valor de troca, pressupõe a população, uma população que produz em determinadas condições e também certo tipo de famílias, de comunidades ou Estados. Tal valor nunca poderia existir de outro modo senão como relação unilateral abstrata de um todo concreto e vivo já

determinado. Como categoria, ao contrário, o valor de troca leva consigo uma existência antediluviana (MARX, 2008, p. 261).

Dessa forma, insistiu Marx:

O todo, tal como aparece no cérebro, como um todo mental, é um produto do cérebro pensante, que se apropria do mundo da única maneira em que o pode fazer, maneira que difere do modo artístico, religioso e prático de se apropriar dele. O objeto concreto permanece em pé antes e depois, em sua independência e fora do cérebro ao mesmo tempo, isto é, o cérebro não se comporta senão especulativamente, teoricamente. No método também teórico [da Economia Política] o objeto – a sociedade – deve, pois, achar-se sempre presente ao espírito, como representação (MARX, 2008, p. 261-262).

Ou seja, Marx fez questão de esclarecer que o real, o concreto, é exterior ao pensamento e sua dinâmica de existência independe da vontade humana. Tanto que as determinações mais simples das quais podia-se partir, segundo a perspectiva marxiana, para se chegar ao concreto pensado, ou seja, a representação mais rica do movimento do real, dependendo da sociedade em questão, não seriam as mesmas. Como afirmou Marx: “é uma iluminação universal em que atuam todas as cores, e às quais modifica em sua particularidade. É um éter especial, que determina o peso específico de todas as coisas às quais põe em relevo” (MARX, 2008, p. 268).

Por exemplo: entre povos pastores, com alguma forma de agricultura esporádica, a propriedade rural encontrava-se determinada pela atividade agrícola. Já na sociedade burguesa, onde a agricultura subordinou-se progressivamente à indústria, que é dominada pelo capital, este deveria constituir o ponto inicial e o ponto final a ser desenvolvido antes de propriedade rural. E depois de serem estudados separadamente um e outro, devia-se estudar a relação recíproca entre eles (MARX, 2008).

Era nesse sentido que se devia entender a distinção formal entre método de exposição e método de pesquisa feita por Marx em resposta a um russo, numa polêmica encontrada no segundo prefácio de **O Capital**:

A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode descrever, adequadamente, o movimento do real. Se isto se consegue, ficará espelhado, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada, o que pode dar a impressão de uma construção *a priori* (MARX, 2006, p. 28).

Em outros termos, o método de pesquisa proposto por Marx constituía um “caminho que se constrói caminhando”, como afirmou Oliveira². Caminho em que se

² Notas de aula na USP, agosto de 2015.

analisa dialeticamente um objeto em sua particularidade na totalidade, ou seja, é o caminho em que se perscruta um objeto, simultaneamente, em suas diferentes formas de desenvolvimento (diacronia) e em suas variadas conexões (sincronia) até representá-lo em sua concretude, isto é, como produto de múltiplas determinações. Até porque, repetindo Marx em passagem já citada, o “concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso” (MARX, 2008, p. 261).

Nessa perspectiva, o método de pesquisa proposto para investigar os processos de reprodução/territorialização camponesa na área da UHE Belo Monte, foi entendido como o caminho em que esses processos seriam perscrutados em sua gênese e em seus desdobramentos no âmbito de processos sociais mais gerais, de maneira que ao final da investigação fosse possível vislumbrar a dinâmica de seus movimentos.

Tendo em vista esta opção metodológica, buscaram-se privilegiar na investigação, diferentes procedimentos de pesquisa, na tentativa de obter informações diversificadas. Assim, além da pesquisa bibliográfica e documental, fez-se questão de acompanhar audiências públicas, reuniões entre empresa, grupos sociais atingidos, movimentos e organizações sociais, Ministério Público Federal (MPF), Defensoria Pública da União (DPU), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), além de trabalho de campo entre os camponeses.

Desta forma, fontes diversificadas (escrita e oral) foram consultadas e consideradas nesse trabalho, de modo que fosse possível apreender as lutas que marcaram a instalação da UHE Belo Monte, mas que não se encontravam registradas nas milhares de páginas entregues pela NESA ao Ibama em forma de relatórios, por exemplo. Nesses relatórios, praticamente não existiam conflitos. Tudo parecia transcorrer na mais absoluta tranquilamente. O empreendimento era um êxito só. O desenvolvimento sustentável finalmente havia chegado ao Xingu.

Assim, no intuito de descobrir o não sabido, procedeu-se na investigação por meio dos seguintes procedimentos de pesquisa:

a) **pesquisa bibliográfica:** nesse procedimento, que se estendeu por toda a pesquisa, centrou-se principalmente nos acervos físicos de Bibliotecas da USP e da UFPA, bem como em acervos digitais hoje acessíveis por meio da rede mundial de computadores. Através desse procedimento, buscou-se literatura que permitisse avançar não só na revisão bibliográfica sobre o tema de estudo, como também

consolidar o entendimento acerca da perspectiva teórico-metodológica adotada na investigada.

b) **pesquisa documental:** 1) DPU: fez-se pesquisa na unidade dessa defensoria na cidade de Altamira. Depois de instalada nessa cidade em 2015, a DPU tornou-se uma referência muito procurada pelos atingidos da UHE Belo Monte, tanto na cidade, quanto no campo. Isso porque, até então, estavam completamente desassistidos. Os Procedimentos de Assistência Jurídica (PAJ) abertos nessa defensoria tornaram-se fontes importantes para obter o relato dos atingidos; 2) IBAMA: no site deste instituto, buscaram-se os relatórios de consolidação do PBA da UHE Belo Monte, elaborados pela NESA desde 2012, além de outros documentos, como as Notas Técnicas elaboradas pelo Ibama para cada um dos referidos relatórios da empresa. Nesses relatórios, privilegiaram-se as partes relativas aos reassentamentos rurais. Ainda no site do Ibama, obteve-se autorização no final de 2018, para acesso externo ao Processo nº 02001.001848/2006-75 no SEI-IBAMA, processo onde estavam coligidos os documentos relativos a UHE Belo Monte desde 2006. Neste processo, foram obtidas informações importantes, tanto da parte da NESA, quanto das demandas formalizadas pelo Conselho Ribeirinho, MPF e DPU, além dos documentos emitidos pelo próprio Ibama; 3) ISA: nessa organização Não-Governamental (ONG), foi obtido o documento relativo à proposta da NESA para a criação dos territórios ribeirinhos; 4) Subunidade da Justiça Federal em Altamira (PA): nesta subunidade, buscaram-se os casos litigiosos de desapropriações/desapossamentos envolvendo os grupos sociais atingidos e a empresa NESA, como o processo da camponesa Maria das Graças Militão, que protagonizou disputa com a empresa para não sair de sua terra; 5) entre os camponeses e indígenas: entre esses sujeitos também foram obtidos documentos tratando de suas relações com a NESA;

c) **Participação em reuniões e audiências públicas:** a participação nesses eventos, que ocorriam com certa frequência em Altamira, constituiu importante procedimento de obtenção de informações, possibilitando não só acompanhar e identificar os diversos sujeitos sociais, mas também observar a perspectiva de onde atuavam e como se posicionavam em relação às problemáticas desencadeadas pela UHE Belo Monte. Nesses eventos, observou-se de forma privilegiada as disputas e os sujeitos em luta. Uma das Audiências Públicas mais expressivas nesse sentido, ocorreu em Altamira em 11 de novembro de 2016, na qual camponeses beiradeiros e indígenas

denunciaram as condições de violência e abandono a que foram submetidos, e exigiram da NESA e das autoridades presentes solução para a situação em que se encontravam. Logo em seguida a essa Audiência, foi criado oficialmente o Conselho Ribeirinho, principal sujeito na luta política pelo retorno ao território de camponeses beiradeiros e indígenas atingidos pela UHE Belo Monte no médio Xingu.

d) **Trabalho de campo entre os camponeses:** o trabalho de campo, segundo Brandão (2007), pode ser entendido como uma vivência, como o estabelecimento de uma relação produtora de conhecimento, marcada por alto conteúdo de subjetividade. Nesse processo, a intenção de objetividade, quando se tem, logo cai por terra, pois a produção do conhecimento aí envolve uma relação subjetiva:

A pessoa que fala, fala para uma outra pessoa. Uma relação entre pessoas que tem uma dimensão social, e uma dimensão afetiva se estabelece. Dados de troca, de sinais e símbolos entre as pessoas se estabelecem inevitavelmente e isso marca não só a realização do trabalho, mas o material produzido por esse trabalho realizado (BRANDÃO, 2007, p. 12).

A conversa é apenas uma das formas de comunicação, a verbalizada. Assim, dependendo do perfil do interlocutor, ficar limitado apenas àquilo que é dito pode ser muito empobrecedor. Isto porque os informantes variam desde aqueles que são falantes, que precisam de poucas perguntas apenas para dar rumo a conversa, até aqueles mais lacônicos, que dão apenas respostas curtas aos questionamentos (THOMPSON, P, 2002; BRANDÃO, 2007). Daí a necessidade do também aprender a ouvir o silêncio, atentar para os gestos (MARTINS, 1993), pois essas também constituem formas de comunicação que podem reforçar ou, pelo contrário, até contrapor-se àquilo que está sendo verbalizado.

No campo, o pesquisador se defronta com uma linguagem de silêncio. Com o tempo, aprende a conviver com essa população e descobre o que significa o seu silêncio. É uma forma linguagem e um meio de luta. É preciso uma paciência enorme para ouvir esse silêncio. É ele que fala mais do que qualquer outra coisa. Às vezes, numa situação de entrevista, o entrevistado é capaz de ficar longo tempo calado. As poucas palavras, intercaladas por pausas e acompanhadas por muitos gestos, colocam o pesquisador diante da ampla riqueza dessa fala dupla, que oculta e revela e, com isso, situa quem fala e, também, quem ouve (MARTINS, 1993, p. 33).

Enfim, foi a partir dessa concepção de trabalho de campo como um processo de produção de conhecimento no qual o educador é também educado, que se desenvolveu a investigação junto aos camponeses atingidos pela UHE Belo Monte. Em um quadro marcado por insegurança, desinformação, especulações e lutas, os

ensinamentos de Brandão, Thompson e Martins foram de suma importância para nortear as investigações juntos aos camponeses.

A investigação de campo ocorreu no primeiro semestre de 2018:

1) Investigação de campo nos Reassentamento Rurais: o trabalho de campo nos reassentamentos rurais (RRC e RAR), desenvolveu-se no interior da Volta Grande do Xingu, no município de Vitória do Xingu. Nessa área, referidos reassentamentos foram instalados nos travessões (vicinais) 27, 45 e 55, que começavam na rodovia BR 230, a Transamazônica, indo em direção ao rio Xingu. Com exceção do travessão 45, os demais travessões encontravam-se em boas condições de circulação, pois eram muito usados pela NESA.

No interior do RRC, também não se encontrou dificuldade de circulação nas vias de chão batido, a não ser nos últimos dias da pesquisa, marcados por algumas chuvas que tornaram bastante escorregadio um trecho do reassentamento um pouco mais acidentado, onde uma ponte de madeira precisava de manutenção.

No RRC, foram visitados todos os 28 lotes e no RAR, dos 40 lotes que a empresa dizia ter disponibilizado, 37 foram visitados. Nesses reassentamentos, foi feito registro fotográfico e nos lotes efetivamente ocupados foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os camponeses, alternando-se questões mais fechadas, com indagações mais amplas, buscando-se apreender os elementos camponeses que contraditoriamente emergiam de um processo de desenvolvimento capitalista extremamente violento e predatório.

Nessa perspectiva, foram privilegiadas nas entrevistas, questões que remetiam à situação dos camponeses na terra, assim como questões relativas ao tamanho das famílias e às condições gerais de re-produção, sem deixar de perscrutar as condições territoriais em que os sujeitos de pesquisa se encontravam antes do empreendimento hidrelétrico, na tentativa de leva-los comparar a situação em que se encontravam nos reassentamentos com a vida que levavam antes da UHE Belo Monte.

Apesar das diversas transformações (e dificuldades) pelas quais vinham passando, praticamente todos os assentados com os quais foi possível manter contato sempre se mostraram muito abertos ao diálogo, o que foi de fundamental importância para os objetivos dessa investigação.

Apenas em uma situação, um reassentado no RAR mostrou-se meio desconfiado e lacônico, limitando-se a respostas e comentários curtos, o que foi

perfeitamente compreensível. Até porque em campo, como assinalou Carlos Rodrigues Brandão (2007), existe a possibilidade de se encontrar sujeitos que discorrem amplamente sobre a realidade da que fazem parte e sujeitos mais reservados, e que falam pouco.

2) Investigação de campo nas ilhas e beiradões do rio Xingu

A investigação no médio rio Xingu, ocorreu precisamente na área do reservatório formado pela UHE Belo Monte, nos municípios de Brasil Novo, Altamira e Vitória do Xingu, oeste do Pará. Em decorrência da luta de camponeses beiradeiros e de indígenas, a NESA foi pressionada a reconduzir para o entorno desse reservatório 121 famílias atingidas pela hidrelétrica.

Para encontrar essas famílias que já haviam retornado ao médio Xingu, foi de fundamental importância a ajuda de um antigo beiradeiro que, além da experiência na navegação, encontrava-se acompanhando e fazendo parte do movimento de luta pela terra e pelo território. Com isso, além da localização precisa das famílias, algo fácil para quem estava vivenciando a luta de perto, esse acompanhante também ajudou na aproximação com os sujeitos de pesquisa, muitos dos quais seus parentes ou antigos conhecidos.

Nessa investigação, deparou-se com uma situação bastante diversificada, marcada pela efetiva ocupação de camponeses beiradeiros e algumas famílias indígenas, mas também por um considerável percentual de casas abandonadas e mesmo, de casas com caseiros, o que estava ligado, em boa parte, à açodada revisão de tratamento feita pela NESA e também às condições adversas que camponeses beiradeiros e indígenas estavam enfrentando para permanecer nos chamados pontos de ocupação.

Nesses pontos de ocupação, além do registro fotográfico, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com as famílias reassentadas, sempre buscando alternar questões mais fechadas e com questões mais amplas, visando apreender os elementos da reprodução camponesa que contraditoriamente poderiam estar sendo recriados em torno do lago da UHE Belo Monte. Nesse sentido, foram privilegiadas nas entrevistas, as questões ligadas à situação na terra, ao tamanho das famílias e às condições gerais de re-produção, sem perder de vista a dimensão histórica do processo, sobretudo a questão do desapossamento e da mobilização social pela reocupação de frações do território capitalista cercado pelo hidronegócio.

A realização das entrevistas entre as famílias reassentadas às margens e em algumas ilhas do rio Xingu ocorreu de forma tranquila. A presença do beiradeiro que acompanhou a investigação contribuiu muito para isso. Havendo situações em que a questão da entrevista suscitava longas e interessantes conversas, que versavam sobre assuntos variados, cujo conteúdo era registrado ao máximo, manualmente, uma vez que não se fez uso de gravador em todas as entrevistas realizadas (tanto nos reassentamentos, quanto nos beiradões e ilhas do Xingu), na tentativa de deixar o ambiente das conversas o menos intimidador possível.

Enfim, foi através desses procedimentos de pesquisa que foram obtidas as informações que ajudaram a fundamentar as discussões levantadas nesse trabalho, como se observa nas partes subsequentes.

PARTE I: A FORMAÇÃO DO CAMPESINATO NO MÉDIO RIO XINGU

2. A FORMAÇÃO DOS “CAMPONESES BEIRADEIROS” E DOS “CAMPONESES DE TERRA FIRME”

A formação do campesinato no médio rio Xingu remonta a primeira metade do século passado (século XX) e se vinculou, intrinsecamente, à dinâmica de desenvolvimento capitalista na região amazônica, mais especificamente no sudoeste do Pará, onde o processo de produção do capital, historicamente, vem criando e subordinando relações de produção não-capitalistas, como as relações camponesas ou, em determinados casos, relações profundamente marcadas pela superexploração e mesmo pela imobilização da força de trabalho. Por médio rio Xingu, entendeu-se aqui, basicamente, a área conhecida como Volta Grande e seu entorno mais imediato (Mapa 02), abrangendo os municípios de Brasil Novo, Altamira, Vitória do Xingu e Senador José Porfírio.

Mapa 02: Representação da volta Grande do Xingu, com vicinais e comunidades camponesas

Fonte: Rocha, 2005, p. 13.

Nesta área, formou-se um campesinato constituído de dois grupos sociais com territorialidades e modos de vida específicos. Um grupo que se territorializou,

basicamente, nas terras ribeirinhas, denominado aqui de “camponeses beiradeiros”, cuja origem remonta às duas grandes fases de exploração capitalista da borracha na Amazônia. E outro grupo, aqui denominado de “camponeses de terra firme”³, que se distribuiu em torno da Transamazônica e de suas vicinais, os “travessões”, cuja formação foi mais recente e decorreu das políticas de integração territorial da segunda metade do século XX, principalmente a partir dos anos 1970, com a implementação do PIN (Plano de Integração Nacional).

2.1. ECONOMIA EXTRATIVA E FORMAÇÃO DOS “CAMPONESES-BEIRADEIROS”

A ocupação econômica do vale do rio Xingu parece ter adquirido maior dinamicidade apenas na segunda metade do século XIX. Segundo Chambouleyron (2008), diferentemente de outros rios da Amazônia, o rio Xingu não foi alvo de nenhuma política de ocupação de terra mais sistemática pela coroa portuguesa no período colonial. Assim, com exceção das missões religiosas, sobretudo dos jesuítas, os portugueses não teriam se aventurado muito por esse rio, o que não significava que fosse desconsiderado por eles.

A partir da análise de empreendimentos portugueses (excetuando as missões religiosas) na área do Xingu, na segunda metade do século XVII, Chambouleyron (2008) afirmou que essa área era descrita como rica em cravo de casca. Mas a extração dessa “droga do sertão” apresentava muitas dificuldades, decorrentes tanto das cachoeiras e corredeiras, que obstaculizavam o deslocamento pelo rio, quanto pelas relações conflituosas com as nações indígenas. Porém, mesmo assim, os cravistas faziam incursões pelo rio Xingu, escravizando e deflagrando guerras contra os indígenas que aí se territorializavam.

Apesar dessas incursões em busca de cravo, até o começo do século XIX, os sinais de colonização no rio Xingu restringiam-se a seu baixo curso. Citando Robin

³ Essas terminologias usadas para se referir a esses dois grupos camponeses encontrados no médio Xingu, não significavam que cada um desses grupos guardava uma espacialização/territorialização restrita a uma dada área. Ao contrário, buscavam vincular a formação desses grupos camponeses a relação que mantinham mais intimamente, com o rio e com a terra firme. Ou seja, buscavam indicar que a formação desses camponeses era marcada, concretamente, pela construção de territorialidades e modos de vida específicos.

Anderson⁴ e o príncipe Adalberto da Prússia⁵, Bezerra Neto (2008) afirmou que a colonização no Xingu, por volta do ano de 1.800, não se estendia muito além das povoações de Souzel, situadas no baixo curso do rio. Nem mesmo os jesuítas, que já haviam visitado o alto Xingu, tinham conseguido estabelecer um missionário ou uma só igreja entre os índios juruna acima das cachoeiras da Volta Grande.

Isso, entretanto, não significava que a área do médio e alto Xingu fosse vazia e isolada. Segundo Henchen (2012), a partir de relatos do príncipe Adalberto de antes da primeira metade do século XIX, os índios Juruna da maloca Piranhaquara, muito temidos como selvagens, mantinham contato com outras nações indígenas, com população ribeirinha e mesmo com a população branca de Souzel no baixo Xingu. Ou seja, o médio e o alto curso desse rio, antes mesmo da exploração econômica da borracha, eram povoados por diversas nações indígenas que estabeleciam frequentes e complexas relações entre si e com os não índios, que já haviam se estabelecido a jusante da Volta Grande.

Mas profundas transformações nesse quadro vão começar a ocorrer a partir da segunda metade do século XIX, com a valorização capitalista da borracha na Amazônia, decorrente do uso desse produto na indústria automobilística. Segundo Henchen (2012), com a valorização econômica desse produto, os vastos seringais do alto rio Xingu, de certa maneira mantidos protegidos pelas corredeiras e cachoeiras, começaram a ser efetivamente explorados a partir da década de 1890, quando o preço do látex atingiu preços mais elevados e se intensificou a chegada de cearenses para trabalhar nos seringais.

Nesta época, o governo do Estado do Pará preocupado em assegurar o controle sobre esses seringais, situados em uma área de limites ainda mal definidos com o Estado de Mato Grosso, encomendou um estudo a Henri Coudreau, viajante francês que realizou sua expedição ao rio Xingu em 1.896. No livro **Viagem ao Xingu** (1977), Coudreau apresentou os relatos dessa viagem, descrevendo o esforço da empresa seringalista em superar as dificuldades de conexão entre o baixo e o alto curso do rio, bem como suas impressões sobre diversos aspectos paisagísticos e sobre a extensão dos seringais já explorados no Xingu.

⁴ ANDERSON, R. L. Colonization and Exploitation in the Amazon Rain Forest, 1758-1911. Gainesville: University Press of Florida, 1999.

⁵ ADALBERTO, P. da P. Brasil: Amazonas – Xingu. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997.

A partir dessa obra de Coudreau (1977), também era possível depreender que a exploração dos seringais no rio Xingu ocorria em um ambiente conflituoso, envolvendo seringalistas e extratores que avançavam sobre as áreas de seringais, e as nações indígenas que já territorializavam essas áreas. Segundo Umbuzeiro (2012), tais conflitos levavam os seringalistas a organizarem expedições de extermínio para “limpar” os seringais, prática que não cessou mesmo no período de declínio do primeiro grande boom da economia gomífera na região.

Informações sobre as condições de trabalho nesses seringais, indicavam que eram marcadas pelo barracão já amplamente difundido em outras áreas da Amazônia. Tal procedimento envolvia, essencialmente, o endividamento do trabalhador desde a saída de sua terra de origem (principalmente o Nordeste), adiantamento de produtos (latas para coletar o látex, munição, sal, café, tabaco, etc.) a preços exorbitantes e a subvalorização do produto do trabalho, ou seja, da borracha coletada pelo seringueiro (TEIXEIRA, 1980). Tais relações, conhecidas na Amazônia como aviamento, mantinham sempre o seringueiro endividado e preso ao seringal, ao mesmo tempo em que permitiam ao seringalista e aos demais agentes capitalistas envolvidos nessa atividade econômica, apropriarem-se da renda da terra embutida na borracha produzida pelo trabalho do seringueiro.

No médio rio Xingu, a literatura consultada indicou que a exploração da seringa desenvolveu-se, basicamente, na segunda fase de grande valorização capitalista da borracha na Amazônia, no decorrer da Segunda Guerra Mundial. Nessa época, o Brasil assinou com os EUA os acordos de Washington, comprometendo-se a fornecer látex para os países aliados, tendo em vista a interdição das grandes áreas produtoras dessa matéria-prima na Ásia pelas potências do Eixo.

Com isso, o Estado brasileiro interviu ativamente na vinda de trabalhadores para os seringais amazônicos. Mais uma vez, sobretudo trabalhadores nordestinos, chamados à época de “soldados da borracha”, foram compelidos a migrar para a Amazônia para atuarem na “batalha da borracha”, como ficou conhecida essa fase da economia gomífera na região.

A exploração dos seringais no médio rio Xingu, assim como no alto, ensejou relações de des-encontros entre extratores não-índios e os povos que já territorializavam a área onde se situavam os seringais e também os castanhais.

Conforme um camponês beiradeiro⁶, remanescente dessa época, pelo risco iminente de ataques dos indígenas, eram obrigados a morar nas ilhas existentes ao longo do rio Xingu, onde deixavam a família quando iam trabalhar nos seringais situados no interior do vale do rio. Esta situação só teria mudado mais tarde, quando foi possível sair das ilhas e estabelecer moradia nas terras dos beiradões, parte das quais tornaram-se, nos anos 1980, objeto de regularização fundiária pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), como se mostrará mais à frente.

Um antigo indígena Juruna, por sua vez, também confirmou a história das relações hostis entre indígenas e brancos, mas contou que vários membros de sua família casaram-se com não índios. Isso começou no tempo da castanha (anos 1950-1960), quando um extrator não índio foi trabalhar na coleta da castanha em terra próxima às cachoeiras da Volta Grande do Xingu, onde sua família morava. Segundo esse indígena, referido extrator casou-se com sua irmã e, logo depois da morte de seu pai, sua família se mudou para outras terras mais a montante no rio, na localidade Paratizão. Esta localidade ficava mais próxima da cidade de Altamira o que facilitava o tratamento de sua mãe. Nessa nova área, referido indígena casou-se com uma indígena Arara, tendo filhos que subsequentemente foram se casando com não índios.

Saraiva (2008) em seu estudo sobre o processo de re-construção indetitária dos índios Juruna do médio rio Xingu, tematizou essas questões. Referida autora, constatou que esses indígenas trabalhavam nos seringais à época da “batalha da borracha” e mesmo com o declínio dessa atividade, esses indígenas permaneceram extraíndo látex que era trocado por mercadorias, como sal, açúcar e café, em casas comerciais na cidade de Altamira, tal como faziam também com a castanha. Ainda segundo essa autora, era comum as mulheres indígenas tornarem-se acunhãs (concubinas) de seringueiros ou de seringalistas e que, a partir da crise da borracha, essas relações continuaram, possibilitando a formação de casais interétnicos, principalmente envolvendo mulheres indígenas e homens não índios.

Desse modo, verificou-se que a formação dos camponeses beiradeiros esteve vinculada à intensificação da exploração econômica dos seringais e castanhais e a chegada de levas de imigrantes, principalmente nordestinos, para trabalhar nessas atividades extrativas. Nesse processo, seringueiros e castanheiros não índios

⁶ Entrevista realizada em 2013, com um “camponês beiradeiro” de 78 anos, no âmbito de um Projeto de Pesquisa desenvolvido pelo autor na UFPA.

estabeleceram complexas relações com os povos indígenas que territorializavam as áreas onde se localizavam os recursos extrativos, de modo que, para além das relações de hostilidade muito presentes nessas áreas, como bem registrou SADER (1996) no Bico do Papagaio, também tiveram lugar no vale do Xingu, relações menos hostis, que possibilitaram o surgimento de casamentos e a troca de conhecimento muito importante principalmente para quem não era da região. O campesinato beiradeiro constitui-se originalmente muito dessa troca, dessa mistura com os indígenas do médio Xingu.

Com o declínio das atividades extrativas, principalmente da borracha, ocorreu evasão de trabalhadores dos seringais, mas muitas famílias permaneceram no médio Xingu, principalmente em torno de pequenas comunidades rurais, onde continuaram a se reproduzir através de práticas camponesas, combinando uma pequena agricultura com diversas formas de extrativismo, como a coleta, caça, a pesca e mesmo, em determinados povoados, o garimpo⁷.

Paralelamente a formação desses camponeses, na segunda metade do século passado, o vale do médio Xingu passou por profundas transformações, decorrentes da abertura da rodovia Transamazônica (BR 230) e da política de colonização proposta para a Amazônia no âmbito da ideologia da integração e segurança nacional, forjada pelos governos militares. E, contraditoriamente, no interior desse processo formou-se nessa área, o grupo camponês aqui chamado de camponeses de terra firme, enquanto produto do movimento de colonização, desencadeado no contexto de abertura dessa grande rodovia.

2.2. TRANSAMAZÔNICA, COLONIZAÇÃO E FORMAÇÃO DOS “CAMPONESES DE TERRA FIRME”

A abertura de grandes rodovias na Amazônia e a política de colonização atrelada a esse processo constituíam nos anos 1970, medidas previstas no Plano de Integração Nacional (PIN) e envoltas na ideologia da integração e segurança nacional, pano de fundo das políticas territoriais da ditadura militar para a região (COSTA, 1988; OLIVEIRA, 1998). Constituíam, nessa perspectiva oficial, ações do estado brasileiro

⁷ Maia (2013) afirma que camponeses localizados em povoados formados em torno de pequenos garimpos também trabalham nessa atividade, o que, em sua interpretação, é uma situação bem peculiar desse campesinato.

no sentido de demarcar definitivamente sua soberania sobre essa região e integrá-la efetivamente à economia nacional, possibilitando desenvolvimento com segurança e a superação dos problemas regionais.

Um renomado estudioso da Amazônia à época, sintetizou bem esse espírito ao receber a notícia da construção da Transamazônica.

Recebi a notícia com a maior alegria. Senti que todo meu esforço por criar a consciência brasileira em torno da problemática da Amazônia, como parte da problemática brasileira, como a mais grave, a que mais exigiria a preocupação e a ação dinamizadora e de alto sentido cívico do País, senti que aquele esforço estava alcançado nos objetivos que me haviam levado à constante proclamação daquela problemática. Nos livros e artigos que sempre escrevi, nas conferências que proferi, nas aulas que dei, procurei sempre provocar o interesse nacional, pondo ao vivo, os perigos que havia se continuássemos ausentes do assunto para as soluções que ele exigia como presença atuante do poder público e como participação que a iniciativa privada devia adotar, participação que já é uma esplêndida realidade, como pode verificar das assembleias, das reuniões que industriais e homens de empresa privada tem realizado para o exame da matéria e a tomada de posição que, realmente, já estão assumindo (REIS, 1972, p. 141-142).

Todavia, essas ações do governo ditatorial orientavam-se, essencialmente, por determinações que eram contrárias ao eloquente, mas falso discurso nacionalista usado para justificá-las. Na prática, como assinalou Oliveira (1988, p. 64), buscava-se dar continuidade ao “processo de integração para melhor permitir a entrega dos recursos nacionais da região aos grupos multinacionais”, processo que, conforme o mesmo autor, já avançava por meio da aquisição de extensas áreas de terra por grupos nacionais ou estrangeiros, associados ou não, e mediante toda uma reengenharia institucional para facilitar e estimular, através de incentivos fiscais, a expansão dos empreendimentos privados na Amazônia.

No bojo desse processo, situavam-se o PIN e a projeção, no âmbito desse programa, de várias eixos viários, dentre as quais a rodovia Transamazônica (BR 230), com um traçado interligando o Nordeste à Amazônia, acompanhado da proposição de uma política de colonização dirigida na faixa de 10 km ao longo dessa rodovia, sob a responsabilidade do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Segundo Oliveira (1988, p. 74),

Era preciso levar trabalhadores para que fosse possível implementar os planos da “Operação Amazônia”, pois de nada adiantariam grandes projetos agrominerais e agropecuários em uma região onde faltava força de trabalho. A alternativa foi a mesma empregada de há muito em território brasileiro para suprir a falta de trabalhadores: lançar mão de programas de colonização. Juntava-se assim a “fome com a vontade comer”.

Dessa maneira, o que se buscava essencialmente não era resolver os problemas agrários do Nordeste, gerados pelo latifúndio, e menos ainda ocupar supostos “espaços vazios” temendo ingerências externas, visto que esses espaços já eram territorializados por numerosas nações indígenas e grupos camponeses e os agentes externos já campeavam pela região como se indicou anteriormente. O que estava em jogo era a criação de condições materiais e institucionais para que os projetos capitalistas pudessem se desenvolver e explorar mais intensamente os recursos naturais amazônicos.

Com isso, a política de colonização dirigida na Transamazônica já nascia fadada ao fracasso, pelo menos no que se referia, evidentemente, aos fins propalados. No entanto, mesmo assim, as terras às margens dessa rodovia logo foram sendo colonizadas por famílias do Nordeste e de diversas regiões do país. Segundo Ianni (1979), muitas dessas famílias chegavam e se localizavam às margens da estrada por conta própria, realizando uma espécie de reforma agrária de fato, sendo que só depois o INCRA aparecia para definir a situação legal dessas famílias na terra. Fato que acontecia, segundo o mesmo autor, também com os núcleos de posseiros que eram transformados em colonos pelo INCRA, sendo logo considerados como elementos da colonização dirigida.

Nesse contexto de abertura de estradas e de proposição de uma política de colonização dirigida foram criados os Projetos Integrados de Colonização (PIC) de Altamira e de Itaituba. Segundo Cunha (2009, p. 29),

O PIC Altamira e o PIC Itaituba, criados pelas Resoluções 128/72 e 129/72, respectivamente, previam o assentamento de 20.515 famílias. No PIC Itaituba, 10.455, e 10.060 no PIC Altamira (INCRA, 2000a; 2000b; 2001a; 2001b). Isso apenas somando os lotes familiares agrícolas, não computando as parcelas urbanas das vilas planejadas. A experiência em campo sugere que esse número teria sido ainda maior, pois levantamentos ocupacionais demonstram que os atuais ocupantes não são, majoritariamente, os destinatários originais, apontando uma intensa rotatividade nos lotes (por exemplo, veja-se INCRA, 2009; 2010). Além disso, há um substantivo contingente de camponeses instalados em um processo de colonização espontânea (geralmente, no prolongamento das estradas vicinais, não computados formalmente pelo Incra nesses números).

A crise nessa política de colonização oficial e a inversão daquilo que determinava o Decreto Lei n.º 68.443/71 estavam por trás desse processo. Referida crise derivava tanto do abandono dos colonos no meio da floresta, quanto, principalmente, da opção das políticas federais na região pelo incremento da empresa capitalista, já explícito a partir de 1974 com o Polamazônia, no âmbito do II Plano de

Desenvolvimento da Amazônia e do II Plano Nacional de Desenvolvimento. Foi nesse contexto que se subverteu as prescrições do Decreto de 1971, permitindo dentro do próprio polígono de desapropriação a legalização de propriedades com extensões bem superiores aos 100 ha, previstas aos colonos.

A esse respeito, Cunha (2009) afirmou que:

[...] instrumentos administrativos como a Resolução Incra nº 72/80 e a Portaria MEAF 1026/88 ampliaram para até 500ha as áreas passíveis de titulação no Polígono, contrariando os limites estabelecidos pelo Decreto 68.443/71. Também soa estranho que no PIC Altamira, numa área desapropriada para a colonização e a reforma agrária, o Incra tenha demarcado e alienado pelo menos trinta lotes de 3.000 ha.

Essa clara opção pela grande propriedade que se manifestava, contraditoriamente, dentro do próprio polígono de desapropriação materializava-se mais explicitamente fora dele. Na área da Volta Grande do Xingu, hoje município de Vitória do Xingu, as terras contíguas à margem sul da Transamazônica foram destinadas a grande fazenda, com a instalação do Projeto Agropecuário Rio Joa, criado em 1979 (ROCHA, 2005). Com isso, restou aos migrantes camponeses, que não paravam de chegar à região, apenas as terras situadas nos fundos dos “travessões”.

Segundo Cunha (2009, p. 34),

O fato de se relegar ao segundo plano a política de colonização nos PICs a partir dos anos 1980 e a desistência de muitos colonos não significaram uma redução da chegada de novos migrantes à fronteira aberta. Em 1985, por pressão dos próprios camponeses, que promoveram manifestação na Esplanada dos Ministérios, a União autoriza a expansão do PIC Altamira e do PIC Itaituba nas partes inseridas no interior do Polígono Desapropriado de Altamira para além dos 10 quilômetros definidos como área prioritária. Essa autorização significou o prolongamento, sempre precário, dos travessões já abertos e a demarcação de alguns lotes (e, mesmo nestes, apenas a frente era demarcada).

A formação dos camponeses de terra firme no médio rio Xingu resultou diretamente desse processo de colonização ao longo da Transamazônica. Tais camponeses foram re-criados, aqui na Amazônia, contraditoriamente, pela política de contra-reforma agrária levada a cabo pelos governos militares nas outras regiões do país, como assinalou Ianni (1979). Por isso, esses camponeses tinham suas origens vinculadas a diversos Estados brasileiros e tal como em suas regiões de origem aqui também foram preteridos pelas políticas públicas, restando-lhes as terras mais distantes e sem nenhuma política efetiva de incentivo.

Nessas terras, diferentemente dos camponeses beiradeiros, esses camponeses dedicaram-se menos ao extrativismo e mais a pequena pecuária

combinada com atividades agrícolas diversas. Em recente estudo realizado entre esses camponeses na Volta Grande do Xingu, Maia (2013) constatou que trabalhavam com “cultivos anuais (milho - *Zeamays*L., feijão – *Phaseolus*spp. , arroz - *Oryza sativa* L.), semi-perenes (mandioca e macaxeira – *Manihotesculenta*Crantz), perenes (limão (*Citrus Limonium*), laranja (*Citrussinensis*L.), goiaba (*Psidium guajava*), e a cultura do cacau (*Theobroma cacao* L)”, cultura que apresentava grande relevância econômica para as famílias consultadas. Além dessas atividades agrícolas, Maia observou também que tais camponeses desenvolviam a criação de animais, principalmente o gado bovino.

Dessa forma, podia-se afirmar que se formaram no médio rio Xingu, principalmente na área da Volta Grande, dois grupos camponeses: um grupo, constituído de “camponeses beiradeiros”, mais antigo, que se reproduziu através de práticas integrando o uso dos ambientes rio-terra-floresta, e outro grupo, constituído de camponeses que chegaram à região mais tarde e que se dedicou mais à agricultura e à pequena pecuária, aqui denominado de “camponeses de terra firme”.

2.3. A CONSTITUIÇÃO DA POSSE E DA PROPRIEDADE CAMPONESA

A estrutura fundiária dos municípios de Brasil Novo, Altamira e Vitória do Xingu, em 2014, apresentava um predomínio numérico de minifúndios⁸ e pequenas propriedades, mas em termos de área, as médias e grandes propriedades, apesar de inferiores em quantidade, abarcavam a maior extensão absoluta, fora das Unidades de Conservação e das Terras Indígenas, conforme indicado no quadro (Quadro 01).

Neste quadro 01, conjuntamente, minifúndios e pequenas propriedades constituíam 72% dos imóveis registrados pelo INCRA. Já as médias e grandes propriedades representavam 11% e 17% dos demais imóveis, respectivamente. Juntos, porém, minifúndios e pequenas propriedades abarcavam pouco mais de 10% da área total dos imóveis, as médias propriedades atingiam também pouco mais de 10% e o restante, mais de 78%, era abarcado pelas grandes propriedades.

⁸ Para o INCRA, os imóveis rurais na área de estudo, podiam ser agrupados em: minifúndios (imóveis rurais com área inferior a 75ha); pequeno porte (imóveis com área entre 01 e 4 módulos fiscais que correspondem a áreas de 75ha a 300ha); médio porte (imóveis com áreas com mais de 300ha até 1125ha); e a grande porte (áreas superiores a 1125ha).

Quadro 01: Dados Fundiários dos municípios de Brasil Novo, Altamira e Vitória do Xingu em 2014

Categoria de imóveis rurais	Total de imóveis	(%)	Total de área (ha)	(%)
Minifúndio	755	15,0	36.081,66	1,0
Pequena Propriedade Produtiva	59	1,0	8.224,33	0,2
Pequena Propriedade Improdutiva	1.545	31,0	169.559,27	5,0
Pequena propriedade	1.249	25,0	141.749,53	4,1
Média Propriedade Produtiva	71	1,0	37.975,45	1,1
Média Propriedade Improdutiva	499	10,0	323.019,15	9,4
Média propriedade	10	0,0	6.710,46	0,1
Grande Propriedade Produtiva	152	3,0	660.202,88	19,3
Grande Propriedade Improdutiva	693	14,0	2.021.885,45	59,3
Grande propriedade	0	0,0	0,00	0,0
Total	5.040	100,0	3.405.408,18	100

Fonte: INCRA, 2014. Organização: Marinho, 2018.

No cadastro do INCRA, indicava-se também se os imóveis eram produtivos ou improdutos, mesmo que este último aspecto estivesse mascarado por uma estranha sequência de três asteriscos. Em relação a esse ponto, os dados indicavam que a grande maioria dos imóveis era considerada improdutiva. Excetuando-se os minifúndios, 31% das pequenas propriedades, 10% das médias e dos 845 imóveis classificados como grandes propriedades, 82%, isto é, 693 dos imóveis, apareciam como improdutos. Em termos de área, isso correspondia a 73,7% da área total, sendo que deste percentual, 59,3% de área correspondia a grande propriedade.

Ou seja, nesses municípios, os dados coletados pelo INCRA indicavam que grande parte da terra passível de uso agropecuário encontrava-se sob o jugo do latifúndio, principalmente do latifúndio improdutivo. Nos levantamentos de 2010 e 2003, o INCRA constatou essa mesma lógica, por vezes ainda mais perversa para os camponeses, como se observa nos quadros (Quadro 02 e 03) a seguir.

Quadro 02: Dados Fundiária dos municípios de Brasil Novo, Altamira e Vitória do Xingu em 2010

Categoria de imóveis rurais	Total de imóveis	(%)	Total de área (há)	(%)
Minifúndio	647	15,0	31.023,46	0,0
Pequena Propriedade Produtiva	63	1,0	9.256,1	0,0
Pequena Propriedade Improdutiva	1.677	38,0	109.550,93	2,0
Pequena propriedade	767	18,0	84.017,68	1,0
Média Propriedade Produtiva	62	1,0	33.141,66	1,0
Média Propriedade Improdutiva	385	9,0	237.080,51	4,0
Média propriedade	0	0,0	0,00	0,0
Grande Propriedade Produtiva	27	1,0	80.037,22	1,0
Grande Propriedade Improdutiva	732	17,0	5.890.890,4	91,0
Grande propriedade	0	0,0	0,00	00
Total	4.360	100,0	6.474.997,96	100

Fonte: INCRA, 2010. Organização: Marinho, 2018.

Nesse quadro 02, assim como no quadro 01, o percentual de imóveis produtivos é numericamente pequeno e insignificante em termos de área perto dos 64% de imóveis improdutivos que abrangiam 97% da área total cadastrada.

Em 2003, a situação fundiária nesses municípios também apresentava esses mesmos contornos.

Quadro 03: Dados Fundiária dos municípios de Brasil Novo, Altamira e Vitória do Xingu em 2003

Categoria de imóveis rurais	Total de imóveis	(%)	Total de área (há)	(%)
Minifúndio	504	17,0	24.411,00	0,4
Pequena Propriedade Produtiva	-	-	-	-
Pequena Propriedade Improdutiva	-	-	-	-
Pequena propriedade	1.950	65,0	214.858	4,1
Média Propriedade Produtiva	33	1,0	18.737	0,3
Média Propriedade Improdutiva	266	9,0	149.979	3,0
Média propriedade	0		0	
Grande Propriedade Produtiva	10	0,0	39.518	1,0
Grande Propriedade Improdutiva	225	8,0	4.695.220	91,2
Grande propriedade	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	2.993	100,0	5.142.723,00	100

Fonte: INCRA, 2003. Organização: Marinho, 2018.

Neste quadro 03, assim como nos anos subsequentes, os dados do INCRA indicavam que existia um predomínio numérico de minifúndios (17%) e pequenas propriedades (65%), mas essas duas categorias de imóveis rurais abrangiam apenas

4,5% da área total registrada. Por outro lado, apesar de bem inferiores numericamente, médias propriedade (9%) e, sobretudo, as grandes propriedades (8%) abrangiam a maior parte da área registrada, com 3,3% e 92,2%, respectivamente. Mais uma vez com predomínio absoluto do latifúndio improdutivo (91,2%).

Porém essa estrutura fundiária fortemente marcada pelo latifúndio nesses municípios nem sempre foi assim. Um antigo camponês beiradeiro do médio Xingu, afirmou que nos anos de 1950 e 1960, quando trabalhava com seu pai na extração do látex, os seringais da Volta Grande não tinham donos. Os seringalistas de Altamira que atuavam nessa área não tinham seringais demarcados. Segundo ele, os seringueiros, como seu pai, eram aviados, ou seja, recebiam mercadorias adiantadas para limparem as estradas onde fosse possível encontrar o maior número de árvores de seringueiras (*Hevea brasiliensis*) nas ilhas ou nos beiradões do Xingu, sem se preocupar com limites entre propriedades.

Esse relato indicava que a questão do acesso à terra no médio Xingu, nessa época, parecia ainda não ter grande importância. Parecia que mesmo depois de um século de instituição da Lei de Terras, marco jurídico de transformação da terra em mercadoria no Brasil (MARTINS, 1984), no interior amazônico, a elite local satisfazia-se ainda em se apropriar mais da renda da terra embutida nos produtos extrativos como a borracha, a castanha e a pele de animais silvestres, do que da própria terra, uma vez que os mecanismos de exploração e subordinação do aviamento lhes assegurava braços cativos para o trabalho na floresta.

Evidentemente que esse processo de produção do capital não ocorria em um “espaço vazio”. As terras onde nasciam e cresciam seringueiras, lontras (*Lontra longicaudis*), maracajás (*Leopardus wiedii*) e onças (*Panthera onca*), já eram territorializadas por povos indígenas, como os Juruna e os Arara da Volta Grande, por exemplo. Logo, a atividade extrativa desses recursos naturais para o mercado capitalista da época, envolvia frequentes conflitos que vitimavam tanto indígenas, que tinham seus territórios saqueados, quanto seringueiros, submetidos à exploração pelo processo de aviamento implementado por seringalistas que moravam principalmente na cidade de Altamira.

Assim, mesmo nessa época, não se podia falar que as terras situadas na Volta Grande do Xingu eram terras livres, “vazias”, pois, de um lado, já eram territorializadas

secularmente por povos indígenas diversos e, de outro, já se desenhava aí uma forma de apossamento de famílias não indígenas, particularmente em torno das numerosas ilhas, áreas que, de certa forma, eram menos suscetíveis aos conflitos com os grupos nativos.

Não por acaso, Martins (1984) afirmou que até 1964, basicamente, haviam duas situações de acesso à terra no Brasil: uma representada pelo empresário capitalista (com o título na mão ou não) e outra, pelo posseiro, que nas regiões mais pobres do país poderia permanecer por longos anos na terra, sendo só muito depois procurado e expulso. Na Amazônia, assim como dantes da abolição da escravatura na região produtora de café, a terra permanecia como algo banal, sem preço. No médio Xingu, era possível que o caráter de classe se expressasse menos pelo controle da terra do que pelo controle do comércio dos produtos extrativos.

Mas esse quadro vai se modificar drasticamente na região a partir da segunda metade dos anos 1960. Segundo Martins (1984, p. 66-67),

[...] é a partir de 64 e sobretudo a partir do Estatuto da Terra que a coisa se torna extremamente complicada, porque o Estado entra diretamente na questão da propriedade da terra, dando apoio econômico, através dos incentivos fiscais, sobretudo a partir de 66 com a legislação da SUDAM, dando apoio econômico as grandes empresas capitalistas que quisessem se instalar no campo, estender os seus negócios no campo. [...] O governo brasileiro passa a fazer doação de recursos públicos às grandes empresas que quisessem se dedicar a agropecuária, particularmente na região amazônica, ou ao reflorestamento.

Essa opção de classe, como assinalou Martins (1984), além de intensificar os conflitos e massacres de indígenas e camponeses na Amazônia, impulsionou também o avanço da ocupação econômica para o interior da região, notadamente para áreas de terra firme. Processo que se deu precisamente por meio da abertura de grandes rodovias e da federalização de extensas áreas de terras em torno desses eixos viários, cuja arrecadação e destinação ficaram a cargo do INCRA.

Na região de integração do Xingu, oeste do Estado do Pará, mesmo depois da revogação do decreto-lei nº 1.164/71 (previa a legalização e federalização de terras situadas a 100km de largura de ambas as margens das rodovias federais construídas, em construção e planejadas) pelo Decreto-lei nº 2.375, de 24 de novembro de 1987, cerca de 90,8% das terras federalizadas ainda permaneceram sob jurisdição fundiária da União, uma vez que se tratavam de terras já arrecadadas, abrangendo predominantemente Terras Indígenas, Unidades de Conservação e áreas militares (70,3%; cerca de 176,3 mil k²), sobretudo no município de Altamira (BRASIL, 2010b).

Em decorrência dessa política de Estado, a ocupação econômica desse extenso bloco de terras nas últimas décadas foi fortemente marcada pelo signo do desmatamento, da extração ilegal de madeira, da grilagem de terras públicas e dos conflitos agrários (ALARCON; TORRES, 2014; MDA/INCRA, s/d; PINTO, 2012; TORRES, 2007; TRECCANI, 1998). A pecuária extensiva e as diversas práticas ilegais e criminosas de controle e exploração da terra instalaram-se nessa região não obstante a criação de um mosaico de Unidades Territoriais de Gestão Especial (UTGE), instituído em nome da conservação/preservação ambiental e do reconhecimento de direitos dos povos originários. Isso graças a precária fiscalização de órgãos públicos como IBAMA e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a inoperância (e conivência em certos casos) do INCRA, cuja atuação não avançou no sentido resolver a complexa situação fundiária criada na região, razão primaz da barbárie que recorrentemente vem ceifando a vida de camponeses e de lideranças que se contrapõem aos interesses do latifúndio e da grilagem.

Neste quadro, marcado pela ausência e/ou conivência de agentes de Estado por um lado, e pela sanha de grileiros por outro, a abertura e manutenção da posse e da terra de trabalho camponesa só podiam ser entendidas como expressões de resistência de grupos sociais que, apesar da situação de abandono e permanente ameaça, lutavam para permanecer na terra e para reproduzir contraditoriamente suas formas de territorialização e reprodução nos interstícios do território capitalista marcadamente dominado pelo interesse do latifúndio.

Foi dessa maneira que se interpretou os resultados apresentados no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da UHE Belo Monte (ELETROBRÁS et al., 2009), no que se referia à situação fundiária na ADA Rural, ou seja, na Área considerada como Diretamente Atingida pela instalação da hidrelétrica nos municípios de Vitória do Xingu, Altamira e Brasil Novo. Apesar da natureza declaratória, uma apreciação desse estudo possibilitava uma aproximação da realidade fundiária na área desapropriada para a construção da UHE Belo Monte, particularmente em relação à situação da posse e da propriedade camponesa no momento imediatamente anterior a instalação desse empreendimento.

No tomo 24 do EIA, a estrutura fundiária na área prevista para ser alagada pelo lago e ocupada por outras estruturas da UHE Belo Monte foi tratada por setores.

Caracterizaram-se dois grandes setores: um, abrangendo a área de terra firme no município de Vitória do Xingu, chamado de Reservatório dos Canais; e outro chamado de Reservatório do Xingu, que foi dividido em três subsetores: Margem Esquerda, Margem Direita e Ilhas, que abrangem os municípios de Vitória do Xingu, Altamira e Brasil Novo.

No Reservatório dos Canais, foram identificados 495 imóveis rurais, abrangendo grandes fazendas e lotes que originalmente mediam 100 ha, situados em gleba objeto de regularização fundiária pelo INCRA desde a década de 1980 e que passou a ser chamado de projeto de assentamento. Nesse setor, situavam-se núcleos camponeses, como São Francisco das Chagas, Bom Jardim I, Deus é Amor e São Raimundo Nonato, interconectados por vicinais de chão batido, praticamente intrafegáveis no inverno amazônico, localmente conhecidas como “travessões”.

A classificação desses imóveis quanto ao tamanho e área foi coligida no quadro (Quadro 04) a seguir.

Quadro 04: Situação Fundiária segundo tamanho e área dos imóveis rurais no setor Reservatório dos Canais

Classificação dos imóveis quanto ao tamanho	Nº de Imóveis	%	Áreas dos Imóveis (ha)	%
Grande	02	0,40	2607,00	4,99
Médio	32	4,65	11.550,00	22,10
Pequeno	297	59,80	31.470, 86	60,22
Minifúndio	174	35,15	6630,61	12,69
Total	495	100	52.258,47	100

Fonte: ELETROBRAS Et al., 2009.

A partir desses dados do quadro 04, observava-se que no bloco de terra firme da Volta Grande do Xingu, que foi atravessado pelo gigantesco canal de derivação da UHE de Belo Monte, havia um predomínio absoluto de pequenas propriedades e de minifúndios, perfazendo mais de 94% dos imóveis identificados, abrangendo 72,91% da área total considerada. Mas isso não significava que essa área estivesse livre da concentração de terra. Pelo contrário, os cerca de 5% de imóveis de grande e médio porte, as grandes fazendas situadas no entorno da Transamazônica, que abrangiam mais de 27% da área total dos imóveis diagnósticos, era um exemplo disso.

Verificando-se a situação mais de perto, observava-se no estudo citado, que o processo de concentração fundiária era, na verdade, mais robusto. Através da correlação entre o número de imóveis de um mesmo domínio e o número de

proprietários isso ficava mais evidente. No estudo, havia informação de que apenas 15 proprietários/posseiros detinham o domínio sobre 79 imóveis. Ou seja, a concentração fundiária no Setor de Canais não se limitava apenas às terras mais próximas da rodovia Transamazônica, destinadas ainda nos 1970 à instalação de projetos agropecuários, mas atingia também os lotes demarcados pelo INCRA nos anos 1980, para a ocupação camponesa.

Interessante destacar que desse processo de concentração fundiária até mesmo um funcionário do INCRA participava. No levantamento documental dos processos de indenização judicializados na Subseção da Justiça Federal em Altamira, identificou-se um processo envolvendo a lide entre um funcionário desse órgão, proprietário de vários lotes de terra na Volta Grande do Xingu, e a NESA. Referido proprietário não aceitou a primeira proposta de indenização milionária que lhe fora ofertada e a lide foi levada a justiça. No desdobramento do referido processo, aquele que deveria zelar para combater as ilegalidades na apropriação da terra, acabou obtendo uma indenização bem inferior ao primeiro montante que lhe foi ofertado, relativo apenas às benfeitorias existentes nos imóveis, como as estruturas da fazenda.

Quanto à situação jurídica dos imóveis situados no setor Reservatório dos Canais, o quadro geral não escapava à situação de confusão/indefinição fundiária predominante na Amazônia (Quadro 05).

Quadro 05: Situação jurídica dos imóveis no setor Reservatório de Canais

Situação Jurídica de Imóveis (Documentos)	Vitória do Xingu	%
Escritura	190	38,38
Documento de compra e venda	57	11,52
Recibo Simples	2	0,40
Sem documentação	61	12,32
Outra	5	1,01
Título Definitivo do INCRA	119	24,04
Protocolo do INCRA	50	10,10
Não soube informar	11	2,22
Total	495	100,00

Fonte: ELETROBRAS Et al., 2009.

Considerando que todas as declarações fossem verídicas, apenas 38,38% dos imóveis identificados estavam formalmente regularizadas à época do levantamento. A situação jurídica dos demais imóveis variava de documentos provisórios emitidos pelo

INCRA até aquelas em que o ocupante informava que não possuía documentação nenhuma da terra.

No setor denominado de Reservatório do Xingu, a situação fundiária dos 501 imóveis rurais identificados era a seguinte (Quadro 06).

Quadro 06: Situação fundiária segundo tamanho e área dos imóveis nos setores do Reservatório do Xingu

Classificação dos imóveis quanto ao tamanho	Nº de Imóveis	%	Área (ha)	%
Grande	02	0,03	5975,35	13,89
Médio	09	1,79	4916,00	11,43
Pequenos	228	45,50	25331,89	58,92
Minifúndio	235	46,90	6775,10	15,75
Não informado	27	5,38	00,00	00,00
Total	501	100	42992,34	100

Fonte: ELETROBRAS et al., 2009.

Pelos dados trazidos no quadro 06, era possível observar que no perímetro médio do Xingu, no trecho que se estendia do barramento principal da UHE Belo Monte, na Volta Grande, até pouco a montante da cidade de Altamira, existia também predomínio de imóveis de pequeno porte e de minifúndios nas margens direita e esquerda do rio e nas ilhas, perfazendo mais de 92% dos imóveis identificados, ocupando mais de 74% da área total considerada.

Nesse setor, os dados apresentados indicavam a concentração de terra nos subsetores Margem Direita, no qual seis proprietários/posseiros detinham o controle sobre 33 imóveis, e Margem Esquerda, onde seis proprietários/posseiros controlavam 30 imóveis. No subsetor Ilhas, porém, os dados indicavam o predomínio absoluto da apropriação individual dos pequenos imóveis e dos minifúndios, o que sugere a preponderância da apropriação camponesa e indígena nessa área.

No que se referia à condição jurídica dos imóveis, a situação dos imóveis por subsetores era a seguinte: na Margem Direita do Xingu, apenas 41 (15,71%) dos imóveis constavam como tendo escritura. Predominavam aí os títulos e protocolos do INCRA (71% dos imóveis estavam nessa situação). No subsetor Margem Esquerda, 44,44% dos imóveis foram declarados como tendo escritura. A situação jurídica dos demais imóveis variava de possuidores de título definitivo do INCRA (44,44%) a simples documentos de compra e venda ou sem documentação indicada. E no subsetor Ilhas, dos 209 imóveis identificados, 155 (74,16%) foram declarados como

sem documentação e os demais como tendo documento de compra e venda (18,66%), recibos simples (2,39%) ou sem informação.

Desta forma, era possível observar que o Estado, através do INCRA, pouco tinha avançado na regularização fundiária dos imóveis rurais atingidos pela UHE de Belo Monte. Situação agravada pelo grande número de imóveis improdutivos e pelo consequente descumprimento da função social da propriedade, como assegurado em lei.

2.4. A RE-CRIAÇÃO DOS CAMPONESES NO MÉDIO XINGU

Como se observou na exposição, a formação dos grupos camponeses no médio rio Xingu teve sua origem em processos migratórios para a região amazônica em diferentes momentos. Aliás, um traço característico no processo de formação do campesinato brasileiro, como bem já assinalou Oliveira (1987). Foi nesse processo migratório que esses camponeses vislumbraram a oportunidade de novamente entrar na terra e continuar reproduzindo sua campesinidade.

Nesses processos migratórios para a Amazônia, direta ou indiretamente, o Estado exerceu interferência substantiva, principalmente em seu nível federal, através de políticas que visavam não realizar reforma agrária nas regiões de origem desses camponeses, e ofertar mão-de-obra para o desenvolvimento dos empreendimentos capitalistas nessa região. Em certo sentido, podia-se afirmar que o campesinato em estudo resultou de um processo de re-criação desencadeado pelo próprio Estado, mediante suas políticas de estímulo e ocupação econômica da região amazônica. Nesse sentido, referido campesinato resultou de políticas de contra-reforma agrária que, para não intervir em estruturas agrárias secularmente concentradas, terminaram trazendo para a Amazônia contingentes de populações excluídos em busca de um tão sonhado pedaço de terra.

Mas aqui chegando, esses grupos sociais constataram que o propalado “espaço vazio” não passava de ideologia e que para conquistar um pedaço de chão teriam que embrenhar-se em busca de terras mais distantes, tendo que estabelecer complexas relações (conflituosas ou não) com os povos indígenas que já territorializavam essas áreas, bem como com grileiros, agentes que, muitas vezes, com a anuência ou mesmo participação direta de setores dos próprios órgãos

responsáveis pela regularização fundiária, apropriavam-se ilegalmente de extensas áreas de terra na região.

Nesse contexto espaço-temporal, formou-se o campesinato no médio rio Xingu. Campesinato que, apesar de se constituir heterogêneo do ponto de vista de sua territorialidade e de seu modo de vida (MARQUES, 2004), foi re-criado, contraditoriamente, no processo de exploração capitalista dos recursos naturais amazônicos, com forte ou, talvez determinante, participação do Estado, através de políticas territoriais, com apelo à imigração, como através das políticas de colonização forjadas pelos governos militares, a fim de disponibilizar braços para o desenvolvimento de empreendimentos capitalistas na região.

PARTE II: O CERCAMENTO DO MÉDIO RIO XINGU PARA PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

3. O ESTADO E AS POLÍTICAS TERRITORIAIS PARA A AMAZÔNIA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

A Amazônia no começo do século XXI, tornou-se mais uma vez objeto de políticas territoriais projetadas e, em grande medida, patrocinadas pelo Estado brasileiro, visando aprofundar os processos capitalistas de exploração dos recursos naturais na região. Nesse quadro, chamou a atenção o particular interesse governamental pela implementação de grandes projetos hidrelétricos, tidos oficialmente como imprescindíveis para livrar a população de possíveis apagões e para assegurar, sem sobressaltos, a oferta de energia para o desenvolvimento econômico do país. Mas, mesmo derivando de um suposto “interesse público”, a efetivação desses grandes projetos foi (e vem sendo) marcada por disputas, conflitos e alianças envolvendo variados e contraditórios interesses.

O processo que culminou com a construção da UHE Belo Monte no médio rio Xingu, no Pará, transcorreu nesse quadro histórico complexo e contraditório. De um lado, foi impulsionado por grandes agentes privados que, contraditoriamente, foram apoiados por agentes políticos que não só haviam se posicionado historicamente contrários a tal empreendimento, como haviam prometido em campanha eleitoral, que teriam grande sensibilidade no que diz respeito à efetivação desse tipo de projeto na Amazônia. De outra parte, a efetivação da UHE Belo Monte enfrentou incisivos questionamentos do MPF, que colocou em pauta a inobservância jurídica e a inviabilidade ambiental do projeto. Questões que, por sua vez, suscitaram disputas, mobilizações e des-mobilizações no âmbito da sociedade civil. Desse modo, a construção da UHE Belo Monte não envolveu apenas lutas entre empresa concessionária e grupos sociais atingidos, envolveu também disputas entre instâncias/aparelhos que faziam parte do próprio Estado, em seu sentido mais restrito, cujas posições divergiam quanto à efetivação do polêmico empreendimento.

Dessa forma, antes de avançar sobre os condicionantes econômico-políticos que permitiram que um projeto que vinha sendo combatido desde os idos dos anos 1980, finalmente saísse do papel, impõe-se apresentar algumas considerações sobre a perspectiva pela qual o Estado foi entendido nesse trabalho.

3.1. O ESTADO NA PERSPECTIVAS DE AUTORES MATERIALISTA DIALÉTICOS

O Estado tem sido tematizado na Geografia, pelo menos, desde os trabalhos seminais de Ratzel. Porém, poucos estudiosos desse campo do conhecimento têm se debruçado sobre o tratamento teórico do assunto. Mesmo no âmbito da Geografia Política, após analisar os clássicos e os geopolíticos militares, Costa (2010, p. 255) observou que “era muito comum a adoção apriorística de um conceito de Estado, aplicando-o indistintamente às várias realidades (lugares, regiões, países em momentos históricos diversos etc.)”. Com isso, “o resultado nem sempre foi satisfatório, mesmo quando as reflexões se referiram a um único contexto, porque fatalmente acabavam extrapolando-se a outros” (COSTA, 2010, p. 255).

Sobre isso, observou Costa:

[...] as ideias de Haushofer, por exemplo, sobre a natureza e o papel do Estado alemão durante o terceiro Reich, não eram equivocadas apenas porque partiam de pressupostos filosóficos falseados, mas também porque se referiam, como Hitler o fazia, a uma concepção de Estado subordinada a uma tática e a uma estratégia de um grupo político no poder. Mais grave, no caso, porque esse tipo de abordagem tendeu a passar a absurda ideia de que o Estado é o que aí está e não cabe aos geógrafos refletir sobre ele (e nem mesmo tentar modifica-lo), mas apenas conectá-lo com o território, a população e a ação prática, a fim de reproduzi-lo e expandi-lo (COSTA, 2010, p. 255).

Desta forma,

O problema da posição passiva diante da questão teórica sobre o Estado é grave, também, porque há sobre ele tantas interpretações quantas são as concepções de mundo expressas no nível do trabalho intelectual no âmbito das ciências sociais modernas. Daí o nosso entendimento de que, em princípio, todas as posições teóricas acerca de seu significado e papel, nesta ou naquela formação econômica e social, devem constituir-se em interesse para os geógrafos (COSTA, 2010, p 255-256).

Tendo em vista esse entendimento, e considerando que os Estados nacionais, apesar de hoje bastante desgastados em suas funções clássicas, continuaram tendo papel relevante no processo de acumulação e mundialização capitalista, buscou-se delinear a perspectiva pela qual o Estado foi apreendido. Inicialmente, partiu-se da concepção de que o Estado deve ser entendido, antes de tudo, como um produto histórico e que, apesar de parecer situado acima da sociedade, essencialmente é produto e palco de relações sociais contraditórias, cujas ações plasmam-se no espaço-tempo igualmente de maneira contraditória, conforme indicaram autores como Marx, Engels e Gramsci.

Acerca dessa perspectiva, na obra **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**, Engels assim se referiu:

O Estado não é pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; tampouco é 'a realidade da ideia moral', nem 'a imagem e a realidade da razão', como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que esta sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da 'ordem'. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado (1985, p. 191).

Ou seja, o Estado não é nenhuma obra divina. É, essencialmente, fruto do acirramento das contradições sociais de classes, gestadas no processo de avanço da divisão social do trabalho que vai culminar com o aparecimento da propriedade privada e, conseqüentemente, da expansão do comércio. Nesse processo, afirmou Engels, "progrediram rapidamente a centralização e a concentração das riquezas nas mãos de uma classe pouco numerosa, o que se fez acompanhar do empobrecimento das massas e do aumento numérico dos pobres" (1985, p. 188).

Com isso, surgiu uma:

[...] sociedade que, por força das contradições econômicas gerais de sua existência, tivera que se dividir entre homens livres e escravos, em exploradores ricos e explorados pobres; uma sociedade em que os referidos antagonismos não só não podiam ser conciliados como ainda tinham que ser levados aos seus limites extremos. Uma sociedade desse gênero não podia subsistir senão em meio a uma luta aberta e incessante das classes entre si, ou sob o domínio de um terceiro poder que, situado aparentemente por cima das classes em luta, suprimisse os conflitos abertos destas e só permitisse a luta de classes no campo econômico, numa forma dita legal. O regime gentilício já estava caduco. Foi destruído pela divisão do trabalho que dividiu a sociedade em classes, e substituído pelo *Estado* (ENGELS, 1985, p. 190).

Logo,

[...] o Estado não tem existido eternamente. Houve sociedades que se organizaram sem ele, não tiveram a menor noção do Estado ou de seu poder. Ao chegar a certa fase de desenvolvimento econômico, que estava necessariamente ligada à divisão da sociedade em classes, essa divisão tornou o Estado uma necessidade (ENGELS, 1985, p. 190).

O Estado que surgiu dessas contradições, segundo Engels, apresentou duas características gerais.

o Estado caracteriza-se, em primeiro lugar, pelo agrupamento de seus súditos *de acordo com uma divisão territorial*. As velhas associações gentílicas, constituídas e sustentadas por vínculos de sangue, tinham chegado a ser,

como vimos, insuficientes em grande parte, porque supunham a ligação de seus membros a um determinado território, o que deixara de acontecer há bastante tempo. O território permanecera, mas os homens se haviam tornado móveis. Tomada a divisão territorial como ponto de partida, deixou-se aos cidadãos o exercício dos seus direitos e deveres sociais onde estivessem estabelecidos, independentemente das gens ou das tribos. Essa organização dos súditos do Estado conforme o território é comum a todos os Estados. Por isso nos parece natural; (ENGELS, p. 192).

Ainda conforme Engels,

O segundo traço característico é a constituição de uma *força pública*, que já não mais se identifica com o povo em armas. A necessidade dessa força pública especial deriva da divisão da sociedade em classes, que impossibilita qualquer organização armada espontânea da população [...] esta força pública existe em todos os Estados; é formada não só de homens armados como, ainda, de acessórios materiais, os cárceres e as instituições coercitivas de todo gênero, desconhecidos pela sociedade da *gens*. Ela pode ser pouco importante e até quase nula na sociedade em que ainda não se desenvolveram os antagonismos de classes, ou em lugares distantes, como sucedeu em certas regiões e em certas épocas nos Estados Unidos da América. Mas se fortalece na medida em que exacerbam os antagonismos de classe dentro do Estado e na medida em que os Estados contíguos crescem e aumentam de população. Basta-nos observar a Europa de hoje, onde a luta de classes e as rivalidades nas conquistas levaram a força pública a um tal grau de crescimento que ela ameaça engolir a sociedade inteira e o próprio Estado. (1985, p. 192-193)

Essa força pública, constituída pelos funcionários, é sustentada pela tributação imposta aos cidadãos dos Estados através de leis. Sobre esse ponto, Engels afirmou:

Donos da força pública e do direito de recolher os impostos, os funcionários, como órgão da sociedade, põem-se então acima dela. O respeito livre e voluntariamente tributado aos órgãos da constituição gentílica já não lhes basta, mesmo que pudesse conquista-lo; veículo de um poder que se tinha tornado estranho à sociedade, precisam impor respeito através de leis de exceção, em virtude das quais gozam de uma santidade e uma inviolabilidade especiais. (1985, p. 193).

Desta forma,

Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo de classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, também se converte em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida (ENGELS, p. 193-194)

Do ponto de vista histórico, Engels sintetizou esse entendimento nos seguintes termos:

Assim, o Estado antigo [Atenas, Roma] foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter os escravos subjugados; o Estado feudal foi o órgão de que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes; e o moderno Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado. (1985, p. 193-194)

Esse caráter de classe do Estado, antes da era moderna, explicitava-se, por exemplo, através do próprio ordenamento jurídico estatal, onde a relação entre direito e posses era direta. Segundo Engels (1985, p. 194),

[...] na maior parte dos Estados históricos, os direitos concedidos aos cidadãos são regulados de acordo com as posses dos referidos cidadãos, pelo que se evidencia ser o Estado um organismo para a proteção dos que possuem contra os que não possuem. Foi o que vimos em Atenas e em Roma, onde a classificação da população era estabelecida pelo montante dos bens. O mesmo acontecendo no Estado feudal da Idade Média, onde o poder político era distribuído conforme a importância da propriedade territorial.

Nos modernos Estados representativos, entretanto, onde foram instaladas repúblicas democráticas não se reconhecia oficialmente as diferenças de fortuna, o que não significava para Engels, que o Estado tivesse deixado de ser uma instituição a serviço da classe economicamente mais poderosa. Apenas a forma pela qual essa classe passou a exercer seu poder modificou-se, tornando-se mais segura.

A república democrática - a mais elevada das formas de Estado, e que, em nossas atuais condições sociais, vai aparecendo como uma necessidade cada vez mais inelutável, e é a única forma de Estado sob a qual pode ser travada a última e definitiva entre o proletariado e a burguesia - não mais reconhece oficialmente as diferenças de fortuna. Nela, a riqueza exerce seu poder de modo indireto, embora mais seguro. De um lado, sob a forma de corrupção direta dos funcionários do Estado, e na América vamos encontrar o exemplo clássico; de outro lado, sob a forma de aliança entre o governo e a bolsa. Tal aliança se concretiza com a facilidade tanto maior quanto mais cresçam as dívidas do Estado e quanto mais as sociedades por ações concentrem em suas mãos, além dos transportes, a própria produção, fazendo da bolsa o seu centro (ENGELS, 1985, p 194-195).

Desse modo, o Estado moderno representativo, assim como seus congêneres que o antecederam em outras condições históricos, institucionalizou-se como organização a serviço dos interesses de uma classe dominante, no caso a burguesia, que passou a exercer seu poder de diferentes formas sobre essa organização capitalista.

Em **O Manifesto do Partido Comunista**, Marx e Engels fizeram referência aos termos desse processo, mostrando como a burguesia lutou para construir uma organização política e territorial consoante seus interesses.

A burguesia suprime cada vez mais a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população. Aglomerou as populações, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos. A consequência necessária dessas transformações foi a centralização política. Províncias independentes, ligadas apenas por débeis laços federativos, possuindo interesses, leis, governos e tarifas aduaneiras deferentes, foram reunidas em *uma só nação*, com *um só governo*, *uma só lei*, um só interesse nacional de classe, *uma só barreira alfandegária* (MARX; ENGELS, 2005, p. 44).

Assim, o Estado moderno representativo surgiu como expressão política, jurídica e territorial do avanço do capitalismo. Logo, uma instituição moldada, em última instância, para atender aos interesses burgueses.

Acerca desse assunto, em passagem de o Manifesto, Marx e Engels afirmaram:

Cada etapa de evolução percorrida pela burguesia foi acompanhada de um progresso político correspondente. Classe oprimida pelo despotismo feudal, associação armada e autônoma na comuna, aqui república urbana independente, ali terceiro estado tributário da monarquia; depois, durante o período manufatureiro, contrapeso da nobreza na monarquia feudal ou absoluta, base principal das grandes monarquias, a burguesia, com o estabelecimento da grande indústria e do comércio mundial, conquistou, finalmente, a soberania política exclusiva do Estado representativo moderno. O executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa (MARX; ENGELS, 2005, p. 41-42).

Essa posição de Marx e Engels não deixava dúvida quanto à natureza e ao papel do Estado no capitalismo. Para esses autores, a democracia representativa moderna, forma de governo que vai marcar o Estado capitalista a partir do momento em que a burguesia torna-se a classe dominante, não passava de uma democracia burguesa, ou seja, de uma forma de governo que escondia por traz de uma aparente participação, a preponderância dos interesses da classe que passou a controlar os meios de produção.

Evidentemente que a afirmação desse Estado capitalista resultou de um processo contraditório e diverso, cuja história apresentou particularidades conforme a realidade nacional que ia sendo revolucionada pela burguesia em sua cruzada pelo controle do poder político, primeiramente na Europa, e sobretudo a partir do século XIX, em outras partes do mundo onde o capitalismo avançava, levando consigo sua forma de organização econômico-política correspondente.

Na Inglaterra, por exemplo, Marx e Engels afirmaram que:

A organização do proletariado em classes e, portanto, em partido político, é incessantemente destruída pela concorrência que fazem entre si os próprios operários. Mas renasce sempre, e cada vez mais forte, mais sólida, mais poderosa. Aproveita-se das divisões internas da burguesia para obrigá-la ao reconhecimento legal de certos interesses da classe operária, como, por exemplo, a lei da jornada de dez horas de trabalho na Inglaterra. (2005, p. 48)

Ainda assim, é importante assinalar que as condições objetivas de onde esses autores teorizaram era a da afirmação do capitalismo industrial, marcada pela inegável ascensão da burguesia como classe dominante no plano econômico-político, mas também pela inexistência de grandes organizações como partidos de massas e

organizações sindicais. Nessas condições históricas, o Estado parecia, basicamente, um comitê para gerir os negócios da burguesia, como afirmaram Marx e Engels, cuja subjugação pela classe trabalhadora, na perspectiva desses autores, também se colocava como imprescindível no movimento revolucionário de superação da ordem social capitalista.

Dessa forma, apesar de Engels e, sobretudo, Marx não terem se detido mais prolongadamente na teorização sobre o Estado, suas contribuições acerca do tema foram seminais, não só porque desmistificaram as interpretações de cunho idealista e racionalista, mas porque situaram o Estado no terreno das contradições sociais de classes, tornando possível entendê-lo como uma produção histórica, cuja natureza e ação só podiam ser devidamente compreendidas mediante a consideração das condições materiais objetivas de cada época.

Na perspectiva materialista dialética, quem se preocupou de forma mais detida com a questão política e proporcionou, por conseguinte, significativos avanços na interpretação do Estado, particularmente em formações territoriais capitalistas mais complexas, foi Antonio Gramsci⁹. Em seus escritos carcerários coligidos na obra **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**, foram sinteticamente coligidos os elementos básicos que constituíram sua perspectiva sobre o Estado moderno, bem como as estratégias de luta política mais apropriadas para cada situação histórico-concreta.

Nessa obra, a questão de fundo que preocupava Gramsci dizia respeito às condições em que a revolução socialista poderia prosperar em sociedades capitalistas mais complexas. Esta preocupação conduziu Gramsci, a partir do diagnóstico das condições históricas que se lhe apresentavam, a redimensionar e a atualizar não só a concepção do Estado, como também a concepção de revolução (COUTINHO, 1992).

No que tangia particularmente à concepção do Estado, importa assinalar inicialmente que o pensador sardo considerava o último quarto do século XIX como um momento sintomático da formação de um tipo de Estado que não poderia ser mais reduzido a um aparelho governamental repressivo. Em seus escritos, Gramsci considerava o período pós 1870 como o momento em que o Estado capitalista

⁹ Entende-se aqui, que a teorização de Lenin (2007) basicamente reforça a perspectiva já delineada, sobretudo por Engels.

tornava-se mais complexo, o que tornava obsoletas, por extensão, a estratégia de luta política até então teorizada e posta em prática.

Em uma passagem intitulada “Análise de Situação. Relação de força”, Gramsci explicitou tal entendimento nos seguintes termos:

Estes critérios metodológicos podem adquirir visível e didaticamente todo o seu significado quando aplicados ao exame de fatos históricos concretos. O que se poderia fazer com utilidade em relação aos acontecimentos que se verificaram na França de 1789 a 1870. Parece-me que para maior clareza da exposição seja necessário abranger todo esse período. Efetivamente, só em 1870-1871, com a tentativa da Comuna, esgotam-se historicamente todos os germes nascidos em 1789. Não só a nova classe que luta pelo poder derrota os representantes da velha sociedade que não quer confessar-se definitivamente superada, mas derrota também os grupos novíssimos que acreditam já ultrapassada a nova estrutura surgida da transformação iniciada em 1789. Assim, ela demonstra a sua vitalidade tanto em relação ao velho como em relação ao novíssimo. Além do mais, em virtude dos acontecimentos de 1870-1871, perde eficácia o conjunto de princípios de estratégia e tática política nascidos praticamente em 1789 e desenvolvidos ideologicamente em torno de 1848 (aqueles que se sintetizam na fórmula da revolução permanente (1991, p. 47-48)

Neste excerto, como se observa, Gramsci considerava o período que se estendia da Revolução Francesa (1789) até, basicamente, a eclosão da Comuna de Paris (1871), como um período em que a burguesia (a nova classe) não só derrotou a velha sociedade (aristocracia), mas também os grupos novíssimos (os trabalhadores) que acreditavam já ultrapassadas as estruturas orgânicas esculpidas a partir da revolução de 1789, o que poderia ser entendido como expressão de força (vivacidade) da classe burguesa. Com isso, perdiam eficácia os princípios de luta política nascidos em 1789, como os movimentos de assalto ao poder, teorizados na fórmula da “revolução permanente”, que eram ajustados para o tempo em que o Estado (aparelho governamental repressivo) era tudo.

Essa estratégia de luta sintetizada na fórmula da “revolução permanente”, ou seja, de assalto ao poder, perdera eficácia nos Estados modernos, a partir de 1870, porque esses Estados tornaram-se mais complexos. Nas palavras de Gramsci (1991):

“A fórmula [revolução permanente] é própria de um período histórico em que não existiam ainda os grandes partidos políticos de massa e os grandes sindicatos econômicos, e a sociedade ainda estava, por assim dizer, no estado de fluidez sob muitos aspectos: maior atraso do campo e monopólio quase completo da eficiência político-estatal em poucas cidades ou numa só (Paris para a França); aparelho estatal relativamente pouco desenvolvido e maior autonomia da sociedade civil em relação a atividade estatal; ...maior autonomia das economias nacionais no quadro das relações econômicas do mercado mundial, etc. No período posterior a 1870, em virtude da expansão colonial europeia, todos esses elementos se modificaram, as relações de organização internas e internacionais do Estado tornaram-se mais complexas

e maciças, e a fórmula jacobina-revolucionária da 'revolução permanente' é elaborada e superada na ciência política pela fórmula de 'hegemonia civil' (p. 91-92).

Porém, o avanço capitalista não se dava de maneira homogênea, mas através de um processo contraditório e desigual que envolvia também a permanência de países onde o aparelho estatal continuaria pouco desenvolvido, nos quais os princípios da “revolução permanente” ainda continuariam válidos.

Referindo-se a Lênin, o autor que provavelmente já teria atentado para essas diferenciações, mas não teria tido tempo de aprofundá-las, Gramsci afirmou:

Parece que Ilich [Lênin] compreendeu que se verificara uma modificação da guerra manobrada, aplicada vitoriosamente no Oriente em 1917, para a guerra de posição, que era a única possível no Ocidente, onde, como observa Krasnov, num espaço estreito podiam acumular quantidades indiscriminadas de munição, onde os quadros sociais eram de *per se* ainda capazes de se tornarem trincheiras municiauíssimas (1991, p. 74-75).

Nesse excerto, observa-se que Gramsci vinculava as estratégias de luta política a formações econômico-sociais particulares, relacionando-as às noções de “Oriente” e de “Ocidente”. Com isso, Gramsci indicava que a adoção nos países de tipo “Ocidental”, dos mesmos princípios de luta política que deram certo na tomada do poder na Rússia (país de tipo “Oriental”) em 1917, por exemplo, era um equívoco e, por certo, estaria na raiz do insucesso dos partidos comunistas na Europa. Isto porque:

No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primordial e gelatinosa, no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e em qualquer abalo do Estado imediatamente descobria-se uma poderosa estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; em medida diversa de Estado para Estado, é claro, mas exatamente isto exigia um acurado reconhecimento do caráter nacional (1991, p. 74-75).

A partir desse entendimento, Gramsci colocava não apenas a necessidade de se repensar as estratégias de luta política pelo socialismo em países capitalistas de formações econômico-sociais mais complexas, como também estendia a concepção do Estado nesses países de tipo Ocidental, incorporando ao aparelho governamental repressivo (sociedade política) à esfera da sociedade civil, constituída pelo conjunto de organizações (partidos políticos, organizações patronais, grandes sindicais, escolas, maçonaria, imprensa, etc.), que constituía uma espécie de arena onde as diferentes classes lutavam para conquistar o consenso necessário à direção política, ou seja, para exercer a hegemonia política e cultural.

Nesse tipo de formação social de tipo Ocidental, o Estado poderia ser representado sinteticamente por meio da seguinte fórmula: “Estado = sociedade

política + sociedade civil, isto é, hegemonia revestida de coerção” (GRAMSCI, 1991, p. 149). Em outras palavras,

Pode-se demonstrar que o conceito comum de Estado é unilateral e conduz a erros colossais falando do recente livro de Daniele Halévy, *Décadence de la Liberté*, do qual li uma resenha em *Nouvelles Littéraires*. Para Halévy, ‘Estado’ é o aparelho representativo; ele descobre que os fatos mais importantes da história francesa de 1870 até hoje não se devem a iniciativas de organismos político derivados do sufrágio universal, mas, ou de organismos privados (sociedades capitalistas, Estados-Maiores, etc.), ou de grandes funcionários desconhecidos do país, etc. Isto significa que por ‘Estado’ deve-se entender, além do aparelho governamental, também o aparelho ‘privado’ de hegemonia ou sociedade civil. (GRAMSCI, 1991, p. 147)

Ao incorporar esse momento da sociedade civil à teoria materialista dialética do Estado, Gramsci contribuiu decisivamente para torna-la mais concreta, a partir da incorporação de novas determinações (COUTINHO, 1992), além de permitir pensar o Estado para além de seu núcleo mais restrito, chamado de sociedade política ou aparelho governamental, por exemplo. Para Coutinho (1992), essa contribuição de Gramsci estava associada ao fato de que este autor, também teorizou em um contexto histórico-geográfico, onde já se vislumbrava com mais nitidez a formação de sujeitos coletivos de massa, diferentemente da época de Marx e Engels, em que a máquina estatal confundia-se com o aparelho governamental repressivo. Ou seja, esses autores não teriam encontrado em seu tempo, os aparelhos privados de hegemonia que vão chamar a atenção de Gramsci e contribuir para sua concepção inovadora do Estado.

Nessa perspectiva gramsciana, o partido político (no caso o partido político revolucionário) assumia importância central no processo de transformação do Estado.

O moderno príncipe, o mito-príncipe, não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto; só pode ser um organismo; um elemento complexo de sociedade no qual já tenha se iniciado a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e fundamentada parcialmente na ação. Este organismo já determinado pelo desenvolvimento histórico: é o partido político: a principal célula na qual se aglomeram germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais (GRAMSCI, 1991, p. 6)

Ainda segundo Gramsci,

O moderno príncipe deve e não pode deixar de ser o propagandista e o organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa criar o terreno para o desenvolvimento ulterior da vontade coletiva nacional-popular no sentido de alcançar uma forma superior e total de civilização moderna (1991, p. 8)

Ou seja, na visão de Gramsci, no mundo moderno, a ação de um indivíduo concreto mítico, fulminante, seria apenas de caráter defensivo, não original, não orgânica, não criadora de novas estruturas. Através desse posicionamento, explicitava

também sua discordância em relação aos pensadores de corte marxista que teorizavam acerca do assalto ao poder independentemente da formação econômico-social. Para Gramsci,

“uma ação imediata de tal gênero não poder ser, pela sua própria natureza, ampla de caráter orgânico: será quase sempre de caráter de tipo restauração e reorganização, e não de tipo peculiar à fundação de novos Estados e de novas estruturas nacionais e sociais [...]” (Idem, 1991, p. 6).

Desse ponto de vista, Gramsci distinguiu a Grande política da política menor. Segundo ele,

Grande política (alta política), política menor (política do dia-a-dia, política parlamentar, de corredores, de intrigas). A grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, com a luta pela destruição, a defesa, a conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. A política menor compreende as questões parciais e quotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida, em virtude de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política. Portanto, é grande política tentar excluir a grande política do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo a pequena política (Giolitti, baixando o nível das lutas internas, fazia grande política; mas os seus súcubos eram objeto de grande política, embora fizessem política menor. Ao contrário, é puro diletantismo colocar a questão de modo tal que cada elemento de pequena política deva necessariamente tornar-se questão de grande política, de reorganização radical do Estado (1991, p 159).

A Grande política implicava em mudanças estruturais que iriam possibilitar a fundação de novos Estados. A política menor, por sua vez, não comprometia as estruturas orgânicas, pois atinha-se a questões parciais, cotidianas, no interior das estruturas já estabelecidas. Logo, para “criar o terreno para o desenvolvimento ulterior da vontade coletiva nacional-popular no sentido de alcançar uma forma superior e total de civilização moderna”, como afirmava em passagem a pouco citada, o moderno príncipe teria que ater-se à Grande, não à política menor.

Dessa maneira, Gramsci redimensionou a perspectiva da revolução socialista e legou, para o entendimento do Estado moderno, um rico arcabouço teórico-conceitual do qual aqui, apenas fez-se referência sumariamente a uma parte. Para os fins desse trabalho, buscou-se reter desta perspectiva inovadora sobre o Estado, que este, contemporaneamente, não é mais somente um aparelho governamental repressivo, mas envolve outro momento em que a luta de classes se desenvolve permanentemente, nas disputas para obter-se o consenso, este momento é a sociedade civil. Isso indica que, para o exercício da hegemonia, da direção política e cultural, outros interesses também são considerados, além daqueles unicamente da classe dominante. Nesta concepção, contraditoriamente, abriu-se a possibilidade para que determinados interesses das classes não-hegemônicas (subalternas) possam ser

considerados, sobretudo quando ajudam na obtenção de consenso e não ameaçam, efetivamente, as estruturas orgânicas já estabelecidas.

3.2. ESTADO NEOLIBERAL E A OPÇÃO PELAS GRANDES HIDRELÉTRICAS NA AMAZÔNIA

A economia capitalista contemporânea moldou-se, de certa maneira, como resposta e a partir das profundas transformações gestadas no decorrer do século XX. Segundo Oliveira (1999b, p. 75),

Essas transformações podem ser encontradas em praticamente todas as dimensões da humanidade: o surgimento, expansão e crise do socialismo; as duas grades guerras mundiais; a corrida espacial, a chegada do homem à lua e as imagens fantásticas de Marte; o desenvolvimento da eletrônica e das comunicações e muitos outros. O mundo contemporâneo rompeu das distâncias, aproximou os povos; uniu e separou nações; fez emergir e fez sucumbir potências mundiais; disseminou guerras e colocou o planeta à beira do holocausto nuclear; a capacidade de destruição do homem alcançou níveis inimagináveis para qualquer ser humano. Mas colocou também, para toda a humanidade, mais do que nunca, o imperativo da solidariedade entre os homens.

Assim, conforme Oliveira (1999b, p. 76),

A lógica que dominou o mundo no século XX foi aquela ditada por dois processos: a expansão geográfica do socialismo e a formação dos monopólios capitalistas. Com a crise que abateu sobre os países socialistas no final da década de 80, a principal característica do mundo no final do século XX passou a ser a mundialização do capitalismo.

Neste contexto espaço-temporal, ao invés das disputas interimperialistas encarniçadas que conduziram, por exemplo, a duas grandes guerras, ganharam relevância relações que aproximavam as burguesias nacionais, unindo-as de forma que o modo capitalista de produção deixava de ter um centro geográfico determinado, estando em qualquer parte do mundo, onde havia condições para a valorização do capital, através da exploração da força de trabalho e dos recursos naturais.

Logo, colocou-se também a necessidade de adequar o Estado às necessidades desse novo momento do processo de acumulação capitalista. De maneira sintética, segundo Oliveira (1999b, p. 80),

[...] pode-se dizer que no século XIX, o capitalismo apresentava como elementos estruturais a propriedade privada e a propriedade estatal. A ele correspondeu o Estado Liberal que cuidou de separar o patrimônio público do privado e a propriedade privada da propriedade estatal. Com a crise do Estado Liberal no século XX, tornou-se dominante o Estado do Bem Estar. Nele, assumiu papel de importância a propriedade das empresas representativas de interesses, produto do acordo de classes. Este Estado, por sua vez, também entrou em crise nos anos 70. Qual Estado vai sucedê-lo? Esta é a pergunta que muitos fazem. Uns, os liberais ou neoliberais como

muitos os identificam, preferem os Estado Mínimo. Outros, como por exemplo, Bresser Pereira, propõe o Estado Social-liberal, onde haveria lugar para a propriedade pública não estatal.

Efetivamente, foi a primeira opção apontada por Oliveira que se difundiu no mundo capitalista. Ou seja, em lugar do Estado do Bem-Estar, ganhou relevo a edificação do Estado Neoliberal ou, como também ficou conhecido, o Estado Mínimo. As principais características dessa forma de Estado, conforme Chauí (2013, p. 88-89), eram as seguintes:

1) um Estado forte para quebrar o poder dos sindicatos e movimentos operários, controlar os dinheiros públicos e cortar drasticamente os encargos sociais e os investimentos públicos na economia; 2) um Estado cuja meta principal deveria ser a estabilidade monetária, contendo os gastos sociais e restaurando a taxa de desemprego necessária para formar um exército industrial de reserva que quebrasse o poderio dos sindicatos; 3) um Estado que realizasse uma reforma fiscal, para incentivar os investimentos privados, e reduzisse os impostos sobre o capital e as fortunas, aumentando os impostos sobre a renda individual e, portanto, sobre o trabalho, o consumo e o comércio; 4) um Estado que se afastasse da regulação da economia, deixando que o próprio mercado, com sua racionalidade [sic] própria, operasse a desregulação. Em resumo: abolição dos investimentos estatais na produção e nos direitos sociais, abolição do controle estatal sobre o fluxo financeiro, drástica legislação antigreve e vasto programa de privatização. O modelo foi aplicado, primeiro no Chile, depois na Inglaterra e nos Estados Unidos, expandindo-se para todo o mundo capitalista ocidental e, após a “queda do muro de Berlim”, para o Leste europeu e, finalmente, alcançando os países asiáticos.

Nessa perspectiva, era possível observar que o neoliberalismo demandava um Estado Mínimo no que dizia respeito aos investimentos sociais e à participação (produção e regulação) deste agente público na economia, a qual devia ficar, cada vez mais, ao sabor dos interesses de mercado, ou seja, dos agentes capitalistas hegemônicas, principalmente das empresas multinacionais, que se formaram a partir da segunda guerra mundial.

Essas empresas, segundo Oliveira (1999, p. 86),

[...] construíram uma verdadeira rede mundial de aplicação/captação de capital e mão-de-obra, unificando simultaneamente o capital mundial e a força de trabalho mundial, no seio de um novo sistema mundial. A formação deste novo mercado mundial gestou também um sistema financeiro internacional integrado e conseqüentemente um mercado internacional de capitais. A economia capitalista monopolista finalmente, desta forma, gestou sua mundialização.

Com isso, a relação entre Estado e empresa foi modificada e muitos Estados passaram a seguir as políticas econômicas ditadas por organismos financeiros internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

As “receitas” de políticas econômicas do Fundo Monetário Internacional – FMI, já há muito tempo, se tornaram as políticas econômicas de muitos Estados nacionais onde ocorrem investimentos das multinacionais. É desta

forma que o FMI e Banco Mundial implementam o *Washington Consensus* que está na base dos planos de estabilização e ajustamento das economias dos países endividados internacionalmente, de modo a adaptá-los à nova realidade do capitalismo mundial. Resumidamente, ele prevê a estabilização da economia (combate à inflação), realização de reformas estruturais (privatizações, desregulamentação do mercado, liberalização financeira e comercial) e retomada dos investimentos estrangeiros para alavancar o desenvolvimento (OLIVEIRA, 1999, p. 83).

No Brasil, essa “receita neoliberal” avançou como o único remédio capaz de recuperar o país da profunda crise econômica em que, com exceção dos bancos, a maioria da sociedade encontrava-se, cuja expressão sintomática era o exponencial crescimento do exército de desempregados e desalentados em todo o país. Tanto no nível federal, quanto nas esferas estaduais, passou-se a seguir os dogmas neoliberais como verdadeiros mantras, a partir dos quais a “confiança” do mercado seria recuperada e o país, então, reencontraria o caminho do crescimento.

Os elementos desta “receita” neoliberal deixaram de ser novidade por aqui desde a última década do século passado. No âmbito do Governo Federal, atravessaram (nesse caso, de forma mais dissimulada) os governos em que o Partido dos Trabalhadores esteve à frente nesse começo do século XXI, assim como os governos da década de 1990, época em que o neoliberalismo chegou ao país com toda força, de maneira que à época, Oliveira (1999b, p. 83) afirmou que “O Plano FHC é em ‘carne e osso’ o próprio *Washington Consensus*”.

Assim, apesar de reconhecidos autores compartilharem a ideia de que teria havido no Brasil, um período pós-neoliberal que coincidiria com os governos do PT (SADER, E. 2013), pareceu que esses governos, pelo menos até o primeiro mandato da Presidente Dilma Russef, buscaram seguir, à risca, a cartilha neoliberal, principalmente no que diz respeito à estabilidade fiscal, com especial atenção à questão do superávit primário, e a relação do Estado com as empresas. Neste aspecto, em particular, o regime de concessões gestado desde governos anteriores e as parcerias público-privadas ganharam relevância, permitindo uma forma de privatização do Estado, podia-se dizer, menos explícita do que a privatização sumária que vai ser retomada com todo ímpeto nos governos subsequentes¹⁰.

¹⁰ Sobre a intensificação das privatizações no governo Temer e nos primeiros meses do governo Bolsonaro, ver, por exemplo, Nozaki, W. A privatização em “marcha forçada” nos governos Temer e Bolsonaro. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-privatizacao-em-marcha-forcada-nos-governos-temer-e-bolsonaro/>. Consulta em maio de 2019.

Desse modo, longe de refundar ou instaurar as bases para um novo tipo de Estado (fazer a Grande política, nos termos de Gramsci), o PT deu continuidade, essencialmente, a política neoliberal já introduzida no Brasil nos anos 1990, ou seja, para retomar Gramsci, permaneceu e enveredou no terreno da política menor, mas que para a elite econômico-política nacional, com seus negócios já mundializados, constituía a Grande política.

Nesses governos, essa elite, apesar das disputas internas por interesses particulares, continuou direcionando os rumos da economia no país, não obstante concessões muitas vezes materializadas em programas sociais que não colocavam em questão a hegemonia das classes dominantes.

Esses setores hegemônicos continuaram ocupando os ministérios-chave nos governos do PT. Na economia, por exemplo, a pasta ficou sempre nas mãos do setor ligado ao capital financeiro, atrelado diretamente aos interesses dos grandes bancos. Na agricultura, o agronegócio fortaleceu-se como nunca, monopolizando esse ministério, ao mesmo tempo em que se assistia a uma verdadeira política de “não reforma agrária”, como assinalou Oliveira (2006). E no Ministério de Minas e Energia, ministério sempre muito cobiçado pelos vultosos recursos a gerir, agentes ligados ao PMDB (hoje MDB), que tradicionalmente exerceram seus interesses nessa pasta, logo retomaram as rédeas do jogo.

Nesse contexto, os compromissos com a manutenção da agenda neoliberal permaneceram intactos, agora porém, com o incentivo governamental a ramos da economia considerados estratégicos, principalmente ligados à exportação de *commodities*, visando manter a estabilidade macroeconômica, por um lado, e a concessão de alguns ganhos sociais, por outro, política que, associada ao aparelhamento de importantes agentes da luta de classes (sindicatos e movimentos sociais, por exemplo) ao governo, possibilitaram condições favoráveis para que a lógica de acumulação capitalista fluísse sem maiores sobressaltos, mesmo quando a valorização do capital demandava projetos que já haviam enfrentado forte resistência.

Com isso, a economia brasileira continuou aumentando sua dependência em relação ao mercado externo, intensificando um processo de reprimarização das exportações, em decorrência da manutenção da estratégia neoliberal de desenvolvimento mantida pelo governo Lula (CARCANHOLO, 2010). Segundo esse autor, “em 2004, os produtos primários já representavam 30,66% do total das nossas

exportações, e o segundo colocado nesse *ranking* eram as manufaturas de média tecnologia, com 27,36%” (2010, p. 123). Situação que se aprofundou nos anos subsequentes. Em 2007, o percentual de produtos primários subiu para 33,45% e em 2008, para 38,26% do total das exportações (idem, p. 123).

Acseirad (2018a) referiu-se a esse processo que também atingia outros países da América Latina, como uma configuração econômica neoextrativista, marcada por um tipo de Divisão Internacional do Trabalho (DIT) que prevalecia na primeira metade do século XX, principalmente na economia brasileira. Chamou a atenção para o fato de que, por certo tempo, esse processo foi estimulado por governos progressistas, acompanhado de medidas de desregulação em diferentes âmbitos, que promoveram reacomodações nas relações das grandes empresas em níveis nacional e local (ACESRAD, 2018a), comprometendo a reprodução sociocultural de grupos sociais e étnicos que territorializavam áreas de interesse empresarial.

Tendo em vista a prevalência desse modo econômico-político neoliberal mesmo nos governos do PT, quem esperava mudanças no foco das políticas territoriais para a Amazônia, decepcionou-se. Segundo Mello (2006, p. 270), “aguardava-se com interesse a divulgação dos projetos inscritos no Programa Plurianual 2004-2007”, mas:

Todos os projetos adiados pelos movimentos ambientalistas, os mesmos do período anterior [governos FHC] foram aí inscritos. A decepção foi viva. A prioridade manteve-se para estradas e hidrelétricas, enquanto se minimizou o importante papel que hidrovias e ferrovias poderiam desempenhar; e os investimentos previstos para o gasoduto de Urucu foram reduzidos. Ainda que as ferrovias tenham sido privatizadas, e que a Petrobrás possua capacidade própria de financiamento e de empréstimo, é de se lamentar que à via aquática e ao uso do gás, respectivamente meio de transporte e fonte energética “limpas”, tenham sido preteridas as infraestruturas de impactos ecológicos mais fortes: as estradas e as barragens (Mello, 2006, p. 270).

Na prática, isso significava a continuidade da política do governo de FHC para a região. Segundo Mello (2006, p. 369), no governo FHC,

Os programas Brasil em Ação (PPA 1996-1999) e Avança Brasil (PPA 2000-2003) significaram a estratégia de integração nacional e regional da Amazônia ao espaço produtivo brasileiro, e a consolidação da política de integração da América do Sul. A política de redução dos gargalos detectados significou disponibilidade de recursos financeiros e técnicos.

Esta política, porém, vinha enfrentando forte resistência, tanto da parte dos movimentos sociais e ambientalistas, quanto de pesquisadores que atuavam na região, uma vez que, como assinalou Mello (2006, p. 370), implicavam em eixos que atravessariam áreas até então intactas na região. Nesses embates,

O setor ambiental recebeu de um lado apoio dentro e forma do país, e de outro, fortes críticas. A grande vantagem do tempo real permitiu a circulação nas redes mundiais de informações do anacronismo dessa política, e as pressões permanentes sobre as ações governamentais serviram para obstruir a implantação das infraestruturas, reduzindo desta maneira os impactos até que aparecessem elementos mais sólidos nas políticas de conservação. As ações do Ministério Público Federal ou dos Estados, baseadas em leis que permitem a ação popular, contribuíram para esse objetivo. Obras de grande porte, como a hidrovía Araguaia-Tocantins, foram embargadas.

Contudo, como espectros do passado, parte dos projetos combatidos no governo FHC, inclusive com o apoio do próprio PT, foram retomados pelo governo em que este partido esteve à frente, como a UHE Belo Monte no rio Xingu, no Pará. Que se vejam alguns aspectos que contraditoriamente condicionaram a construção dessa hidrelétrica, depois de mais de três décadas de lutas e disputas sociais.

3.3. A PARCERIA ENTRE GOVERNO E SETOR PRIVADO E AS DISPUTAS PARA VIABILIZAR A UHE BELO MONTE

A parceria entre governo e empresas capitalistas no processo de exploração dos recursos naturais na Amazônia não é recente. Oliveira (2002), por exemplo, já chamava a atenção para esse fato desde os idos da ditadura militar (1964-1985), quando essa região se tornou objeto de políticas territoriais especialmente formuladas para criar condições materiais e institucionais alinhadas aos interesses do capital nacional e internacional.

Logo, no caso da UHE Belo Monte, a íntima relação entre governo e setor privado, mais explicitamente as grandes empreiteiras, a ponto de os estudos de impacto ambiental terem sido custeados por empresas que, mais tarde, tornar-se-iam parte do consórcio que iria construir a hidrelétrica, o CCBM, não seria novidade, não fosse por um governo que buscou vender a imagem de que havia superado o neoliberalismo, ou melhor, que havia inaugurado uma fase pós-neoliberal.

No caso da UHE Belo Monte, essa suposta inflexão pós-neoliberal, porém, logo mostrou não passar de uma farsa. Projeto do PAC, essa hidrelétrica, assim como as demais obras de infraestrutura desse programa, foi imposta com o argumento de contribuir para alavancar o crescimento econômico do país, cada vez mais dependente da exportação de commodities agrominerais, extremamente intensivas no consumo de energia e água. Assim, como assinalava Sampaio JR (2007, p. 5), “do ponto de vista estrutural, o PAC não representa nenhuma mudança qualitativa a

política econômica”. Ou seja, a UHE Belo Monte, assim como Jirau e Santo Antônio no Madeira vinculavam-se ao esforço de governo para criar condições de manter o crescente índice de exportações de commodities, uma das frentes pelas quais atuava visando garantir o chamado superávit primário, que nada mais era do que um dos pilares do receituário neoliberal definido para os países da América Latina pelo Consenso de Washington.

Nessa perspectiva de continuação, não de ruptura, era possível entender a vigorosa disposição do Governo Federal para viabilizar a construção da UHE Belo Monte no Xingu. Isso se fazia observar no plano jurídico, por exemplo, através dos esforços da AGU (Advocacia Geral da União), ao lado da NESA, para derrubar as numerosas Ações Civis Públicas (ACP) interpostas pelo MPF contra a construção de Belo Monte, em função das mobilizações sociais contrárias ao empreendimento.

As disputas em torno dessa hidrelétrica, no plano jurídico, suscitaram o confronto entre duas vertentes do direito que tinham guarida constitucional: o direito ao meio ambiente e o direito do desenvolvimento (na verdade crescimento econômico). Mas os tribunais não titubearam em apontar em qual dessas tendências residiam os interesses efetivamente hegemônicos no país.

Em ACP de agosto de 2011, por exemplo, pleiteando impedir a construção da UHE Belo Monte ou assegurar indenizações aos povos indígenas e demais grupos sociais da Volta Grande do Xingu, pelos impactos e perdas de biodiversidade, o MPF afirmou:

O UHE Belo Monte expõe o desenvolvimento a qualquer custo e os princípios do direito ambiental. A solução deve ser sempre em favor do último, diante do bem maior a ser preservado, que é a vida em sentido holístico. Belo Monte compromete, de maneira irreversível, a possibilidade das gerações presentes e futuras de atenderem suas próprias necessidades (MPF, 2011, p.22).

Em face desse argumento, pautado no direito ambiental contemplado na constituição brasileira de 1988, na mesma ACP, o governo federal, através da AGU, entrou na lide como parte assistente da NESA, contrapondo-se ao MPF com o seguinte argumento:

Cumpre consignar, [...] que o fornecimento de energia elétrica, na condição de serviço público essencial, exerce um papel fundamental para a promoção da dignidade da pessoa humana, que constitui fundamento da República Federativa do Brasil (artigo 1º, 111, da Constituição Federal), bem como para a garantia do desenvolvimento nacional, a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais, objetivos fundamentais do Estado brasileiro, consoante estabelecido no artigo 3º, II e III, da Constituição Federal (MPF, 2011, p. 175).

Tal argumentação, fundado essencialmente no direito do desenvolvimento, evidenciava que o Governo Federal não estava disposto a abrir mão de Belo Monte, apesar das múltiplas incertezas socioambientais e econômicas que cercavam o empreendimento.

Para contornar essa situação, o governo investiu no discurso de que o projeto da UHE Belo Monte resultava de estudos que se estenderam por mais de três décadas na região do Xingu. E que essa hidrelétrica, além de estratégica para o desenvolvimento do país (projeto estruturante), inseria-se num contexto de políticas públicas sustentáveis para a Amazônia, especialmente para a região do Xingu, onde se vinculava ao Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável da Região - Xingu (PDRS - Xingu), com previsão de injetar 500 milhões de reais na região.

Foi com esse discurso que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se empenhou na efetivação do megaprojeto hidrelétrico, apoiado também pela governadora do Estado do Pará, Ana Júlia Carepa, do mesmo partido, e pela burguesia hegemônica que sempre se beneficiou desse tipo de obra (CAMPOS 2012, SIGAUD, 1988), além de seguimentos da burguesia local, fortemente presente nas prefeituras dos municípios situados na área do projeto. Esses prefeitos, inclusive, organizaram em torno de uma associação, batizada com o sugestivo nome de Consórcio Belo Monte, para lutar pela efetivação da hidrelétrica, reforçando o discurso de que esta traria o desenvolvimento sustentável para a região (FORT XINGU, 2011).

Com esse espírito que o presidente da república e a governadora do Pará foram à cidade de Altamira em 2010. Lá enfrentaram manifestações populares contrárias à Belo Monte, mas paradoxalmente defenderam de forma veemente o projeto hidrelétrico que, por duas ocasiões (início dos anos 1990 e início dos anos 2.000) não havia sido efetivado pelas mãos de governos conservadores de direita, enfrentando forte resistência, inclusive do próprio Partido dos Trabalhadores.

Nessa conjuntura contraditória, em que até mesmo movimentos sociais ligados a PT foram-se calando progressivamente, o governo federal, em 2010, depois vários embates judiciais, finalmente levou a UHE Belo Monte a leilão. A proposta vencedora para instalar e operar a hidrelétrica por 35 anos foi feita pelo Consórcio Norte Energia S/A (NESA), formado, à época, por uma parceria de empresas públicas e privadas que apresentava a seguinte composição: CHESF, com 49,98%; Construtora Queiroz Galvão S/A, com 10,02%; Galvão Engenharia S/A, com 3,75%; Mendes Junior Trading

Engenharia S/A, com 3,75%; Serveng-Civilsan S/A, com 3,75%; J Malucelli Construtora de Obras S/A, com 9,98%; Contern Construções e Comércio Ltda, com 3,75%; Cetenco Engenharia S/A, com 5%; e Gaia Energia e Participações, com 10,02% (ANEEL, 2010).

Para instalar Belo Monte, a NESA contratou dois grandes consórcios. O Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM), formados pelas seguintes empresas: Andrade Gutierrez (18%), Odebrecht (16%), Camargo Corrêa (16%), Queiroz Galvão (11,50%), OAS (11,50%), Contem (10%), Galvão (10%), Serveng (3%) e J. Malucelli (2%) e Cetenco (2%), que ficou responsável pelas obras civis da hidrelétrica. E o Consórcio Montador Belo Monte (CMBM), formado pelas empresas Toyo Setal e ENGEVIX, que ficou responsável pela montagem dos equipamentos elétricos do empreendimento.

Deve-se destacar que na composição do CCBM, encontravam-se as empreiteiras Andrade Gutierrez, Odebrecht e Camargo Corrêa, empresas que patrocinaram o Estudo de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) da UHE Belo Monte, em 2007, em parceria com a Eletrobrás. Essa parceria a pretexto de um “Acordo de Cooperação Técnica” foi questionada pelo MPF (MPF, 2007), mas o processo não avançou.

Em relação à composição da NESA, notou-se com o passar do tempo, significativas modificações. Neste particular, chamou a atenção o caso das empreiteiras, como a Queiroz Galvão e Galvão Engenharia que negociaram suas ações e passaram a atuar somente na construção das obras, ao lado das demais empreiteiras (Andrade Gutierrez, Odebrecht e Camargo Corrêa) que ajudaram a financiar o EIA/RIMA da UHE Belo Monte. Provavelmente, em função das incertezas econômicas associadas ao funcionamento da UHE Belo Monte, essas grandes empreiteiras centraram seus interesses, principalmente, na construção da hidrelétrica, onde passaram a se apoderar, sem riscos, de bilhões e bilhões de reais oriundos, em grande parte, dos cofres públicos via BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)¹¹.

¹¹ Segundo o Jornal Valor, a partir de dados divulgados pelo BNDES relativos ao período de 2004 a 2018, entre as 50 empresas que mais tomaram recursos dessa instituição nesse período, a NESA situava-se em terceiro lugar. No total, até essa data, tal empresa já teria obtido 25,388 bilhões de reais. A sua frente encontravam-se apenas a Embraer, com 49,377 bilhões, e a Petrobrás, com 62,499 bilhões contratados, segunda e primeira colocadas, respectivamente. Informações disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <https://www.valor.com.br/politica/6069989/bndes-divulga-lista-dos-50-maiores-tomadores-de-recursos-do-banco>. Acesso em 05 de maio de 2019.

Nesse processo de mudança na composição acionária, a NESA passou a apresentar a seguinte composição em 2018: Eletrobras: 15,00%; Chesf: 15,00%; Eletronorte: 19,98%; Petros: 10,00%; Funcef: 10,00%; Belo Monte Participações S.A. (Neoenergia): 10,00%; Amazônia (Cemig/Light): 9,77%; Aliança Norte Energia S/A (Vale/Cemig): 9,00%; Sinobras: 1,00%; J.Malucelli Energia: 0,25%.

Nesse novo formato da NESA, observava-se que no lugar das empreiteiras, entraram basicamente os fundos de previdência complementar, trazendo para o interior da lógica capitalista de exploração dos recursos naturais na Amazônia, o interesse de parte do proletariado brasileiro, fazendo que contraditoriamente, frações dessa classe também esperassem lucrar com a UHE Belo Monte. Mesmo que para isso, centenas de famílias camponesas e indígenas não-aldeadas tivessem de ser expulsas de seus territórios, em vista das ínfimas indenizações que receberam, restando-lhes apenas a luta como única alternativa para reaver aquele pedaço de mundo longe do qual não conseguiam sobreviver.

Assim, governo, capital e até mesmo frações do proletariado, contraditoriamente, amalgamaram-se em uma complexa e contraditória parceria que colocou interesse e recursos públicos a serviço da exploração capitalista das águas do rio Xingu. E como resposta aos críticos, ardilosamente o empreendimento foi sendo colocado como indutor do desenvolvimento sustentável, transformando seus agentes em artífices de uma Amazônia sustentável, tendência já identificada por Leroy (2010) no contexto de avanço do agronegócio nessa região, por exemplo.

4. O CERCAMENTO DO RIO XINGU PARA A CONSTRUÇÃO DA UHE BELO MONTE

Nesse capítulo, centrou-se no quadro mais específico em que foi condicionado a construção da UHE Belo Monte e no processo de desapropriação/desapossamento compulsório dos grupos camponeses atingidos por essa hidrelétrica, sublinhando principalmente as disputas envolvendo esses grupos sociais e a empresa NESA, sem perder de vista que essa empresa atuava (e continua atuando) em nome da União, ou seja, em nome do interesse público, mas com recursos “próprios” (em grande parte oriundo de financiamento público).

Entende-se que esse processo constituiu uma espécie de cercamento em que as condições i-materiais de existência dos grupos sociais que historicamente territorializavam o médio rio Xingu foram, sistematicamente, expropriadas. Tratou-se, nessa perspectiva, de um processo contraditório e violento, cujos condicionantes econômico-políticos e jurídicos foram derivados da aliança entre governo e agentes economicamente hegemônicos, que buscaram fundamentalmente a criação de condições para a valorização do capital.

Desta forma, o cercamento do médio rio Xingu para a produção de energia elétrica podia ser visto, em um plano mais amplo, como expressão do processo de desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo na Amazônia, nas primeiras décadas do século XXI. Por um lado, esse processo envolveu toda uma logística econômico-política e jurídica para sua efetivação, moldada em uma conjuntura econômico-política neoliberal, em que a empresa capitalista mimetizava, em várias questões, o próprio Estado. Por outro lado, mesmo diante de condições adversas para as lutas sociais, emergiram mobilizações que se opuseram a esse processo em suas diferentes facetas.

Assim, neste contexto espaço-temporal o cercamento inscreveu-se como um processo territorial eminentemente violento e contraditório, cujo movimento ambivalente, ao mesmo tempo em que foi impulsionado pelos agentes capitalistas hegemônicos, que atuaram visando à valorização do capital, através da construção de uma nova materialidade ajustada à produção de um tipo especial de mercadoria, os megawatts de energia elétrica, ensejou também, de igual forma, disputas e lutas sociais, que vão de diferentes maneiras atravancar e resistir a seu avanço. É sobre esse conturbado processo que se fala a seguir.

4.1. A DIMENSÃO POLÍTICA DO CERCAMENTO: A DES-MOBILIZAÇÃO DA RESISTÊNCIA

O contexto espaço-temporal em que se definiu a construção da UHE Belo Monte foi particularmente complicado para as lutas sociais na Amazônia e, por extensão, no Brasil como um todo. Tal contexto foi marcado pelo aparelhamento de várias organizações sindicais e movimentos sociais às políticas do governo federal, encabeçado nesse começo do século XXI (2002 a 2016) pelo Partido dos Trabalhadores, governo que, com uma mão, cuidava de aparelhar e esvaziar essas organizações políticas (aparelhos privados de hegemonia, para lembrar Gramsci), e com outra, assegurava o avanço desigual e contraditório do capitalismo sobre o território nacional, dando continuidade aos projetos gestados nas administrações neoliberais que o antecederam, desta feita, porém, com parte da resistência entorpecida.

No processo de instalação da UHE Belo Monte no médio rio Xingu, cuja cidade mais importante da área era Altamira, esse processo de aparelhamento incorporou também um componente de desinformação tendo um claro propósito de desmobilizar os movimentos sociais e as lideranças locais que poderiam obstaculizar, de alguma forma, a implementação do grande projeto. Com esse intuito, empresas e governo promoveram verdadeira campanha de cooptação-desinformação-desmobilização buscando eliminar no nascedouro qualquer questionamento que colocasse em questão o empreendimento, afastando com isso a possibilidade efetiva de participação democrática no processo decisório e no decorrer do empreendimento¹².

A compreensão do arranjo que vai se constituir no entorno das mobilizações de camponeses e indígenas expulsos de seus territórios no médio rio Xingu, não prescindia da consideração desse caráter autoritário imanente à efetivação da UHE Belo Monte e também do seu contrário, sem o qual, por conseguinte, não era possível entender, por exemplo, a formação do Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVPS), sujeito social que surgiu das divergências internas no principal movimento social camponês da região, o Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu

¹² Essa perspectiva foi defendida Acselrad (2018b), quando entendeu que no contexto neoliberal, as grandes empresas praticam uma espécie de antipolítica visando a suprimir justamente os espaços/tempos democráticos de debates. Para isso, utilizam as mais variadas estratégias. Esse autor lembrou, por exemplo, que no caso da UHE Belo Monte, até espionagem fora usada, visando neutralizar a luta de um movimento social local.

(MDTX), progressivamente capturado pelo governo. O MXVPS se constituiu, com o apoio da Prelazia do Xingu¹³, na voz mais combativa contra a UHE Belo Monte, tornando-se um dos importantes mediadores/parceiros dos grupos sociais atingidos.

Em 2005, falando à época em nome do MDTX (conjunto de 113 entidades), Melo (2005) denunciou de maneira contundente as várias estratégias de cooptação-desinformação-desmobilização da Eletronorte. Segundo a autora, que já era uma reconhecida liderança nas lutas sociais em Altamira, “No final do ano 2000 e no decorrer dos anos 2001 e 2002 a Eletronorte, com escritório já instalado em Altamira e conhecedora do potencial da organização que tinha o povo da região, intensificou os seus métodos de aliciamento da população local e das instituições” (MELO, 2005, p. 55).

Com isso,

A Eletronorte articulou o apoio do comércio local, através da ACIAPA – Associação Comercial Agropastoril de Altamira, da AMEALT – Associação dos Microempresários de Altamira, e do CDL Clube de Dirigentes Lojistas, do Sindicato Patronal dos Produtores Rurais, e da AMUT – Associação dos Municípios da Transamazônica, e também o apoio dos Vereadores da Região, principalmente os ligados ao PSDB e PMDB. Os então prefeitos Domingos Juvenil - Altamira (PMDB), Anselmo Hoffman - Vitória do Xingu (PT), Gerson Campos - Porto de Moz, (PSDB), Mário Lobo – Uruará (PSDB), João Escarpario - Placas (PSDB), e Antonio Lorezoni - Brasil Novo congregaram-se no chamado Consórcio Intermunicipal Belo Monte, que foi articulado pelo ex-presidente da Eletronorte José Antonio Muniz Lopes e outros políticos do grupo Sarney (MELO, 2005, p. 55-56).

Em 2005, os prefeitos agrupados nesse Consórcio criado pela Eletronorte, foram à Brasília encontrar-se com a então ministra das Minas e Energia, Dilma Rousseff. Preocupados com boatos de que o projeto corria risco de não avançar, escutaram da ministra a promessa de que era do interesse do governo implementá-lo, tornando-o um vetor de desenvolvimento na região¹⁴.

Cabe ainda destacar que em nome da governabilidade, esse grupo do Sarney ao qual Melo fazia referência, logo começou a se abancar novamente no Ministério de Minas e Energia nos governos do PT, movimento que chegou ao ápice em 2008, com a indicação de José Antonio Muniz Lopes¹⁵ à presidência da Eletrobrás, e de Edson

¹³ À frente da Prelazia do Xingu, até recentemente, esteve o bispo austríaco, Dom Erwin Kräutler, cuja posição contrária ao barramento do rio Xingu para a produção de energia elétrica, é conhecida desde os primeiros momentos em que isso passa a ser perseguido pelo Estado.

¹⁴ Sobre essa reunião ver vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=62Q9BYPHYzA>.

¹⁵ É o mesmo técnico que em 1989, à época na Eletronorte, teve o rosto roçado pelo facão da índia Tuíra, do povo Kayapó, num evento de resistência à construção de hidrelétricas no rio Xingu, que ocorreu na cidade de Altamira.

Lobão à condição de ministro de Minas e Energia, tanto no período de 2008 a 2010, no governo de Lula da Silva, quanto entre 2011 e 2014 já no governo de Dilma Rousseff.

Segundo Melo (2005, p. 56), no plano local,

A Eletronorte patrocinou desde festas escolares, material e jogos de futebol, camisetas, até o transporte para levar e trazer estudantes para visitar a maquete da hidrelétrica, miniatura de uma obra que se apresentava como uma obra perfeita, porém enfeitada de inverdades. Os visitantes tinham que escutar funcionários treinados para repetir explicações ensaiadas sobre as belezas do projeto, e assinar um livro especialmente aberto para colher assinaturas dos visitantes (2005, p. 56).

E mais:

Além das ações locais de cunho assistencialista, a empresa usou outras estratégias, como a de levar grupos de lideranças à Tucuruí bancando todas as despesas, com o melhor conforto possível para visitar as obras da barragem. No caso da comitiva dos presidentes de Associações de Bairro, a empresa gravou uma fita de vídeo de modo tendencioso, direcionado, com entrevistas de várias pessoas de Tucuruí falando maravilhas da Eletronorte e dos benefícios que receberam com a barragem. (MELO, 2005, p. 56).

Tais estratégias, após a concessão da UHE Belo Monte em 2010, passaram a ser reeditadas pela NESA, que em diversas frentes passou a se apresentar como uma espécie de quase-estado, direcionando no âmbito das condicionantes estabelecidas no licenciamento, recursos para serviços de saúde, educação, saneamento e infraestrutura nos municípios da Área de Influência Direta (AID) do projeto. Segundo informações divulgadas no site da empresa (2018, p. 1):

No ano de 2011, a Norte Energia dava início à execução do Projeto Básico Ambiental (PBA) atrelado à implantação da Usina Hidrelétrica Belo Monte. Um novo ciclo de desenvolvimento começava no sudoeste paraense. Altamira, cidade polo da região que fica a cerca de 60 quilômetros da principal Casa de Força do empreendimento, foi amplamente beneficiada pelas ações desenvolvidas pela empresa. Nestes últimos sete anos, o investimento realizado pela Norte Energia no município já soma cerca de R\$ 1,5 bilhão. O recurso foi aplicado em áreas como educação, saúde, saneamento, infraestrutura e meio ambiente, além de apoio à política de segurança - tanto para o cumprimento dos compromissos estabelecidos pelo PBA como no atendimento às condicionantes do licenciamento ambiental.

Ao divulgar essas notícias, a NESA buscava difundir a ideia de que realmente a UHE Belo Monte estava melhorando as condições de vida da sociedade local. Nas visitas às instalações da hidrelétrica, essa visão era sempre ressaltada, principalmente nos vídeos do empreendimento exibidos aos visitantes. A questão do saneamento básico em Altamira, por exemplo, era colocada como sendo uma dívida da hidrelétrica. Mas, contraditoriamente, a NESA já havia sido multada por três vezes em razão de irregularidades na Estação de Tratamento de Esgoto e lançamento de

poluentes no rio Xingu, e como logo chamava a atenção dos visitantes, os urubus continuavam nas ruas da cidade, alimentando-se facilmente em esgotos domiciliares a céu aberto.

Além dessa imagem idealizada da UHE Belo Monte, a NESA reeditou junto a lideranças indígenas aldeadas no Xingu, que poderiam gerar contratempos mais sérios a materialização da hidrelétrica, a velha política dos “presentes” usada pelos primeiros colonizadores. Inicialmente, nos dois primeiros anos da obra, a empresa não economizou com a “doação” de embarcações, combustíveis e mercadorias às aldeias. Enquanto aguardava a aprovação do PBA indígena pela FUNAI, a NESA liberava uma espécie de bolsa (crédito) mensal de R\$ 30 mil reais para cada aldeia (PEREIRA, 2015). Com isso, determinados supermercados da cidade de Altamira vendiam caminhões de mercadorias para as aldeias, onde a divisão dos “presentes” passou a gerar conflitos e divisões internas, enfraquecendo ainda mais a luta indígena num momento decisivo do empreendimento que os ameaçava.

Acerca desse tipo de estratégia de subordinação dos indígenas, Martins (1986, p. 16) afirmou:

Não deixa de ser significativo que, desde o século XVI até esses nossos dias, a mercadoria tenha sido o ardil para atrair e subordinar o índio. Ainda há poucos anos, o padre Calleri, a serviço do governo e dos militares, tentava atrair os *Waimiri-Atroari* utilizando “mercadorias”. Parece absurdo que uma mercadoria possa ser *dada* e continuar sendo, ao mesmo tempo, mercadoria. Mas não é. Continua sendo mercadoria, já que, como tal adquirida, como tal estava sendo usada para atrair os índios, esvaziar o território e permitir a sua ocupação por empresas de mineração, por hidrelétricas, por rodovia. Trata-se de um investimento.

Paralelamente a esse investimento, como assinalou Martins, e à campanha de cooptação-desinformação-desmobilização capitaneados pela Eletronorte e pela NESA, o principal movimento camponês da região, o MDTX, experimentava um processo de aparelhamento às políticas do governo federal. Historicamente ligado ao PT, esse movimento que congregava principalmente os camponeses colonos, denominados aqui de “camponeses de terra firme”, foi sendo progressivamente esvaziado, distanciando-se do seu caráter histórico de lutas sociais que o havia notabilizado na Transamazônica, até transformar-se numa espécie de braço do governo federal na região. Nesse processo, converteu-se basicamente numa fundação destinada à captação de recursos, a Fundação Viver, Preservar e Produzir (FVPP), e passou a legitimar pautas contra as quais, em sintonia e com PT, havia lutado contra como, por exemplo, a construção de hidrelétricas no Xingu.

Partindo de um relatório do Instituto Alemão de Desenvolvimento (IAD), Hencher (2012) apontou que a relação entre as lideranças desse movimento camponês e as instituições de governo, como o Ministério do Meio Ambiente (MMA), tornou-se muito estreita nos governos do PT, a ponto de essas lideranças serem chamadas para coordenar projetos na área de competência desse ministério, ou serem consultadas no momento de elaboração das estratégias de governo para a Amazônia. Relação que, segundo Hencher (2012) tornou-se ainda mais estreita quando o PT elegeu em 2007, a governadora do Pará, Ana Júlia Carepa.

Acerca desse ponto, afirmou o autor:

Podemos destacar também o fato de que tais relações se aprofundaram, nos últimos anos, com a eleição da governadora Ana Júlia Carepa, do Partido dos Trabalhadores, ao governo do estado do Pará, situação que favoreceu a *cooptação* de várias lideranças do território [Xingu-Transamazônica] pra assumir funções no interior das secretarias de Estado (HENCHER, 2012, p. 237).

Nesse contexto, as ações do governo progressivamente passaram a ser vistas de outra forma, ganhando legitimidade mesmo que contrárias às bandeiras que o movimento defendera. Desta forma, a posição do movimento camponês (MDTX/FVPP) em relação à UHE Belo Monte, segundo Hencher (2012), poderia ser sintetizada em três fases.

[...] uma primeira fase, que se iniciou no ano de 1989 por ocasião do Encontro dos Povos Indígenas de Altamira. A partir daí, as organizações camponesas, federadas naquele momento em torno do MPST [Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica que, mais tarde passa a ser chamado de MDTX] em função de um conjunto de estratégias no interior das quais se destacava a necessidade de assegurar maior representatividade e legitimidade às demandas camponesas, e após ampliar o arco de suas relações, incorporando as demandas históricas das populações indígenas e ribeirinhas, toma uma posição contrária à construção da barragem. Desta forma, ao aproximar-se das populações tradicionais, tanto indígenas quanto ribeirinhas, busca o apoio do Ministério Público Federal no sentido de impedir a realização dos estudos de viabilidade do empreendimento (HENCHER, 2012, p. 241).

Nesta fase, a posição do movimento camponês era contrária ao projeto de barramento do Xingu. Tal posição decorria da aproximação do movimento em relação aos camponeses ribeirinhos e aos povos indígenas, sujeitos cuja territorialização encontrava-se fortemente ameaçada pelo projeto do governo federal, que previa a construção de várias barragens e o alagamento de extensos territórios indígenas. Segundo Hencher (2012, p. 242), o enfrentamento político ao governo de Fernando Henrique Cardoso ganhou centralidade naquele momento, de forma que no final dos

anos 1990, a UHE Belo Monte era representada como “um monstro destruidor, um projeto neoliberal, uma obra para agradar aos empreiteiros, barrageiros, ao grande capital internacional, como fora destacado na *cartilha de conscientização “SOS Xingu”* editada pelo MDTX/FVPP” (Destaque do autor).

O desaparecimento desse enfrentamento político marcou outra fase na posição do movimento camponês em relação à UHE Belo Monte. Segundo Hencher (2012, p. 242),

Numa segunda fase da relação, já no início dos anos 2000, por ocasião do primeiro mandato do governo Lula, este componente de enfrentamento político com o governo federal deixou de existir. Isso tem reflexo na dificuldade de definir o curso dos enfrentamentos por parte dos movimentos sociais no início deste governo. Como destaca Monteiro [umas das lideranças do movimento à época], “era o momento de dar uma trégua ao governo, até ele decidir por onde iria caminhar, se iria continuar o caminho do FHC ou se iria se aproximar dos movimentos, como a gente esperava; ele tinha duas saídas: ou vinha aqui discutir com a gente a nossa proposta para a região, ou fazia como o FHC, tentava empurrar goela abaixo a barragem”. Ao que tudo indica, não optou por nenhuma das duas saídas, mas construiu uma terceira via de ação/atuação. De acordo com Melo, coordenadora do Movimento Xingu Vivo Para Sempre, a terceira opção se caracterizaria pela “cooptação das principais lideranças regionais dos movimentos sociais para empurrar goela abaixo o projeto, sem a resistência destes movimentos.

Esta fase, na visão do autor, abarcaria o período em que a cooptação das lideranças avançava no interior do movimento camponês, gerando disputas em que prevaleceu a perspectiva de aparelhamento ao projeto governamental, no âmbito do qual a luta seria para defender a efetivação de ações consideradas de interesse do campesinato de terra firme, distribuídos nos municípios localizados ao longo da rodovia Transamazônica.

A fase mais recente da relação entre o movimento camponês e o projeto da UHE Belo Monte seria uma decorrência dessa posição.

O que poderíamos considerar como uma terceira fase do projeto, a fase atual, se caracteriza pela dissociação entre a construção da barragem de Belo Monte e as demandas históricas (as bandeiras de luta) do campesinato territorial. Os mediadores camponeses, ao aderirem ao projeto do governo federal, esperam influenciá-lo no sentido de garantir a efetivação de suas propostas, destacando-se entre estas, o asfaltamento da rodovia Transamazônica, o ordenamento territorial, a consolidação das Casas Familiares Rurais, a melhoria das condições de saúde pública e educação, a abertura de novas linhas de crédito para a agricultura familiar. Tais lutas, segundo Zezinho, são efetivadas, pelos mediadores camponeses, no interior do PDRS Xingu (HENCHER, 2012, p. 242).

Ou seja, ao abraçar a UHE Belo Monte, o movimento camponês mais expressivo do médio rio Xingu (MDTX/FVPP) distanciou-se dos grupos sociais (camponeses beiradeiros e indígenas) que mais seriam atingidos no processo de

construção dessa hidrelétrica, justamente no momento em que esses grupos mais precisavam de mediadores/parceiros para lutar pelos seus direitos em face do saque territorial que se desenhava.

4.2. A DIMENSÃO JURÍDICA DO CERCAMENTO: O INTERESSE PÚBLICO A SERVIÇO DO CAPITAL

No processo de cercamento do médio rio Xingu para a construção da UHE Belo Monte, observou-se também, como no Estado neoliberal, determinados instrumentos jurídicos cunhados teoricamente para fazer prevalecer o interesse público sobre o interesse privado, desvirtuaram-se, servindo justamente para fazer o oposto àquilo para que foram esculpidos.

No caso específico dessa hidrelétrica, observou-se como foram desvirtuados os institutos da Suspensão de Segurança e da Desapropriação, visando a favorecer o projeto do governo, aliado aos agentes capitalistas, não obstante a atuação do MPF e das críticas dos poucos sujeitos sociais que escapavam do processo de desmobilização da resistência progressivamente ensejado no médio Xingu.

O instituto da Suspensão de Segurança foi o principal instrumento jurídico usado pelo Governo Federal para sustar as ações do MPF questionando a construção da UHE Belo Monte. Segundo Valle, Rojas e Amorim (2015, p. 157),

Podemos afirmar que Belo Monte só está sendo implantada porque existe a suspensão de segurança. Até o momento, ao menos seis suspensões de segurança sustaram decisões judiciais bem fundamentadas, emitidas por juízes concursados e no pleno exercício de suas funções, por representarem “ameaça à ordem e economia públicas”, independentemente do mérito jurídico das mesmas.

Um dos momentos em que esse instrumento jurídico foi evocado pelo Governo Federal, por exemplo, foi quando da realização do próprio leilão para a concessão do empreendimento em 2010. À época, apesar da marcação desse leilão, persistia a seguinte questão: a Licença Prévia (LP) havia sido emitida em desacordo com o parecer técnico elaborado pelos analistas do Ibama. Após mais de um mês de análise, o juiz federal em Altamira, concluiu que o certamente não poderia ocorrer em função dos graves problemas encontrados na LP. Porém, em poucas horas, “sem ouvir o MPF, o então presidente do TRF-1, desembargador Jirair Meguerian, decidiu, baseado em recortes de jornais e longas visitas da AGU”, que o leilão poderia ser realizado, alegando que havia previsto para a obra um conjunto de condições (as

condicionantes) a serem observadas pelo empreendedor, o que seria uma garantia de que o projeto minimamente seguiria os preceitos ambientais garantidos na legislação (VALLE; ROJAS; AMORIM, 2015, p. 158.).

Segundo Bermann (2013), de maio de 2001 a junho de 2013, o MPF, através da Procuradoria Pública no Pará, entrou com 13 ACPs e duas Ações por Improbidade contra a construção da UHE Belo Monte, enquanto a legislação social e ambiental brasileira não fosse cumprida. Mas, em “todas essas ações, liminares foram concedidas e rapidamente suspensas por determinação de juízes, em várias instâncias em que órgãos do governo brasileiro e empresas envolvidas na construção da obra entraram com apelação” (Idem, 2013, p. 99). O fundamento usado para isso, segundo Bermann (2013), encontrava-se no instrumento conhecido como Suspensão de Segurança, usado recorrentemente para privilegiar a ótica do empreendedor.

Esse instrumento, inicialmente,

[...] foi desenhado como cláusula de garantia do interesse público em casos em que o interesse privado, à primeira vista coberto pela lei, pudesse causar desproporcionais prejuízos à coletividade. A suspensão de segurança surgiu na primeira lei brasileira que regulamentou o mandado de segurança. Como o mandado de segurança serve à rápida defesa de interesses privados contra atos estatais, a lei estabeleceu cláusula excepcional que permitiria o adiamento dos efeitos da decisão favorável ao indivíduo quando, mesmo tendo este aparente razão perante o direito, a execução do mandado de segurança colocasse a coletividade em grande risco – ou seja, se houvesse perigo de “ocorrência de grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas” (VALLE; ROJAS; AMORIM, 2015, p. 157. Grifo nosso).

Porém, surgido na era Vargas, esse

[...] mecanismo foi posteriormente reformado pela Lei nº 4.348, de 26 de junho de 1964, com o intuito de controlar politicamente decisões judiciais contrárias ao regime militar. Diversas alterações legislativas se seguiram, ampliando os poderes do instrumento. A Lei nº 8.437/1992 estendeu a validade do mecanismo também para casos envolvendo direitos coletivos, o que colocou em xeque a justificativa de que o instrumento garante a defesa do interesse público contra o particular. Essas alterações na lei culminaram na Medida Provisória nº2.180-35/2001 – ainda em vigor –, que deu ao mecanismo poderes excepcionais. Passou a ser possível a suspensão de sentenças e acórdãos de tribunais colegiados – ou seja, decisões finais, tomadas após extensa análise do mérito da questão. Também passou a se permitir que o ente público – e só ele – “pule instância”, propondo sucessivas suspensões de segurança em caso de negação do pedido. Ou seja, se não concedida pelo presidente do tribunal imediatamente superior, o governo pode pedir novamente a suspensão ao presidente do tribunal seguinte, sem passar pelo plenário do primeiro tribunal, e assim sucessivamente. Se concedida a medida, nem o Ministério Público pode recorrer para além do plenário do tribunal que concedeu a medida (VALLE; ROJAS; AMORIM, 2015, p. 157).

Assim, fazendo uso indiscriminado desse poderoso instrumento jurídico, o Governo Federal mostrava força para implantar seus projetos ao mesmo tempo em que comprometia, por vez, a atuação do MPF, “cujas atribuições envolvem a defesa

dos direitos sociais e individuais indisponíveis, da ordem jurídica e do regime democrático (BERMANN, 2013, p. 98), através de inquérito civil e de ACP, por exemplo. Isso porque, “a atual legislação coloca os direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos como interesse público secundário, o subordinando ao interesse público primário, representado pelo projeto ou obra do governo” (BERMANN, 2013, p. 101).

Em face do recorrente uso da Suspensão de Segurança, Bermann (2013) observou que as ações do MPF tinham se mostrado pouco eficientes para paralisar a instalação de grandes hidrelétricas na Amazônia. Mesmo bem elaboradas, essas ações vinham sendo simplesmente ignoradas nas diferentes instâncias em que o governo e os agentes econômicos hegemônicos recorriam para levar a frente seus projetos.

O instituto da Suspensão de Segurança está sendo utilizado, e será quantas vezes forem necessárias para fazer prevalecer o interesse do governo e das empresas envolvidas nos empreendimentos hidrelétricos previstos na Amazônia, em detrimento do direito das populações tradicionais [povos indígenas e grupos camponeses] atingidas e da preservação do meio ambiente num bioma caracterizado por sua fragilidade (BERMANN, 2013, p. 118).

Para operacionalizar a instalação dessas grandes hidrelétricas, como a UHE Belo Monte, o governo e as empresas também lançaram (e continuam lançando) mão de outro instrumento jurídico muito poderoso, o Instituto da Desapropriação que, sem dúvida alguma, incidiu sobre as bases da propriedade privada absoluta, trazendo para a esfera do Estado, em seu sentido estrito, o poder de intervir, em nome do interesse público, no regime de propriedade da terra. No Brasil, apesar de a questão remontar ao âmbito constitucional do século XIX (GOMES, 2009), foi a partir dos anos 1930, tal como ocorreu com o instituto da Suspensão de Segurança, que o Estado esculpiu de forma mais precisa os dispositivos que disciplinaram e asseguraram a primazia do interesse público sobre o interesse particular na esfera das desapropriações.

Nesse contexto, em conformidade com o espírito autoritário instaurado pelo Estado Novo, foi editado o Decreto-Lei 1283 de 1938, no qual “a competência para fazer a declaração de necessidade ou utilidade pública passava ao Executivo e, principalmente, se proibia que o Poder Judiciário adentrasse no mérito para verificar a ocorrência dos casos de necessidade ou utilidade pública, passando essa qualificação a ser apenas exemplificadora (GOMES, 2009, p. 30). A norma de

regência, o Decreto-lei 3365 de 21.06.1941, que vai disciplinar as desapropriações por necessidade e utilidade pública também foi formulada nesse contexto.

Segundo Gomes, ainda que muitas normas subsequentemente tivessem alterado de alguma forma essa legislação, a “essência desses dispositivos forjada em um regime autoritário continua a mesma nos dias atuais, em que prevalece um Estado Democrático de Direito” (GOMES, 2009, p. 31).

Desta forma, portanto, ao Estado, mais precisamente, ao Poder Executivo reservou-se o poder de emitir a Declaração de Utilidade Pública (DUP), informando a desapropriação em nome do interesse público, ato que comunica aos interessados que um determinado bem tornou-se de utilidade pública ou interesse social, não correspondendo ainda à desapropriação de imediato. Esta só ocorrendo mediante acordo entre o agente executor da desapropriação e o agente cujo bem fora declarado desapropriado, ou através de ação judicial, com mesmo objetivo, em face da ausência de entendimento entre as partes (SALLES, 2006).

No âmbito do regime de concessões, desenhado pelas reformas neoliberais que passaram a se materializar no Brasil a partir dos anos 1990, essa potência jurídica do instituto da desapropriação vai possibilitar que os agentes capitalistas, vencedores nos leilões de concessões, passem a efetuar as desapropriações nas áreas de projetos declaradas de como de Utilidade Pública. No neoliberal, o Governo apenas limitou-se a dimensão declaratória da desapropriação, cabendo ao agente empreendedor do projeto, com recursos próprios, a execução efetiva das desapropriações.

No Contrato de Concessão da UHE Belo Monte, isso foi explicitado na oitava cláusula, constando entre as prerrogativas da concessionária:

[...] promover de forma amigável a liberação, junto aos proprietários, das áreas de terra necessárias à operação da **UHE**. A **ANEEL** promoverá, na forma da legislação e regulamentação específica, a declaração de utilidade pública dessas áreas, para fins de desapropriação ou instituição de servidões administrativas, cabendo à **Concessionária** às providências necessárias para sua efetivação e o pagamento das indenizações (BRASIL, 2010a, p. 14. Grifo no original).

Ou seja, pelo contrato de concessão, a NESA foi investida de poder para a efetivar a desapropriação das áreas consideradas necessárias para a instalação da UHE Belo Monte, através de negociações em que eram colocadas face a face, a grande empresa, seguindo sua racionalidade eminentemente capitalista, representada por seus advogados, e famílias simples, mormente camponesas,

desassistidas juridicamente e com recursos essencialmente voltados a reprodução social. Com isso, a ação da empresa empreendedora, não raro investiu-se de coerção, que era contraditoriamente legitimada pela alegação de urgência do interesse público, mesmo que não se apresentassem perspectivas efetivas de recomeço para os grupos sociais desapropriados/desapossados compulsoriamente.

Nesse quadro, para a construção da UHE Belo Monte, o governo brasileiro, através da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), declarou como de “utilidade pública” extensas áreas em três municípios do oeste do Pará. Em um primeiro momento, através da Resolução Autorizativa nº 2.853, de março de 2011, foi desapropriada em favor da empresa NESA uma área de 3,5 mil hectares no município de Vitória do Xingu, destinada à construção de canteiros provisórios, vias de acesso, alojamentos e outras instalações.

E no início de 2012, através da Resolução Autorizativa nº 3.293 de dezembro de 2011, a Aneel declarou de “utilidade pública” para a construção da UHE Belo Monte, uma nova área, desta vez com mais de 282 mil hectares, nos municípios de Altamira, Vitória do Xingu e Brasil Novo (Quadro 07).

Quadro 07: Áreas municipais desapropriadas pela Aneel para construção de Belo Monte

Município	Área (ha)
Altamira	109.298,0732
Vitória do Xingu	163.961,3912
Brasil Novo	9.110,5074
Total	282.369,9718

Fonte: Aneel, 2012.

Segundo a Aneel, essa extensa área (Mapa 03) foi requerida pela NESA para implantação de canteiros de obras, reservatório, Área de Proteção Permanente (APP), além de servir para o reassentamento da população afetada pelo empreendimento. E constituiu, ainda conforme a Aneel, a maior área já declarada de utilidade pública para construção de uma usina pela agência, correspondendo a quase metade da área do Distrito Federal, abarcando terras destinadas a reassentamento rural (pelo Incra), pesca, áreas de servidão do DNIT relativas a Rodovia Transamazônica e outras áreas públicas (BRASIL, 2014).

Mapa 03: Área aproximada do polígono Declarado de Utilidade Pública para a construção de Belo Monte

Com isso, no interior dessa área, a espacialização/territorialização de milhares de famílias, tanto na cidade de Altamira, quanto no campo, foi atrelada unilateralmente às decisões/racionalidade de uma empresa que, apesar de atuar em nome do interesse público, foi gestada unicamente para obter lucro com a construção e operação da UHE Belo Monte.

Daí ganhar relevo as críticas feitas pelo Movimento Xingu Vivo acerca da postura do governo, que formalizou decisões tomadas de forma antidemocrática, colocando à mercê de um poderoso agente econômico milhares de famílias que nem tinham clareza se estavam dentro ou fora da área desapropriada, e que, querendo ou não, podiam ser efetivamente desapropriadas/desapossadas imediatamente, dependendo dos interesses da empresa.

Foi com esse poder nas mãos que a NESA avançou sobre a área territorializada predominantemente pelos grupos camponeses no médio Xingu, esvaziando-a para a formação do reservatório principal da UHE de Belo Monte.

4.3. A MATERIALIZAÇÃO DO CERCAMENTO: A NESA X OS GRUPOS SOCIAIS ATINGIDOS

A materialização do cercamento envolveu como momento privilegiado a efetivação do processo de desapropriação/desapossamento compulsório na área requerida pela NESA para a construção da UHE Belo Monte e declarada pelo governo federal como de utilidade pública. Esse processo, apesar da posição privilegiada da grande empresa, não foi um processo unidirecional. Mesmo diante da falta de informações e assistência jurídica aos grupos sociais atingidos, na maior parte do tempo, e da desmobilização de importantes sujeitos sociais, em função do aparelhamento com as políticas governamentais, os grupos atingidos, mormente camponeses, não ficaram passivos diante de ações truculentas e do saque de seus territórios. Isso se observou desde 2011, quando se iniciou o levantamento socioeconômico das propriedades/posses para a subsequente desapropriação/desapossamento compulsório por parte da empresa.

Desinformação e conflitos no processo de levantamento socioeconômico

Uma das estratégias usada pela NESA no processo de desapropriação foi a desinformação. Tal aspecto podia ser considerado como estratégia porque no caso em questão, o governo fez todo um alarde com a instalação de uma unidade da Casa Civil em Altamira, mas não fez nenhum esforço no sentido de trazer instituições que contribuíssem para assistir juridicamente os grupos sociais atingidos, deixando esses grupos inteiramente à mercê das desinformações produzidas pela empresa empreendedora.

Nesse condições, o que esperar da NESA no que se referia à obrigação de informar a sociedade local sobre as questões relativas ao empreendimento Belo Monte? Apenas propaganda, publicidade das possíveis benesses do empreendimento. Tanto que, como indicado no quadro abaixo (Quadro 08), até mesmo instituições públicas sentiam-se desinformadas sobre a hidrelétrica e, mais ainda, sobre o cumprimento das condicionantes que lhe foram impostas.

Quadro 08: Canais de informações no contexto de instalação da hidrelétrica de Belo Monte

CANAIS DE ACESSO À INFORMAÇÃO SOBRE A REALOCAÇÃO NO MEIO RURAL, POR TIPO DE CANAL		
Municípios	Acesso à Informação	Situação em Fev/2015
Altamira, Anapu, Brasil Novo, Senador José Porfírio, Vitória do Xingu	Relatórios Semestrais - Norte Energia	Os relatórios estão disponíveis em sua completude na web, no site do IBAMA. Além do difícil acesso à internet por parte dos atingidos, os relatórios são complexos e a linguagem é bastante técnica. Estão distribuídos em pastas, fragmentados por capítulo, por plano e por projetos, algo que dificulta o acesso por parte daqueles que não estão familiarizados com o material e sua forma de busca. Embora seja uma importante fonte de informação, são raramente utilizados por parte da população, movimentos sociais e instituições que atuam na região.
	Canais de acesso à informação disponibilizados pelo empreendedor	Plantões Sociais, que a realizam atendimento presencial às famílias e instituições na área de influência da UHE; Atendimento telefônico - 0800 091 2810 - no qual os interessados podem solicitar informações, protocolar reclamações e sugestões ao andamento dos planos previstos no PBA; Programa de rádio "Conversando sobre Belo Monte", em que spots informativos com duração de 5 minutos são veiculados em algumas das rádios locais; Web: "norteenergiasa.com" e o blog Belo Monte "blogbelomonte.com.br", apresentam informações e notícias sobre o andamento da obra e atuação do empreendedor.
	Percepção do acesso à informação	A percepção dos atores e instituições contatados é que não há transparência nos processos e falta informação qualificada disponível de maneira eficaz. Seja pela linguagem, por dificuldades no acesso aos plantões de atendimento, pela falta de conhecimento dos possíveis canais de acesso à informação – atendimento telefônico, programa de rádio e relatórios semestrais - atingidos, movimentos sociais organizados e mesmo instituições públicas sentem-se desinformados com relação ao projeto da UHE e suas etapas, bem como com relação ao cumprimento das condicionantes e ações previstas no PBA.

Fonte: FGV, 2015. 11.

Em face desse quadro em que até mesmo instituições públicas mantinham-se desinformadas em Altamira, sobre o projeto da HUE Belo Monte, os grupos sociais camponeses ficaram à mercê de desinformações, muitas vezes fornecidas pela própria NESAs e pela empresa contratada para realizar o levantamento socioeconômico.

Com isso, denúncias de ações coercitivas praticadas por essas empresas foram largamente reveladas pelos camponeses. Em 2011, por exemplo, por ocasião de uma missão à Altamira, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, do Senado brasileiro, vários camponeses denunciaram a forma truculenta pela qual a empresa E-labore, responsável pelo levantamento socioeconômico no campo, procedia junto às famílias atingidas.

No relatório elaborado pela CDH, a agricultora Alice denunciou que:

[...] os agricultores que representa vêm sofrendo ameaças por parte dos prepostos da Norte Energia, que, por meio da empresa E-labore, entram sem permissão nas propriedades e dizem que os agricultores devem assinar

autorização para que sejam iniciados os trabalhos de construção dos canteiros das obras porque “se não assinar da primeira vez, passam uma segunda, e na terceira vão ter de assinar na marra” (BRASIL, 2011, p. 17).

A agricultora Gouveia também afirmou:

que as pessoas da empresa E-labore estão dentro da região conhecida como Vila Rica e que ameaçam quem não dá autorização para medir as terras. Essa terra, afirmou, foi “ganha com o suor da gente. Pagamos os impostos e não temos direitos. Não temos o direito de viver no lugar em que escolhemos viver. Jamais vou assinar a morte de minha terra. A morte do rio Xingu. Terra é água, é o que forma a minha vida” (BRASIL, 2011p. 18).

No mesmo sentido, o senhor José Aparecido, representante da Associação dos Agricultores da Volta Grande do Xingu, denunciou que os:

[...] prepostos da Norte Energia estiveram na região conhecida como Campo 45 ameaçando as pessoas para que assinassem um documento que concedia à empresa autorização para iniciar os trabalhos em suas propriedades. Recomendou, no entanto, que os agricultores recusem a papelada apresentada e respondam sempre: “quem manda aqui sou eu, que vivo da terra, não é a Norte Energia” (BRASIL, 2011, p. 19).

Como evidenciado nesses depoimentos, desde a fase de levantamento socioeconômico que antecedeu e informou o processo de desapropriação/desapossamento compulsório propriamente dito, as relações entre NESA e camponeses apresentavam-se conflituosas, uma vez que muitas famílias resistiam em sair de suas terras de trabalho por conta de um projeto que mal ouviam falar, mas que do dia para a noite, demandava seu chão e instaurava um tempo de incerteza e medo. Medo de perder tudo o que haviam conseguido construir depois de anos e anos de luta e muito suor derramado na terra.

Além do mais, a falta de informações claras e precisas sobre datas mais exatas acerca da permanência e retirada de camponeses da terra fazia que as famílias não mais trabalhassem normalmente em suas lavouras, deixando de fazer roças maiores e de cuidar diariamente de suas plantações de cacau, pois nas indenizações iam ser consideradas apenas as benfeitorias caracterizadas na ocasião do levantamento socioeconômico da empresa. Nada mais feito depois desse levantamento seria considerado. Situação que se agravava à medida que meses e anos se passavam e não se tinha uma decisão definitiva para muitas famílias (acerca dessa indefinição na relação da empresa com os atingidos, ver Anexo 01).

Ainda em decorrência dessa situação, segundo França (2015), muitas famílias tinham de se deslocar de suas comunidades à cidade de Altamira para tentar resolver sua situação junto a NESA. Ou seja, ao invés da empresa deslocar seus

representantes para “negociar” com os camponeses em suas casas no campo, o contrário foi o que passou a ocorrer, com o deslocamento desses trabalhadores em busca de soluções definitivas para problemas potencializados pela estratégia da empresa, a fim de fragilizá-los e torná-los mais suscetível às propostas de indenização da empresa.

Provavelmente, essa estratégia da NESA, potencializada pelo vazio institucional deixado pelo Estado em Altamira, no que dizia respeito à assistência aos atingidos, contribuiu significativamente para reduzir o número de rejeição às propostas de indenização feitas pelo empreendedor. Mas isso, oficialmente, não era considerado. Pelo contrário, a NESA, quando tocava na questão das desapropriações/desapossamento compulsório, enfatizava o número relativamente pequeno de processos judicializados como sendo reflexo de uma política que supostamente dialogava e respeitava os direitos dos atingidos.

As disputas em torno das indenizações

No PBA, na seção destinada ao Plano de Atendimento à População Atingida, Tomo II, a NESA afirmava:

Historicamente, a realização de grandes empreendimentos hidrelétricos no Brasil foi marcada por experiências que resultaram na emergência de problemas sociais, que se propagaram em diferentes escalas territoriais. Isso frequentemente decorreu da tradição em reconhecer preferencialmente como atingido o proprietário, privilegiando a concepção territorial patrimonialista para o tratamento dessa questão, e, secundariamente, os não proprietários que, indenizados apenas por suas benfeitorias, perdiam, quase sempre, o acesso a terra, recurso central na composição de suas formas de sustento. (NESA, 2011, p. 16).

Desta maneira, reforça-se a idéia de que a condição do atingido não deve ser observada do ponto de vista unicamente territorial e patrimonialista, e sim reconhecer uma situação onde prevalece a identificação e o reconhecimento de direitos e de seus detentores, evoluindo significativamente na amplitude com que procura assegurar a recomposição, e mesmo melhoria, das condições de vida das populações afetadas. (NESA, 2011, p. 16).

Essa aparente preocupação com os grupos sociais atingidos, porém, não passou de retórica. Na prática, a NESA não deixou dúvida acerca da racionalidade que a informava quando em pleno processo de desapropriação/desapossamento compulsório, alterou o caderno de preços usado como referência nas indenizações. Em fevereiro de 2011, essa empresa divulgou seu primeiro caderno de preços com os critérios de avaliação e valoração para terras rurais e urbanas e benfeitorias reprodutivas e não-reprodutivas. Nesse caderno, apesar de haver no RIMA da UHE

Belo Monte um Projeto de Reparação, que previa recompensa material de perdas não materiais sofridas pelos grupos atingidos, referentes à cultura e ao sentimento das pessoas com a região a ser afetada (ELETROBRAS, 2009, p. 157), nada disso foi considerado.

Ao contrário, referido caderno de preços pautou-se em uma perspectiva essencialmente evolucionista e patrimonialista, de modo que os critérios de avaliação privilegiaram, com valores mais elevados, as benfeitorias e as terras teoricamente mais tecnificadas, mais modernas, em detrimento das formas de manejo típicas das comunidades ribeirinhas amazônicas, consideradas tradicionais ou primitivas, com valoração ínfima.

Desta forma, assim como ocorreu em Tucuruí¹⁶, por exemplo, a área considerada como atingida pela empresa, foi concebida como uma área abstrata e homogênea e não como territórios produto de diferentes relações socioculturais, com diferentes níveis de pertencimento por parte dos grupos sociais que os produziam.

Além disso, para reduzir ainda mais os custos com indenização, em 2013, a NESA refez seus critérios de avaliação e substituiu o caderno de preços vigente por um novo caderno, desta feita com valoração menor até mesmo para as benfeitorias mais tecnificadas. Isso gerou alguns questionamentos por parte de sindicatos de produtores rurais e da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (SEPLAC), instituição que questionou o rebaixamento exponencial do preço do cacau. Mas, sem grande alarde, o novo caderno de preços passou a vigorar.

Comparando a mudança de valores para alguns bens entre o primeiro e o segundo caderno de preços, a FGV elaborou um quadro (Quadro 09), mostrado a seguir.

¹⁶ Segundo Acseirad (2010, p. 185), em Tucuruí, o planejamento autoritário tendeu “a equacionar enormes transformações socioambientais como se fossem redutíveis a simples operações patrimoniais com a propriedade jurídica. A área inundável foi sistematicamente concebida como espaço da propriedade privada e não de relações socioculturais diversificadas: desapropriaram-se e indenizaram-se os bens, mas não se considerou o universo não mercantil da ecologia e dos modos de vida. Pagou-se regamente”.

Quadro 09: Valores pagos por benfeitorias reprodutivas, em reais (R\$)

Municípios	Tipo de benfeitorias	Modo de benfeitorias	Caderno 1 (2011)	Caderno 2 (2013)
Altamira, Anapu, Brasil Novo, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu	Cacau em produção (por pé)	Tradicional	15,38	12,31
		Nativo	7,91	6,33
		Produção incentivada	96,93	46,14
	Seringueira em produção (por pé)	Tradicional	36,58	29,26
		Nativa	16,51	13,21
		Tecnificada	51,42	41,14
	Desmatamento (por hectare)	Manual	750,00	750,00
		Mecanizado	1820,00	1.820,00
	Pastagens (por hectare)	Tradicional	1200,00	1.200,00
		Tecnificada	3.195,00	2.556,00

Fonte: FGV, 2015.

Como se observava no quadro 09, o caderno de preços elaborado pela NESA em 2013 apresentava, de modo geral, em comparação com o caderno anterior, sempre variações para baixo, sendo que em determinados casos, como no do cacau incentivado, a variação negativa era de mais de 44%.

Considerando que em 2013, basicamente, a dinâmica das desapropriações/desapossamento compulsório já havia praticamente cessado entre os camponeses de terra firme, podia-se inferir que o caderno de preços 2 passou a ser usado como referência na indenização principalmente de camponeses beiradeiros e de famílias indígenas que territorializaram os beiradões e ilhas do médio Xingu, o que só contribuiu para rebaixar ainda mais os valores das indenizações ofertadas a esses grupos sociais, que já conviviam com interdições e transformações ambientais decorrentes da efetivação do projeto hidrelétrico.

Assim, considerando a perspectiva evolucionista e patrimonialista desse caderno de preços, e tendo em vista que esses grupos sociais, em grande parte, não detinham titulação da terra por territorializarem áreas consideradas de marinha, patrimônio da União imediatamente incorporado ao patrimônio da NESA, e nem um modo de vida que se caracterizasse pela prática de culturas que constavam com preços mais elevados pelos critérios da empresa, o valor das indenizações oferecidas às famílias beiradeiras foi, em muitos casos, simplesmente simbólico.

Ainda que a empresa nunca tivesse divulgado informações sobre o valor das indenizações, em processos consultados na DPU, constatou-se que os grupos sociais atingidos nos beiradões e ilhas do médio Xingu, declaravam ter recebido valores como 3.272,00 R\$; 8.217,00\$; 2.516,00 R\$; 7.814,00 R\$, ou seja, quantias insuficientes

para adquirir, no contexto de especulação da barragem, qualquer pedaço de terra, tanto na cidade de Altamira, quanto no campo.

Foi em decorrência desse processo que camponeses e indígenas não aldeados, a partir do final de 2014 e no decorrer de 2015, recorreram à DPU em busca de assistência jurídica para revisão nos valores das indenizações oferecidas pela NESAs. Com isso, essa empresa foi chamada a participar de várias audiências de conciliação, tendo como tema a revisão do valor das indenizações ofertadas.

Desta forma, juridicamente falando, em muitos casos, não era possível falar em expropriação absoluta de grupos sociais atingidos pela UHE Belo Monte. Efetivamente, porém, foi isso que ocorreu, sobretudo no caso dos grupos sociais beiradeiros, que foram separados compulsoriamente da terra/território em face de indenizações irrisórias que, apesar de preconizado no EIA/RIMA de Belo Monte, em nada consideravam o modo de vida pelo qual esses grupos sociais historicamente se reproduziam no Xingu. Nessa perspectiva, podia-se dizer que esses grupos atingidos tiveram seus territórios usurpados, roubados pela NESAs, pois as indenizações que perceberam simplesmente limitaram-se a dimensão patrimonialista, desconsiderando inteiramente o pertencimento e a complexidade territorial em que camponeses e indígenas se reproduziam.

A camponesa x a NESAs: O caso do processo 405-16.2011.4.01.3903

Esse processo instaurado em função da ação de desapropriação proposta pela NESAs em face de Maria das Graças Militão e outros evidenciou o assédio e a assimetria de poder nas “negociações” que marcaram a execução das desapropriações na instalação da UHE Belo Monte. E evidenciou também a resistência de uma família de camponeses que vivia basicamente do cultivo do cacau, aliada à extração de produtos florestais como o açaí e que teve sua vida coercitivamente transformada pela ação da NESAs.

O objeto desse processo era a desapropriação do lote 41 (144,5141ha), da Gleba Paquiçamba, na Volta Grande, município de Vitória do Xingu. Segundo a senhora Maria das Graças Militão, proprietária que exercia a posse efetiva do lote, antes do caso ir para a justiça, tomando dimensões bastante amplas, ela foi chamada por um dos advogados da NESAs para uma negociação extrajudicial. Como não chegaram a um acordo, o advogado da referida empresa teria lhe ameaçado dizendo

que poderia pegar uma ordem com o juiz e entrar nos lotes com o trator de esteira. Sentindo-se ameaçados, a relatora e seu esposo, senhor Sebastião, procuraram orientação jurídica, sendo aconselhados a registrarem ocorrência, a qual, inclusive, encontrava-se nos autos do referido processo.

Em face dessa divergência, a NESA entrou na justiça com pedido de desapropriação e imissão provisória na posse, tendo a Justiça Federal em Altamira deferido tal pedido, determinando que a camponesa teria apenas 10 dias para desocupar o imóvel em questão. Mas tal ordem foi descumprida por duas vezes. A camponesa alegava que não tinha como sair de sua terra, sem antes receber a indenização, pois tinha apenas uma casa alugada na cidade de Altamira e que toda sua despesa era custeada com a venda dos frutos retirados daquela terra (o aluguel da casa, o sustento de toda a família, inclusive uma criança pequena e uma filha menor que estavam com ela na cidade).

A camponesa argumentava ainda, que só estava mantendo a casa alugada na cidade, porque sua filha, adolescente, era doente e precisava sempre está no médico e também estudar. Além disso, também precisava de um ponto de apoio para poder negociar o que era produzido na terra pelo seu esposo e pelo seu filho maior.

Porém, indiferente a esses argumentos, a NESA peticionou novo pedido de imissão provisória na posse, solicitando, dessa vez, força policial para desocupação forçada do imóvel, aos moldes de uma reintegração de posse, “permitindo-se a remoção dos entulhos ali existentes” (p. 218). Para além da falta de compaixão e do desprezo explícito da empresa, chamou a atenção nesse processo, a denúncia de ameaça sofrida pela camponesa, denúncia que evidenciava a violência e o descompromisso com a situação dos camponeses atingidos, principalmente aqueles que esboçavam alguma resistência a empresa empreendedora.

No processo consultado, havia da parte da NESA a recomendação para que a punição fosse enérgica à família camponesa. Isso para servir de exemplo para todos aqueles que, por ventura, viessem esboçar desrespeito semelhante.

PARTE III: AS LUTAS CAMPONESAS CONTRA O CERCAMENTO

5. A LUTA PELA RE-PRODUÇÃO CAMPONESA NOS REASSENTAMENTOS RURAIS

Neste capítulo, esboçou-se uma análise das condições de re-produção dos camponeses atingidos pela HUE Belo Monte, assentados em Reassentamentos Rurais instalados pela empresa NESA, no município de Vitória do Xingu, no Pará. Centrou-se nas duas modalidades de reassentamento instaladas em torno do reservatório intermediário da UHE Belo Monte, privilegiando questões relacionadas à implantação e estruturação desses reassentamentos, à adequação dos lotes às formas de usos dos assentados, ao uso da terra e à re-produção camponesa, sempre tendo em vista que tais reassentamentos resultaram de um processo violento e contraditório, cuja instalação em frações do território capitalista cercado pelo hidronegócio, operou-se pelas mãos de uma empresa que não tinha demonstrado apreço pelas obrigações assumidas no licenciamento ambiental, para o que contribuía a complacência do próprio órgão licenciador, o Ibama.

5.1. OS REASSENTAMENTOS RURAIS: DA RETÓRICA FORMAL À PRÁTICA DA EMPRESA

O Projeto de Reassentamento Rural nunca figurou como prioridade na pauta de tratamento colada em prática pela NESA, no decorrer do processo de instalação da UHE Belo Monte. Mas a empresa sempre buscou mostrar o contrário. Nos relatórios semestrais de consolidação do PBA entregues ao Ibama, indicava-se que apesar da pouca adesão a essa modalidade de reassentamento, a empresa nunca deixou de trabalhar na estruturação de áreas, visando receber as famílias atingidas que por ventura optassem por essa forma de tratamento.

No PBA da UHE Belo Monte, o Reassentamento Rural constava como uma das formas de tratamento (compensação) disponível aos grupos sociais atingidos no que chamavam de meio rural. Nesse documento, finalizado pela NESA em 2011, afirmava-se que “o objetivo do Projeto de Reassentamento Rural é garantir aos atingidos condições de moradia e produção minimamente iguais e, preferencialmente melhores, das que dispunham antes da implantação do empreendimento” (NESA, 2011, p. 83).

Acerca das metas previstas para essa forma de tratamento, a NESA afirmava:

Estimando-se que esta venha a ser a opção dos pequenos proprietários, posseiros e minifundistas, bem como se configure na melhor alternativa de

reparação para parceiros, meeiros, arrendatários, ocupantes, trabalhadores rurais, além de beneficiários de projeto de assentamento federal, afetados pelo empreendimento, temos que a meta é o reassentamento de 1.114 famílias (NESA, 2011, p. 83).

Ainda no PBA, a empresa assinalava que o Projeto de Reassentamento Rural poderia tomar duas formas:

a) Reassentamento Rural Coletivo (RRC): modalidade de reassentamento que deveria resultar da discussão coletiva e seria facultada aos pequenos proprietários e posseiros, os minifundistas e demais atingidos que não possuísem direitos sobre a propriedade, incluindo aqueles que se encontravam em condições de vulnerabilidade social¹⁷. Sua implantação ocorreria em área a ser adquirida pela NESA para esse fim.

b) Reassentamento Individual em Área Remanescente¹⁸ (RAR): modalidade de reassentamento individual destinada a proprietários/posseiros que tivessem suas moradias/benfeitorias ou parte das terras afetadas e poderiam permanecer na mesma propriedade, desde que a esta fosse viável economicamente. Esta opção também poderia ser utilizada por famílias a serem indenizadas integralmente, ou que ficassem com áreas inviáveis economicamente. Nesses casos, poderiam ser remanejadas desde que essas áreas fossem reestruturadas.

Os procedimentos e custos para a instalação do Reassentamento Rural nas duas formas previstas, ficaram a cargo do agente empreendedor, ou seja, da NESA. Assim, esta ficou responsável por todas as ações de mobilização e esclarecimento dos grupos sociais atingidos, assim como pelos procedimentos práticos envolvendo aquisição de terra, levantamento topográfico, instalação de infraestrutura, construção de habitação, preparação de documentos e transferências das famílias. Isso sem perder de vista as interfaces do Projeto de Reassentamento Rural com outros projetos previstos no PBA, como Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar (NESA, 2011).

Encontravam-se também no PBA, as diretrizes segundo as quais os reassentamentos rurais deveriam ser implantados. Neste documento, apontava-se que os reassentamentos constituiriam opção de compensação para proprietários ou posseiros de terras com áreas remanescentes menores que um módulo fiscal em seus

¹⁷ A NESA entendia “vulnerabilidade social como uma posição de desvantagem frente ao acesso às condições de promoção e garantia dos direitos de cidadania de determinadas populações” (NESA, 2011, 61).

¹⁸ Segundo a NESA, “Área Remanescente é a área que após a desapropriação poderá permanecer de propriedade ou posse do desapropriado desde que atendida a legislação” (NORTE ENERGIA, 2011, 61).

municípios (no caso, 75 ha). Indicava-se que existiam 551 imóveis abaixo do módulo fiscal, cujos atingidos poderiam optar pelo reassentamento rural, sendo que o Reassentamento Rural Coletivo (RRC) surgia como alternativa “preferencial para os que residem e dependem da produção agropecuária como atividade principal, com força de trabalho familiar ou contratada” (NESA, 2011, p. 86), especialmente os não-proprietários.

Assim, aos parceiros, meeiros, arrendatários e agregados, além de trabalhadores rurais em situação de vulnerabilidade social, seria oferecido o reassentamento em lote agrícola pleno. Segundo a NESA,

Este tratamento é direcionado às famílias de Não-Proprietários que explorem a propriedade e tem a produção agropecuária como sua principal fonte de renda e que terão suas áreas de trabalho, moradia e benfeitorias afetadas, como os arrendatários, meeiros e parceiros. Será calculado o Módulo Rural do Reassentamento com base em metodologia específica (Metodologia ITESP e Sistemas Agrários da FAO), porém este não poderá ser inferior ao módulo fiscal do município. (NESA, 2011, p. 86).

Para a instalação dos reassentamentos, algumas condições seriam observadas, tais como:

- A escolha dos locais para reassentamento - levará em conta o disposto no Manual de Obtenção de Terras e Perícia Judicial Aprovado pela Norma de Execução INCRA/DT nº 52, de 25 de outubro de 2006 e considerará, além do lá disposto, os seguintes aspectos: solos de boa qualidade; localização de preferência no mesmo município da propriedade atual ou nos municípios próximos, preferência por propriedades extensas para serem desapropriadas, sem acarretar grandes problemas fundiários, possibilitando a manutenção de grupos de afinidade e com acesso adequado. No EIA, Volume 11 – Diagnóstico AID e ADA – Meio Físico, item 7.7.7.3.3 – Áreas Selecionadas para Detalhamento como Suporte para Futura Relocação e Assentamento Rural foram indicadas áreas possivelmente aproveitáveis do ponto de vista pedológico para o reassentamento;
- As condições de negociação dos lotes – No âmbito do processo participativo previsto para acontecer deverá ser definido coletivamente e com anuência dos órgãos competentes (ITERPA e INCRA) um período no qual o atingido fica impedido de negociar (vender) o lote. Esta medida é importante tendo em vista o conjunto de programas e projetos focados na recomposição das condições de vida do atingido em patamares minimamente iguais e, preferencialmente, melhores do que os disponíveis. Assim, entende-se que processos de especulação e venda de lotes prejudicariam a dinâmica de consolidação e emancipação do assentamento. É importante destacar que a Constituição Federal afirma que os beneficiários ou beneficiárias da reforma agrária não poderão negociar os títulos da terra por um período de dez anos (art. 189);
- Quando da regularização fundiária - O título de propriedade será conferido tanto ao homem quanto à mulher (a ambos independentemente do estado civil) ou à associação civil que represente o beneficiário;
- Reconhecimento pelo INCRA/ITERPA_ – Este reconhecimento é importante para que o assentamento receba o mesmo tratamento dos assentamentos do governo federal, no que se refere, principalmente, ao direito dos assentados ao acesso às modalidades de créditos para as áreas de assentamento,

conforme prevê o art. 4º, § 2º, b da Instrução Normativa INCRA nº 15, de 15 de março de 2004, junto a Portaria INCRA nº 687 de 27 de setembro de 2004;

- Garantia de infraestrutura de serviços essenciais - As moradias a serem disponibilizadas deverão ser providas dos serviços de água, luz e esgoto, condições de iluminação e ventilação conforme normas da ABNT. Os reassentamentos serão dotados também de Centro Comunitário, escola até o 2º grau, caso haja demanda, Posto de Saúde, espaço para a Associação de Moradores e outras benfeitorias utilizadas pela comunidade, tais como Centros de Lazer, Igrejas, Posto Telefônico, etc;
- Licenciamento ambiental – os reassentamentos deverão obter licenciamento ambiental segundo a Resolução CONAMA nº 387, de 27 de dezembro de 2006, atendendo a condicionante 2.32;
- Garantia de manutenção da renda e da produção - as áreas escolhidas para o reassentamento deverão propiciar a manutenção ou incremento da renda familiar. Para tanto, será elaborado um Plano de Desenvolvimento de Reassentamento - PDR, de acordo com a metodologia adotada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (NESA, 2011, p. 87-88)

Ou seja, no processo de implantação dos reassentamentos rurais, a NESA contraditoriamente não só asseguraria condições de permanência na terra a camponeses proprietários, como possibilitaria a transformação de camponeses sem-terra atingidos pela construção da UHE Belo Monte em camponeses proprietários de um pedaço de chão estruturado, com acesso a serviços, regularizado e pronto para o trabalho. Isso tudo por meio de um processo participativo, cuja importância para a implantação e consolidação dos reassentamentos era recorrentemente sublinhada no PBA.

A abordagem participativa assegura maior aceitação e um plano de reassentamento mais realista. O processo de informar e consultar a comunidade ajuda a estimular as reivindicações e prioridades individuais e coletivas, bem como a trazer para o debate os conflitos emergentes. Organizações comunitárias fortes facilitam o processo de reassentamento e estimulam a comunidade a assumir suas responsabilidades no processo. Para desenvolver mecanismos para promover e organizar o processo de consulta e participação de forma inclusiva, transparente e efetiva, é necessário a análise social para identificar os grupos de interesses particulares ou entidades interessadas - as ONGs locais, as organizações de base e os órgãos governamentais envolvidos com o reassentamento devem também participar ativamente na preparação e execução do projeto de reassentamento (NESA, 2011, p. 88).

Esse ambiente participativo e de debate deveria permear todo o processo de implantação do(s) reassentamento(s). De forma que, por exemplo,

Após sua elaboração pela equipe técnica responsável, os anteprojetos de reassentamento serão apresentados aos atingidos e entidades envolvidas e representantes das instituições públicas afins. A partir daí novo debate deverá ser instaurado de modo a que o anteprojeto seja adequado às demandas, expectativas e necessidades de seu público-alvo (NESA, 2011, p. 88).

Toda essa discussão, vale lembrar, ocorreria depois de a empresa já ter organizado visitas das famílias atingidas às áreas passíveis de receber o projeto de

reassentamento e de essas áreas terem sido avaliadas e aprovadas na Comissão de Representantes dos Atingidos (NESA, 2011). Por aquilo que constava no PBA, somente após essas etapas, “o empreendedor procederá à aquisição das áreas selecionadas e estará pronto para iniciar os estudos para elaboração do Pré-projeto de Reassentamento” (NESA, 2011, p. 89).

A transferência das famílias para os reassentamentos ocorreria apenas quando a infraestrutura estivesse instalada, momento em que os reassentados passariam a ser beneficiados por outros Programas e Projetos que teriam interfaces com o projeto de reassentamento rural, através das atividades de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES, cuja duração mínima seria de três anos, podendo ser prorrogada por mais dois, totalizando cinco anos (NESA, 2011).

Havia ainda no PBA, a previsão de monitoramento e avaliação dos assentamentos. Sobre esse ponto, afirmava-se:

Outro aspecto importante diz respeito ao monitoramento do plano de reassentamento. O plano de reassentamento não termina quando a população afetada é fisicamente instalada. É necessário um período de adaptação e de reabilitação social difícil de administrar e de avaliar. Uma das ferramentas que será utilizada para a realização do monitoramento, será a caracterização do Perfil de Entrada da população beneficiada, mediante a aplicação de um cadastro, previamente negociado com os atores envolvidos, que deverá fornecer dados suficientes para a definição de indicadores de impacto do referido Projeto (NESA, 2011, p. 92).

O monitoramento é uma ação do processo de reassentamento tão importante quanto ele próprio. A rigor, ele tem início já na fase de elaboração de pré-projeto de modo a acompanhar o desenvolvimento do processo e possibilitar a mitigação a contento de impactos negativos que por ventura venham a surgir (NESA, 2011, p. 93).

Os objetivos do monitoramento seriam:

- Observar se as ações previstas estão sendo desenvolvidas dentro dos conceitos básicos e, caso venha ser detectadas distorções, propor correções de rumo;
- Detectar entraves e oportunidades para implantações das ações, indicando, em tempo hábil, as soluções para superação dos primeiros e otimização das segundas; momentos antes, durante e depois do projeto;
- Formar um banco de dados, de forma que esta experiência venha a servir de referência e possa ser acompanhada e avaliada pela sociedade;
- Para alcance dos objetivos desta etapa, o empreendedor desenvolverá sistemas que permitam o registro de todas as fases de implantação do Projeto de Reassentamento (NESA, 2011, p. 94-95).

Dessa forma, na retórica formal da NESA, mesmo depois da instalação física dos reassentamentos rurais, a empresa permaneceria vigilante quanto à efetividade de suas ações visando corrigir eventuais distorções e otimizar as oportunidades.

No cronograma geral de construção da UHE Belo Monte, constava que a aquisição de terra e a transferência das famílias para os reassentamentos rurais poderiam se estender até o final de 2013, depois de vencidas as várias etapas previstas no processo de efetivação dessa forma de tratamento. Ocorreu, porém, que essa projeção não passou de uma referência temporal vaga. Na realidade, o processo de desapropriação/desapossamento compulsório (projeto de Aquisição de Terra e Benfeitorias, na linguagem da empresa), em que os atingidos poderiam fazer a opção pelas modalidades de reassentamento rural, estendeu-se até 2015.

Nesse período compreendido entre 2011 a 2015, a dinâmica geográfica desse processo atingiu grupos sociais heterogêneos, com formas de territorialização diversificadas, em momentos diferentes. Nos dados apresentados pela empresa, observava-se que a limpeza do terreno para a instalação da hidrelétrica poderia ser dividida em dois momentos: um, que abrangendo os anos de 2015 e 2014; e outro, de 2013 às primeiras desapropriações/desapossamento efetivadas pela empresa em 2011.

Em função da UHE Belo Monte constituir uma hidrelétrica que demandou a abertura de um gigantesco canal de derivação em área de terra firme, assim como de diques de contenção e outras estruturas para viabilizar a formação de um reservatório intermediário, a efetivação do processo de desapropriações/desapossamento compulsório avançou, em grande parte, no interior da área conhecida como Volta Grande, no município de Vitória do Xingu, sobretudo em terras de camponeses, que cultivavam cacau e praticavam uma pequena pecuária, assim como em áreas de grandes fazendas, formadas, por vezes, a partir da concentração de lotes do INCRA, originalmente destinados ao assentamento de camponeses na região.

Assim, entre 2011 a 2013, apesar de a empresa efetivar desapropriações/desapossamentos em comunidades beiradeiras, particularmente na altura da localidade “Arroz Cru”, onde foi instalado o Sítio Pimental, base para a construção do barramento principal da UHE Belo Monte no Xingu, sua ação concentrou-se principalmente nas áreas de terra firme (Quadro 10), visando rapidamente “liberar a área” necessária para a abertura do grande canal de derivação, que seria responsável pela drenagem das águas do Xingu para a casa de força principal da hidrelétrica situada na localidade Belo Monte.

Quadro 10: Extensão da Área Adquirida para a construção da UHE Belo Monte (2011-2013)

LOCAL	ÁREA (ha)	ÁREA (ha)
	Adquirida até 28/06/2013	Área a ser adquirida *
Ilhas do Pimental	554,3939	0,0000
Canteiro Sítio Pimental (MD)	844,9360	0,0000
Canteiro Sítio Pimental (ME)	2.063,7898	0,0000
Reservatório do Xingu (RXD)	780,7766	17.022,6535
Ilhas Reservatório	60,1508	
Reservatório do Xingu (RXE)	1.417,8766	
Sítio Belo Monte	2.596,2518	0,0000
Ilhas do Belo Monte	1,3163	0,0000
Reservatório Intermediário	12.669,6915	2.053,9600
Diques	4.162,9855	0,0000
Canal 01	3.467,6005	0,0000
Canal 02	3.277,4316	0,0000
Canteiro do Canal (expansão)	5.577,9434	0,0000
Travessão 55	2.061,5674	0,0000
Travessão 27	196,3176	0,0000
Travessão 50	573,6545	0,0000
Jusante Esquerda (Comunidade São Pedro)	2.254,0551	0,0000
Canteiro Bela Vista	658,6894	0,0000
Acesso Leste – Oeste (Ligação do TV-27 com o TV-55)	572,8822	0,0000
Subestação (SE)	49,9337	0,0000
TOTAL	43.842,2442	19.076,6135

* Estimativa

Fonte: NESA, 2013. p. 6.

Como evidenciado nesse quadro 10, extraído do 4ª Relatório de Consolidação do PBA elaborado pela NESA, relativo ao primeiro semestre de 2013, pouco mais de dois terços da área necessária para a instalação da UHE Belo Monte já haviam sido adquiridos pela empresa, notadamente em áreas de terra firme, mas, paradoxalmente, até esse momento, apenas uma família teria optado pelo RRC, uma das formas de reassentamento rural que se encontrava em fase de estruturação na única gleba que a empresa havia destinado para esse fim, às proximidade de onde o processo de desapropriações/desapossamento compulsório avançava no município de Vitória do Xingu.

A explicação para essa demanda insignificante pelos Reassentamentos Rurais, segundo a NESA, relacionava-se ao malogro de experiências de ocupações coletivas na Transamazônica e ao interesse das famílias em acessar outra forma de tratamento que lhes possibilitasse obter terra com moradia e benfeitorias já produzindo, no caso, a Relocação Assistida (Carta de Crédito). Sobre essa questão, no quarto relatório de consolidação do PBA, a empresa afirmava:

A adesão à modalidade do reassentamento rural pode ser avaliada como pequena, pois, diante da possibilidade de aquisição de áreas ocupadas por culturas em produção (como o cacau, por exemplo), da aquisição de lote dotado de infraestrutura (inclusive moradia), da possibilidade de mudança imediata e considerando ainda algumas experiências mal sucedidas de ocupações coletivas em um passado recente (Transamazônica e Assentamentos do Incra), as famílias interferidas têm optado, majoritariamente, pela Relocação Assistida que permite a este público, de certa forma, atender suas necessidades e expectativas (NESA, 2013, p. 2)

Ocorria que no PBA, não constava que as famílias que teria direito aos reassentamentos rurais também poderiam optar pela Relocação Assistida como opção de tratamento. Ficou definido no licenciamento que esse grupo de atingidos, formado por posseiros, meeiros, arrendatários, pequenos proprietários com área remanescente menor que 75 ha e trabalhadores rurais, teriam como forma de tratamento exclusiva os reassentamentos rurais, justamente para que não se perdesse de vista o processo de recuperação desses atingidos em face das profundas transformações provocadas pela construção da hidrelétrica.

Logo, para direcionar esse grupo de atingidos para outra forma de tratamento, que implicava numa busca por terra regularizada e a baixo custo, missão complicada no contexto da barragem, a NESA precisou descumprir os termos previstos no PBA. Acerca dessa questão, a empresa informou que havia ofertado outra forma de compensação ao grupo de beneficiários do reassentamento rural em função de demanda vinda dos próprios atingidos. Referida demanda teria se manifestado em uma reunião do Fórum de Acompanhamento Social da UHE Belo (FASBM), realizada em 2 de setembro de 2011, na qual as famílias atingidas teriam solicitado que lhes fosse disponibilizada a Relocação Assistida como forma de compensação, o que teria sido aprovado mesmo sem o aval do órgão licenciador, responsável, entre outras coisas, por monitorar o cumprimento das obrigações assumidas pela empresa no PBA.

Todavia, ao solicitar e analisar o conteúdo da Ata da reunião em que teria havido a manifestação dos atingidos, requerendo outra forma de tratamento, o Ibama chegou a seguinte constatação:

Ao analisar o conteúdo da ata **verifica-se que, ao invés dos representantes da área rural terem solicitado tal alteração, a Norte Energia informou aos representantes que não apenas o proprietário/posseiro teria acesso à realocação assistida, mas meeiros, parceiros, empregados também teriam acesso a este tratamento.** Tal fato caracteriza-se como tratamento diferenciado e pode ser considerado descumprimento do PBA, uma vez que está previsto para este público apenas os tratamentos de reassentamento rural individual em áreas remanescentes, reassentamento coletivo ou acompanhamento da nova situação de emprego e moradia. (IBAMA, 2014, p. 8. Grifo nosso)

E continuava:

Em pareceres anteriores, esta questão já fora abordada tanto pela falta de público para o projeto de reassentamento rural coletivo como pela dificuldade gerencial ou de adaptação à condição de proprietário rural em áreas não necessariamente próximas, que permitissem um acompanhamento técnico e social capaz de superar tais dificuldades. Segue análise realizada no parecer 168/2012 sobre o tema: *a comissão específica do Plano de Atendimento à População Atingida, do Fórum de Acompanhamento Social da UHE Belo Monte, aprovou aquisições de imóveis rurais feitas por beneficiários de carta de crédito que teriam acesso, de acordo com o PBA, apenas ao tratamento de reassentamento coletivo ou reassentamento individual em área remanescente viável. A equipe do Ibama também vê com preocupação essa concessão por parte do empreendedor, pois cada vez mais fica diminuído o público para o reassentamento coletivo, que segundo dados preliminares do CSE chega a 682 famílias. Entende-se toda a problemática que envolve o tema – assentamento coletivo – para a população rural da região, mas a questão é que o reassentamento coletivo permite um melhor acompanhamento de ATES por parte do empreendedor, facilita a rede de proteção social em torno das famílias atingidas e pretende efetivar interação com instituições governamentais que atuam com políticas públicas de apoio ao fortalecimento da agricultura familiar.* (IBAMA, 2014, p. 8-9)

Ou seja: além de fornecer informações falsas e descumprir o PBA, a NESA atuou efetivamente no sentido de esvaziar o reassentamento rural, justamente a forma de compensação que previa maior possibilidade de ajuda e acompanhamento às famílias atingidas.

Em razão desses fatos, o Ibama recomendou a suspensão da oferta da Relocação Assistida ao público de atingidos cuja forma de tratamento definida no PBA era o reassentamento rural.

A Norte Energia deve ser notificada para cessar tratamento diferenciado a público elegível previsto apenas para reassentamento individual em área remanescente, reassentamento rural coletivo ou acompanhamento da nova situação de emprego e moradia e dar explicações por possível descumprimento do PBA, uma vez que, por liberalidade da empresa, permitiu-se o acesso de famílias rurais a tratamento não elegível. Em conjunto, o empreendedor deverá apresentar os números de famílias, baseados no CSE, discriminados por vínculo com a propriedade e opção de

tratamento, bem como a totalização do público previsto para cada tratamento. (IBAMA, 2014, p. 9)

Com essa medida, o órgão licenciador buscou reestabelecer os preceitos do PBA, ainda que a empresa não tenha sido levada a rever a forma de tratamento que passou a incentivar por conta própria, preocupada, decerto, não com as condições de reprodução social dos grupos atingidos, mas com a limpeza do terreno o mais rápido possível para o avanço físico da hidrelétrica, e também com a redução de custos, uma vez que a estruturação de lotes em reassentamentos rurais, além da obtenção de terra, também demandava gastos com a construção de moradias e infraestrutura (água, esgotamento, arruamento, galpão comunitário, etc.), bem como com trabalhos relativos à caracterização física das áreas e à observação das normas ambientais.

Assim, poder-se-ia supor que nos anos de 2015 e 2014, momento em que o processo de desapropriação/desapossamento compulsório foi retomado, deslocando-se geograficamente para beiradões e as ilhas do Xingu, a NESA finalmente começasse a pautar suas ações nos termos formalmente definidos no PBA, particularmente no que se referia às formas de compensação ofertadas aos grupos sociais atingidos.

Acerca das compensações que seriam oferecidas aos grupos sociais beiradeiros nessa fase final do processo de desapropriação/desapossamento, a NESA afirmou:

Também será realizada ampla divulgação das condições oferecidas pelo Reassentamento Rural Coletivo para as famílias interferidas das margens direita e esquerda do Rio Xingu e ilhas, bem como os critérios de elegibilidade desta alternativa de tratamento, considerando vínculo dominial com o imóvel, situação de moradia e atividades de produção desenvolvidas nas áreas de origem (NESA, 2013, p. 8).

Efetivamente, nesse momento, a NESA pareceu não ter omitido a oferta do reassentamento rural (RRC) aos grupos sociais beiradeiros, usando inclusive um panfleto com informações sobre a área disponibilizada.

Mas a empresa oferecia aos grupos sociais beiradeiros, basicamente, a opção do RRC, justamente o reassentamento que organizava numa gleba de terra firme, no Travessão 27, em Vitória do Xingu, que obtivera desde 2011, e onde vinha realizando estudos de topografia, pedologia e hidrografia, visando mostrar que, apesar da demanda limitada por essa forma de compensação, nunca tinha deixado de fazer sua parte.

Essa estratégia que havia sido questionada pela Procuradoria da República no Município de Altamira (PRM), no início de 2015, foi constatada em uma inspeção interinstitucional organizada pelo MPF, na qual o próprio IBAMA participou como convidado. No relatório da inspeção, constatou-se que:

Embora dos Termos de Opção assinados pelos moradores das ilhas conste que lhes está sendo oferecido um Reassentamento Rural Coletivo, as *Constatações da Equipe Interinstitucional de Inspeção* revelam que, na realidade, para os ribeirinhos foram ofertados os mesmos 32 [28] lotes, em uma área no Km 27 da Transamazônica, destinados a todos os atingidos moradores da área rural (que somam cerca de 1800 imóveis). Além do fato de essa área ser absolutamente inapropriada para pescadores agroextrativistas, é realmente difícil compreender como foi possível à empresa oferecer a todo esse universo de atingidos um número tão restrito de lotes (MPF, 2015. p. 11. Grifo no original).

A partir dessas constatações, verificava-se que durante todo o processo de desapropriação/desapossamento compulsório, a NESA trabalhou com estratégias para controlar a demanda pelos reassentamentos rurais, sempre preocupada em ajustar o quantitativo de famílias atingidas ao número de lotes agropecuários que organizava. Para isso, no interior da Volta Grande, descumpriu o PBA esvaziando a demanda pelos assentamentos rurais com a oferta de outra forma de compensação, e nos beiradões e ilhas do Xingu, desconsiderando totalmente as condições territoriais e o modo de vida dos grupos beiradeiros, ofertou o único RRC que estava organizando com 28 lotes agropecuários, situados em área de terra firme, e sem nenhuma participação social como previsto no PBA.

Particularmente no caso do RRC, as 28 famílias reassentadas no final de 2015, nunca tiveram a oportunidade de visitar as terras passíveis de receber o reassentamento antecipadamente, como previsto no PBA. Pelo contrário, a esses assentados foi apresentado como opção de tratamento um reassentamento já formatado pela empresa, sem participação social alguma em sua concepção.

Em relação ao Reassentamento Individual em Áreas Remanescentes (RAR), a outra forma de reassentamento rural prevista no PBA, a situação foi um pouco diferente. Apesar de uma parte dos assentados também não conhecer as terras onde localizavam-se os lotes, outra parte já tinha conhecimento dessa área, conseguindo lotes, por vezes, situados onde ficava a antiga propriedade familiar. Tal conhecimento favoreceu a retomada da produção e das relações de trabalho.

Com isso, os processos de distribuição dos assentados no RRC e no RAR apresentaram dinâmicas distintas, tanto em função das práticas da empresa, como em decorrência das condições objetivas que encontraram nos lotes. A principal luta

que os assentados travaram nessa área, era pela sobrevivência e pela reprodução social na terra (MARCOS, 1998, 2007). Mesmo os camponeses possuindo habilidades “para se ajustar a novas condições e também a uma grande flexibilidade para encontrar novas formas de se adaptar e ganhar a vida”, como assinalou Shanin (2008, p. 25), vários lotes ocupados há pouco mais de 2 anos, já tinham sido abandonados/vendidos, principalmente no RRC.

No intuito de apreender a distribuição desses camponeses como um processo contraditório engendrado no âmbito da política compensatória posta em prática pela empresa NESA, apresentam-se a seguir, a localização e as condições do sítio em que esses reassentamentos rurais foram instalados e subsequentemente, os aspectos que vinham marcando a distribuição dos assentados.

5.2. LOCALIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DOS REASSENTAMENTOS

Os dois Reassentamentos Rurais previstos originalmente no PBA da UHE Belo Monte, ou seja, o RRC e o RAR, foram instalados pela NESA no município de Vitória do Xingu, no entorno imediato do reservatório intermediário aberto no interior da área conhecida como Volta Grande (Mapa 04), para canalizar as águas do rio Xingu para a principal casa de força da hidrelétrica na localidade Belo Monte.

A Volta Grande do Xingu, como se observa no mapa 04, constitui um extenso bloco de terras, cujos contornos leste, sul e oeste são demarcados por um longo meandro do rio Xingu, e o contorno norte, pela rodovia Transamazônica (BR 230). Em termos municipais, esta porção de Vitória do Xingu encontra-se cercada por terras do município de Altamira (leste), de Senador José Porfírio (sul) e de Anapu (oeste), todos municípios marcados pela concentração da propriedade e por conflitos fundiários violentos.

Na Volta Grande, como demonstrado no mapa (04), o RRC foi instalado do lado leste do reservatório intermediário da UHE Belo Monte, bem próximo da APP. Seus lotes foram concentrados numa área de antiga fazenda, adquirida pela NESA no km 20 do Travessão 27 da rodovia Transamazônica (BR-230), vicinal que se estendia dessa rodovia até à barragem principal da UHE Belo Monte no rio Xingu (sítio Pimental), passando pelo canal de derivação por uma ponte de concreto construída pela empresa.

Mapa 04: Localização dos Reassentamentos Rurais (RRC e RAR) na Volta Grande do Xingu

O RAR, como ilustrado mapa 04, foi instalado de forma espalhada predominantemente ao sul e a oeste do reservatório intermediário, também ao lado da APP, basicamente seguindo a trajetória do Travessão 55, outra vicinal que começava na Transamazônica e circundava o reservatório intermediário até tocar o Travessão 27, antes deste chegar ao barramento principal da hidrelétrica do Xingu, um pouco depois de uma ponte construída pela empresa.

O RRC foi instalado numa área de 2.476,12 ha, da qual 496,08 ha formavam um bloco contínuo subdividido em 28 lotes, para abrigar 28 famílias no centro da área do reassentamento, sendo que esses lotes se encontram em área desmatada, com predomínio de pastagens (NESA, 2013).

Segundo a NESA,

O projeto de reassentamento foi elaborado de forma a assegurar que as pessoas afetadas recebam compensação e reabilitação adequadas. No tocante a infraestrutura, as famílias reassentadas terão acesso à água potável, saneamento, energia elétrica, habitação, estrutura comunitária,

serviços públicos (saúde e educação) e títulos de propriedade pelo menos equivalente aos níveis anteriores ao reassentamento (NESA, p. 2014, p. 10).

Tais afirmações, que se encontravam em sintonia com os compromissos assumidos pela empresa no processo de licenciamento da UHE Belo Monte, indicavam que o RRC devia ser uma área preparada para que os assentados encontrassem condições para tocar a vida, pelo menos em condições similares àquelas em que se encontravam antes do remanejamento forçado a que foram submetidos, em decorrência da instalação da hidrelétrica.

Segundo a empresa, “a gleba adquirida situa-se próxima das áreas que deverão ser desapropriadas, favorecendo o remanejamento das famílias para locais não muito distantes do seu local de origem” (NESA, 2012, p. 4). Do ponto de vista das condições para o uso agropecuário, essa gleba também teria reconhecido potencial, inclusive já com boa parte formada para a atividade pecuária, ou seja, desmatada e coberta de pasto.

Os solos, de forma geral, apresentam bom potencial para a atividade agropecuária e a declividade em geral é suave – ondulada. Existe boa disponibilidade hídrica que deverá ser levada em consideração por ocasião do plano de parcelamento da propriedade, tanto em relação ao acesso à água de formação natural como do futuro reservatório, evitando-se a delimitação de lotes sem esse tipo de recurso (NESA, 2012, p. 4).

A propriedade adquirida está formada para atividade pecuária na maior parte da área que se destina ao loteamento. Existe uma área com cerca de 8 mil pés de cacau entre 12 a 16 anos, em plena produção.” (NESA, 2012, p. 4).

Dessa forma, a gleba destinada à instalação do RRC, além da localização privilegiada, segundo a NESA, teria também características ambientais favoráveis, pastagens para o desenvolvimento da pecuária e até plantação de cacau.

Assim, a empresa procedeu-se a divisão da gleba em lotes, segundo ela, para melhor esclarecer os atingidos sobre o que poderiam encontrar ao aderir a essa forma de compensação.

Não obstante até o momento não tenha havido opção pelo reassentamento coletivo por parte das famílias, foi dado início aos estudos de parcelamento e definição do projeto de reassentamento da gleba adquirida pela Norte Energia. Essa ação visa constituir uma evidência mais concreta sobre a proposta de reassentamento coletivo (projeto) de forma a divulgar/esclarece as famílias sobre as condições que podem ser oferecidas num reassentamento dessa natureza (NESA, 2012, p. 4).

Após certa indefinição, a NESA decidiu que o RRC teria 28 lotes, cada qual com 75 hectares (o módulo fiscal na região), sendo que destes: 15 hectares foram destinados ao uso agropecuário, constituindo a chamada Área de Uso Alternativo do Solo (AUAS), e os 50 hectares restantes ficaram para a Reserva Legal (NESA, 2014,

p. 3). Dessa maneira, o parcelamento final do RRC ficou estabelecido conforme descrito a seguir (Quadro 11).

Quadro 11: Parcelamentos do RRC

ESTRUTURAS	ÁREA (ha)
Área Total do Projeto	2.474,6417
Área de Reserva Legal (ARL)	1.770,6600
Área de Preservação Permanente (APPs)	194,5600
Área dos Lotes (AUAS) – 28 áreas com, aproximadamente, 15 ha cada – vide Quadro 4.1.3 - 2	440,4543
Área do Centro Comunitário	3,0957
Área do IBAMA	3,0200
Área da Serraria	6,5798
Reserva Técnica (Norte Energia)	29,1419
Estradas	4,2300
Sítios Arqueológicos	22,9000

Fonte: NESA, 2014b, p. 3.

Como se verificava nesse quadro 11, a maior parte da área do RRC foi destinada à Área de Reserva Legal (ARL) em observação à legislação ambiental. A ARL ficou consorciada com a Área de Proteção Permanente (APP), de maneira que na conformação geral do RRC, essas duas áreas de uso restrito ficaram basicamente nas extremidades, abarcando as áreas de floresta que ainda restavam na gleba. E no centro do RRC, ficaram as AUAS dos 28 lotes, cada uma com cerca de 15 ha, justamente na área desmatada e recoberta de pasto sujo.

A divisão da gleba em lotes aparecia nos relatórios da NESA, como um processo minucioso, que levou em consideração tanto variáveis ambientais, quanto socioeconômicas. Nos termos da empresa: “Para subsidiar o projeto de parcelamento dos solos, foram realizados os levantamentos dos aspectos geológicos, pedológicos, do clima, relevo, vegetação e mapeamento do uso atual e classes de capacidade de uso das terras” (NESA, 2014, p. 2).

Em um material de divulgação para ser usado entre os grupos sociais atingidos, encontrava-se uma representação do RRC na perspectiva da empresa (Figura 01).

Figura 01: Representação do RRC em material informativo da NESA

Fonte: NESA, s/d.

Nessa figura, notava-se que o RRC aparecia como uma área racionalizada, atravessada por estrada e próximo a cursos d'água, no qual as áreas de uso alternativo estendiam-se por terra coberta de pasto, contendo uma casa em cada AUAS, já devidamente conectada à rede de energia elétrica.

A estruturação territorial do Reassentamento Individual em Área Remanescente (RAR), por sua vez, ocorreu de outra forma, objetivando o "uso e a ocupação viáveis economicamente das áreas remanescentes, de forma a evitar, a partir da reestruturação física e econômica dos imóveis rurais, o deslocamento compulsório das famílias atingidas, garantindo sua manutenção nas mesmas localidades onde vivem (NESA, 2011, 121)

Os procedimentos visando à formação do RAR faziam parte do Projeto de Reorganização das Áreas Remanescentes que, atrelado ao processo de desapropriação/desapossamento compulsório, também previa, por outro lado, a reorganização de propriedades parcialmente atingidas, cujo remanescente fosse considerado pelos laudos da empresa economicamente viáveis. Caso não fossem, toda propriedade era desapropriada e os fragmentos não atingidos (entenda-se:

alagados ou usados para alguma instalação da hidrelétrica), quando contíguos, seriam agrupados em “blocos de remanescentes”, formando o que a empresa chamou de “banco de terras”.

Para analisar esse “banco de terras” e propor a criação de novos lotes, a NESA contratou a *WorleyParsons*, empresa de consultoria australiana, que havia adquirido em 2010, o Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores (CNEC), uma empresa de engenharia que pertencia a Camargo Corrêa e que sempre teve com foco de atuação a construção de hidrelétricas, encontrando-se profundamente envolvida na instalação da UHE Belo Monte. No Xingu, o CNEC era uma empresa barrageira conhecida desde as primeiras prospecções para o barramento do rio, tanto que o Travessão 55, na Volta Grande, onde grande parte dos lotes do RAR foram criados, também era conhecido popularmente como travessão do CNEC.

Segundo a NESA (2015, p. 4-5), na organização e parcelamento dos “blocos remanescentes”,

[...] foram consideradas as variáveis de localização de estruturas construtivas que possam interferir nas áreas remanescentes (bota fora, depósito de madeira e pedreiras); a qualidade e quantidade de acessos aos futuros lotes, fundamental para o escoamento da produção; e a disponibilidade da rede de energia elétrica instalada e a instalar.

Foram executados os serviços de levantamento topográfico e cadastral dos blocos de terras que produziram bases cartográficas em relação à demarcação das variáveis acima.

Foram considerados ainda, no parcelamento dos blocos, os dados técnicos, plantas e memoriais descritivos dos Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica das Áreas Remanescentes, incluindo a avaliação da capacidade de uso das terras dos imóveis que originaram os remanescentes.

Foram intercaladas vistorias em campo e trabalhos de escritório para confirmação dos dados identificados tais como: declividade, erosão, cobertura vegetal, fertilidade aparente, pedregosidade, e outros fatores limitantes do solo, incluindo a utilização das áreas como estruturas de apoio para construção do empreendimento (bota-fora, acessos, diques, depósito e área de influência de pedreiras, entre outras).

Assim, depois desse conjunto de procedimentos, que se estendeu ao longo do processo de desapropriação/desapossamento compulsório, em 2015, foram formados os blocos de terras remanescentes para parcelamento, conforme descrito no quadro a seguir (Quadro 12).

Quadro 12: Blocos de terra para formação de lotes no RAR

Nº	BLOCO	ÁREA (ha)	Nº LOTES
1	1	161,2147	02
2	2 e 3	100,2201	01
3	4	116,9254	01
4	6	75,1892	1
5	8	894,7259	11
6	9	486,057	6
7	10 e 11	254,1975	3
8	14	136,5489	2
9	17	474,6726	06
10	18	156, 9399	02
11	19	83,7271	1
12	21	163,1540	2
	Total	3.103,5723	38

Fonte: NESA, 2015, p. 5.

Como observado nesse quadro 12, a partir do parcelamento de 21 blocos de terra, de extensões variadas, a NESA chegou a formação de 38 lotes, com áreas, de modo geral, não inferiores ao módulo fiscal de 75 ha. Segundo a empresa, esses:

38 lotes originados pela fusão da reorganização de fragmentos decorrente do processo de aquisição do Projeto 4.1.2, foram preferencialmente destinados a famílias de moradores de ilhas e pescadores, garantindo desta forma a perspectiva da reprodução de atividades vinculadas à disponibilidade do recurso hídrico (NESA, 2015, p. 1).

Essa afirmação da empresa, evidentemente, tinha apenas um valor retórico, visto que não condizia com a localização da maioria dos lotes do RAR. Como se observava no mapa (04), anteriormente mostrado, apenas uma pequena parte desse reassentamento tinha proximidade com o rio Xingu, a grande maioria de seus lotes encontrava-se lindeira ao canal do reservatório intermediário da UHE Belo Monte, onde eram terminantemente proibidas a navegação e pescar. Logo, tal afirmação da NESA visava apenas ocultar seu descompromisso com os grupos sociais beiradeiros, o que depois foi denunciado, levando o Ibama a afirmar que tanto o RRC quanto o RAR não se prestavam à recomposição do modo de vida desses grupos sociais atingidos.

Ainda em 2015, a empresa disponibilizou mais dois lotes para o RAR, fazendo que este ficasse oficialmente com um total de 40 lotes.

Tanto para o RAR, como para o RRC, a NESA previu a mesma infraestrutura nos lotes, qual seja: acessos, casa de moradia, poço tubular, fossa séptica, cerca de

divisa no entorno da sede e rede de energia elétrica, assim como ATES por três anos, a contar da relocação das famílias nos reassentamentos. A empresa incorporou também aos panfletos informativos, a possibilidade de instalação de escolas e postos do saúde nos assentamentos, o que efetivamente não ocorreu.

No discurso da empresa, esses reassentamentos apareciam como áreas racionalizadas, resultantes de pormenorizados estudos técnicos e passível de apropriação por qualquer grupo social atingido pela UHE Belo Monte. Constituíam-se, assim, seguimento de uma “área abstrata”, cujo simples manuseio de suas propriedades intrínsecas bastaria para que os assentados reconstruíssem suas condições de vida, como se esses também fossem sujeitos abstratos. Mas efetivamente o processo de distribuição que se materializou em cada um desses reassentamento mostrou-se diverso, assim como os assentados que o produziam.

No intuito de apreender esses processos em suas particularidades, sem perder de vista que resultaram do mesmo movimento contraditoriamente, a seguir, aborda-se a distribuição dos assentados no RRC e no RAR separadamente, de modo que ao final do capítulo seja possível realizar algumas comparações e apontar determinadas perspectivas que se colocavam para a re-produção camponesa nesses dois reassentamentos.

5.3. DINÂMICA DE DISTRIBUIÇÃO DOS ASSENTADOS NO RRC

A maioria dos assentados (27 famílias) foi transferida para o RRC na segunda metade de 2015. Apenas um lote, dos 28 disponibilizados nesse reassentamento, persistiu desocupado até o ano segundo, quando foi destinado a um novo ocupante. A partir dos relatos obtidos no reassentamento e das fontes documentais consultadas, constatou-se que esses assentados, em grande parte territorializavam beiradões (sobretudo a localidade do Palhal) e ilhas do Xingu, sendo que apenas uma pequena parte morava em outras localidades, como Belo Monte (situada na divisa entre Vitória do Xingu e Anapu) e Cobra-Choca, lugar por onde passava o antigo Travessão 45, e que foi em grande medida submerso pelo reservatório intermediário da UHE Belo Monte na Volta Grande do Xingu.

Tratava-se, assim, predominantemente de camponeses beiradeiros que se reproduziam através da combinação de atividades diversificadas. Trabalhavam com lavoura branca (mandioca, macaxeira, milho, etc.), criação de pequenos animais

(galinhas, patos, capotes, suínos) e sobretudo com a pesca. Moravam em ilhas, na condição de posseiros, e na terra de familiares (pai ou irmãos) ou mesmo em propriedades de terceiros, onde alguns também trabalhavam como meeiro, vaqueiro ou caseiro.

Como as terras onde moravam foram desapropriadas ou desapossadas pela NESA, a esses camponeses (moradores e posseiros) a empresa ofertou¹⁹, tanto lotes no RRC, quanto outras formas de compensação, como Carta de Crédito, Casa em RUC (Reassentamento Urbano Coletivo) na cidade de Altamira ou, ainda, indenização em dinheiro, no caso dos posseiros.

Sobre essa relação com a NESA, um dos assentados afirmou que primeiro obteve uma Carta de Crédito. Mas não conseguiu encontrar terra para comprar com o valor previsto nessa forma de compensação (aproximadamente R\$ 132.000,00). Encontrou apenas um lote, na proximidade da localidade Cobra-Choca na Volta Grande Xingu, com 63 hectares de área e cacau produtivo. Mas o CNEC, empresa contratada da NESA, não aprovou a aquisição do imóvel, alegando que a terra deveria ter pelo menos 75 ha²⁰. Com isso, fez opção pelo lote no RRC. Outro assentado afirmou que lhe fizeram duas propostas: uma, que consistia numa indenização em dinheiro no valor de R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais) e outra, um lote no RRC. Como tinha certeza de que não iriam conseguir adquirir terra com a indenização, optou pelo lote. Um outro assentado disse ainda que lhe ofertaram uma casa num RUC, na cidade de Altamira, ou um lote no RRC. Como “o pessoal da Norte Energia disse que ia ser muito bom no RCC. Ia ter escola, posto de saúde e campo de futebol”, optou pelo reassentamento rural.

Assim, a opção de alguns camponeses beiradeiros por um lote no RRC, mesmo este constituindo um reassentamento distante do rio Xingu e situado numa área desmatada de terra firme, devia ser entendida num quadro em que as demais formas de compensação ofertadas pela NESA mostravam-se ainda mais inviáveis. Como a empresa não havia projetado nenhum reassentamento em que fosse possível vislumbrar a recomposição da territorialização e do modo de vida ribeirinho, a

¹⁹ Informações obtidas na Defensoria Pública da União, na cidade de Altamira, citadas no último capítulo desse trabalho, indicaram que várias famílias que moravam em ilhas foram desapossadas sem receber nenhuma forma de compensação.

²⁰ Essa restrição, entretanto, não se aplicou a todos os atingidos que tomaram a Carta de Crédito como compensação. Nos relatórios da NESA, observou-se que grande parte das terras obtidas com essa forma de tratamento era minifúndio, tal como a terra recusada pelo CNEC, segundo o assentado.

transferência de camponeses beiradeiros para o RRC devia ser vista como a única possibilidade desses camponeses ainda sonharem com a permanência no campo, tendo um pedaço de chão próprio, com a oferta de moradia e a perspectiva de acompanhamento técnico nos primeiros anos de uso do lote.

A transferência para o RRC em 2015, porém, não se fez acompanhar da documentação definitiva da propriedade. Aos assentados a NESA teria prometido que somente com cinco anos de ocupação dos lotes, providenciaria a transferência definitiva da terra. Tendo em vista que esse período venceria somente no final de 2020, os reassentados que persistiam no RRC, encontravam-se ainda, de alguma forma, atrelados a empresa, uma vez que não possuíam a documentação definitiva da terra que ocupavam.

Nesse aspecto, os assentados não tinham se emancipado definitivamente da NESA, pois a terra que ocupavam ainda encontrava-se atrelada à empresa. Esta, por sua vez, assegurou em um de seus relatórios, que proveria recursos de modo a permitir que esses assentados continuassem a desenvolver suas atividades agropecuárias, inclusive com apoio financeiro do PRONAF.

[...] a Norte Energia proverá recursos de modo a dar condições para que continue a exploração agropecuária através da agricultura familiar com o apoio financeiro do PRONAF e assistência técnica e extensão rural nos três primeiros anos. Assumindo como pressuposto de que no decorrer desse período se conseguirá promover uma recuperação de parte das perdas causadas pelas dificuldades da transição e mudanças decorrentes do deslocamento dessas famílias de seus locais de origem (NESA, p. 2014, p. 10).

Entretanto, nenhum assentado tinha obtido financiamento para tocar as atividades agropecuárias em seu lote. E além disso, com pouco mais de dois anos de existência, materializou-se no RRC um expressivo quadro de abandono/negociação de lotes. Em pesquisa de campo realizada nesse reassentamento, no primeiro semestre de 2018, constatou-se que 50% (14) das famílias reassentadas já não se encontravam mais no reassentamento. E os demais assentados (14 famílias) que continuavam resistindo na terra, em geral, queixavam-se de vários problemas, não sendo possível visualizar em parte deles, uma situação de estabilidade na unidade de produção familiar.

Essas dificuldades, por aquilo que se constatou, relacionavam-se a diversos fatores, vinculados essencialmente às novas condições de moradia e de produção no reassentamento. Condições que se tornavam mais adversas quando se observava a existência de laços comunitários ainda frágeis e a edificação de barreiras que

dificultavam a prática da pesca, uma das atividades costumeiras mais relevantes no processo de reprodução social desses assentados antes da UHE Belo Monte.

Condições e contradições da moradia

A infraestrutura prevista pela NESA para o RRC envolvia a instalação de uma casa de moradia, com 63m² de área total (sala conjugada com cozinha, área de serviço, três quartos, banheiro social e varanda), acessos, poço individual com reservatório de água, cerca de divisa, fossa séptica e rede de energia elétrica. Isso foi instalado. E foi montado também um barracão, com poço e caixa d'água próprio, para funcionar como centro comunitário, tendo ao lado um pequeno campo de futebol, que não aparentava uso frequente.

Mas os assentados recordavam que ao chegarem ao RRC havia uma grande placa na entrada do reassentamento, com a propaganda de que ali teria escola, postinho de saúde e praça. Reclamavam que essas promessas não haviam saído do papel. Assim, quando adoecem tinham que ir para a cidade de Altamira. Os filhos em idade escolar eram obrigados a se deslocar diariamente para uma escola na agrovila Leonardo Da Vinci, que se localizava no município de Vitória do Xingu, às margens da rodovia Transamazônica, cerca de 35 km do reassentamento.

No que dizia respeito à estrutura das casas entregues pela empresa, não foi identificada nenhuma reclamação. Alguns assentados até afirmavam que eram melhores do que a casa em que moravam anteriormente. Tratava-se de moradias construídas em alvenaria, cobertas com telhas de cerâmica e subdivididas em pequenos cômodos. De modo geral, apresentavam poucas alterações, exceto alguns simples puxadinhos para ampliar a área coberta da estrutura original.

As principais queixas dos assentados referiam-se à obtenção de água e à elevada conta de energia elétrica que tinham de pagar. Quanto à situação da água, em função da localização RRC numa área de terra firme, onde as casas não estavam próximas de nenhuma fonte d'água confiável para o consumo doméstico, foi instalado em cada moradia um poço individual, com reservatório elevado de 3.000 litros. Porém, havia uma queixa recorrente entre os assentados sobre a qualidade da água. Uns diziam que era enferrujada e outros afirmavam que a água era barrenta, obstruía os canos e forçava as bombas elétricas que também apresentavam problemas e paravam de funcionar.

Em face desses problemas, muitas vezes tinham de recorrer à caixa d'água do centro comunitário, onde afirmavam encontrar água de melhor qualidade. Mas este centro não ficava tão perto das casas, o que dificultava a essa alternativa. Mesmo assim, um assentado planejava interligar o poço do centro à sua casa, tendo em vista que o problema já havia sido levado ao conhecimento da empresa Equilíbrio, contratada da NESA para prestar assistência aos assentados, mas ainda não tinha sido resolvido.

Mas essa possibilidade de contornar o problema da água individualmente vinha gerando tensões entre os assentados que, em sua maioria, afirmavam que a saída era juntar forças para pressionar a empresa a resolver o problema. Essas diferenças dificultavam a organização de uma luta mais contundente pela água no RRC, de modo que camponeses beiradeiros, que se reproduziam às margens do rio Xingu, continuavam a conviver com o problema da escassez de água, por conta de um projeto centrado na exploração econômica capitalista desse recurso.

Paralelamente a essa questão da água, os assentados queixavam-se também, de maneira generalizada, dos gastos com energia elétrica. Ocorria que esses assentados, como indicado anteriormente, antes da chegada da UHE Belo Monte, reproduziam-se em ilhas ou no beiradão do Xingu, onde não consumiam energia elétrica. Não que vivessem isolados do mundo capitalista moderno, reproduziam-se em áreas onde o linhão de energia ainda não havia chegado. Logo, não tinham conta de energia elétrica para pagar mensalmente.

A transferência compulsória para o RRC subverteu profundamente essa realidade. A conexão de suas casas à rede de energia elétrica os transformou automaticamente em consumidores de uma das mercadorias mais caras no interior do Estado do Pará, a energia elétrica. Mesmo residindo literalmente dentro da área da maior hidrelétrica eminentemente brasileira, usando energia em poucos eletrodomésticos (geralmente uma televisão e uma geladeira), na bomba d'água e em alguns bicos de lâmpadas, afirmavam que recebiam faturas mensais no valor de R\$ 180,00; 200,00 ou até 300,00 reais, valores extremamente altos para quem não tinha renda fixa no final de cada mês.

Apesar disso, no RRC, não podiam abrir mão do consumo dessa nova mercadoria a que foram submetidos. A obtenção de água para o consumo doméstico nesse reassentamento, com todos os problemas já citados, só era possível através

do uso das bombas elétricas, instaladas pela empresa nas unidades familiares. Com isso, os assentados passaram a pagar para ter acesso a água que consumiam. Situação particularmente contraditória, visto que foram arrancados das margens do rio Xingu, onde a água era abundante, por um processo de cercamento promovido justamente para produção de energia elétrica.

As condições de produção

Um dos grandes desafios que os assentados enfrentavam no RRC era organizar um processo de produção que lhes permitissem tocar a vida nos lotes, entendidos aqui como unidades de produção-consumo camponesa (MARQUES, 2000; SHANIN, 1976). Tanto que em pouco mais de dois anos, metade dos assentados já havia abandonado ou negociado seus lotes, expressão das dificuldades encontradas no RRC, não obstante a oferta de pequenos projetos agropecuários pela NESA, mais uma contribuição mensal a título de “manutenção provisória” no valor de R\$ 900,00, que foi estendida de seis meses a um ano, no momento de chegada aos lotes, segundo a empresa, devido à difícil situação dos assentados.

Entre os 14 assentados que persistiam no RRC, observou-se que o processo de produção que vinham buscando organizar centrava-se na combinação das formas de uso nos lotes e as atividades extra-lotes. Nos lotes, o trabalho era essencialmente familiar. A esposa e os filho(a)s (quando existiam) ajudavam o chefe da família nas diversas atividades praticadas na unidade de produção. Quando o chefe saía para trabalhar fora do lote, os demais membros da família, sob comando da matriarca, continuavam tocando as atividades até que a força de trabalho fosse novamente recomposta.

A força de trabalho familiar, de modo geral, não era constituída de muitos braços. As famílias nucleares, do ponto de vista numérico, eram diversificadas. Os dois núcleos mais numerosos apresentavam 8 e 9 membros, respectivamente. Mas existiam dois assentados que se encontravam sozinhos nos lotes. Um, a esposa o abandonara, levando consigo as filhas do casal. E outro, que tinha obtido o lote, afirmou não ter esposa. Os demais assentados tinham famílias que variavam entre 2 e 4 membros, formadas pelo casal com ou sem filhos pequenos e/ou jovens.

O trabalho da família no lote, envolvia basicamente as atividades de cultivo e criação, sendo muito exigido por conta da proliferação muito rápida do capim, devido

às áreas liberadas para uso situarem-se em pasto sujo (capim e “juquira”). A família também se envolvia na produção da farinha de mandioca, atividade que tinha tarefas para todo mundo, o dia todo. Relações de ajuda mútua no uso dos lotes não foram registradas. Mas ocorriam nas atividades extra-lotes, quando da realização da pesca e do manejo de uma área de cacau, que há pouco meses havia sido cedida pela NESA, depois de muita insistência dos assentados.

Através da ATES, que tinha interface com o Projeto de Apoio à Pequena Produção e Agricultura Familiar proposto pela NESA, foram disponibilizados pequenos projetos agropecuários aos assentados. No bojo dessas ações, os assentados foram incentivados a desenvolver o plantio de cacau e a escolher um projeto de criação frango ou de peixe para tocar na unidade familiar de produção.

Aos assentados que fizeram opção pelo projeto de criação de frango, a empresa disponibilizou madeira para a construção de um pequeno viveiro, assim como 110 pintinhos (tipo caipirão) e ração para o primeiro ciclo de criação. Quem optou pelo projeto de criação de peixe recebeu ajuda para a construção de um tanque, caso não tivesse nenhum córrego passível de represamento no lote, além de 500 alevinos de tambaqui (*Colossoma macropomum*) e ajuda na ração. A orientação técnica de como proceder nesses projetos ficou a cargo da Equilíbrio, empresa responsável pela ATES nos reassentamentos.

Entre os quatorze assentados que continuavam no RRC, constatou-se que a maioria fez opção pelo projeto de criação de frangos, nove no total. Os outros cinco ficaram com o projeto de criação de peixe. A frequência desses projetos nos lotes, assim como de outras atividades que também eram praticadas nas unidades de produção, foram organizados no quadro (Quadro 13) a seguir.

Quadro 13: Características da agricultura camponesa entre os assentados no RRC

RRC	ATRIBUTOS													
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
	Cultivos										Criações			
Lotes	Mandioca	Macaxeira	Milho	Banana	Mamão	Maracujá	Abacaxi	Hortaliças	Cacau	Açaí	Aves	Suínos	Gado	Piscicultura
1	0	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	0	0	0
2	0	1	1	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0
3	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0
4	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
5	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0
6	1	1	1	1	0	0	0	1	1	0	1	0	0	1
7	0	0	1	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1
8	1	0	1	0	1	0	0	1	1	0	1	0	0	0
9	1	0	1	0	1	0	0	0	1	0	1	0	0	0
10	0	0	1	0	0	1	1	1	1	0	0	0	0	1
11	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	1
12	1	1	1	1	0	1	0	1	1	0	1	1	0	0
13	1	0	1	1	1	0	0	1	1	0	0	0	1	1
14	0	1	1	1	1	0	0	1	0	0	1	0	0	0
Frequência nos lotes (%)	64,0	43,0	86,0	64,0	36,0	21,0	29,0	71,0	71,0	07,0	64,0	14,0	07,0	36,0

Fonte: Marinho, 2018.

Neste quadro 13, verificava-se que entre os cultivos temporários, ocorriam com mais frequências nos lotes, o milho (86%) (Figura 02), as hortaliças (abóbora, alface, feijão, couve, quiabo, pimentinha, etc.) (71%), a mandioca (Figura 03) e a banana (64%), além da macaxeira (43%). Tais lavouras, por aquilo que se observou, ocupavam pequenas áreas e eram desenvolvidas geralmente de maneira consorciada, sendo que a produção se destinava preferencialmente ao autoconsumo. Somente em 2 casos, os assentados fizeram menção à venda de milho e apenas numa situação, foi relatada a venda do excedente da farinha de mandioca.

Figura 02: Foto de cultivo de milho no RRC

Fonte: Marinho, 2018.

Figura 03: Foto de plantio de mandioca no RRC

Fonte: Marinho, 2018

Um dos assentados afirmou que até tentou vender banana na cidade de Altamira, mas não deu resultado. Queriam pagar apenas R\$ 4,00 reais no cacho. Segundo ele, não compensava. Teria tentado comercializar também o quiabo e a pimentinha²¹, mas o preço oferecido não passava de R\$ 2,00 reais o quilo. Com isso,

²¹ Vale lembrar que nos supermercados dessa cidade, o quilo da pimentinha, por exemplo, à época, não estava menos de R\$ 7,00 reais.

passou a tocar essas hortaliças só para o consumo na unidade de produção, e o milho, para alimentar as galinhas.

Chamava atenção o fato de que o cultivo da mandioca ocorria em mais da metade dos 14 lotes, mas só foi encontrada uma casa de farinha no RRC. Os assentados queixavam-se de que a empresa Equilíbrio, responsável pela ATES no RRC, teria prometido fornos para equipar as casas de farinha, mas até o momento, isso não havia acontecido. Assim, como afirmou uma camponesa, “é preciso ir fazer a farinha na casa do vizinho²²”.

A única casa de farinha identificada no reassentamento (Figura 04), foi estruturada pelo próprio assentado e encontrava-se em permanente uso, tanto pela família que a instalou, quanto pelos vizinhos que ainda não possuíam estrutura semelhante. Mesmo tendo equipamentos simples e forno pequeno, a casa de farinha era de muita valia para o assentado (e seus vizinhos), que além de produzir farinha para o autoconsumo, chegava também a comercializar o excedente, obtendo alguma renda.

Figura 04: Foto casa de farinha no RRC

Fonte: Marinho: 2018

A organização dos cultivos temporários espalhava-se pelo entorno das casas, em pequenas roças. Como as áreas liberadas para uso, definidas no projeto da NESA, localizavam-se em áreas de antiga fazenda, as roças camponesas eram abertas no

²² Entrevista com assentada no RRC, em abril de 2018.

meio do capim ou campo sujo, que era uma mistura de vegetação miúda e capim alto. Conforme os assentados, a empresa Equilíbrio tinha disponibilizado no começo de cada ano um trator de esteira para remover o capim. Em seguida, a família entrava com o plantio da mandioca, do milho e do cacau. Mas aí já começavam as chuvas (final de janeiro, fevereiro, março, abril) e o capim vinha rápido, o que levava os assentados a se queixarem da empresa. Para eles, a plantação da mandioca tinha que ser realizada ainda no seco, em dezembro pelo menos. Mas “nas reuniões com a Equilíbrio, não se resolve nada. Eles querem fazer a roça do jeito deles. Não do nosso. Nesse ano [2018], vieram só em janeiro²³”, queixava-se um camponês.

Notava-se nesse caso, o claro desencontro entre o conhecimento “técnico” dos extensionistas rurais e o saber prático dos assentados, repassados de geração em geração²⁴. Desconsiderando esse saber, os técnicos ao invés de contribuírem para a retomada das práticas de produção dos camponeses, como previsto nos documentos da NESA que tratavam dessa questão, contraditoriamente faziam o oposto, dificultando ainda mais o trabalho de manuseio da terra numa área cujas condições ambientais para os cultivos mostravam-se adversas.

Com relação às culturas permanentes, a plantação de cacau era a mais difundida nos lotes (Figura 05), ocorrendo em 71% deles. Tratava-se de uma cultura incentivada no âmbito da ATES, na qual a empresa Equilíbrio providenciou as sementes e sugeriu que as mudas, cultivadas em cada lote, fossem plantadas juntamente com a mandioca e o milho. Ocorria que o plantio de uma cultura habituada à sobra, em terrenos desmatados e sem irrigação, vinha apresentado problemas. Alguns assentados relatavam que parte do cacau plantado morreu ou estava esmirrado, devido ao sol muito forte no verão e à seca. Ademais, parte desses camponeses nunca havia trabalhado com essa cultura, o que dificultava o acompanhamento das plantações, visto que se queixavam da assistência técnica prestada pela Equilíbrio.

²³ Camponês do RRC. Entrevista em abril de 2018.

²⁴ Segundo Shanin (1976, p. 19, tradução nossa), “a ocupação produtiva de um camponês consiste em um amplo espectro de tarefas inter-relacionadas, com baixo nível de especialização. As habilidades se definem em termos de experiência transmitida diretamente ou se formalizam em uma tradição oral de numerosos provérbios e relatos. A preparação para a ocupação de um camponês se cumpre, principalmente, dentro da família. O jovem aprende seu trabalho seguindo seu pai e ajudando-o. Este procedimento de socialização reforça os laços familiares e realça o caráter tradicional da agricultura camponesa”.

De toda forma, o cacau era a cultura em que mais depositavam esperança de que poderiam ter dias melhores no RRC. Acreditavam que a partir do quarto ou quinto ano, já poderiam estar realizando as primeiras colheitas, o que deveria atenuar um dos principais problemas enfrentados nesses primeiros anos no reassentamento, a dificuldade para obter renda. Falavam que “o cacau todo mundo quer comprar. É a melhor coisa que existe para o colono. A compra é sempre no dinheiro. Tanto faz ser muito ou pouco²⁵”.

Figura 05: Foto de plantação de cacau no RRC

Fonte: Marinho, 2018.

Nessa figura 05, registrou-se uma plantação de cacau ainda nova numa área que antes estava sob o julgo do latifúndio. Ao fundo, inclusive, era possível observar uma única árvore frondosa, uma castanheira (*Bertholletia excelsa*). Tratava-se de terra arrasada pelo desmatamento, praticado no tempo em que essa terra funcionava como terra de negócio. A introdução do cacau no lote, contraditoriamente obtido pelos camponeses, representava a metamorfose de terra de negócio em terra de trabalho, o que, aliás, não vinha sendo fácil no RRC.

Outra atividade que ocorria com certa frequência nas unidades camponesas, era a criação de aves (64%). Mas era uma criação caracterizada por plantéis modestos cujas aves, principalmente galinhas caipiras, voltam-se basicamente ao autoconsumo, assim como os ovos. No geral, os assentados obtiveram o projeto de

²⁵ Assentado do RRC. Entrevista em abril de 2018.

criação de frango da empresa. Construíram os viveiros e receberam 110 pintinhos (do tipo Caipirão) e ração para o primeiro ciclo de criação. Afirmavam que ao final de ciclo de criação, parte da produção foi consumida na própria unidade camponesa, e parte foi vendida no mercadão (uma feira urbana) da cidade de Altamira, onde obtinham de R\$ 25,00 a 35,00 reais por cada frango.

Depois desse momento, com o fim da ajuda da empresa, a avicultura nos moldes do primeiro ciclo de criação não prosperou. Em setembro de 2017, numa primeira aproximação de campo realizada nesse RRC, inclusive na companhia do professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, observou-se um caso em que o assentado encontrava-se as voltas com dificuldades para manter sua pequena criação de frangos. A questão era a seguinte: se comprasse ração e mantivesse a luz do galinheiro ligada à noite inteira, o frango do tipo caipirão cresceria, mas seu preço de venda não cobriria os gastos com insumos. Se, por outro lado, suprimisse a iluminação do galinheiro e substituísse a ração pelo milho, os pintos não cresceriam devidamente ou até morreriam, ferindo-se uns aos outros. Em suma, numa situação ou noutra, o projeto encontrava-se economicamente inviável para o assentado.

Essa incompatibilidade econômica, mais o fato de que os assentados, no geral, não tinham costume de criar galinha para o mercado, mas essencialmente para o autoconsumo, inviabilizou a continuidade do projeto de criação de frangos nos moldes inicialmente propostos, de maneira que os plantéis de aves nas unidades camponesas, geralmente não ultrapassavam 20 aves, basicamente galinhas caipiras, tipo de ave mais rústica que se alimenta do milho produzido no próprio lote, não pressupondo gastos com ração e energia, como o frango do tipo caipirão, oferecido inicialmente no projeto da empresa.

Apenas um assentado afirmou que continuava comercializando parte da produção de frangos (Figura 06) na cidade de Altamira. Disse que já tinha experiência na criação de aves antes de ser transferido para o RRC. Isso o ajudava a tocar a criação na sua unidade de produção. Como a ração aumentou muito, teve de mudar o tipo de pinto. Deixou o caipirão, que em 4 meses atingia o ponto de abate, mas demandava mais custos, e passou a trabalhar basicamente com a galinha caipira, que demorava até 8 meses para atingir o ponto de abate, mas comia o milho cultivado no lote.

Figura 06: Foto de criação de galinha no RRC

Fonte: Marinho, 2018.

Esse camponês afirmou que um frango vivo era vendido a R\$ 25,00 reais. Tratado (depenado), o frango chegava a ser vendido até a R\$ 35,00. A sua produção de frango era transportada para a cidade em carro próprio (que os filhos o ajudaram a comprar, quando veio para o RRC), por um trajeto de cerca de 50km.

Outra atividade introduzida no reassentamento pela empresa e que também foi encontrada nos lotes (36%), foi a piscicultura. Quem optou por esse tipo de projeto, teve ajuda para escavar pequenos tanques (poços) ou seccionar áreas de baixadas para formação de pequenos barramentos, onde os peixes foram introduzidos (Figura 07). Para cada camponês, a empresa forneceu quinhentos alevinos de tambaqui, ração e orientação técnica. Com isso, de modo geral, os camponeses afirmavam que ainda tinham peixes nos tanques e que em momentos anteriores, já tinham consumido parte da produção e vendido o excedente, principalmente para trabalhadores rurais da redondeza do RRC, até a R\$ 10,00 reais o quilo do peixe.

Figura 07: Poço para criação de peixe no RRC

Fonte: Marinho, 2018.

Apenas um assentado afirmou que seu tanque apresentou problema. O peixe morreu no verão. Já tinha solicitado a empresa Equilíbrio outro poço, mas ainda não havia sido atendido. Apesar dessa queixa, observa-se que o projeto da piscicultura continuava subsistindo entre os assentados, que o consideravam como uma boa atividade e que contribuía para a alimentação da família, principalmente quando não tinham outros alimentos. Tratava-se de uma espécie de reserva para os momentos mais difíceis.

A partir dessas observações, era possível afirmar que até esse momento, a produção dos assentados nos lotes do RRC era consumida, em grande medida, no próprio lote. Tratava-se basicamente da produção de alimentos. Eram tubérculos (macaxeira, mandioca), hortaliças, frutas, aves, ovos e peixes. Assim, podia-se dizer que os lotes constituíam unidades familiares de produção-consumo, em que os assentados, sem nenhuma forma de financiamento e enfrentando condições ambientais adversas, vinham lutando para permanecer na terra, o que, pelo número de lotes abandonados/negociados, não estava sendo fácil.

Nessa luta, os assentados eram levados a buscar outras atividades fora das unidades de produção-consumo. Desenvolviavam essas atividades buscando alimento e renda, até porque a vida no RRC envolvia novas despesas que demandavam dinheiro regularmente. No reassentamento, como indicado, a maior parte da produção

era para o autoconsumo, obtendo-se pouca renda. Logo, as atividades fora do lote assumiam papel importante nesse contexto.

Atividades extra-lotes e as aposentadorias

As principais atividades desenvolvidas pelos assentados fora dos lotes eram a pesca no reservatório intermediário da UHE Belo Monte, o manejo de pequenas áreas de cacau, cedidas pela NESA para uso, e o trabalho em fazendas ou propriedades com cacau, pelo qual recebiam diárias.

As necessidades materiais frequentemente levavam os assentados, particularmente aqueles que não fizeram opção pelo projeto de criação de peixes, a recorrer a pesca como uma alternativa para obter alimento. Essa atividade, como já assinalado nesse trabalho, constituía um dos principais elementos na forma de produção agroextrativista organizada por esses assentados antes de serem expulsos de seus territórios e transferidos para o RRC. Neste processo, além das perdas territoriais, desfizeram-se de seus apetrechos de pesca (redes, linhas, anzol) e não puderam mais manter as embarcações por meio das quais realizavam as pescarias.

Assim, sem as mesmas condições de mobilidade que tinham anteriormente, os assentados arriscavam-se em pescar no corpo d'água mais próximo de onde se encontravam, que era o reservatório intermediário da UHE Belo Monte, situado a cerca de algumas centenas de metros do reassentamento.

Mas a pesca nesse reservatório encontrava-se terminantemente proibida pela NESA, que colocou equipes para vigia-lo em toda sua extensão, visando desencorajar os pescadores e apreender os apetrechos de pesca de quem desobedecesse a determinação da empresa.

Só que a precisão obriga. Aí o jeito é ir escondido. Se eles pegarem a gente [pessoal da vigilância da NESA], eles levam nossas telas [linhas com anzol], redes e o peixe, ou então jogam o peixe fora na nossa frente. A gente mora onde tem peixe, mas não pode pescar. Enquanto o peixe está morrendo na turbina²⁶.

Ou seja, a necessidade de alimento encorajava parte dos assentados a descumprir as normas da empresa e a recorrer a uma prática que no passado encontrava-se na base da reprodução social no rio Xingu. No reservatório intermediário da UHE Belo Monte, porém, a pesca converteu-se numa prática

²⁶ Camponês do RRC. Entrevista em maio de 2018.

proibida. E seus praticantes, ou seja, os assentados, em pescadores clandestinos, ameaçados de perder a produção e seus parques apetrechos de pesca, caso fossem flagrados pela patrulha da empresa.

Nessas circunstâncias, como afirmava um assentado: “A gente mora onde tem peixe, mas não pode pescar”. Essa contradição com a qual os assentados passaram a conviver no RRC, estava associado ao fato de que o reservatório em que tinham a possibilidade pescar era parte de uma natureza cuja produção não tinha como fim a reprodução dos grupos sociais locais, mas a reprodução ampliada do capital. Nesta lógica, não importava a obtenção de alimentos, mas a obtenção de megawatts de energia elétrica, daí a irracionalidade de privar o pescador de capturar o peixe que perecia nas turbinas e era descartado, subsequentemente.

Mesmo assim, a prática dessa pesca proibida era recorrente por parte de certos assentados, sendo uma fonte complementar de alimento no RRC. Para praticá-la, geralmente esses assentados formavam parcerias. E a pequena parcela de produto obtida (principalmente tucunaré e piranha) era dividida entre os participantes, sendo inteiramente destinada ao autoconsumo.

Outra atividade em que os assentados começaram a trabalhar no início de 2018, foi no manejo de pequenas áreas de cacau cedidas pela NESA, às proximidades do RCC e fora da APP do reservatório intermediário. Tratava-se de lavoura que a empresa fazia referência em seus relatórios ao Ibama, como sendo um dos importantes atributos existente na gleba onde o reassentamento iria ser implantado. Mas que, estranhamente, acabou ficando fora dos lotes.

Com isso, mesmo os assentados necessitando urgentemente de atividades que pudessem auxiliá-los na geração de renda para fazer frente às novas despesas que surgiram no RRC, esse cacau propagandeado pela empresa permaneceu interditado ao uso e perdendo condições de produção e produtividade por falta de manejo.

Somente depois de a metade dos assentados já ter saído dos lotes e da insistência daqueles que ainda permaneciam no reassentamento, a NESA autorizou o uso dessa lavoura cacaueira, numa área medindo 32,64 hectares. Em reuniões com os assentados, a empresa acordou o fracionamento dessa área em treze parcelas, das quais doze foram cedidas aos camponeses que se interessaram em manejá-las, e uma parcela foi destinada à Associação de Produtores do Reassentamento Rural de Belo Monte, cujo manejo deveria ser feito em forma de mutirão e a renda

arrecadada com a venda do cacau revertida para essa organização, que apesar do nome pomposo, encontrava-se em fase embrionária.

Para oficializar o acesso a essas áreas com cacau, a empresa propôs a elaboração de um documento tipo comodato, para deixar claro que tais áreas não faziam parte dos lotes dos RRC, que subsequentemente deveriam ser transferidos aos assentados. Eram apenas áreas de cultivo cedidas aos camponeses que, em contrapartida, “deverão realizar o manejo fitossanitário das plantas de cacau presentes em suas parcelas, sendo que a equipe de assistência técnica irá realizar a vistoria destas áreas para acompanhamento dos trabalhos, além de realizar capacitações em manejo de lavouras cacaueiras” (NESA, 2018e, p. 5).

Por ocasião do trabalho de campo, os assentados estavam destinando parte do seu tempo para a limpeza desse cacau. Para o uso dessas pequenas lavouras, um assentado que não tinha experiência com cacau, havia trazido um conhecido para orientá-lo nesse primeiro momento do trabalho. E outro assentado que trabalhava como meeiro em plantações de cacau antes da UHE Belo Monte, estava trocando dias com outros camponeses, que buscavam aprender com ele como lidar com o cacau já em idade produtiva. Ainda não havia ocorrido nenhuma capacitação para tocar essa cultura como anunciado pela NESA.

Nos interstícios de tempo entre o trabalho nos lotes e o trabalho na limpeza dessas áreas de cacau, havia assentados que faziam “bico” (trabalho por diária) em fazendas ou em propriedades que tinham muito cacau. Nas fazendas, principalmente no verão, trabalhavam na limpeza de pastos, roçando “juquirá”, assim como na construção e/ou conserto de cercas e outras edificações. Já nas plantações de cacau, inclusive situadas em municípios vizinhos a Vitória do Xingu, o trabalho era na limpeza das plantações e na coleta dos frutos. Existia assentado que chegava a passar até 15 dias fora do lote, trabalhando nesta atividade, depois voltava para sua unidade de produção com o dinheiro das diárias (recebiam de R\$ 50,00 a 60,00 reais por dia de trabalho), renda fundamental para arcar com as despesas domésticas.

Além desses “bicos”, foram identificados dois assentados que possuíam um rendimento mais fixo. Um havia conseguido um trabalho na NESA, numa atividade de monitoramento de possíveis “invasões ou usos indevidos” nos imóveis da empresa. Tratava-se de uma espécie de vigia da empresa. E outro ainda se mantinha “fichado” (empregado) no CCBM, consórcio de empreiteiras cujas funções na instalação de

Belo Monte, já se apresentavam bastante reduzidas à medida que a conclusão das obras se avizinhavam. Os dois afirmaram que ganhavam um salário mínimo e que das atividades que a família desenvolvia nos lotes ainda não tiravam nenhuma renda.

Por fim, cabe destacar que dois assentados no RRC, eram aposentados. Um desses, que era camponês beiradeiro, afirmou que cuidava do seu lote (plantava, criava, limpava o capim), mas a renda com a qual custeava as despesas com energia e alimentação (café, açúcar, leite, arroz, bolacha, charque – carne seca) vinham da aposentadoria. A outra aposentada, afirmou a mesma coisa. Do lote, ela com seu marido ainda obtinham pouca renda. Já tinham vendido apenas um pouco de galinha e de milho. As despesas eram custeadas sobretudo pela aposentadoria.

Além das fazendas e lavouras de cacau em que trabalhavam fora dos lotes, os assentados também demandavam serviços fora do RRC, principalmente na cidade de Altamira, onde buscavam tratamento de saúde e compravam a maioria das mercadorias de que precisavam. Deslocavam-se para essa cidade principalmente de motocicleta, meio de transporte mais barato e que consumia menos combustível.

O abandono/negociação dos lotes

O processo de abandono ou negociação dos lotes no RRC, era expressão das dificuldades que os assentados encontravam para permanecer na terra. O “pacote agropecuário” oferecido pela NESA não havia prosperado na maioria dos casos, tornando a permanência dos assentados em um espaço/tempo estranho, com relações de vizinhança e cooperação ainda incipientes, complicada, mesmo para famílias camponesas.

Dentre os assentados que continuavam nos lotes, a dificuldade para obtenção de renda e a elevação das despesas apareciam como os maiores problemas. Além dessas questões materiais que dificultavam a permanência dos assentados no RRC, existiam também outros fatores de ordem social que ajudavam a entender o abandono/negociação de lotes pelos assentados. A atenção especial que a empresa previa às famílias e indivíduos em situação de fragilidade social, por exemplo, não impediu que o alcoolismo atingisse determinados assentados. Um dos novos moradores do RRC relatou que sua chácara fazia parte de um lote, cujo assentado, que sofria com alcoolismo, passou a desmembra-lo e a vendê-lo progressivamente. E

casos de doença também foram relatados pelos novos moradores do RRC como sendo o motivo pelo qual os assentados negociavam os lotes.

Por fim, outro fator que estava associado ao abandono/negociação de lotes no RRC, relacionava-se ao processo de mobilização política de indígenas e camponeses beiradeiros atingidos pela UHE Belo Monte. Essas mobilizações, que serão tratadas mais à frente nesse trabalho, passaram contar com a parceria de diversos sujeitos sociais e levaram o Ibama a determinar que a NESA revisse sua política de compensação, que privilegiava as indenizações em dinheiro, de modo que considerasse ofertada às famílias que haviam sido expulsas de seus territórios a possibilidade de retorno aos beiradões do médio Xingu, agora transformado em reservatório de hidrelétrica.

À sua maneira, a NESA contatou parte dos atingidos, inclusive dois assentados que estavam no RRC²⁷. Tais famílias voltaram para o Xingu. Em pesquisa de campo realizada no perímetro do lago principal da UHE Belo Monte, essas famílias foram encontradas, vivendo no que a empresa chamava de “ponto de ocupação”. Em relação aos lotes originalmente destinados a elas no RRC, um encontrava-se abandonado (Figura 08) e outro, ocupado por um novo morador que afirmou ter adquirido a unidade familiar da antiga “proprietária”.

Figura 08: Foto de casa abandonada no RRC

Fonte: Marinho, 2018.

²⁷ Por razões desconhecidas, a revisão na forma de tratamento (compensação) determinada pelo Ibama não foi estendida pela empresa a todos os camponeses ribeirinhos no RRC. Alguns assentados nem tinham conhecimento da reocupação de parte do espaço ribeirinho do Xingu, conquistada mediante mobilização social dos atingidos. Um deles, inclusive, solicitou informações sobre como recorrer para ter a oportunidade de voltar para o rio.

Assim, diferentemente da perspectiva da NESA, que concebia o RRC como um “espaço abstrato”, passível de apropriação por qualquer assentado, o que se verificava na prática, era uma árdua luta dos camponeses que permaneciam nos lotes, para sobreviver e continuar na terra.

A importância da terra para os assentados

Entre os quatorze assentados que se encontravam no RRC, 71% (10 assentados) deles avaliavam que a situação estava melhor do que antes. Enquanto 29% (4 assentados) diziam que antes era bem melhor do que no reassentamento. Este resultado estava diretamente relacionado à obtenção da terra de trabalho.

Dentre os 29% que consideravam que antes do RRC encontravam-se em situação melhor, pesavam, sobretudo, a questão da pesca e da obtenção de renda, como era possível observar em depoimento, tal como o citado a seguir.

Aqui no reassentamento, a renda é difícil. Lá no palhal, não, a gente tinha renda. Pescava para comer e para vender. Pegava o acari e vendia. Plantava roça, fazia farinha e vendia. Era mais fácil. Aqui não: aumentou a despesa e ganho ficou difícil. Lá, eu sabia como me virar, quando uma atividade ficava ruim, ia para outra. Aqui no reassentamento, não. Tem noite que eu perco o sono²⁸.

Nessa fala, como se notava, o assentado relembra das estratégias de sobrevivência que acionava quando era camponês beiradeiro, enfatizando como a combinação dessas estratégias possibilitava suprimentos não só para o autoconsumo, como para a obtenção de renda, afinal, precisavam de dinheiro para adquirir os produtos (apetrechos de pesca, café, açúcar, sal, roupas, eletrodomésticos, etc.) que não tinham como produzir. Já no RRC, “aumentou a despesa e o ganho ficou difícil”. Aqui, apesar de terem roças, os assentados ainda tinham dificuldades para fazer a farinha de mandioca, pois a maioria não possuía estrutura apropriada para esse fim. E a pesca, uma das principais (senão a principal) fonte de alimento e renda, restava uma prática proibida, cujo produto mal dava para o alimento naqueles dias de maior necessidade.

Essas dificuldades estavam na base das argumentações de quem considerava que a situação em que viviam antes, principalmente nos beiradões e ilhas do rio Xingu, era melhor do que a situação em que se encontravam no RRC.

²⁸ Entrevista com camponês do RRC, em abril de 2018.

Por sua vez, a maioria dos assentados (71%) avaliava que a situação havia melhorado no RRC, pois agora trabalhavam naquilo que era seu, diferentemente da situação em que se encontravam, quando não tinham terra.

- A situação está melhor. Agora a gente é dono da terra. Antes não, morava e trabalhava na terra dos outros;
- Aqui no reassentamento melhorou. Ganhei uma terra. Lá (palhal) trabalhava de agregado;
- Aqui está melhor. Antes era meeiro. Trabalhava na terra dos outros. Agora não, a terra é nossa;
- A moradia é boa aqui [reassentamento]. O ganho que é ruim. Mas aqui é meu. Lá [beiradão do Xingu] não era. Essa é a vantagem;²⁹

Ou seja, esses assentados associavam sua melhoria à mudança de condição na terra. Não era que não lutassem contra os mesmos problemas descritos por aqueles que consideravam a vida no beiradão melhor do que no RRC. É que consideravam o fato de se sentirem proprietários de um pedaço de terra algo mais importante. Não se sentiam mais como posseiros ou moradores agregados, cuja relação de produção os levava, por vezes, a abrir mão de parte do produto do trabalho para o dono da terra. Ao se sentirem camponeses proprietários, esses assentados sonhavam com a possibilidade de usufruir da totalidade do produto do seu trabalho, mesmo que ainda não conseguissem sobreviver somente do lote. Por isso, mesmo em face das dificuldades que enfrentavam, sublinhavam a importância da propriedade da unidade de produção-consumo e lutavam para nela permanecer.

5.4. A DINÂMICA DE DISTRIBUIÇÃO DOS ASSENTADOS NO RAR

Segundo a NESA, o Reassentamento Individual em Áreas Remanescentes (RAR) foi instalado com 40 lotes, localizados em sua maioria absoluta, na Volta Grande do Xingu, principalmente no entorno do reservatório intermediário da UHE Belo Monte, ao longo de travessões cujos traçados, em geral, foram bastante modificados em decorrência das transformações territoriais desencadeadas pela instalação da hidrelétrica.

Em campo, foram visitados 92% (37) desses lotes, situados nos travessões 27, 45 e 55. Nessa investigação, constatou-se que 19% (7 lotes) desses lotes encontravam-se desocupados (a maioria no meio do mato, aparentando abandono já há algum tempo, e os demais, no caso 81% (30 lotes), estavam ocupados.

²⁹ Falas de camponeses do RRC, obtidas em entrevista em maio de 2018.

Entre esses trinta assentados, 40% (12 assentados) afirmaram que antes da UHE Belo Monte, territorializavam beiradões e ilhas do Xingu, 47% (14 assentados) moravam em lotes na Gleba Assurini³⁰, e 13% (4 assentados) informaram que residiam nas terras onde foram reassentados. Ou seja, apenas esta pequena parcela de assentados já conhecia as terras da Volta Grande onde o RAR foi instalado. A maioria veio deslocada das ilhas ou da gleba Assurini, particularmente da franja mais alagada pela formação do reservatório do Xingu, a jusante da cidade de Altamira.

Tratava-se, assim, de camponeses beiradeiros oriundos principalmente das ilhas do Xingu, onde se territorializavam historicamente, através da combinação de diversificadas atividades agroextrativistas (extrativismo, cultivos e criação), quanto de camponeses de terra firme, que vinham se reproduzindo tanto no interior da Volta Grande, quanto na gleba Assurini, onde trabalhavam principalmente no cacau e na pecuária.

Do ponto de vista da situação na terra, a maioria dos assentados afirmou que não tinha a propriedade da terra. Os que territorializavam as ilhas, eram posseiros e aqueles que ocupavam as terras da gleba Assurini e da Volta Grande, em grande parte, moravam em pequenas propriedades da família (pai, sogra, irmão), geralmente lotes demarcados pelo INCRA em sua política de regularização fundiária na região, desde os anos 1980, havendo também, alguns que moravam na terra de terceiros, como agregado, trabalhando como meeiros.

Para os posseiros (camponeses beiradeiros), a empresa propôs duas formas de compensação: uma, que era geralmente uma indenização em dinheiro que entre os assentados não passou de R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais), e outra, que era um lote no RAR. Como avaliaram que o valor das indenizações era muito baixo e não daria para adquirir outra terra, ficaram com a segunda opção, mesmo tendo em mente que o reassentamento se localizava, praticamente em sua totalidade, distante do Xingu.

Já no caso dos atingidos que moravam nas terras de parentes ou de terceiros, que era a situação da maioria dos assentados (53%), ocorreu um processo curioso.

³⁰ Trata-se de um extenso bloco de terras situado à margem direita do médio rio Xingu, no município de Altamira, que a partir da construção da Transamazônica, passou a ser ocupado mais intensamente por camponeses vindos de diferentes regiões do país. Em 1995, o INCRA instalou nesse gleba, um Projeto de Assentamento, o PA Assurini, mas os beneficiados já se encontravam nessa área, configurando mais um processo de regularização fundiária do que um novo reassentamento propriamente novo.

De modo geral, afirmaram que receberam Carta de Crédito como forma de compensação, mas como não encontraram terra que fosse possível adquirir com o valor previsto nessa forma de tratamento, a empresa resolveu ficar com as Cartas e liberar os lotes no RAR. Ou seja, por certo tempo, esses assentados foram “carteiros” (expressão local cunhada para denominar os atingidos que recebiam Carta de Crédito como compensação), depois tornaram-se assentados, tudo isso num processo de imprevisto, muito diferente das proposições anunciadas no PBA, acerca da instalação dos reassentamentos rurais.

Na transferência para o reassentamento, que se iniciou a partir de 2016, devido à demora na construção das moradias e na instalação da infraestrutura prevista, vários assentados buscaram autorização para se acamparem nos lotes antes que essas obras fossem concluídas. Uma das preocupações era assegurar a terra em face das incertezas que pairavam sobre a definição das famílias seriam assentadas. A transferência para os lotes, mesmo que para pequenos acampamentos improvisados, trazia maior certeza de acesso à terra e possibilitava também, avançar na limpeza das plantações de cacau, nas unidades em que esta já existia.

Um dos assentados afirmou que ao obter um lote logo se transferiu para lá. Montou uma pequena cabana e passou a trabalhar na limpeza do cacau. Mas depois de algum tempo, foi surpreendido pelo pessoal da empresa afirmando que o lote em que já estava trabalhando seria destinado a outro assentado. Teve, então, de buscar ajuda do Ministério Público para intervir em seu favor e assegurar sua permanência onde já estava acampado. Mesmo assim, segundo ele, parte do cacau que havia limpado acabou sendo destinado para outro assentado, pois a empresa não deixava claro os limites dos lotes.

Tais aspectos, não obstante a forma atabalhoada pela qual os assentados tiveram acesso aos lotes, indicavam que a distribuição dos camponeses no RAR ocorreu em condições diferentes da encontrada no RRC, como se observa nos subitens a seguir.

As condições de moradias

A infraestrutura instalada no RAR, com exceção de um pequeno barracão comunitário, foi basicamente a mesma do RRC. Ou seja, em cada lote foi construída uma casa de moradia com 63m² de área total (sala conjugada com cozinha, área de

serviço, três quartos, banheiro social e varanda), acessos aos travessões, quando necessário, poço individual com reservatório de água, fossa séptica e conexão com a rede de energia elétrica.

No que dizia respeito à estrutura das casas, não foram identificadas reclamações. Eram moradias construídas em alvenaria, cobertas com telhas de cerâmica e subdivididas em pequenos cômodos (Figura 09). Mas em vários lotes, observavam-se mudanças na estrutura original das moradias, visando à ampliação da área construída (Figura 10).

Figura 09: Foto de casa entregue pela NESA no RAR

Fonte: Marinho, 2018

Figura 10: Foto de casa no RAR já modificada

Fonte: Marinho, 2018.

Essas mudanças na estrutura das casas, além de expressar o desejo de escapar do “modelo” de casa imposto pela empresa e ampliar o tamanho das moradias, revelavam também o interesse dos assentados em permanecer no lote, onde, na maioria das vezes, já vinham trabalhando e obtendo a renda necessária para custear tais transformações.

Nesse reassentamento, assim como RRC, as queixas com relação ao preço elevado da energia elétrica continuavam, principalmente entre os assentados que eram camponeses beiradeiros e que não tinham preocupação com essa despesa nos beiradões e ilhas do Xingu. Mas, aqui também o consumo dessa mercadoria tornava-se obrigatório. Sem energia não conseguiam água para consumir, por exemplo. Além disso, observava-se nas casas a presença de determinados eletrodomésticos, cujo uso também ajudava a aumentar a fatura da energia ao final de cada mês.

Um problema do qual mais se queixavam era a falta de água potável. Assim como no RRC, a água captada nos poços instalados pela empresa era turva e nos meses mais secos do ano chegava a falhar em determinados poços. Principalmente para os assentados oriundos das ilhas isso era um sofrimento. Acostumados com a fartura de água do Xingu, eram os que mais reclamavam dessa situação. Uma camponesa beiradeira, assentada no Travessão 55, fez questão de mostrar a qualidade da água que captava em sua casa. Para consumi-la, disse que tinham o serviço de filtra-la várias vezes.

Nessa situação, os assentados disseram que viviam acionando a empresa Equilíbrio para que esta procurasse resolver o problema. Mas essa empresa, até aquele momento, estava providenciando apenas um caminhão-pipa para abastecer as casas em que a situação era mais crítica. Ou seja, ainda não havia apresentado proposta para resolver definitivamente o problema da água.

As condições de produção

Os lotes que formavam o RAR resultaram da combinação de fragmentos de propriedades em que se praticavam a pecuária e o cultivo de cacau. Com isso, na maioria dos casos, os assentados encontraram parte de pastagens e/ou de cacau nas unidades de produção. Para os camponeses de terra firme oriundos da Gleba Assurini e para os camponeses que já conheciam essas terras da Volta Grande, a chegada

aos lotes possibilitou a retomada de atividades com as quais trabalhavam antes da UHE Belo Monte, desta feita, contraditoriamente, sentindo-se proprietários da terra.

Entre os camponeses beiradeiros que já conheciam o cacau, apesar de externarem ainda forte pertencimento territorial, diziam que não estavam pensando em abrir mão dos lotes, principalmente porque sabiam que a pesca estava muito difícil depois da hidrelétrica. Devido a essas notícias que vinham do rio, até mesmo quem nunca tivera na agricultura o pilar de sua reprodução, esforçava-se para permanecer na unidade familiar, buscando combinar as atividades de cultivo com uma pesca intermitente, hora praticada no trecho de vazão reduzida do rio Xingu, hora no reservatório intermediário da UHE Belo Monte, não obstante à interdição da NESA.

Assim, observava-se que a forma de produção que a maioria dos camponeses vinha re-organizando no RAR, centrava-se principalmente nas atividades agropecuárias, tendo como base a mão-de-obra familiar. Apenas em dois lotes, fizeram referência ao uso de mão-de-obra contratada. Em um caso, o casal de assentados já de idade afirmou que havia contratado trabalhadores para ajuda-los na limpeza do lote e na aplicação de calcário na área de lavoura cacauzeira. Disseram que pagavam R\$ 50,00 (cinquenta reais) na diária. Noutro lote, o assentado afirmou que eventualmente contratava trabalhadores para ajudá-lo na colheita do cacau, pagando-lhes também R\$ 50,00 (cinquenta reais) por dia. A relação de meia foi identificada em apenas uma situação, onde o assentado afirmou que tinha um meeiro de cacau.

Nas demais unidades de produção, as atividades de uso da terra eram desenvolvidas essencialmente pelos assentados. Esses, em sua maioria, não possuíam famílias nucleares muito numerosas. No geral, tratava-se de famílias formadas pelo casal e poucos filhos (1 a 3 filhos), geralmente ainda pequenos e/ou adolescentes. Mas, em determinados lotes, encontrava-se mais de um núcleo familiar. Em quatro situações, foi constatado a presença de duas famílias nucleares residindo na mesma unidade de produção. Geralmente, era a família paterna mais um filho/filha que também já havia constituído família, mas que não possuíam outra terra para morar. Com isso, permaneciam juntos aos pais, trabalhando no mesmo lote. Apenas em um lote, foi encontrado um só assentado. Aliás um senhor já de idade avançada, que estava enfrentando problemas de saúde e sendo assistido pelos vizinhos mais próximos.

Do ponto de vista etário, além desse assentado idoso, em mais dois lotes foram identificados assentados com idade avançada. Num caso, o casal de assentados veio do Assurini, onde desde os anos 1980, trabalhava na terra de um primo, implantando e tocando a lavoura de cacau. Quando a propriedade foi indenizada, segundo ele, recebeu apenas R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) do parente que teria ficado com o restante da indenização milionária. Obteve um lote no RAR, pois foi categorizado pela empresa como meeiro, mas estava na justiça reivindicando a metade da indenização paga pelo cacau que dizia ter custeado o plantio e a manutenção juntamente como seu parente.

Outro caso era de uma assentada que residia com um filho adulto, mas que não tinha como ajuda-la nas atividades do lote, por apresentar limitações cognitivas. Com isso, afirmou que apenas morava no lugar, pois não tinha mais forças para mexer com o trabalho na lavoura. Vivia do seu aposento e da ajuda de outro filho que, de vez em quando, vinha visita-la. Disse que a empresa lhe ofereceu uma indenização de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), mas preferiu o lote no RAR. Era beiradeira e não queria ir para a cidade de Altamira. Sentia muita falta das relações de amizade e vizinhança que tinha onde morava.

De modo geral, porém, predominavam no RAR assentados em idade para tocar as atividades desenvolvidas na unidade de produção, por vezes envolvendo mais de um núcleo familiar. Como já indicado, havia lotes em que estavam a família dos pais e a família de algum filho. E além disso, foi identificada a presença de irmãos e primos assentados em lotes próximos, o que facilitava a retomada de relações de cooperação familiar no trabalho, principalmente no trato da lavoura cacaueira.

Desta forma, podia-se dizer que os lotes no RAR constituíam unidade de produção camponesa porque seus usos fundamentavam-se predominantemente no trabalho da família, quer fosse pelo núcleo familiar do assentado, quer fosse pelo trabalho envolvendo a família extensa, do qual participavam assentados com grau de parentesco diversos, como verificado em várias situações. Uma caracterização dos usos da terra praticados no RAR foi organizado a seguir (Quadro 14).

Nesse quadro 14, vislumbrava-se que a lavoura temporária apresentava pouca expressão entre os assentados. Nessa categoria, os cultivos que apresentavam maior ocorrência nos lotes eram a macaxeira (33%) e as hortaliças (abóbora, alface, feijão, couve, quiabo, pimentinha, etc.), seguidos de plantios de banana e mamão, com

ocorrência de 23%, cada, e de outros plantios com menor frequência, caso do abacaxi (20%) e da mandioca (17%), por exemplo.

Quadro 14: Os usos da terra no RAR

RAR	ATRIBUTOS														
Lotes	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
	Lavouras									Extração		Criações			
	Mandioca	Macaxeira	Milho	Banana	Mamão	Maracujá	Abacaxi	Hortaliças	Cacau	Açaí	Castanha	Aves	Porcos	Gado	Piscicultur
1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0
2	1	1	1	0	0	1	0	1	0	0	0	1	1	0	0
3	0	1	1	0	0	0	1	1	1	0	0	0	0	1	0
4	1	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	1	0
5	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0
6	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	0	1	1
7	0	1	0	0	0	0	1	1	1	0	0	1	0	1	0
8	0	1	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0
9	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0
10	0	0	0	1	0	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0
11	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	1	0
12	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0
13	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	1	0
14	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0
15	0	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0
16	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0
17	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0
18	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
19	0	0	0	1	0	0	0	1	1	0	0	1	0	1	0
20	0	0	0	1	1	0	0	1	1	0	0	1	0	1	0
21	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
22	0	0	1	1	1	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0
23	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	0	1	0	0	0
24	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0
25	0	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0
26	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	0	0	0
27	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0
28	1	1	1	0	0	1	0	1	1	0	0	1	1	0	0
29	1	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0
30	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	1	0	0	0
Frequência nos lotes (%)	17,0	33,0	17,0	23,0	23,0	13,0	20,0	30,0	80,0	07,0	03,0	90,0	07,0	43,0	03,0

Fonte: Marinho, 2018.

Do ponto de vista da área cultivada, essas culturas temporárias ocupavam pequenas áreas, geralmente no entorno das casas, e a produção era destinada basicamente ao autoconsumo. Apenas um camponês, cuja unidade de produção localizava-se às proximidades da rodovia Transamazônica (BR 230), afirmou que comercializava parte da produção de hortaliças em vilarejos situados às margens dessa rodovia, principalmente na vila Belo Monte.

Já no âmbito das culturas permanentes, destacava-se a lavoura de cacau, com 80% de frequência nos lotes. Na maioria absoluta dos casos, não eram plantios em fase de crescimento como no RRC, mas de lavouras em idade produtiva, situadas em fragmentos de propriedades desapropriadas pela NESA no interior da Volta Grande do Xingu, que não submergiram com a formação do reservatório intermediário da UHE Belo Monte e nem estavam incorporados à APP do reservatório. Em apenas 8% (02) das 24 unidades camponesas com cacau, o plantio foi introduzido pelos assentados.

Em relação à área plantada, existiam variações significativas entre os lotes. Havia casos em que os assentados tinham recebido o lote com mais de 30 hectares de cacau. Mas também ocorriam situações em que os lotes tinham pouco mais de 1 hectare dessa lavoura. Em termos mais gerais, podia-se afirmar que na grande maioria dessas unidades de produção (79%), a área ocupada com cacau estava acima de 4 hectares. Portanto, plantio adulto, já na fase de produção.

Mas devido ao tempo em que permaneceram sem manejo, esses plantios foram sendo tomados pelo cerrado e pelos brotos. Com isso, durante o ano todo, o esforço dos camponeses era contínuo para recuperar a produção e a produtividade das lavouras. Numa frente de trabalho, avançavam na limpeza e no manejo, visando torna-las mais vigorosas progressivamente. E noutra, muitas vezes simultânea à limpeza e à poda, coletavam e quebravam os frutos encontrados (Figura 11), subsequentemente lavado as amêndoas para a secagem.

Figura 11: Foto de camponeses trabalhando em lavoura de cacau

Fonte: Marinho, 2018.

Na maioria das unidades de produção, as amêndoas eram secadas ainda em cima de lonas de material sintético. Mas já existiam lotes em que os camponeses já começavam a organizar estruturas voltadas essencialmente a essa secagem (Figura 12).

Figura 12: Foto de estrutura para secagem de cacau no RAR

Fonte: Marinho, 2018.

Os assentados não possuíam informações mais precisas sobre a produção e a produtividade da lavoura cacaueira nos lotes. De maneira geral, nas plantações mais extensas e menos tomadas pelo cerrado, indicavam que no ano anterior (2017), chegaram a produzir até 6 toneladas de amêndoas. Já entre aqueles com menor área plantada, a produção teria chegado ao máximo de 2 toneladas no mesmo período. Mas a expectativa dos camponeses, em face do avanço do manejo (um assentado estava buscando melhorar o solo com calcário), era de que esses resultados pudessem elevar-se.

A produção do cacau era negociada com atravessadores da cidade de Altamira. Como se tratava de um produto que apresentava demanda contínua no mercado local, era comum que esses atravessadores se deslocassem até os lotes, visando assegurar a preferência na compra. Por sua vez, havia situações em que o camponês, com transporte próprio, levava sua produção para vendê-la nas casas cerealistas da cidade. Segundo os assentados, o preço pago no quilo da amêndoa variava no decorrer do ano. Em 2017, por exemplo, teria oscilado entre R\$ 7,00 e 12,00 reais o

quilo da amêndoa. Mas o pagamento sempre era em dinheiro, sendo esta uma das principais vantagens desse produto. “Quem tem o cacau, tem o dinheiro na mão”³¹.

Na cidade de Altamira, esses comerciantes cerealistas que também compravam cacau de vários municípios, negociando as amêndoas com a Cargill, por exemplo, uma das principais empresas multinacionais que atua no comércio de grãos e monopoliza o território nessa região oeste do Pará³².

Uma outra atividade que também era praticada nas unidades de produção, mas com pouca expressão entre os assentados, era o extrativismo vegetal. Apenas a coleta do açaí e da castanha-do-pará foram mencionadas, com frequência de 7% (2 lotes) e 3% (1 lote), respectivamente. Eram, porém, de atividades praticadas em unidades onde os assentados tiveram de introduzir a lavoura do cacau. Com isso, no tempo da safra desses produtos extrativos, que se estendia pelos primeiros meses do ano, a coleta era importante na obtenção de renda.

Um dos assentados afirmou que processava o açaí coletado no próprio lote, e vendia o litro do vinho (suco do açaí) em vilas situadas às margens da Transamazônica, como na vila Belo Monte, por exemplo. Outro camponês afirmou que comercializava o fruto na pequena cidade de Vitória do Xingu, obtendo pelo rasa (recipiente de fibra) de 20kg até R\$ 30,00 reais. Quanto a castanha-do-pará, a produção coletada era vendida na cidade de Altamira, para pequenos feirantes, onde obtinha até R\$ 25,00 reais no quilo, dependendo da ocasião. A extração desses produtos não envolvia grandes quantidades, visto que os açaizais nativos não eram extensos, assim como as castanheiras remanescentes do desmatamento alavancado pela pecuária extensiva.

Em relação às atividades de criação, como ilustrado no quadro 12, destacavam-se nas unidades de produção, a criação de aves (90%) e do gado bovino (43%), sendo que a suinocultura e a piscicultura ocorriam de maneira residual, com frequência de 7% (2 lotes) e 3% (1 lote), respectivamente. A alta frequência da criação de aves (galinhas e patos) em grande parte estava relacionada ao projeto oferecido pela NESA, quando da chegada dos assentados aos lotes. No RAR, a maioria absoluta dos camponeses preferiu o projeto de criação de galinha ao de peixe.

³¹ Camponês assentado no RAR. Entrevista em março de 2018.

³² A monopolização do território é entendida aqui, na perspectiva de Oliveira (1999), segundo a qual, em face da contraditória organização da agricultura camponesa o capital monopolista desenvolveu liames para subordinar/apropriar-se da renda da terra camponesa, transformando-a em capital, não precisando territorializar-se, mas denominar o território, monopolizando-o.

Entretanto, assim como no RRC, os plantéis de aves encontravam-se reduzidos. Os camponeses afirmaram que ao final do primeiro ciclo de criação, que contou com a ajuda da empresa (110 pintinhos e ração), parte da produção foi para o autoconsumo e parte foi vendida, tanto na vila de Belo Monte (em Vitória do Xingu), quanto na cidade de Altamira. Afirmavam que chegaram a obter até R\$ 30,00 reais por frango. Depois desse primeiro ciclo, apenas um assentado afirmou que continuava comercializando parte da produção, encontrando-se na terceira remeça de criação, trabalhando ainda com o mesmo tipo de frango (caipirão) distribuído pela empresa. Os demais assentados continuavam a criação de aves, predominantemente a galinha caipira, mas voltada essencialmente ao autoconsumo, assim como os ovos.

A criação de gado bovino, por sua vez, era desenvolvida naqueles lotes onde existia pasto mais limpo. Os rebanhos não eram muito numerosos. Foram identificados assentados com até 80 animais. Mas na maioria dos casos, o rebanho era inferior a esse número, predominando criações com menos de 40 cabeças. Nos lotes em que o rebanho era mais numeroso, geralmente tinha o gado de meia. Nesta relação, que segundo os assentados era comum em todos municípios vizinhos (Altamira, Anapu, Brasil Novo), o camponês pegava o gado de fazendeiros ou de comerciantes de gado e cuidava por um certo tempo dos animais, até que ocorresse a procriação, que seria dividida entre as partes (meia na procriação). Aqueles que tinham gado de “meia” nos lotes, não evidenciavam descontentamento a respeito dessa relação.

Nenhum dos assentados afirmou já ter comercializado gado depois de ter chegado ao RAR. Como estavam a pouco tempo no reassentamento, pareciam mais inclinados em formar o rebanho para em seguida, se necessário, lançar mão da criação. Não pareciam estar movidos, assim, pela lógica da criação para a venda, mas para ter um rebanho que fosse útil nos altos e baixos que por ventura tivessem de enfrentar no processo de reprodução social³³. De toda forma, excluindo-se aqueles assentados que eram camponeses beiradeiros, observa-se que os demais

³³ Tal preocupação camponesa também fora identificada por Marques (2.000) em seus estudos, em reassentamento da reforma agrária no Estado de Goiás. Na perspectiva da autora, tratava-se de uma estratégia dos camponeses para formar uma espécie de poupança que poderia ser útil em momentos de dificuldades.

camponeses tinham certa inclinação para mexer com a pecuária bovina. Aqueles que ainda não tinham gado no lote, movimentavam-se para futuramente tê-los³⁴.

A criação de suínos, assim como o projeto de criação de peixes, ocorriam em poucas unidades de produção. No primeiro caso, a criação envolvia poucos indivíduos, ainda que um dos assentados tenha afirmado que pretendia ampliá-la. Em relação ao projeto de criação de peixe (tambaqui), no único lote em que foi encontrado, o assentado afirmou que estava encerrando a criação, devido ao permanente problema de furto dos peixes.

Atividades extra-lotes

Além das atividades desenvolvidas nas unidades de produção, uma parte dos assentados, basicamente aqueles que eram camponeses beiradeiros, ainda continuava a praticar a pesca. Esta era uma atividade da qual não conseguiam se desvencilhar, mesmo morando em lotes, em sua maioria absoluta, distantes dos beiradões do rio Xingu, o que dificultava a manutenção de embarcações próprias e exigia longos deslocamentos.

Conforme esses camponeses, os representantes da NESA com quem entraram em contato no processo de desapropriação/desapossamento compulsório, afirmavam que eles iriam poder deslocar-se e pescar no reservatório intermediário da UHE Belo Monte, no entorno do qual foram reassentados. Com isso, alguns camponeses trouxeram suas canoas e até conseguiram, inicialmente, deslocar-se no interior desse reservatório. Um desses camponeses afirmou que fez o deslocamento do seu lote ao lote da filha, de canoa pelo lago.

Porém essa promessa não se cumpriu, com a proibição da empresa para circular e/ou pesca no lago, sob risco de apreensão dos apetrechos de pesca, assim como das pequenas embarcações. Mesmo em face dessa interdição, havia assentados que, tal como os camponeses do RRC, desobedeciam às determinações da empresa e já conhecendo a dinâmica da fiscalização, continuavam a pescar no reservatório. Evitavam usar malhadeiras para não serem logo descobertos. Utilizavam

³⁴ Uma camponesa, por exemplo, sem condições de limpar sua pastagem, tinha feito negócio com um comerciante de gado, no qual este se comprometeu a limpar uma área de campo sujo no seu lote, e jogar capim, recebendo em contrapartida autorização para usar essa área por um ano.

basicamente a tela (linha de mão com anzol) que, além de mais discreta, era fácil de ocultar caso fossem flagrados na atividade proibida.

De toda forma, a pesca no reservatório intermediário, apesar dos riscos, constituía uma expressão de rebeldia dos camponeses, que não se submetiam passivamente às normas da empresa, principalmente quando lembravam que foram enganados.

Além dessa pesca proibida, alguns assentados pescavam também no trecho de vazão reduzida do rio Xingu, que se estendia a jusante da barragem principal da HUE Belo Monte, e passava pelos fundos de alguns lotes do RAR. Nesse caso, muitas vezes precisavam atravessar pelo interior de fazendas até chegar às margens do rio, onde também pescavam com os mesmos apetrechos.

A produção de peixes que conseguiam capturar geralmente era dividida: uma parte ficava para o autoconsumo e outra era comercializada. Na vila Belo Monte, chegavam a obter no quilo do Tucunaré de R\$ 7,00 a 10,00 reais, o que contribuía para as despesas feitas com outros produtos que não eram produzidos na unidade de produção. Dessa forma, a pesca assumia para esses assentados um caráter complementar às demais atividades desenvolvidas nos lotes, como o cultivo do cacau, o extrativismo vegetal e as atividades de criação.

As interações com as localidades vizinhas

No Travessão 55 (Volta Grande do Xingu), onde era tangenciado pelo antigo travessão 45 (o ramal Cobra-Choca), localizava-se um pequeno posto de saúde e uma escola municipal, atrelados à prefeitura de Vitória do Xingu. Eram os serviços públicos mais próximos dos camponeses assentados no RAR. Parte de seus filhos estudavam nessa escola, bem como podiam ser atendidos em ocorrências simples no posto de saúde. Os casos de doença mais graves eram encaminhados à cidade de Altamira. Na ocasião desse estudo, por exemplo, um assentado já idoso estava em tratamento nessa cidade, devido à gravidade de seu quadro.

Além da busca de serviços de educação e saúde, as atividades desenvolvidas no RAR levavam os assentados a interagirem frequentemente com agentes de mercado em localidades mais afastadas. Aqueles cujos lotes situavam-se às proximidades da rodovia Transamazônica, relatavam frequentes relações com

comerciantes da vila Belo Monte, localizada no cruzamento dessa rodovia com o rio Xingu, no município de Vitória do Xingu. Essa vila formou-se como ponto de parada de caminhões, ônibus de linha e mesmo automóveis em geral, em trânsito pela Transamazônica, sendo local onde os viajantes costumam fazer refeições nos singelos restaurantes situados à beira da estrada.

Nesta vila Belo Monte, os assentados que ainda pescavam no perímetro de vazão reduzida do Xingu e praticavam a pesca proibida no reservatório intermediário da UHE Belo Monte, vendiam seu peixe, o mesmo ocorrendo com aqueles que comercializavam o açaí em vinho, a hortaliça e o frango caipirão. Ao mesmo tempo, faziam nesse vilarejo, pequenas compras daquilo que não produziam nas unidades de produção (café, açúcar, sal, feijão, arroz, fósforo, óleo de cozinha), com a renda obtida com a venda de seus produtos.

Além da vila Belo Monte, os camponeses do RAR mantinham frequentes relações com a cidade de Altamira. Para esta cidade, que dependendo lote, distava-se de 50 a 60 km do reassentamento, os camponeses deslocavam-se em transportes próprios ou pagando passagens para terceiros. De modo geral, já possuíam algum meio de transporte em suas unidades de produção. Carros simples, ou, na maioria das vezes, motocicletas. Mas em dois lotes, observaram-se a presença de caminhonetes *Hilux*, evidência de condições diferenciadas entre os assentados. Por sua vez, quem ainda não possuía seu meio de transporte, quando precisava ir à Altamira, pegava ônibus, pagando R\$ 20,00 reais por passagens.

Uma das atividades que mais levava os camponeses à Altamira era o comércio do cacau. Quando não vendiam as amêndoas nos lotes, levavam a produção à cidade, diretamente às casas especializadas na compra desse produto. E com a renda obtida iam aos supermercados realizar compras semanais ou quinzenais. Levavam para o lote os produtos de que mais precisavam para tocar as diversas atividades nas unidades de produção. Assim, compravam alimentos (feijão, arroz, sal, carne seca e/ou sagada) e outros produtos industrializados, como facões, botinas, combustível, etc. Queixavam-se muito dos altos preços desses produtos. Diziam que depois da UHE Belo Monte, tudo teria ficado mais caro.

A importância da terra

Entre os assentados no RAR, 87% (26 camponeses) afirmavam que a situação no reassentamento estava melhor do que antes, enquanto 13% (4 camponeses) consideravam que antes era melhor. Nesta última categoria, tal como no RRC, encontravam-se os camponeses que exaltavam a vida nos beiradões e ilhas do Xingu, onde tinham água a vontade, pescavam e obtinham renda com facilidade. Os assentados que expressavam essa opinião sintetizavam suas avaliações nos seguintes termos:

- Aqui é bom. Mas antes era melhor. Pescava rápido e fazia dinheiro rápido. O rio tinha fartura. Fazia conta e sabia que ia pagar. Aqui não. Ainda tem de pagar a energia muito cara;
- A convivência na ilha era melhor. Tinha muito vizinho lá. Ia com meu filho pegar meu peixe. Aqui, não. O meu filho de Altamira tem que vir pescar para mim. A água é ruim. E vivo sozinha;
- Onde eu morava antes da barragem tinha peixe e água a vontade. Queria ir na rua [cidade de Altamira], ia de rabeta [pequena embarcação motorizada] rápido. Aqui é difícil. O dinheiro é difícil. O cacau agora é que está começando.³⁵

Nessas falas, como se observava, transpareciam com frequência questões relacionadas à pesca, à água e também à sociabilidade que tinham no rio Xingu, antes da UHE Belo Monte. A pesca era sempre lembrada como uma atividade por meio da qual obtinham renda fácil. Isso numa área de fartura de água e entre vizinhos. A vida no RAR, para esses camponeses beiradeiros, principalmente nos lotes onde não existia cacau produtivo, apresentava dificuldades, tanto na obtenção de renda, quanto na obtenção de água, recurso com o qual não se preocupavam anteriormente. Essas dificuldades aliadas a novas despesas, como a derivada do consumo de energia elétrica e mesmo da compra de alimentos, levavam esses camponeses a sentirem saudade de um espaço-tempo que não existia mais, com as profundas transformações desencadeadas pela construção da UHE Belo Monte.

Por outro lado, grande parte dos assentados considerava que sua situação melhorou no RAR. A maioria dos que fazia essa avaliação era constituída de assentados que já eram camponeses de terra firme e que trabalhavam em terras de parentes (pai, irmão, sogra) ou como agregados, na terra de terceiros, principalmente na Gleba Assurini e no interior da Volta Grande do Xingu, onde o reassentamento foi instalado.

³⁵ Falas de camponeses do RAR, obtidas em entrevista em maio de 2018.

Em suas avaliações, os assentados falavam que:

- Mudou para melhor, porque hoje estou cuidando do que é meu. Lá eu ganhava mais como meeiro. Mas aqui vou trabalhar no que é meu. Só a água que não presta;
- Aqui melhorou. A terra é nossa. Trabalha todo mundo junto. E tem mais cacau;
- Estou bem aqui. Consegui pegar um lote que fica onde era a terra do meu pai. E tenho cacau;
- Hoje melhorou. Tenho a terra. Não mudei pra lugar longe e continuo trabalhando com o cacau;
- Melhorou. Hoje acompanha a família de perto. Tem também a terra. Mas o peixe ficou difícil;³⁶

De modo geral, percebia-se que a satisfação desses camponeses no RAR, assim como no RRC, estava vinculada essencialmente à obtenção da terra. Não era que nos lotes não enfrentassem dificuldades. Pelo contrário, de modo geral, enfrentavam problemas com a obtenção de água e também queixavam-se da energia cara. Mas o fato de já se considerarem proprietários da terra onde estavam assentados, levava esses camponeses a considerar que estavam numa situação melhor. Isso porque, como afirmou um assentado: “hoje estou cuidando do que é meu”.

5.5. PERSPECTIVA DA LUTA PELA RE-PRODUÇÃO CAMPONESA NOS REASSENTAMENTOS

Nos dois reassentamentos rurais instalados pela NESA na Volta Grande do Xingu, foram ofertados 68 lotes: dos quais 28 localizavam-se no RRC e 40, no RAR. Destes, 65 lotes foram visitados e constatou-se que 32% (21 lotes) deles foram abandonados ou vendidos, enquanto que os demais, no caso 68% (44 lotes) encontravam-se ocupados pelos assentados.

A grande maioria dos lotes abandonados ou vendidos situava-se no RRC, onde das 28 unidades de produção ofertados, apenas 50% (14 lotes) encontravam-se ainda ocupadas pelos assentados. No RAR, o percentual de abandono dos lotes era bem inferior. Dos 37 lotes visitados, apenas 19% (7 lotes) encontravam-se abandonados ou vendidos. Os demais (30 lotes) estavam ocupados pelos camponeses assentados.

As condições de moradia não apresentavam grandes diferenças nos dois reassentamentos. As casas eram consideradas de boa qualidade pelos assentados, ainda que em determinados casos, já apresentassem modificações em relação à

³⁶ Falas de camponeses do RAR, obtidas em entrevista em maio de 2018.

estrutura original, principalmente no RAR. E os problemas em relação à obtenção de água para o consumo doméstico eram recorrentes nos dois reassentamentos, assim como as queixas referentes à conta de energia elevada. No que diz respeito a vias de acesso, de modo geral, as condições eram boas, pois a maioria das casas localizava-se ao lado dos travessões 27 e 55, vicinais que foram asfaltadas por serem cruciais para a circulação da NESA na Volta Grande do Xingu.

Em relação às condições de produção, porém, havia similitudes e diferenças entre os reassentamentos. Tanto no RRC quanto no RAR, os camponeses foram assentados em lotes particulares, cujo título de propriedade tinham a promessa de obter após 5 anos de permanência na unidade de produção. No RRC, os lotes tinham a extensão de 75 hectares (módulo rural na região), sendo que destes 15 hectares foram liberados para o uso. Já no RAR, a maioria dos lotes apresentava extensão um pouco maior que um módulo fiscal e a área liberada para uso variava em função das áreas com pastagens e/ou cacau já existentes.

A mão-de-obra familiar era a força motriz por trás das diversas atividades desenvolvidas nos lotes. No RRC, as famílias ocupavam-se do plantio e da criação de aves e peixe, assim como da produção da farinha de mandioca. No RAR, as famílias camponesas também se dedicavam a essas atividades, mas devido ao manejo das plantações de cacau já produtivas, por vezes, o trabalho envolvendo membros da família extensa era exigido, assim como da mão-de-obra contratada, nos casos em que existiam poucos braços disponíveis.

No RRC, a produção da unidade de produção camponesa era consumida em grande parte no próprio lote. Os produtos obtidos com a lavoura temporária, assim como nas atividades de criação, direcionavam-se, basicamente, ao autoconsumo. Apenas uma pequena parte dessa produção era vendida. Com isso, aqueles assentados que não eram aposentados recorriam com frequência a atividades extra-lotes, visando obter renda que permitisse custear as despesas domésticas, alavancadas principalmente pela conta de energia elétrica.

No RAR, a situação era diferente. Como na maioria dos lotes, os assentados encontraram lavoura cacaueira já produtiva, as famílias tocavam pequenos cultivos temporários e não se descuidavam da criação de aves, mas o foco da maioria dos assentados era no cacau e, em menor grau, na pecuária bovina. Esta, apesar de incipiente, ocorria em quase metade dos lotes, inclusive na forma de meia, e era vista

como uma atividade em que o camponês podia ter seu “gadinho”, sem a ambição de se tornar grande fazendeiro, até mesmo porque os lotes constituíam unidades camponesas encravadas entre as propriedades da NESA e as grandes fazendas.

O cacau era a lavoura que privilegiavam porque constituía um dos produtos agrícolas mais demandados na região, sendo uma fonte de renda segura para a maioria dos assentados. Até mesmo os camponeses beiradeiros, que não acreditavam que essa lavoura desse resultado, estavam sendo levados a trabalhar no cacau. Com isso, apenas uma pequena parte dos assentados no RAR, recorria a atividades extra-lotes. Basicamente aqueles que só encontraram pasto em seus lotes, precisavam recorrer à pesca e, às vezes, aos “bicos” para obter renda.

Assim, observava-se que a principal luta que os assentados protagonizavam nos reassentamentos rurais não era mais a luta pela terra, a qual já tinham obtido, contraditoriamente, da empresa capitalista responsável por construir e operar a UHE Belo Monte. A principal luta desses camponeses era para permanecer na terra. Nesse processo, uma parte não desprezível de assentados já havia abandonado os lotes. Mas a maioria dos assentados persistia em suas unidades de produção, lançando mão das mais variadas estratégias de sobrevivência para não sair da terra.

A terra constituía fator preponderante na avaliação positiva dos camponeses em relação às condições de reprodução que tinham antes da mudança para os reassentamentos. Essa importância da terra na reprodução camponesa sempre foi reconhecida por autores como Marques (1994), Oliveira (2007) e Shanin (1976). Para esses autores, a terra não tinha apenas uma importância física como meio de produção para os camponeses, mas também uma dimensão imaterial, sendo objeto/meio não de exploração, mas de apropriação, daí sempre figurar na base dos processos de luta e resistência do campesinato.

Os camponeses que se encontravam nos reassentamentos rurais instalados pela NESA não demonstravam querer abrir da condição de proprietário de terra. Tanto que, apesar das várias dificuldades que enfrentavam nos lotes, consideravam, em sua maioria, que estavam melhor do que antes. Isso porque sentiam-se patrão de seu próprio trabalho, mesmo que em parte dos casos, tivessem ainda de desenvolver atividades complementares, principalmente para obter renda fora das unidades de produção para nelas permanecer, principalmente no RRC.

6. A REAÇÃO DE “CAMPONESES BEIRADEIROS” E INDÍGENAS E A LUTA PELA TERRA E PELO TERRITÓRIO

Em um quadro político extremamente adverso para as lutas sociais, o que, então, teria condicionado a reação de camponeses ribeirinhos e indígenas não-aldeados, sujeitos sociais cujas relações historicamente têm sido intrincadas no vale do Xingu. Que mediadores/parceiros surgiram ou passaram a apoiar a causa desses grupos sociais, abandonados por um combalido movimento social camponês de um lado, e descartados pela política compensatória da NESA, por outro.

Na perspectiva adotada aqui, entendia-se que a união desses sujeitos sociais tinha que ser entendida no âmbito das contradições territoriais produzidas no processo de cercamento do Xingu para a geração de energia elétrica, no qual esses grupos sociais foram expulsos e privados de territórios com os quais mantinham relações históricas não apenas de uso, mas de pertencimento. Aproximados pela condição de miséria trazida pelos agentes da hidroelétrica não restou a esses grupos sociais outra opção senão lutar pelo território longe do qual não conseguiam viver. É sobre essas condições de aproximação entre camponeses e indígenas e sobre os mediadores/parceiros que apoiaram a luta desses grupos sociais que se fala a seguir.

Visando apreender esse processo como um produto das contradições intrínsecas ao cercamento do rio Xingu para a produção de energia elétrica, tematizou-se inicialmente a luta desses sujeitos sociais contra a política compensatória da NESA, destacando a passagem da luta por melhores indenizações à luta pelo retorno ao território. A reocupação de frações do território capitalista cercada pelo hidronegócio foi objeto de abordagem subsequente. Por fim, discutiu-se a continuidade da luta desses grupos sociais por terra/território, centrando-se nas estratégias e embates entre esses grupos (e seus mediadores/parceiros) e a NESA, particularmente em relação à criação de territórios ribeirinhos no perímetro do reservatório principal da UHE Belo Monte.

6.1. A PERVERSIDADE DA NESA E A REAÇÃO DE CAMPONESES E INDÍGENAS

Nas ilhas e beiradões do médio Xingu, o processo de desapropriação/desapossamento compulsório para a construção da UHE Belo Monte, conduzido pela NESA, atingiu principalmente camponeses beiradeiros, formados a

partir do declínio da economia da borracha, e também várias famílias indígenas não aldeadas, geralmente constituídas por casamentos interétnicos e que apresentavam poucos sinais distintivos e forte interação com a sociedade envolvente.

Antes da UHE Belo Monte, como indicado na primeira parte desse trabalho, esses grupos sociais, apesar do avanço da concentração e da grilagem de terra, reproduziam-se em ilhas e frações do beiradão do Xingu, em unidades territoriais (próprias ou posses) por meio de complexas relações sociais e de apropriação da natureza (ALMEIDA; MARIN, 2014, E. MAGALHÃES; CUNHA, 2017; MAIA, 2013). No longo processo de apropriação dessa área ribeirinha, camponeses beiradeiros e indígenas construiriam territorializações multidimensionais (SAQUET, 2011), marcadas pela produção de um rico conhecimento sobre a dinâmica dos fluxos geobiofísicos e por um forte sentido de pertencimento territorial.

Esses grupos sociais também mantinham permanente relações com a cidade de Altamira. Quando a economia da borracha declinou, a partir da segunda metade do século passado, camponeses ribeirinhos e indígenas continuaram negociando com os comerciantes urbanos, produtos variados resultantes da pequena agricultura, da caça do gato, da coleta de castanha e da pesca. Na cidade adquiriam bens industrializados como apetrechos de caça e pesca, roupas, utensílios de limpeza, ferramentas de trabalho e mais recentemente, também aparelhos eletroeletrônicos.

Essa relação levou muitas famílias a adquirirem casas simples na cidade de Altamira, principalmente em bairros populares atravessados por igarapés, onde ficavam quando vinham à cidade comercializar seus produtos, buscar tratamento de saúde ou mesmo onde colocavam filhos para continuar os estudos. Essa fluidez entre o rio e a rua (como chamavam a cidade) constituía, por assim dizer, mais um dos elementos constitutivos da territorialização de camponeses beiradeiros e indígenas no médio Xingu.

Mas essa complexa e dinâmica forma de apropriação da área ribeirinha, historicamente construída por esses grupos sociais, não foi levada em conta pela NESA no processo de desapropriação/desapossamento compulsório. Nem pelo Governo Federal, titular do empreendimento e principal responsável em acompanhar as ações e os programas socioambientais definidos no licenciamento da hidrelétrica. O IBAMA, por exemplo, operando principalmente de Brasília, limitou-se em grande parte do tempo, a analisar relatórios elaborados pela própria empresa concessionária,

e quando deslocava suas equipes à Altamira, geralmente em tempo célere, restringia-se a visitar determinados locais em parceria com a própria NESA. E para a FUNAI, os indígenas não aldeados do beiradão do Xingu, pareciam invisíveis. Como disse um antigo indígena criticando a ausência da fundação numa reunião com o MPF e o Ibama, em 2017: “para a FUNAI de Altamira, é como se nós fôssemos menos índios do que nossos parentes aldeados”³⁷.

Assim, a NESA não precisou conhecer a territorialização multidimensional de camponeses beiradeiros e indígenas para intervir no beiradão. Bastaram-lhe levantamentos socioeconômicos moldados a partir de sua visão patrimonialista para subsidiar o tipo de negociação que impôs. Mesmo lidando com comunidades, com densos laços de parentesco e vizinhança, a empresa preferiu individualizar cada núcleo familiar, enquadrando-os em categorias eletivas definidas unilateralmente e desconectadas da realidade local. Dessa maneira ficava mais fácil operacionalizar o saque territorial, subjugando camponeses ribeirinhos e indígenas por meio de relações de coerção e humilhação.

Em Procedimentos de Assistência Jurídica (PAJs) consultados na DPU em Altamira, foram encontrados relatos dessa violência praticada pelas empresas jagunças no beiradão, a serviço da NESA, como ilustrado nos registros seguir.

Atingido 1:

Recusou proposta de indenização da NESA em agosto de 2014, de 9.000,00. Mas a NESA aproveitando que seu filho saiu para pescar, derrubou sua casa e destruiu sua plantação. Não recebeu nada pela ilha e ficou doente. Requer área ribeirinha (DPU, 2017. Grifo nosso).

Atingido 2:

Seu filho que tinha casa na Ilha não foi indenizado. Disse que é analfabeto e que assinou contrato debaixo de muita pressão. Requer indenização para o filho e terra num reassentamento (é pessoa idosa) (DPU, 2017. Grifo nosso).

Atingido 3:

No dia 03/09/2015, a assistida e a família vieram a cidade de Altamira vender peixe e fazer compras. Quando voltaram à ilha, encontraram a casa e os pertences queimados (fogão, sofá, rede de pesca, mesas, roupas, etc.). Ao procurar a NESA, foi informada de que outra pessoa já havia sido indenizada pela Ilha e que ela deveria buscar seus direitos. Esta desabrigada, morando de favor com a mãe. Requer nova ilha para trabalhar. (DPU, 2017. Grifo nosso)

Por aquilo que se observava nesses registros, tais ações da NESA no rio Xingu assemelhavam-se, em vários casos, às práticas de grileiros e madeireiros ilegais na Amazônia, sempre marcadas pelo violento saque das áreas territorializadas por camponeses, indígenas e quilombolas. Com a diferença de que neste caso, a letra fria

³⁷ Indígena Juruna. Reunião no escritório do Ibama em Altamira, 2017.

da lei subsidiava as práticas do agente expropriador, paradoxalmente transformado em agente do interesse público.

Uma das empresas contratada pela NESA para realizar a limpeza nas ilhas e beiradões do Xingu, foi a Naturasul Florestal Ltda. Segundo Palmquist (2015, p.122), jornalista do MPF, a Naturasul:

Percorreu, por vários meses, o médio curso do rio Xingu carregando máquinas pesadas. A empresa especialista em desmatamento e demolições foi contratada pela Norte Energia e a “balsa da demolição”, como passou a ser conhecida na região, para, cada dia, em uma ilha ou beiradão, para derrubar as casas de ribeirinhos, agricultores e pescadores que estão no caminho da UHE. A balsa virou um assombro no cotidiano dos ribeirinhos.

Assim avançou o violento processo de pilhagem territorial³⁸,

Diversos moradores de ilhas [camponeses beiradeiros e indígenas] procuraram o Ministério Público Federal, na sede da Procuradoria da República em Altamira. De falas simples e tímidas, que individualmente reagiam ao tratamento recebido neste processo de remoção compulsória, emergiu um grupo vulnerável, que não foi ouvido e considerado em suas peculiaridades no licenciamento ambiental da UHE Belo Monte (MPF, 2015, p. 4)

A intensificação das denúncias desses grupos sociais levou a realização de uma inspeção interinstitucional nos beiradões e ilhas do Xingu, em 2015, organizada pelo MPF no âmbito do Inquérito Civil n. 1.23.003.000078/2015-39, em trâmite na Procuradoria da República em Altamira, que convidou diversas instituições, como o IBAMA, a DPU, a Procuradoria Federal Especializada da FUNAI, a Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE-PA), o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), e contou também com a participação de pesquisadores ligados a universidades como UFPA, USP e a UNICAMP, assim como de representantes de entidades não-governamentais e dos próprios atingidos.

No relatório produzido por esse grupo interinstitucional, em que “A metodologia privilegiou a oitiva dos atingidos nos seus espaços naturais de fala” (MPF. 2015, p. 4), as conclusões consolidadas a partir do consenso entre os representantes das instituições participantes foram sintetizadas em 55 constatações, apresentadas a NESA na mesma ocasião. A respeito da realidade territorial dos grupos sociais atingidos nas ilhas e beiradões, o grupo interinstitucional constatou que:

³⁸ Alves e Nóbrega (2018) usam esse termo para referir-se a processo semelhante conduzido pela empresa Suzano no Maranhão, onde territorializa-se por meio de processo contraditório, expulsando populações agroextrativistas e provocando a resistência dessas populações.

CONSTATAÇÃO n.05. Não se verificou que o processo de cadastramento dos ribeirinhos [camponeses beiradeiros e indígenas] tenha sido orientado por estudos da realidade da região, tampouco foram visualizados instrumentos adequados e pessoal qualificado para a aproximação dessa realidade, impondo-se aos atingidos a necessidade de se enquadrarem em categorias – e correspondente mecanismo de reparação – que não refletem as formas locais de organização social e os vínculos de parentesco, como é o caso da divisão entre *rural* e *urbano*, do conceito de *ponto de apoio*, do conceito de *moradia única*, dos critérios de avaliação socioeconômica, orientados por parâmetros, como edificações, melhorias sanitárias e benfeitorias construtivas e da categoria “caseiro”, na qual foram enquadrados tanto agregados das famílias como familiares, o que deu origem a indenizações assimétricas e levou a dispersão de grupos familiares, com a consequente ruptura de laços de parentesco e amizade (MPF, 2015, p. 22).

Ou seja, desconsiderando a complexa forma de territorialização desses grupos sociais, a NESA avançou sobre eles como se fossem simplesmente obstáculos a serem removidos para a instalação da UHE Belo Monte. Partindo de uma concepção de atingido essencialmente hídrica e patrimonialista (VAINER, 2008), a NESA por meio de suas empresas jagunças, buscou varrer (demolir, queimar e enterrar) qualquer sinal de ocupação camponesa e indígena em torno do reservatório do Xingu, vedando qualquer possibilidade de reocupação humana nessa área, sem ter apresentado minimamente uma proposta de reassentamento condizente com a realidade territorial desses grupos sociais³⁹. Como constatou o grupo interinstitucional: “Não se verificou, das propostas que estão sendo ofertadas pela empresa Norte Energia, alguma que permita que os atingidos visualizem uma condição futura capaz de manter seu modo de vida” (MPF, 2015, p. 21-22).

Logo, nesse contexto de violência, coerção e medo, como verificado pelo grupo interinstitucional, não estavam ocorrendo efetivamente negociações entre empresa e atingidos.

CONSTATAÇÃO n.43: Não se verificou a existência de um verdadeiro processo de negociação, mas a apresentação unilateral da proposta por parte da empresa Norte Energia, à qual os atingidos são chamados a aderir, com a alternativa de desapropriação da área;

CONSTATAÇÃO n.44: Pescadora analfabeta, que negociou diretamente com a empresa, com Termo de Opção assinado em branco;

CONSTATAÇÃO n.45: Ausência completa de assistência jurídica gratuita;

CONSTATAÇÃO n.46: Famílias indígenas que negociam sem presença da FUNAI;

CONSTATAÇÃO n.47: Famílias desinformadas quanto aos seus direitos e aos documentos que possuem;

CONSTATAÇÃO n.48: Pessoas que se sentem humilhadas, violadas em sua dignidade, coisificadas, escravizadas, deprimidas, e que vêm a intervenção do Poder Judiciário no seu caso como um risco ainda maior aos seus direitos;

³⁹ O processo de remoção das famílias começou antes da construção do bairro Pedral, de modo que pescadores e indígenas estão hoje assentados provisoriamente nos RUCs gerais, distantes do rio Xingu (MPF, 2015, p. 12).

CONSTATAÇÃO n.49: Verificou-se não apenas a violação do direito de acesso à justiça, mas a compreensão de que o Poder Judiciário atua em benefício do empreendedor (MPF, 2015, p. 26);

De acordo essas constatações, o que se estabelecia entre NESA e atingidos, na verdade, não eram negociações, mas relações de poder absolutamente assimétricas em que pessoas simples, desassistidas, desinformadas e desamparadas pelos órgãos de Estado, sentiam-se humilhadas e violentadas em sua dignidade. A esses atingidos nos beiradões e ilhas, privados do direito à justiça, restava ou aceitar a proposta formulada unilateralmente pela empresa ou enfrentar a judicialização da relação, situação em que o processo poderia se arrastar por longo tempo no que diz respeito ao pagamento de alguma indenização, inclusive podendo redundar em redução no valor ofertado originalmente⁴⁰, mas tendo efeito quase imediato no que diz respeito a imissão provisória na posse por parte da empresa, prerrogativa sempre assegurada pelo Poder Judiciário em Altamira, em nome da urgência evocada pelo empreendedor.

Nessas circunstâncias, em que até mesmo o arcabouço jurídico esculpido para fazer prevalecer o interesse público em relação aos interesses individuais, foi contraditoriamente capturado para legitimar as ações de uma empresa formada por agentes capitalistas poderosos, camponeses beiradeiros e indígenas foram compelidos a aceitar formas de compensação que representavam, em última análise, perdas de territórios imprescindíveis à reprodução social no médio Xingu, tal como explicitado nas constatações 07 e 08 do grupo interinstitucional.

CONSTATAÇÃO n.07: Verificou-se que a empresa Norte Energia se nega a reconhecer a realidade peculiar do ribeirão [camponês beiradeiro e indígena], que se faz num trânsito constante entre o rio Xingu e a cidade, com moradias lá e cá, ambas imprescindíveis à manutenção do seu modo de vida, ao sustento de sua família (pesca e venda do peixe e demais produtos) e ao acesso aos aparelhos públicos essenciais, como educação e saúde;

CONSTATAÇÃO n.08: Verificou-se que a empresa Norte Energia impõe ao ribeirão [camponeses beiradeiros e indígenas] a necessidade de escolher entre ser reparado por sua casa na cidade ou pela sua moradia na ilha, quando as duas lhe são igualmente essenciais, de modo que o processo deveria garantir condições para que ambas se mantivessem, mediante a integral recomposição do dano e a possibilidade de reprodução de seu modo de vida (MPF, 2015, p. 22).

Por aquilo que foi verificado por esse grupo interinstitucional, no Termo de Aceito dos atingidos, constava a oferta de Reassentamento Rural Coletivo. Mas se

⁴⁰ O caso mais emblemático nesse sentido, foi o da camponesa Maria Militão, explicitado na segunda parte desse trabalho.

tratava do RRC do Travessão 27, situado numa área de terra firme em Vitória do Xingu. Situação similar à oferta de Reassentamento em Áreas Remanescentes (RAR), igualmente inadequada à recomposição do modo de vida ribeirinho, como já reconhecido pelo Ibama (MPF, 2015). Perspectiva que se agravava quando se sabia que tais reassentamentos apresentavam um número de lotes limitado, muito aquém da capacidade para receber um número mais vultoso de famílias que por ventura viesse a escolhe-los.

A introdução da Carta de Crédito como forma de compensação a camponeses beiradeiros e indígenas já no final do processo de desapropriação/desapossamento compulsório, além de distanciar esse processo dos termos inscritos no PBA, como já tratado no tópico sobre os reassentamentos rurais, em nada alterou o saque territorial em curso. Como evidenciado nas constatações do grupo interinstitucional:

CONSTATAÇÃO n.25: Com a introdução da Carta de Crédito, casos idênticos tiveram soluções radicalmente opostas, sendo ofertada a um atingido o valor de R\$130mil para realocação assistida, enquanto a mesma situação, semanas antes, resultou em indenizações no valor de R\$ 20 ou 30 mil;

CONSTATAÇÃO n.27: O valor ofertado a título de Carta de Crédito demonstrou-se insuficiente para aquisição de uma área próxima ao rio Xingu, nas condições exigidas, apta a garantir ao ribeirinho a possibilidade de manter seu modo de vida;

CONSTATAÇÃO n.28: Uma vez não havendo oferta de áreas de reassentamento adequadas à recomposição do modo de vida ribeirinho, o mecanismo da Carta de Crédito mostrou-se uma forma de transferência para o atingido da responsabilidade do empreendedor de localizar áreas para cumprimento das condicionantes do licenciamento;

CONSTATAÇÃO n.29: Verificou-se que insuficiência do valor autorizado, mais a exigência de regularidade dominial para a utilização da Carta de Crédito, somada à velocidade que a empresa impôs às negociações, transferem ao atingido o ônus de um problema fundiário que é notório na região, a gerar uma situação limítrofe de desespero e de grande sofrimento; (MPF, 2015, p. 24)

Nesse contexto, como bem observou o grupo interinstitucional, não ocorreu escolha da melhor opção pelos atingidos, mas, sim, da única forma de tratamento efetivamente existente: a indenização em dinheiro.

CONSTATAÇÃO n.10: Verificou-se que dentre as soluções negociadas prepondera em absoluto a indenização (MPF, 2015, p. 22);

CONSTATAÇÃO n.11: Verificou-se que a indenização como solução primordial neste processo explica-se, em parte, pela negação da realidade da dupla moradia. Famílias que há décadas vivem nas ilhas tiveram que se inserir em um conceito que lhes é estranho: 'ponto de apoio'. E, ao serem forçadas a indicar qual de suas moradas é seu ponto de apoio, são levadas a decidir sobre qual delas abrem mão, tendo como única possibilidade a indenização. Ambas, porém, são imprescindíveis ao seu modo de vida (MPF, 2015, p. 22-23);

CONSTATAÇÃO n.31: Não se verificou neste processo um verdadeiro direito de opção. Pelo que se depreende de suas falas, os ribeirinhos estão sendo coagidos a aceitar a indenização; (MPF, 2015, p. 25);

CONSTATAÇÃO n.33: Restou evidente que a indenização ofertada é inapta a recompor o modo de vida dos grupos ribeirinhos e a permitir-lhes a visualização de uma vida futura; (MPF, 2015, p. 25)

Mesmo assim, camponeses beiradeiros e indígenas foram expulsos de seus territórios de maneira célere, em tempo de a NESA solicitar a Licença de Operação (LO) para a UHE Belo Monte em 2015, conforme previsto no cronograma do projeto, e com o menor custo possível.

Não por acaso, quando finalmente a DPU chega a Altamira no início de 2015, centenas de famílias das ilhas e beiradões do Xingu e da cidade de Altamira buscaram assistência jurídica, denunciando as mais variadas situações de violência e privações sofridas no processo de desapropriação/desapossamento⁴¹ compulsório. Reportando-se aos meses iniciais de atendimento, um defensor federal afirmou que “em apenas poucos dias, já foi possível testemunhar as inúmeras violações perpetradas pela empresa empreendedora, a Norte Energia S.A., aos ditames da licença de instalação (NÓBREGA, 2015, p. 103-104)” da hidrelétrica, na qual se afirmava:

deverá ser garantida plena liberdade de escolha da população quanto aos diversos tipos de tratamento indenizatórios previstos no PBA [Projeto Básico Ambiental], observadas as modalidades disponíveis para cada público'. O PBA cuidou de separar os públicos – população urbana e população rural –, trazendo opções específicas para cada um no tocante às formas de indenização, todas cunhadas no chamado *princípio da reposição*, isto é, *deverá se proporcionar à família atingida situação melhor ou igual à anteriormente vivenciada, jamais inferior*. No entanto, nenhum desses direitos foi respeitado a contento, acumulando-se queixas de todas as ordens (NÓBREGA, 2015, p. 103).

Segundo Nóbrega (2015), que atuou como defensor na DPU nesse primeiro momento, a defensoria buscou dialogar com a NESA e, assim, celebrar acordos visando minimizar o sofrimento de famílias que, muitas vezes, não haviam nem sido cadastradas ou indenizadas.

Desde a inauguração dessa mesa de negociação, mais de 50 famílias não cadastradas ou anteriormente consideradas inelegíveis foram contempladas

⁴¹ Até o início de 2015, os atingidos de Belo Monte não tinham assistência jurídica da Defensoria Pública da União. Mesmo que o MPF em Altamira, consoante a demandas sociais locais, já tivesse entrado com uma Ação Civil Pública em 2011, requerendo a presença da DPU no interior paraense, particularmente nos municípios situados na área atingida pela UHE Belo Monte. Somente três anos depois, no dia 19 de janeiro de 2015, o atendimento aos atingidos pela DPU começa, mas de maneira improvisada, em uma sala de aula cedida pela UFPA, no Campus Universitário de Altamira. Situação que mudou subsequentemente quando a defensoria passou a funcionar em espaço próprio, momento em que o processo de desapropriação/desapossamento conduzido pela NESA na Volta Grande e no beirão do Xingu, já se encontrava basicamente finalizado.

com uma unidade no RUC, sem mencionar as dezenas de indenizações e os aluguéis sociais conseguidos. A procura é intensa e não diminuiu com o passar do tempo, já tendo sido instaurados aproximadamente 700 procedimentos de assistência jurídica no âmbito da DPU, estando agendadas centenas de novos atendimentos, o que demonstra o alto índice de insatisfação da população e a quantidade de famílias não incluídas no cadastro socioeconômico da empresa (NÓBREGA, 2015, p. 107).

Em relação às demandas de camponeses beiradeiros e indígenas (Quadro 15), observava-se que as solicitações de Procedimentos de Assistência Jurídica (PAJ) giravam em torno da problemática das indenizações e, principalmente, do desejo dos atingidos em retornar ao beiradão do Xingu.

Quadro 15: Requisições de Assistência Jurídica de camponeses beiradeiros e indígenas a DPU

Classes de requisições	Nº de Requisições	% de requisições
Pagamento de indenização	05	8,0
Revisão de indenização	04	6,0
Revisão de indenização e/ou obtenção de terra	04	6,0
Obtenção de terra próxima ao rio ou ilhas	44	69,0
Revisão de indenização e/ou casa RUC	05	8,0
Obtenção de casa	01	1,5
Intimação da NESA por danos morais e materiais	01	1,5
Total	64	100%

Fonte: DPU, 2017. Organização: Marinho, 2018.

Segundo informações do defensor federal, que autorizou a consulta a parte do acervo de PAJs já digitalizado, diferentemente de 2015, quando camponeses e indígenas requeriam assistência jurídica para tratar principalmente de questões relativas a indenizações, de 2016 em diante, as solicitações de assistência concentraram-se sobretudo na questão do retorno ao Xingu.

Essa tendência refletia a inadequação da política compensatória para os grupos sociais que tiveram seus territórios pilhados nas ilhas e beiradões desse rio. Em 40, dos 64 PAJs consultados, encontravam-se referências acerca de valores recebidos a título de compensação, as quais indicavam o predomínio de pequenas indenizações em dinheiro, conforme observado no quadro (Quadro 16) a seguir.

Quadro 16: Compensações e valores pagos a camponeses beiradeiros e indígenas

Compensação/valores (reais)		Nº de indenizados	% de indenizados	Valores pagos (reais)	% Valores pagos
Indenização em dinheiro	Menos de 10.000	15	37,5	58.157,00	3,0
	De 10.000 a 25.000	09	22,5	153.573,00	9,0
	De 25.000 a 50.000	07	17,5	250.130,00	14,0
	De 50.000 a 100.000	01	2,5	97.000,00	6,0
	De 100.000 a 200.000	03	7,5	345.639,00	20,0
	De 200.000 e mais	01	2,5	295.582,00	17,0
Carta de	132.000,00	04	10,0	528.000,00	31,0
Total		40	100,0	1.728.081,00	100%

Fonte: DPU. Organização: Marinho, 2019.

Essas informações extraídas dos PAJs, assim como as constatações do grupo interinstitucional no Xingu, reforçavam a compreensão de que camponeses beiradeiros e indígenas, ao serem expulsos de seus territórios, receberam indenizações em dinheiro que não lhes permitiam recompor seu modo de vida como previsto no PBA da UHE Belo Monte, o que fez surgir um conjunto de expropriados inteiramente abandonado pela NESA em um contexto espaço-temporal extremamente adverso para a reprodução social das camadas populares, em decorrência da exponencial elevação dos preços em geral e da especulação generalizada, motivados justamente pela dinâmica socioeconômica instaurada com a chegada da barragem.

Nesse contexto, adquirir um pedaço de chão tornou-se complicado. No campo, o preço da terra atingiu cifras exponenciais. Espalhou-se em Altamira, assim como nos municípios vizinhos, o boato de que os atingidos pela UHE Belo Monte estariam recebendo indenizações milionárias. Em decorrência disso, por qualquer quinhão de terra, normalmente sem nenhuma documentação, passou-se a pedir preço exorbitante. Num jornal de anúncio do principal escritório imobiliário de Altamira⁴², que transaciona imóveis nos municípios do entorno de Belo Monte, verificavam-se poucas ofertas de imóveis rurais. No período de junho a agosto de 2015, o jornal anunciava apenas 11 imóveis rurais para venda: cinco fazendas, cujo menor preço era acima de R\$ 1.000.000,00, e quatro chácaras e dois lotes, dentre os quais o imóvel de menor

⁴² Lúcia Ferreira: consultoria de imóveis. Altamira-PA – Ano V – Edição nº 034 junho/agosto 2015.

preço era um minúsculo lote de 300m² numa agrovila no município de Medicilândia, a cerca de 90 km de Altamira, pelo qual se pedia R\$ 50.000,00.

Com isso, mesmo aqueles atingidos que obtiveram Carta de Crédito como forma de compensação não conseguiam encontrar terra para comprar, com os valores previstos nesse tipo de tratamento e segundo os critérios de legalidade oficialmente colocados pela empresa, como constatado pelo grupo interinstitucional organizado pelo MPF. Num PAJ consultado na DPU, um atingido que tinha obtido Carta de Crédito contava que “Comprou terra em Medicilândia, onde passou um mês. Vendo que ficava longe da cidade e do rio, vendeu a terra e comprou uma casa em Altamira. Requer terra perto do rio onde possa continuar seu modo de vida”.

Assim, camponeses beiradeiros e indígenas foram expulsos das ilhas e Beiradões do Xingu, onde efetivamente obtinham seu sustento e se reproduziam, para a cidade de Altamira. Mas aqui, em decorrência da especulação imobiliária potencializada pela chegada da UHE Belo Monte, a situação da moradia tornara-se alarmante para as camadas mais pobres. Sem nenhum planejamento prévio para lidar com a chegada de milhares de pessoas atraídas pela hidrelétrica, a cidade tornou-se o paraíso para os especuladores imobiliários. Os poucos conjuntos habitacionais que haviam na cidade com pequenos imóveis para aluguel, logo ficaram ocupados. E o preço do aluguel subiu descontroladamente. Sem nenhum órgão de defesa do consumidor, donos de pequenas pousadas chegavam a reajustar as mensalidades semestralmente. E pequenos quartos que antes de Belo Monte encontravam-se desocupados ou alugados a 200,00 ou 300,00 reais, mensais, vertiginosamente, a partir de 2010, tornaram-se progressivamente escassos e com alugueis três, quatro vezes mais altos.

O preço das casas disparou. No mesmo jornal de anúncio imobiliário a pouco citado, encontravam-se alguns preços praticados no mercado imobiliário da cidade de Altamira, em meados de 2015.

Quadro 17: Preços de casas na cidade de Altamira em junho-agosto de 2015

Cidade de Altamira (reais)		Nº de Casas	%
Casas urbanas	Menos de 50.000	00	0,0
	De 50.000 a 100.000	04	8,0
	De 100.000 a 150.000	05	10,0
	De 150.000 a 200.000	10	20,0
	De 200.000 a 300.000	11	22,0
	De 300.000 e mais	20	40,0
Total de casas		50	100,0

Fonte: Lucia Ferreira Consultoria de Imóveis, 2015. Organizador: Marinho, 2018.

Como ilustrado no quadro 17, das 50 casas ofertadas no anúncio imobiliário, 92% (46) encontravam-se acima de R\$ 100.000,00. Tal percentual era um indicativo de como tornou-se difícil adquirir uma moradia na cidade de Altamira, no contexto em que camponeses beiradeiros e indígenas eram expulsos de seus territórios, apenas com indenizações que, até onde foi possível conhecer⁴³, foram predominantemente inferiores a esse valor.

Uma opção que surgiu nesse contexto, e que acabou atraindo muitas famílias foi o financiamento de pequenos terrenos em antigas fazendas contíguas a cidade de Altamira, que foram sendo transformadas em loteamentos urbanos por empresas incorporadoras que chegaram à região, já com experiência na extração da renda territorial em outras cidades, como a Nova Bairros Planejados. Com o preço das parcelas atraentes, em certos casos seguindo uma lógica crescente, o que fazia parecer um bom negócio à primeira vista, muita gente simples, tentando fugir dos elevados aluguéis e sem condições de adquirir uma casa em áreas mais estruturadas, financiou a aquisição de terrenos nesses loteamentos. Através desse negócio, passaram a pagar mensalmente a renda territorial às incorporadoras e a lutar, simultaneamente, para erguer suas moradias mesmo que distante dos serviços urbanos e do trabalho.

Entre os camponeses beiradeiros e indígenas expulsos do rio Xingu para a cidade de Altamira, ocorreram basicamente duas situações. Dentre aqueles que não possuíam casa na cidade, parte foi parar nesses loteamentos urbanos mais populares, como o Mexicano e Ayrton Sena, por exemplo. Um levantamento do ISA de 2015, indicou a presença de muitas famílias beiradeiras nessas novas áreas então incorporados a malha urbana da cidade. Por outro lado, com a atuação da DPU, algumas famílias que nem haviam sido cadastradas pela NESA, também conseguiram obter casas nos RUCs, depois de muita negociação (DPU, 2015).

Ainda entre os atingidos que não possuíam casas na cidade de Altamira e que não conseguiram comprar terra no campo, também passou a ocorrer um movimento de retorno ao beiradão do Xingu à revelia da Norte Energia. Esse movimento de desobediência foi registrado pelo grupo interinstitucional organizado pelo MPF, quando afirmou em sua 53ª constatação que “famílias que receberam baixas

⁴³ Até o momento de finalização desse trabalho, desconheciam-se informações da NESA acerca dos valores pagos nas indenizações em dinheiro, no processo de desapropriação/desapossamento compulsório.

indenizações e que retornam para ilhas em que as suas casas já foram demolidas e permanecem acampadas, com crianças inclusive, para manter suas atividades de pesca no seu ponto de pesca tradicional” (MPF, 2015, p. 26).

Um camponês beiradeiro hoje assentado pela empresa no beiradão do Xingu, afirmou que passou mais de ano morando em sua pequena embarcação, devido ter sido expulso da ilha onde morava e não ter conseguido moradia em Altamira. Nesse tempo, não tinha paradeiro no rio. A NESA não deixava ninguém se arrancar mais de 3 dias num mesmo lugar. Até helicóptero teria sido usado para impedir que as pessoas retornassem aos lugares de onde haviam sido expulsas e lá permanecessem por mais tempo. Sofreu muita humilhação até que foi chamado para ocupar um ponto de ocupação na região do Paratizão, na margem esquerda do Xingu, à jusante da cidade de Altamira.

Os atingidos que já possuíam casas simples na cidade, de modo geral, também foram atingidas no urbano, visto que suas casas situavam-se em bairros populares, localizados no entorno de igarapés, em áreas abaixo da cota 100⁴⁴. Da forma como a NESA conduziu a relação com esses atingidos, eles tiveram que se declarar moradores da cidade para ter direito a uma outra casa nos RUCs, reassentamentos urbanos construídos pela empresa para realocar os atingidos urbanos. Caso se declarassem moradores do beiradão, poderiam perder a casa da cidade e ficar apenas com a ínfima indenização das benfeitorias que possuíam onde efetivamente se reproduziram. Como afirmou um indígena ao grupo interinstitucional:

Para a Norte Energia, a gente tinha que escolher, ou mora aqui, ou mora lá. Porque se a gente escolhesse que mora aqui, nós perdíamos nossa casa da rua [cidade]. Se nós cadastrássemos como aqui, morasse aqui, nós perdíamos o direito de ganhar a casa de lá. Aí se nós cadastrássemos como morar lá, nós perdíamos o direito daqui. (MPF, 2015, p. 8).

Em face dessa concepção simplista e autoritária imposta pela empresa, camponeses beiradeiros e indígenas tiveram que se declarar moradores da cidade de Altamira para não se tornarem imediatamente, sem-terra e sem teto. Nos RUCs, porém, logo começaram a enfrentar uma série de percalços. Nesses reassentamentos, os problemas ligados aos serviços de saneamento tornaram-se recorrentes. As casas começaram a apresentar muitos problemas estruturais e a

⁴⁴ Cota usada pela empresa para definir a Área Diretamente Atingida por Belo Monte.

violência urbana atingiu índices alarmantes⁴⁵. E principalmente a distância para o rio Xingu, rio aonde continuavam buscando a sobrevivência, colocava-se como um dos fatores do qual mais se queixam, tanto pelos valores que tinham de pagar pelo deslocamento, quanto pelo fato de não mais terem suas embarcações à vista.

O MPF entrou com uma ACP em face da NESA, exigindo solução para esses problemas, mas a situação persistiu (MPF, 2013). Sobre esse ponto, numa Audiência Pública realizada em Altamira, em 2016, um camponês beiradeiro falou:

Hoje moro no RUC Água Azul. Hoje para ir pescar pago 160 reais: 80 de frete para ir e 80 para voltar. Aí compro gelo, gasolina, pago o frete, quando eu pego 40 quilos de peixe, como é que eu vou fazer para sobreviver. Eu vou comer o que? Com que é que vou comprar minha energia, comprar meu gás, comprar medicamento, roupa e calçado?⁴⁶

Essa lógica perversa que tendia a transformar camponeses beiradeiros e indígenas em desempregados ou subempregados na cidade de Altamira, contraditoriamente também levou esses grupos sociais a se mobilizarem contra a NESA, aglutinando-se e, de certa forma, sendo aglutinados em torno de poucos sujeitos sociais (mediadores/parceiros) que organizaram um grupo de apoio, engajado principalmente na articulações com o MPF, cuja atuação junto ao Ibama vai pressionar esse órgão a fazer o seu papel, ou seja, cuidar para que a NESA minimamente cumprisse suas obrigações assumidas no licenciamento, particularmente aquelas inscritas no PBA, cuja premissa era “garantir aos atingidos condições de moradia e produção minimamente iguais e, preferencialmente melhores, das que dispunham antes da implantação do empreendimento” (NESA, 2011, p. 83).

Os mediadores/parceiros

Os três principais mediadores/parceiros que atuaram ao lado de camponeses beiradeiros e indígenas foram o MXVPS, o ISA e o MPF. Tratava-se de agentes diversos que se aproximaram pela posição contrária à violência e à privações de direitos vivenciada pelos grupos sociais no beiradão do Xingu, grupos que, como bem destacou a Procuradora da República em Altamira, Thaís Santi, foram invisibilidades no licenciamento de Belo Monte⁴⁷.

⁴⁵ Vale destacar que no mapa da violência divulgado pelo IPEA em 2017, entre os 30 municípios mais violentos em 2015, com mais de 100 mil habitantes, Altamira consta como o primeiro colocado. O instituto relaciona a violência nesse município à dinâmica trazida pela construção da UHE Belo Monte.

⁴⁶ Camponês beiradeiro da localidade Costa Junior, em Audiência Pública em 2016.

⁴⁷ Colocação feita na abertura de uma Audiência Pública em Altamira, em 2016.

O MXVPS organizou-se como um coletivo produto das contradições que atingiram estruturalmente o MDTX-FVPP, o movimento camponês mais expressivo do médio Xingu e Transamazônica, justamente no contexto de instalação da UHE Belo Monte pelo governo do PT. Como já destacado anteriormente, esse período foi marcado por um processo de cooptação-desmobilização e aparelhamento que atingiu em cheio o MDTX-FVPP. Mas esse processo não abarcou todo o movimento. Persistiram vozes dissonantes que ecoaram contra o aparelhamento do movimento ao discurso e às práticas governamentais. O aprofundamento dessas divergências vai culminar com a saída de integrantes do MDTX-FVPP, dentre as quais Antônia Melo, liderança histórica nas lutas sociais na Transamazônica e Xingu, que se colocou à frente, com o apoio da Prelazia do Xingu, na formação do MXVPS. Desde sua organização em 2008, o MXVPS notabilizou-se pelo contundente posicionamento contrário a UHE Belo Monte, pelas denúncias de crimes cometidos no contexto de instalação da hidrelétrica e pela luta por direitos sonegados aos atingidos, atuando junto ao Ministério Público Estadual e, principalmente, junto ao MPF em Altamira.

O ISA, por sua vez, constituía uma Organização Não-Governamental ambientalista, cuja atuação na Amazônia, ocorria junto ao que chamava de populações tradicionais, principalmente determinados grupos indígenas. No Xingu, essa organização já atuava principalmente junto a grupos ribeirinhos no alto curso do rio, na área conhecida como Terra do Meio. No contexto da UHE Belo Monte, colocou-se inicialmente contra a instalação de hidrelétrica. Depois que isso ocorreu, tornou-se um importante agente na organização e realização de estudos, mostrando os descompromissos da NESA no que dizia respeito ao cumprimento das condicionantes do empreendimento, tendo estreita interlocução com o MPF, o Ibama e o ICMBio.

E o MPF, por sua vez, sempre atuou para evitar que a UHE Belo Monte saísse do papel, mas, como já evidenciado nesse trabalho, foi a parte vencida na disputa que travou com o governo Lula, nas disputas nos tribunais que antecederam a concessão dessa hidrelétrica. Em face do empreendimento, a atuação dessa instituição passou a ocorrer em várias frentes, uma das quais voltada para a situação de camponeses beiradeiros e indígenas atingidos pelo empreendimento no médio rio Xingu, sendo um parceiro decisivo na luta desses grupos sociais pela reconquista de frações do território cercado para a produção de energia elétrica.

Na prática, o MXVPS e o ISA formaram uma espécie de “grupo de apoio” que passou a atuar entre os grupos sociais atingidos e o MPF, na organização de reuniões, oficinas participativas, mapeamento dos territórios pleiteados, etc. O ISA, constituído de quadros com conhecimento técnico e antropológico, desempenhou papel importante na produção de uma cartografia social comunitária, que passou a ser usada para subsidiar a luta por terra/território. Essas atividades participativas passaram a ser usadas como contraponto às ações unilaterais praticadas pela NESA no processo de licenciamento.

Importa também destacar a participação de professores(as)-pesquisadores(as) de instituições de pesquisa e universidades públicas nesse processo. A participação desses sujeitos que vinham do mundo acadêmico foi importante na produção de conhecimentos que também foram acionados nos embates com a NESA, que, por sua vez, também contratava pesquisadores⁴⁸ ligados a Universidades para produzir conhecimento usado pela empresa para contrapor-se aos grupos sociais atingidos e aos seus aliados.

Enfim, foram esses mediadores/parceiros que em um complicado quadro para as lutas sociais, contribuíram para dar visibilidade e, de alguma forma, fortalecer e reverberar a luta de camponeses beiradeiros e indígenas pelo retorno ao território do qual foram expropriados.

6.2. AS PRIMEIRAS MUDANÇAS NO PROGRAMA DA NESA E A REOCUPAÇÃO PARCIAL DO RESERVATÓRIO DA UHE BELO MONTE

O programa de desapropriação/desapossamento compulsório conduzido pela NESA nos beiradões e ilhas do Xingu, até julho de 2015, quando foi suspenso pelo Ibama, não possuía nenhuma referência acerca da possibilidade de reocupação humana no reservatório principal da UHE Belo Monte, no médio rio Xingu. A ação da empresa nessa área, principalmente na primeira metade de 2015 e na segunda parte de 2014, foi impulsionada essencialmente no sentido de despovoá-la o mais rapidamente possível, tendo em vista a solicitação da Licença de Operação (LO) para a hidrelétrica que já se avizinhava pelo cronograma do empreendimento. Mas as

⁴⁸ Um dos exemplos explícitos nesse sentido, podia-se observar num estudo sobre a pesca no contexto de construção da UHE Belo Monte, encomendado pela empresa e organizada por uma pesquisadora ligada à Universidade Federal do Pará. Nesse estudo, argumentava-se que a construção da hidrelétrica não tinha afetado significativamente a dinâmica da pesca no Xingu.

consequências desse processo de pilhagem territorial foram progressivamente lançando contradições sobre os planos da empresa, levando-a forçosamente a rever sua política compensatória perversa e a reassentar camponeses beiradeiros e indígenas em frações de APP e ilhas remanescentes.

O ponto que marcou essa inflexão forçada nas práticas da NESA vai ser plasmado na LO da UHE Belo Monte, emitida em 24 de novembro de 2015, na qual o Ibama incorporou à extensa lista de condicionantes apresentada a empresa, a determinação para que fosse revisto o tratamento ofertado aos grupos sociais atingidos nos beiradões e ilhas do Xingu, como inscrito no tópico 2.6 da referida licença.

Em relação às atividades de reassentamento da população atingida:

a) Executar revisão do tratamento ofertado aos ribeirinhos e moradores de ilhas e beiradões do rio Xingu, conforme diretrizes aprovadas pelo Ofício 02001.009719/2015-16 DILIC/IBAMA, garantindo acesso à dupla moradia a todos os atingidos que tenham direito (IBAMA, 2015a, p.3).

Tal determinação era uma evidência formal de que o tratamento ofertado a camponeses beiradeiros e indígenas estava em conformidade apenas com os interesses da NESA, mas não permitia, de fato, que esses grupos sociais tivessem a possibilidade de retomar seus modos de vida, fortemente marcado, antes da UHE Belo Monte, por relações de apropriação multidimensional da área e pela permanente ligação entre o rio e a rua (a cidade de Altamira), como já assinalado anteriormente.

Esse reconhecimento formal do Ibama, em grande medida, veio em função da atuação da Procuradoria da República em Altamira que, ao receber cada vez mais denúncias de camponeses beiradeiros e indígenas sobre as práticas da NESA, passou a se aproximar da realidade desses grupos sociais e a verificar que esses grupos vinham sendo sistematicamente invisibilizados no processo de licenciamento da UHE Belo Monte, motivo pelo qual não tinham acesso à informação e à assistência jurídica, o que os deixava, por conseguinte, privados de seus direitos e da justiça. As decisões judiciais sempre favoráveis à NESA faziam parecer que apenas a empresa tinha direitos, os atingidos, nada.

Em face dessas constatações, a Procuradoria da República em Altamira, em conformidade com as atribuições legalmente atribuídas ao MPF, resolveu encaminhar Recomendações ao Ibama, através do Ofício nº 400/2015/PRM/GAB 1, de outubro de 2015, no qual recomendava que “diante do descumprimento das premissas do PBA verificado no processo de remoção compulsória da população ribeirinha atingida seja

reconhecida como condição prévia para a Licença de Operação da UHE Belo Monte”

(MPF, 2015a, p. 6-7. Grifo no original):

1. a adequação do processo de remoção compulsória das áreas ribeirinhas às premissas do PBA, mediante a construção coletiva de proposta de reocupação coletiva de reocupação do reservatório do rio Xingu;
2. a garantia da participação dos atingidos na definição dos pressupostos para a recomposição de seu modo de vida e na construção da forma de ocupação do reservatório da UHE Belo Monte, como etapa necessária para adequação do processo de remoção compulsória às premissas do PBA;
3. a redefinição do universo de atingidos, de modo participativo, assegurando a inclusão de todas as famílias ribeirinhas extrativistas atingidas pelo deslocamento compulsório, e não apenas aquelas cadastradas pela Norte Energia e pela SPU;
4. a definição de cronograma detalhado para o processo de reocupação do reservatório, que abarque não apenas o deslocamento físico, mas a criação de condições efetivas para a reprodução da vida ribeirinha, considerando que o ônus das indefinições e demoras deste processo vem sendo arcado pelos atingidos;
5. a manifestação expressa e inequívoca da empresa Norte Energia quanto ao reconhecimento da ‘dupla moradia’ como marca indissociável do modo de vida das populações ribeirinhas, com a garantia do direito da casa no rio e da casa na cidade, com opção pelo RUC Pedral;
6. a definição e oferta de condição transitória para o retorno do ribeirinho ao rio, mediante o pagamento de aluguel social e/ou indenização pelo tempo sem atividade e recurso mensal para manutenção até que o processo de deslocamento seja completado e a família tenha condições de produzir e se reproduzir;
7. a garantia de segurança no processo de reocupação do reservatório, mediante a reocupação de espaço permanente de participação, no qual serão definidas as formas de gestão do território e mecanismos voltados a impedir deslocamentos sucessivos e a minimizar seus custos sociais;
8. a necessidade de reconhecimento das falhas do processo de remoção compulsória, pelo Estado e pela empresa Norte Energia, com pedido formal de desculpas e reparação pelo sofrimento ambiental e abalos morais causados (MPF, 2015a, p. 7-8. Grifo no original)

Na parte final desse documento, lembrava-se ainda: “O **Ministério Público Federal** **adverte** que a presente recomendação dá ciência ao destinatário quanto às providências solicitadas, podendo a omissão na adoção das medidas recomendadas implicar o manejo das medidas administrativas e judiciais cabíveis” (MPF, 2015a, p. 8. Negrito no original). Tal advertência do MPF, assim como o conteúdo de suas recomendações, expressava a discordância desse órgão em relação aos encaminhamentos sugeridos pelo Ibama e pela própria NESAs em face do descumprimento do PBA, encaminhamentos que visavam à retomada do processo de desapropriação/desapossamento compulsório nas ilhas e beiradões do Xingu, sem que as condições para a reterritorialização dos grupos atingidos estivessem efetivamente esboçadas.

Também não se devia esquecer de que o Governo Federal atuou diretamente em Altamira, para destravar esse processo. Como observou Silva (2017, p. 5-6):

A gravidade das constatações da inspeção acarretou a suspensão das remoções compulsórias às vésperas da Licença de Operação de Belo Monte. Contexto em que o Governo Federal veio a Altamira e entregou – em mãos – a cada um dos ribeirinhos envelope contendo um mapa de vastas áreas para reocupação e um convite com a promessa de que viriam a ser sujeitos ativos de seu processo de reterritorialização. Porém, o que se chamou de diálogos ribeirinhos foi na realidade uma estratégia de Governo para garantir o início das atividades da hidrelétrica. À vinda da Secretaria de Governo da Presidência da República a Altamira seguiu-se: 1. o prosseguimento da evacuação das ilhas; 2. a emissão da Licença de Operação de Belo Monte sem que estivesse resolvida a questão dos ribeirinhos; 3. a modificação unilateral pela Norte Energia do mapa de áreas ofertadas, com sua redução expressiva; 4. o abandono do processo por parte do Governo Federal e; 5. a Norte Energia assume a prerrogativa de definir o que é um ribeirinho.

Mesmo depois de não ter observado a ‘dupla moradia’, um dos aspectos elementares e constitutivo da territorialização dos grupos sociais atingidos, reconhecida somente depois de questionamento da Procuradoria da República em Altamira, no começo de 2015, a NESA continuou mantendo a prerrogativa de indicar os atingidos que teriam direito à revisão de tratamento questionada pelo Ibama.

Isso era o que se percebia em documento do Ibama que informava a NESA sobre a suspensão do processo de desapropriação/desapossamento compulsório no médio rio Xingu, trazendo solicitações ao empreendedor.

2. Diante da inspeção [inspeção interinstitucional organizada pelos MPF em junho de 2015] realizada e dos depoimentos de famílias ribeirinhas atingidas pela implantação da UHE Belo Monte, constatou-se o descumprimento do PBA, fato que impôs a suspensão e a imediata revisão do processo de remoção compulsória e demolição das casas nas ilhas e beiradões do rio Xingu.

3. De acordo com reunião realizada em 29 de junho de 2015, na sede deste Instituto, a revisão dos procedimentos deverá observar as diretrizes estabelecidas pelo Projeto Básico Ambiental no sentido de: (i) buscar a recomposição do modo de vida dos atingidos; e (ii) evitar ruptura dos laços de família.

4. Por fim, para efeitos de acompanhamento do Ibama dos resultados da revisão dos tratamentos aos atingidos na região das ilhas e beiradões do reservatório do Rio Xingu, solicito:

- (i) apresentação do quantitativo de famílias cadastradas nestas regiões;
- (ii) apresentação do resultado do cruzamento entre o cadastro realizado pela Norte Energia e o cadastro realizado pela Secretaria do Patrimônio da União;
- (iii) apresentação do quantitativo de famílias interferidas que serão submetidas a estudos de caso para avaliação de eventuais impactos decorrentes de ruptura de laços de família;
- (iv) apresentação do quantitativo de famílias interferidas cujo tratamento será revisto de forma a buscar a recomposição do modo de vida;
- (v) apresentar o resultado da revisão dos tratamentos, com a especificação das medidas adicionais adotadas, para cada conjunto de famílias interferidas (IBAMA, 2015b, p. 1-2).

Ou seja, apesar das limitações categoriais e da perspectiva eminentemente patrimonialista do levantamento socioeconômico realizado pela NESA, documentada no relatório da Inspeção interinstitucional realizada pelo MPF no beiradão, em junho de 2015, o Ibama, que participou dessa inspeção e a usou para fundamentar a suspensão do processo de desapropriação/desapossamento compulsório, continuou considerando ainda válidas as informações de que dispunha a empresa, como se essas informações guardassem conexões com a complexa realidade territorial dos grupos sociais atingidos.

Tendo em vista a preocupação com a obtenção da LO da UHE Belo Monte, a NESA tratou de responder as solicitações do Ibama. E apresentou em agosto de 2015, sua “pesquisa de desenvolvimento socioeconômico da população moradora /ocupante de ilhas e margens do rio Xingu”, bem como sua proposta de tratamento para a essa população, solicitando no final da CE 0273/2015-DS, “imediata autorização para a retomada dos trabalhos de mudança e remoção de benfeitorias de moradores/ocupantes de ilhas” (NESA, 2015d, p. 1).

Nessa pesquisa, apresentada em Nota Técnica (NT) de 15 agosto de 2015 (NESA, 2015e), a NESA afirmava que a partir de 3.231 cadastros socioeconômicos realizados junto às famílias atingidas (interferidas na linguagem da empresa) e dos 406 cadastros informados pela SPU, selecionou as ocupações nos beiradões e ilhas do Xingu, tendo como resultado 813 famílias. Nesse universo de 813 famílias, a empresa buscou o quantitativo de atingidos cujo tratamento deveria ser revisto, visando à recomposição do modo de vida. Para isso, definiu e aplicou critérios de filtragem por meio dos quais chegou a um público inicial de 292 famílias, selecionadas a partir dos seguintes aspectos: 138 com a pesca como atividade principal (pesca comercial) ou com TAUS; 28 com TAUS e uma opção de tratamento; 115 em ilhas ocupadas e 11 em ilhas ocupadas com remanescentes, sendo que nesses dois últimos casos, as 126 famílias ainda permaneciam no Xingu, devido à interdição do processo de desapropriação/desapossamento compulsório.

Na perspectiva da empresa, como se observava, a pesca comercial e a posse do TAUS eram elementos cruciais no reconhecimento dos atingidos cuja forma de tratamento deveria ser revista. Por sua vez, os atingidos que teoricamente tiveram mais de uma opção de tratamento ou que obtiveram Carta de Crédito como compensação foram excluídos da possibilidade de revisão, neste último caso,

segundo a empresa, “por terem tido a oportunidade de prospectar e selecionar as áreas a eles destinadas” (NESA, 2015e, p. 6).

Ao analisar essa filtragem adotada pela NESA, o Ibama fez as seguintes considerações:

- Quanto ao universo do público da pesquisa considera-se também que foram deixadas de fora as famílias que tiveram mais de uma opção de elegibilidade, justamente as que sofreram maior dificuldade para recompor o modo de vida. Uma vez que, segundo a NT 02001.001068/2015-16 COHID/IBAMA, há relatos que a Norte Energia ofertou em determinado momento apenas as opções de reassentamento, seja o rural coletivo-RRC ou individual em áreas remanescentes-RAR, e de indenizações com valores que não permitiam a aquisição de áreas próximas ao rio. Segundo relatos das famílias, a Norte Energia havia passado a informação de que a opção por carta de crédito havia sido suspensa pelo Ibama.
- Neste aspecto, é importante ressaltar que a concessão de carta de crédito fora suspensa pelo Ibama apenas para as famílias agregadas e demais categorias que no PBA teriam acesso apenas ao tratamento de RRC ou RAR. Assim, as famílias que tiveram acesso a apenas dois tratamentos pela Norte Energia e não faziam parte deste público também deverão compor o universo da pesquisa ora desenvolvida. (p. 3-4)
- Já o público optante pela carta de crédito pode ter tido a oportunidade de escolha de uma nova propriedade, como afirma a nota técnica, contudo isto não significa que não tenha havido ruptura de laços de família. Haverá necessidade de visitar estas famílias e verificar no campo como está se dando a adaptação ao novo local, contudo acredita-se que esta atividade poderá ser realizada concomitantemente à retomada da demolição e remoção compulsória (IBAMA, 2015c, p. 3-4).

Como se observava nesses excertos, o Ibama apontou que os critérios de filtragem usados pela NESA para chegar ao quantitativo de 292 famílias mostravam-se problemáticos, principalmente porque não permitiam identificar e, conseqüentemente, rever a compensação justamente das famílias que mais dificuldades encontravam para recompor seu modo de vida, quer seja por terem ido parar em reassentamentos rurais em área de terra firme (RRC ou RAR) distantes do rio, quer por terem recebido pífias indenizações em dinheiro que não lhes permitiu a aquisição de terra em áreas lindeiras. Em decorrência desses critérios que concorreriam mais para excluir do que para incluir as famílias violentamente atingidas pela política compensatória da empresa, o Ibama recomendou a redefinição nos critérios usados pela empresa, requerendo também a verificação da situação de atingidos que haviam obtido Carta de Crédito, como forma de compensação.

Ainda acerca dessa perspectiva da NESA que privilegiava a pesca comercial (profissional) como critério para definir o conjunto de atingidos que deveria ter seu tratamento revisado, o MPF afirmou:

A forma como a empresa Norte Energia chegou no universo (irreal) de 292 atingidos, partindo de um cadastro de 813 famílias demonstra o

descumprimento das recomendações do Conselho Nacional de Recursos Humanos, uma vez que apenas considera o pescador profissional, ignora as atividades agroextrativistas e pressupõe que aqueles que receberam carta de crédito ou tenham tido mais de uma opção de elegibilidade tiveram o seu modo de vida recomposto (MPF, 2015a, p.3)

Em face dessas considerações do MPF e do Ibama, observa-se que a NESA continuava não levando a sério suas obrigações assumidas no PBA da UHE Belo Monte, particularmente em relação à recomposição do modo de vida dos atingidos, evidenciando nesse momento não só descompromisso, como total desprezo pela história territorial de camponeses beiradeiros e indígenas atingidos nos beiradões e ilhas do Xingu, ao propor critérios excludentes e artificiais desconectados do dinâmico e multidimensional processo de apropriação e reprodução desses grupos sociais.

Em sua pesquisa, a NESA formulou a proposta de revisão de tratamento a partir da caracterização da situação de 126 famílias que ainda permaneciam no beiradão, em decorrência da interdição do processo de desapropriação/desapossamento compulsório, sendo que os principais resultados apresentados pela empresa foram os seguintes:

- Das 126 ocupações existentes, 114 (cento e quatorze) estão em ilhas e 12 (doze) estão em margens;
- 45 (quarenta e cinco) ilhas permanecem de fato ocupadas e 69 (sessenta e nove) não apresentam indícios de ocupação;
- Nas áreas de margens, 07 (sete) encontram-se ocupadas e 05 (cinco) desocupadas.
- 23 (vinte e três) ilhas são utilizadas para atividades de lazer; 24 (vinte e quatro) famílias tem a ilha como lugar único de moradia e 32 (trinta e duas) famílias as ocupam sazonalmente;
- 56 (cinquenta e seis) é o número total de ilhas passíveis de ocupação:
 - * 23 (vinte e três) possuirão menos de 1 hectare e se prestarão para implantação de pontos de apoio;
 - * 10 (dez) novas porções de terras ficarão cercadas pelas águas do reservatório do Xingu, assumindo configurações de ilhas, nas quais poderão ser relocadas famílias. Vale salientar que nestas porções, a NESA realizará estudos de viabilidade e de capacidade de ocupação para definição do número de famílias que poderão ser ali instaladas;
 - * 14 (quatorze) ilhas com porções remanescentes já foram ofertadas para reocupação por parte das famílias que já haviam sido relocadas pela Norte Energia;
 - * 09 (nove) remanescentes de ilhas serão ofertadas para famílias ocupantes/moradoras de ilhas (NESA, 2015e, p. 24).

A partir desses resultados, a empresa afirmou ser possível ofertar às famílias atingidas as alternativas indicadas no quadro a seguir (Quadro 18), alternativas que poderiam ser estendidas às demais famílias selecionadas que ainda não tinham sido caracterizadas nesse primeiro estudo.

Como se observava nesse quadro, a proposta da empresa atrelava uso da área à alternativa de tratamento, conferindo à pesca comercial peso determinante no que diz respeito a “ocupação em remanescente”. Por essa lógica, mesmo que territorializassem beiradões e ilhas do Xingu por décadas, camponeses beiradeiros e indígenas que não declarassem praticar a pesca comercial não teriam a opção de reocupar as frações de áreas remanescentes depois da formação do reservatório da UHE Belo Monte. Restaria e esses atingidos, assim como aos não moradores (entendidos pela empresa como moradores que faziam uso da dupla moradia), a opção dos “Pontos de apoio”.

Quadro 18: Alternativas para relocação de famílias atingidas nas margens e ilhas rio Xingu

Situações	Nº. ocorrências	Tratamento preferencial
Morador de ilha/margem com pesca comercial	17	Ocupação em remanescentes
Morador de ilha/margem com pesca de subsistência	07	Pontos de apoio
Ilha para lazer	23	Já concedido
Não morador de ilha/margem com pesca comercial	14	Pontos de apoio
Não morador de ilha/margem com pesca de subsistência	18	Pontos de apoio
Ocupantes de ilhas já desocupadas que apresentem remanescentes	23	Reocupação

Fonte: NESA, 2015e, p. 25.

Tais pontos de apoio, segundo a proposta da NESA, seriam estruturados em 23 porções de ilhas remanescentes para viabilizar a pesca. Seriam pontos de uso coletivo devidamente comunicados a SPU, em conformidade com o TAUS que permitisse a outorga em modalidade coletiva, e seriam ofertados a não moradores de ilhas que tivessem declarado a pesca como atividade comercial ou autoconsumo (subsistência na linguagem da empresa).

Sobre esses aspectos, na NT já citada, o Ibama recomendou:

- Quanto aos tratamentos apresentados pela Norte Energia não faz sentido a diferenciação no tratamento preferencial pela natureza de ocupação entre moradores de ilhas/margens, ambos devem ter direito à ocupação em remanescentes. (p. 4)
- Quanto ao aspecto de dupla moradia, o tratamento dispensado pela Norte Energia ainda pressupõe que o atingido tenha que optar por uma das moradias (uma seria a moradia e a outra ocupação sazonal, na versão revisada), ou seja, a família ribeirinha, no momento da negociação, ainda tem que optar se morava na cidade ou na ilha/beiradão contrariando a NT 02001.000740/2015-56 COHID/IBAMA. (p. 4)

- Ainda em relação à dupla moradia, do público de 813 famílias ribeirinhas cadastradas tem que ser verificada a interseção com as famílias cadastradas no CSE urbano, de modo a mostrar o público que compõe a dupla moradia que fora impactada em toda ADA. Resta dimensionar o público que foi atingido somente na área urbana, pois a habitação por ele utilizada na área rural encontra-se fora da ADA. (p. 4)
- Por fim, conclui-se que a proposta ora apresentada ainda carece de incorporação das considerações tecidas nesta NT a fim de possibilitar a recomposição do modo de vida e dos vínculo dos laços de família. (IBAMA, 2015c, p. 4)

Conforme esses fragmentos, depreendia-se que até o Ibama rejeitava a proposta da NESA em que o tratamento preferencial pela natureza da ocupação permitia ou não o reassentamento nas áreas remanescentes, e determinava que tanto quem declarasse praticar a pesca comercial como a de autoconsumo deveria ter direito ao reassentamento no rio. Recomendava à NESA observar as modificações sugeridas, inclusive no tocante à ‘dupla moradia’, aspecto da territorialização dos grupos atingidos que a empresa continuava desconsiderando em sua revisão de tratamento, mesmo depois da definição e recomendação do órgão licenciador de abril de 2015.

Essa posição em relação à ‘dupla moradia’, aliás, era um dos indicativos de que a NESA resistia em acatar até mesmo determinações estabelecidas pelo próprio órgão licenciador, principalmente quando essas determinações, de alguma forma, iam de encontro a sua racionalidade eminentemente economicista. Dessa maneira, a principal inflexão nos planos da empresa, decorrente da determinação para revisar sua política compensatória perversa, não resultou de nenhum reconhecimento de que estaria descumprindo o PBA ou de que estaria desestruturando e jogando na miséria centenas de famílias que territorializavam e se reproduziam historicamente no Xingu.

Esta inflexão era produto de luta. Era, efetivamente, uma primeira conquista que tinha em sua base a reação de grupos sociais constituídos de mulheres e homens simples, pessoas cujo território, entendido em sua multidimensionalidade, havia sido pilhado e profundamente transformado. Foram esses sujeitos de carne e osso que, enfrentado toda sorte de adversidades, inclusive materiais, conseguiram chamar a atenção para a sua situação de degradação social, atraindo para o seu entorno alguns sujeitos mediadores que ao lado do MPF, particularmente da Procuradoria da República em Altamira, começaram a pressionar o Ibama a interferir nos planos da NESA. O retorno aos beiradões e ilhas do Xingu, após a formação do reservatório da

UHA Belo Monte, foi produto de lutas e articulações protagonizadas por esses sujeitos sociais.

Ocorreu que a NESA nunca havia trabalhado com essa possibilidade no processo de licenciamento. A empresa projetou apenas o saque territorial nos beiradões e ilhas do Xingu, sem se preocupar em conhecer efetivamente a territorialização multidimensional dos grupos sociais que se reproduziam nessa área e, muito menos, com a possibilidade de reassentá-los nos beiradões depois da formação do reservatório da UHE Belo Monte. Com isso, a revisão no tratamento desses grupos sociais constituía uma conquista muito relevante, mas ainda parcial, visto que a empresa continuava tendo arbitrariamente, a prerrogativa de apontar quem teria direito de voltar ao rio e quais áreas disponibilizaria para assentá-los.

Eis então outro desafio para camponeses beiradeiros, indígenas e os mediadores/ parceiros que os apoiavam: retirar da NESA essas prerrogativas, transferindo aos sujeitos atingidos não só o reconhecimento social, como também a possibilidade de indicar as áreas que efetivamente poderiam permitir a reprodução social em torno do reservatório da UHE Belo Monte, áreas que vão ser denominadas no decorrer das lutas, de territórios ribeirinhos.

Antes de tematizar esse processo na última parte desse capítulo, discorre-se, a seguir, sobre o reassentamento no reservatório principal da UHE Belo Monte, no médio rio Xingu, experiência conduzida pela NESA e que vai explicitar o desconhecimento e o descompromisso da empresa em relação à formulação e condução de uma política compensatória realmente compatível com as necessidades e particularidades dos grupos sociais atingidos. Que se veja essa experiência de reassentamento e suas contradições territoriais.

A reocupação de frações do reservatório conduzida pela NESA

O assentamento de famílias atingidas no principal reservatório da UHE Belo Monte, sem dúvida alguma, foi uma decorrência direta das lutas sociais contra a política compensatória da NESA, cuja racionalidade perversa vinha jogando na miséria os grupos sociais que historicamente territorializavam beiradões e ilhas do médio rio Xingu. Mas não se baseava ainda, em nenhuma proposta emanada desses sujeitos sociais. Pelo contrário, tal assentamento baseou-se no reconhecimento e

distribuição dos atingidos, esquadrinhado ainda segundo os ditames da empresa, com a anuência do Ibama.

Dessa forma, como não havia adquirido terras às margens do Xingu para a instalação de assentamentos rurais, em completo desacordo com as premissas do PBA no que se referia à recomposição do modo de vida dos atingidos, a NESA buscando logo livrar-se dos incômodos trazidos pelo fortalecimento das lutas sociais, procedeu ao reassentamento de 121 famílias no reservatório principal da UHE Belo Monte, tanto nas franjas dos beiradões, em algumas áreas de APP, quanto em ilhas que não submergiram ou que surgiram com a formação do reservatório.

Nos beiradões, as famílias reconhecidas foram assentadas em “pontos de ocupação”, definidos a partir de um semicírculo de 250 metros de raio, o que resultou em áreas de ocupação familiar com 500 metros de beira e 250 metros de fundo. Nas ilhas, essas unidades de ocupação familiar apresentavam extensões bem inferior, em geral tendo 100 metros de frente por 200 de fundo. Eram ainda exemplos das primeiras propostas e “negociações” da empresa, quando esta propunha aos atingidos os chamados “pontos de apoio”. Depois de muitos questionamentos foi que os “pontos de ocupação”, unidades um pouco mais extensas, passaram a ser ofertados, mas nas APPs.

De toda forma, os assentados não demonstravam ter clareza sobre os limites precisos dos pontos onde foram assentados pela NESA, mesmo que por vezes exibissem pequenas cartas entregues pela empresa, indicando área e localização das unidades que ocupavam.

Os assentados não possuíam nenhuma documentação da terra. Como estavam situados em APPs e ilhas, áreas cujo domínio da terra nua é exclusivo da União, os pontos de ocupação não podiam ser titulados em nome dos assentados, o que causava preocupação às famílias, principalmente no que dizia respeito à continuidade da reprodução social em torno do reservatório. Sobre esse assunto, alguns chegavam a falar que se sentiam como se fossem “moradores da Norte Energia”, pois, sem o domínio definitivo da terra, dependiam da empresa ou da SPU para ficar no reservatório.

No caso específico da ocupação das ilhas remanescentes, por exemplo, essa condição de insegurança territorial encontrava-se bem explicitada no TERMO DE

OFERTA DE OCUPAÇÃO DE ILHAS FLUVIAIS, em que se impunha uma extensa lista de obrigações e restrições aos assentados, como indicado abaixo:

- a partir da data de assinatura desse termo de Oferta e de Aceite, assumo total responsabilidade pela posse e manutenção da fração de ilha que me foi ofertada...;
- a referida ilha deverá ser utilizada exclusivamente pelo meu (nosso) grupo familiar para habitação e exploração econômica destinada a minha (nossa) subsistência;
- a utilização do imóvel (ilha) está condicionada à plena observância das restrições a serem impostas pela SPU, em caráter eventualmente complementar à legislação federal, bem como para a utilização dos remanescentes das ilhas fluviais que será previsto no Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial – PACUERA, razão pelo qual me (nos) obrigo (amos) a exercer o uso adequado do imóvel, do reservatório e seu entorno;
- qualquer alteração ou reforma que quiser (ermos) realizar na ilha fluvial deverá atender as exigências da legislação federal, estadual e municipal, assim como as regras impostas pelo uso adequado do entorno do reservatório artificial da UHE Belo Monte, sendo expressamente vedada qualquer modificação no bem imóvel sem a observância das referidas normas, notadamente no que se refere a legislação de natureza ambiental;
- existe a possibilidade de elevação do lençol freático da área nos anos seguintes à formação do reservatório, o que poderá afetar a vegetação e a aptidão do solo, motivo pelo qual assumo (imos) a obrigação de colaborar com a NESA no monitoramento de qualquer alteração no lençol freático ou nas condições ambientais do imóvel durante o prazo de 5 (cinco) anos e a comunicar a ocorrência de anormalidades imediatamente à NESA;
- igualmente existe a possibilidade de ocorrência de condições climáticas que podem afetar o tamanho do lago artificial do reservatório da UHE Belo Monte ou propiciem a formação de ondas, podendo causar, eventualmente, erosão ou instabilidade das encostas;
- a terra nua do imóvel é de domínio público, motivo pelo qual é vedada sua transmissão a qualquer título, tal como venda, empréstimo (comodato), arrendamento, locação, cessão etc. fato que será imediatamente comunicado à Secretaria do Patrimônio da União (SPU) para as providências cabíveis;
- cabe exclusivamente a SPU, responsável pela administração dos bens pertencentes ao patrimônio da União, realizar o cadastramento das ações e, atendidas as exigências legais, realizar a outorga do competente Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) ou documento equivalente;
- na hipótese de haver a necessidade de desocupação do imóvel, seja pela ocorrência de qualquer infração ao presente termo ou à legislação vigente, seja pela perda da viabilidade ou pela existência de riscos à integridade física do meu (nosso) grupo familiar, assumo (imos) desde já a obrigação de desocupar o imóvel objeto do presente termo em até 10 (dez) dias após assim ser solicitado pela NESA, pela SPU ou pelos demais órgãos competentes, sendo que, neste caso, comprometo-se a Norte Energia em viabilizar outra área com iguais características para reassentamento, bem como assumir todas as despesas decorrentes desse remanejamento;
- assumo(imos), ainda, a responsabilidade pelo pagamento de todos os tributos e demais encargos (exceto aqueles relacionados a regularização da ocupação) que recaiam ou venham a recair sobre o imóvel objeto do presente termo, bem como outras despesas referentes à sua utilização, manutenção e instalação (NESA, 2016b, p 1-2).

Observando-se essas cláusulas, entendia-se porque alguns assentados afirmavam que tinham se tornado moradores da NESA. Moradores, aliás, sujeitados à uma legislação ambiental que contraditoriamente parecia não existir para os agentes

do empreendimento hidrelétrico Belo Monte, visto que, para ficar apenas no plano geobiofísico, vinham causando o desaparecimento de ilhas e praias no Xingu, além da morte lenta de florestas que não foram devidamente removidas nas ilhas remanescentes, assim como nos beiradoões, onde os troncos, que progressivamente perdiam as folhas, passaram a forma os chamados “paliteiros”, em várias áreas do reservatório.

Tais restrições legais, iminentes à dimensão jurídica do cercamento do Xingu para a geração de energia elétrica, assim com a destruição dos antigos fluxos geobiofísicos para a produção de uma nova natureza ajustada aos interesses do capitalismo extrativo (MARQUES, 2018; ACSELRAD, 2018) nesse começo do século XXI, colocavam-se, assim, como sérios obstáculos à territorialização e a consequente recomposição do modo de vida dos assentados nos pontos de ocupação.

Localização e distribuição dos pontos de ocupação

Na pesquisa de campo realizada no reservatório principal da UHE Belo Monte, no médio rio Xingu, em junho e julho de 2018, verificou-se um expressivo número de pontos de ocupação abandonados. Em alguns casos não existiam nem indícios de moradias, noutros, as casas ainda persistiam, mas desocupadas e se deteriorando com o passar do tempo, de maneira que a partir dessas observações e das informações obtidas *in situ*, junto a sujeitos que transitavam e/ou moravam nas vizinhanças, chegou-se ao número de 70 famílias que persistiam nos pontos de ocupação, das quais 65 tinham sido assentadas pela empresa e 5 eram famílias de caseiros⁴⁹, ou seja, por esses números, pouco mais de 53% das 121 famílias que a NESA assentou até a primeira metade de 2017, efetivamente permaneciam nos pontos de ocupação.

Devido à dinâmica de trabalho desses assentados e ao frequente trânsito entre o rio e a cidade de Altamira, foi possível fazer contato somente com 56 (86,1%) assentados da população (65) que ainda persistia no Xingu, amostra representativa (GIRARDI; SILVA, 1981) e que serviu de base para as considerações subsequentes.

⁴⁹ O termo caseiro, aqui, foi usado genericamente para aquelas famílias que se encontravam em pontos de ocupação no lugar dos assentados pela empresa, obtendo permissão para isso por meio de relações de parentesco ou de amizade. De modo geral, não recebiam e nem pagavam para morar nesses pontos. Apenas em um caso, onde existia cacau em idade produtiva, foi informado que a produção era dividida com a beneficiária do ponto.

Tais assentados encontravam-se distribuídos no reservatório conforme mostrado no mapa (Mapa 05) a seguir. Como ilustrado nesse mapa, a maioria dos pontos ocupados localizava-se a jusante da cidade de Altamira, principalmente nas localidades Paratização, do lado esquerdo do Xingu, e Cotovelo e Palhal do lado direito do rio. A montante da cidade de Altamira, a reocupação do reservatório encontrava-se bem esparsa, tendo um pouco mais de assentados numa Ilha ainda bem próxima da cidade (4 famílias), e na Ilha do Pedão (7 famílias), já na parte final do reservatório.

Mapa 05: Mapa dos pontos de ocupação ocupados no reservatório da UHE Belo Monte, no rio Xingu

Os pontos de ocupação localizados nas áreas de APPs dos beiradões, encontravam-se cercados por grandes fazendas, com suas extensas áreas desmatadas para o desenvolvimento da pecuária extensiva de gado bovino e bubalino. Tratava-se de fazendas que se formaram a partir da abertura da Transamazônica e dos famigerados projetos de incentivos fiscais da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), expandindo-se geralmente das

áreas de terra firme em direção às margens do Xingu, transformando extensas faixas de beiradões em pastos.

Conforme ilustrado no mapa 05, a NESA não definiu o contorno das APPs de maneira uniforme. Pelo contrário, delineou o que chamou de APP variável, abarcando os escassos capões de cobertura vegetal que ainda não haviam sido totalmente desmatados pelas fazendas, estreitando, por sua vez, a área de proteção onde os pastos tocavam o rio. Com isso, as grandes fazendas não tiveram sua atividade alterada pela formação do reservatório da UHE Belo Monte. Naquelas manchas onde ocorreu alguma inundação, comentava-se que os fazendeiros foram muito bem indenizados.

Dessa forma, os pontos de ocupação criados pela NESA, apesar de situados em áreas de APPs, com uso restrito estabelecido por lei, encontravam-se localizados em áreas contíguas às grandes fazendas de pecuária extensiva, estando à mercê do gado que pastava pelos beiradões do Xingu como se não existisse legislação ambiental para os fazendeiros.

Além disso, devido à acentuada elevação do reservatório, principalmente no período do inverno amazônico, os sítios indicados para a construção das casas, em vários casos, ficaram bem afastados das margens do rio, de maneira que, quando chegava a estiagem, o deslocamento das casas aos locais onde ficavam as pequenas embarcações, exigia esforço e sacrifício.

Na localidade conhecida como Trindade, localizada na margem esquerda do Xingu, um pouco a jusante da cidade de Altamira, havia muitas queixas decorrentes dessa situação. Aqui, no inverno, a água chegava bem ao lado das casas, mas quando o verão ia se aproximando, o rio ia se distanciando progressivamente, de maneira que para sair do ponto de ocupação para pescar ou para ir à cidade, por exemplo, os assentados tinham de atravessar um extenso terreno lamacento que emergia com a estiagem. Ficavam assim por vários meses, até que o verão definitivamente chegasse e o sol consolidasse o solo.

Situação parecida teria sido um dos motivos que fez os assentados da localidade Poção, localizada na margem esquerda do Xingu, a montante da cidade de Altamira (ver mapa 05), abandonarem seus pontos de ocupação. Segundo informações obtidas entre moradores da Ilha do Pedão, os assentados do Poção não teriam se fixado em seus pontos de ocupação em decorrência das condições de

acesso, principalmente no verão, quando tinham de atravessar um extenso terreno pantanoso para chegar ao rio, a única via de circulação existente.

Sobre a situação desses assentados no Poção, em maio de 2017, o Conselho Ribeirinho do Reservatório da UHE Belo Monte, em relatório de inspeção nos pontos de ocupação, fazia as seguintes observações:

No total, nove moradores estão reassentados nesta área, dois estão na beira do rio e sete estão sem acesso direto ao rio. Somente os moradores da beira se conhecem porque eram da região do Poção (Raimundo Ari e Eládio). O restante não tinha nenhum vínculo de vizinhança e/ou parentesco e hoje se conhecem por números (lote 1, 2, 3..). Com exceção destes dois que estão na beira, nenhum deles está morando na área devido à falta de acesso. O acesso desses moradores ao rio se daria pela rio, cuja entrada mais próxima fica na área do Sr. Manoel Câmara (terceiro morador) e eles passariam por dentro, por uma estrada que foi aberta pela Norte Energia e que, teoricamente, daria acesso à todas as casas. O problema é que essa estrada ficou alagada na cheia e, em alguns pontos, só dá para atravessar de canoa. Tivemos que andar mais de 10km (são 5km de um ponto ao outro, ida e volta) mata adentro para conseguir chegar na casa de todos os moradores. Portanto, o cenário do Poção é o seguinte: as áreas não dão acesso ao rio porque na beira tem uma mata muito fechada. Entrando por um dos acessos (tem apenas dois, um no início onde fica o Manoel Câmara e outro no último morador), é necessário atravessar mata adentro ou caminhar pela estrada na época da seca. Os moradores pediram ajuda urgente da empresa Equilíbrio para resolver essa questão já que ainda não puderam se mudar devido à falta de acesso. Eles querem uma estrada no fundo do lote que passe por dentro da fazenda do Machadinho e do Pedro da farmácia [...] (CONSELHO RIBEIRNHO, 2017b, p. 11-12)

Além disso, constava ainda no relatório que “Todos os moradores reclamaram de bois, búfalos e porcos da fazenda que fica atrás dos reassentamentos e que estão destruindo suas roças” (2017b, p. 12). Ou seja, além da questão do acesso, os assentados no Poção também enfrentaram problemas decorrentes da invasão de animais às suas plantações, situação que não era difícil de prever em face da contiguidade entre os pontos de ocupação e as fazendas e a ausência de obstáculo físico capaz de impedir o gado de vagar livremente pelo beiradão do reservatório, como registrado na figura a seguir (Figura 13).

Figura 13: Foto de gado pastando às margens do reservatório da UHE Belo Monte, no Xingu.

Fonte: Marinho, 2018.

Observando esse gado no beiradão, um indígena que participava do trabalho de campo, ironizou: “só a gente que não pode ter nenhuma vaquinha para tirar leite. Mas os fazendeiros podem”. A crítica contundente desse indígena, que estava na luta pela conquista de um território onde pudesse ter condições de reconstruir sua reprodução i-material no Xingu, remetia às contradições que marcavam a situação dos assentados nos beiradões, tendo de conviver, de um lado, com uma série de restrições formais cujo descumprimento era passível de penalidades, ao mesmo tempo em que por outro, esta mesma legislação disciplinadora não se aplicava efetivamente aos fazendeiros, para quem referido marco legal parecia não existir, assim como para as fiscalizações da NESA e do Ibama.

Além dessas questões ligadas ao acesso e à insegurança territorial nos pontos de ocupação, o expressivo quadro de abandono desses locais relacionava-se também à própria incapacidade da NESA de reconhecer os grupos sociais que efetivamente territorializavam os beiradões e ilhas do Xingu. Como havia transformado esses grupos em números, em seus estudos de viés patrimonialista, a empresa acabou procedendo a uma revisão de tratamento às escuras, o que resultou no reconhecimento de atingidos que não tinham um modo de vida intrinsecamente ligado

ao rio⁵⁰, mesmo que por vezes, usassem as ilhas de maneira intermitente para pescar ou para descansar e usufruir das belezas naturais.

Vários dos atingidos reconhecidos pela empresa tinham moradia e reprodução social ligadas essencialmente à cidade de Altamira. Mas como também possuíam alguma casa ou se arranchavam provisoriamente nas ilhas, costume comum em Altamira antes da UHE Belo Monte, tiveram tratamento revisado pela NESA, que lhes ofereceu pontos de ocupação. Uma das atingidas que se enquadrava nesse perfil, afirmou que só ia à casa no ponto de ocupação, quando chegava o verão, de inverno, tudo ficava mais feio, aí não saía da cidade⁵¹.

Essa situação demonstrava que a NESA não conseguiu distinguir em seu banco de dados, aqueles atingidos que efetivamente territorializavam os beiradões e ilhas do Xingu, mas tinham, por vezes, uma casa simples na rua (cidade de Altamira), que servia de referência quando iam comercializar seus produtos ou buscar algum serviços público, daqueles atingidos que, inversamente, moravam na cidade de Altamira, mas tinham também uma casa ou mesmo se “arranchavam” em torno das ilhas, onde praticavam a pesca ou simplesmente usavam a área para fins de lazer, sem ter, entretanto, um modo de vida intrinsecamente ligado ao rio.

Em face dessa inépcia da empresa, muitas famílias que não tinham sua reprodução i-material intrinsecamente ligada ao Xingu, tiveram revisão de tratamento e obtiveram direito a um pontos de ocupação, depois, na maioria das vezes, abandonos, enquanto apenas uma pequena parcela de camponeses beiradeiros e indígenas, conseguiram voltar ao rio, sendo aqueles que constituíam, com algumas exceções, o conjunto de assentados que ainda persistia nos pontos de ocupação e que, por conseguinte, foram os sujeitos de pesquisa com quem se manteve contato no reservatório da UHE Belo Monte.

Tais sujeitos, do ponto de vista demográfico, eram caracterizados por apresentar famílias nucleares pouco numerosas, contendo, em média, três membros. Em quatro pontos de ocupação foi identificada a presença de apenas uma pessoa morando. Por outro lado, em apenas cinco pontos foram encontradas famílias com cinco ou mais membros. No geral, predominavam núcleos famílias constituídos pelo

⁵⁰ Mas que terminavam aceitando a proposta da empresa, atraídas por pequena ajuda financeira concedida em decorrência da luta social, mesmo não tendo a intenção efetiva de permanecer nos pontos ofertados.

⁵¹ Segundo um camponês beiradeiro, “tem gente que pegou terra mas não morava no rio. Ai, quando ouvem que vêm os capangas da Norte Energia fazer vistorias, passam dois, três dias nas casas”.

casal com poucos filho(a)s, geralmente ainda crianças. Em termos etários, chamava a atenção a ocorrência de vários assentados idosos, alguns ainda com força para tocar sua rocinha no torno da casa, outros não.

O assentamento desses sujeitos foi realizado em pontos de ocupação individuais. Mas não era raro encontrar nesses pontos, além do núcleo familiar do assentado, outros parentes, geralmente filho(a)s que já tinham sua própria família, mas que iam ajudar os pais em algum trabalho, como na limpeza de roça, por exemplo, ou que por não tinham sido reconhecidos pela NESA como núcleo familiar independente, e sem ter para onde ir, continuavam junto dos pais, às vezes em alguma casinha discretamente localizada no ponto de ocupação, ou morando na mesma casa dos pais, visto que a empresa, invocando o termo de aceite dos pontos, alegava que estes deveriam ser objeto de uso de apenas um núcleo familiar.

Um caso extremo decorrente dessa visão desconectada da realidade local, que desconsiderava a importância central da família extensa e das comunidades na reprodução social desses grupos no médio Xingu, foi constatado num ponto de ocupação onde uma indígena, sobrinha do assentado, encontrava-se acampada (Figura 14) com o marido e quatro filhos pequenos, há mais de dois anos esperando o reconhecimento da empresa e um pedaço de chão onde pudesse reconstruir sua vida.

Figura 14: Foto de acampamento de família indígena no reservatório da UHE Belo Monte, à espera de espera de território definitivo

Fonte: Marinho, 2018.

Segundo essa indígena, a Patrimonial (empresa jagunça contratada da NESA) já a teria pressionado a sair do acampamento onde se encontrava. Um dos funcionários dessa empresa teria dito: “se a senhora não sair, a força vem tirar você, você tem criança”. Ou seja, em decorrência do descompromisso e inépcia da NESA, famílias simples, que tiveram território e modo de vida pilhados, continuavam condenadas a sobreviver em condições precárias e, como no caso em questão, tendo ainda de conviver com a vigilância e ameaça de “capangas”⁵² da própria empresa.

Paralelamente a isso, a NESA também não se preocupou em realizar uma distribuição dos pontos de ocupação que tivesse como referência as antigas localidades onde os assentados moravam antes da UHE Belo Monte. Ao contrário, concebendo o Xingu como um “espaço indiferenciado”, abstrato, a empresa concentrou a oferta dos pontos de ocupação em determinadas áreas, onde foram misturados aleatoriamente núcleos familiares de distintas localidades e mesmo pessoas que não tinham sua territorialização intrinsecamente atrelada ao rio. Com isso, desencadeou-se a reação principalmente daqueles atingidos que territorializavam essas áreas que estavam sendo ocupadas, mas que não haviam sido reconhecidos pela empresa.

Em reunião na Superintendência do Ibama na cidade de Altamira, um indígena explicitou sua indignação com a NESA, que continuava reassentando gente de fora na área onde toda sua família se reproduzia há décadas.

Nós pedimos ao IBAMA pra tomar providência para que a Norte Energia não reassentasse mais ninguém naquela área. A Norte Energia está fazendo as coisas a Deus dará. Não está nem aí, nem pro IBAMA, nem pra nós [a Procuradora da República que estava na reunião, falou: está suspenso]. Tá não, doutora. Ainda ontem eles andavam com 4 na voadeira pra reassentar. Não está suspenso coisa nenhuma Nós estamos jogados que nem cachorros, mas nós não somos cachorros não. Nós somos indígenas, como eu já falei, lá do Muratu e lá do Paquicamba [isso para Funai]. Qualquer hora, sabe o que vai acontecer, nós vamos fechar aquela balsa com aquela voadeira lá meio do rio. Porque eles estão invadindo a área nossa sem respeitar o direito de ninguém [a Procuradora da República pergunta: eles estão assentando gente lá?]. Tem gente assentado lá. Eles estão levando madeira. Eles estão rindo da nossa cara. E aquele pessoal tem de sair de lá. Só vai ficar lá realmente quem é da nossa família. Isso eu já falei na Funai, já falei pra dona Elza fazer um documento, enviar para doutora Tais [MPF], ela jurou que ia fazer isso, mandar outro pra você [representante do IBAMA].⁵³

Como era possível observar na fala desse indígena, a reocupação humana no entorno do reservatório do Xingu, não envolvia simplesmente uma questão jurídica e

⁵² Termo usado por camponês beiradeiro para se referir aos funcionários das empresas que prestavam serviços à NESA, principalmente a Patrimonial.

⁵³ Indígena Juruna em reunião no escritório do Ibama, em Altamira, 2017.

ambiental, envolvia também uma questão de pertencimento territorial. Tratava-se de sujeitos sociais que territorializavam essas áreas há gerações. Para eles, mesmo com a formação do reservatório da UHE Belo Monte, aquilo que restou do antigo beiradão e das ilhas não perdeu seu significado. Mas este aspecto constitutivo da reprodução i-material dos grupos sociais no Xingu, foi ignorada pela NESA no processo de assentamento, o que gerou situações esdrúxulas como a descrita pelo Conselho Ribeirinho em relatório já citado, onde as famílias assentadas na localidade Poção, por não terem nenhum vínculo de parentesco ou amizade, passaram a se conhecer por número.

Retomando a fala do indígena, a Procuradora da República que estava na reunião comentou:

Acho que o assentamento de vocês no rio tinha que ser feito com a FUNAI junto. Por quê? [...] lá atrás, foi imposto que os indígenas, que é o caso do seu Nelson, do seu Antônio, que os indígenas tinham que ter um tratamento. Mas aqui, no fundo, o que a gente está fazendo, o que se garante para o índio, a gente está exigindo para todo o ribeirinho [indígenas e camponeses beiradeiros]. Todo ribeirinho tem que ficar assentado próximo das pessoas que ele convive. Então aí o caso de vocês é esse. O que a gente tem de fazer. Tem de ver a área. Se colocou alguém que não é da área, a pessoa vai ter que sair⁵⁴.

Observava-se nessa fala da procuradora, que ela reconhecia que os indígenas deveriam ter um tratamento particular, inclusive com o acompanhamento da Funai. Mas defendia também que se esse tratamento fosse estendido a todos ribeirinhos, ou seja, incluísse também os camponeses beiradeiros, sem deixar de considerar a necessidade de uma espécie de desintrusão nas áreas considerados territórios pelos indígenas.

Sobre esse último ponto, o mesmo indígena advertiu:

Essa é a nossa preocupação doutora Tais. Porque tem 4 anos que a gente já sabe quem é Norte Energia aqui. Lutando com eles. Eles não respeitam Ministério Público, eles não respeitam Ibama, eles não respeitam nada [MPF: quando a gente vê, eles já fizeram]. Como eu estou lhe falando: estão construindo a casa já [MPF: quem são essas pessoas lá?]. É gente lá de cima⁵⁵.

No plano da luta contra os desmandos da empresa, a perspectiva que se vislumbrava nesse momento, na fala da procuradora, era considerar camponeses beiradeiros e indígenas como “populações tradicionais”, detentoras de direitos territoriais desrespeitados pela NESA em seu processo de

⁵⁴ Procuradora da República em reunião no escritório do Ibama, em Altamira, 2017.

⁵⁵ Indígena Juruna em reunião no escritório do Ibama, em Altamira, 2017.

desapropriação/desapossamento compulsório. Esta perspectiva vai ficar mais explícita em tópico subsequente, quando for tematizado a organização desses grupos sociais em torno de um conselho formado por representantes dos atingidos no reservatório da UHE Belo Monte.

Desafios da moradia nos pontos de ocupação

Como havia varrido todas as residências existentes no entorno do reservatório da UHE Belo Monte, às vezes até mesmo sem ter pago indenização alguma aos proprietários, fato relatado em documentos da DPU já citados nesse trabalho, a NESA comprometeu-se a dar condições para que os assentados construíssem suas novas moradias nos pontos de ocupação, observando a legislação ambiental para apropriação e uso dessas áreas.

Assim, para cada assentado, a NESA comprometeu-se em fornecer um Kit habitacional (12,4m³ de madeira serrada, pregos, telhas e material para esgotamento), com material para construção (autoconstrução nos termos da empresa) de uma casa de aproximadamente 63m², benefício a ser liberado em quatro módulos, à medida que a equipe de fiscalização da empresa fosse constatando a evolução das obras.

Além desse material de construção, a empresa também se comprometeu a disponibilizar a cada assentado, a título de auxílio-construção, um valor de 5.400,00 reais, dividido em 6 parcelas fixas de 900,00 reais, a ser utilizado exclusivamente na edificação da moradia. No ato de assinatura do “termo de oferta e aceite para recebimento de material necessário à construção de moradia por beneficiário de relocação em ilhas e áreas marginais no entorno do reservatório do reservatório principal (rio Xingu) da UHE Belo Monte” (NESA, 2016c), o assentado comprometia-se a cumprir todas as cláusulas do contrato, sob pena de suspensão imediata dos ditos benefícios.

Em sua propaganda, a empresa referia-se a esses “benefícios” da seguinte forma:

A Norte Energia iniciou a entrega do primeiro módulo do kit construtivo e o pagamento das primeiras do auxílio-construção para as famílias que estão retornando às ilhas e “beiradões” do Rio Xingu depois da formação do reservatório principal da Usina Hidrelétrica Belo Monte. As entregas iniciaram no dia 17 de outubro e continuam até a conclusão do trabalho. Esta medida é uma das estratégias adotadas pela Norte Energia, fruto de diversas reuniões com o órgão licenciador e os movimentos sociais, para recomposição do modo de vida tradicional dos ribeirinhos da região influenciada pelo empreendimento. Junta-se a essa estratégia os trabalhos

de Assistência Técnica e aqueles previstos no Projeto Reparação (NESA, 2016a, p. 26).

Como se percebia, em seu discurso a NESA buscava repassar a ideia de que os “benefícios” concedidos aos assentados para construção de moradias constituíam parte de uma estratégia deliberada da empresa, a partir de reuniões com Ibama e movimento sociais, para recomposição do modo de vida dos grupos sociais atingidos, como se esta estivesse efetivamente preocupada com essa situação, agravada pelo descumprimento sistemático das premissas do PBA. Mas nessas reuniões, efetivamente, a empresa mostrava-se intransigente, inclusive em reconhecer a condição de dupla moradia, um dos primeiros passos na luta desses grupos sociais atingidos pelo retorno aos beiradões e ilhas do Xingu.

Conforme assinalou o MPF, em recomendações encaminhadas ao Ibama pouco antes da emissão da LO da UHE Belo Monte: “em Audiência Pública de Conciliação realizada na Justiça Federal em Altamira a empresa Norte Energia foi inflexível em negar ‘a morada ribeirinha a sua dupla moradia’, impondo um deslinde de indenização ao caso” (MPF, 2015a, p. 5). Logo, esses “benefícios” que os assentados receberam para a construção de suas casas não deviam ser vistos como dádivas, mas como pequenas conquistas asseguradas através de sucessivos embates no processo de licenciamento, onde a NESA relutava em alterar sua política compensatória perversa, que descumpria o PBA e relegava à própria sorte centenas de famílias camponesas e indígenas.

Nesse quadro espaço-temporal de disputas, foi que se obteve da empresa o compromisso de fornecer os ditos benefícios para a construção de moradias nos pontos de ocupação. Com isso, viabilizou-se a construção de casas simples, tanto para a parcela de camponeses beiradeiros e indígenas reconhecidos, como para os atingidos que não tinham um modo de vida intrinsecamente ligado o rio, mas que foram igualmente reconhecidos, fazendo jus aos materiais e ao auxílio construção fornecidos pela empresa.

Muitas dessas casas apresentavam certas similaridades, uma vez que os assentados receberam a mesma quantidade do material de construção e uma planta baixa, cujo uso não era obrigatório, mas que acabou influenciando várias construções (modelo da empresa). Não era raro, porém, encontrar moradias que escapavam a essa, podia-se dizer, tendência de padronização, onde os assentados tiveram de fazer

mais gastos, por vezes desconfiados do novo nível de elevação do Xingu (modelo alterado), como registrado nas figuras 15 e 16.

Figura 15: Foto de casa em ponto de ocupação (modelo da empresa)

Fonte: Marinho, 2018.

Figura 16: Foto de casa em ponto de ocupação (modelo alterado)

Fonte: Marinho, 2018.

Em relação às condições de moradia, os assentados queixavam-se do calor interno nas casas, potencializado, segundo eles, pelas telhas de fibrocimento fornecidas pela empresa. Inicialmente, recordavam que estava previsto no kit

habitacional, o fornecimento de telhas de cerâmica tipo portuguesa, menos suscetíveis às implicações das elevadas temperaturas no verão amazônico, mas tudo indicava que por questão de custo, a empresa resolveu substituir esse item por telhas de fibrocimento, mais leves e de fácil manipulação, porém inadequadas às condições climáticas no interior amazônico.

Quanto à questão do saneamento, previu-se para as casas a instalação de fossas sépticas biodigestoras para evitar o uso de fossas rústicas. Assim a empresa forneceu 3 caixas de PVC e canos para conectá-las aos domicílios. As caixas foram organizadas em tona de um eixo, no qual à primeira caixa, cada assentado deveria colocar mensalmente uma porção de esterco bovino novo, produto cujos microrganismos atuariam na decomposição da matéria orgânica contida no esgoto domiciliar, de maneira a transformá-lo em resíduo menos poluente ao rio e ao lençol freático.

Para a instalação dessas fossas, a empresa Equilíbril, contratada da NESA, buscou organizar pequenos “mutirões”⁵⁶, envolvendo os assentados diretamente nos trabalhos de instalação das caixas e canos (Figura 17). Mas, na prática, esse esgotamento apresentava problemas. Um deles que inviabilizava seu funcionamento dizia respeito à obtenção do esterco bovino. Como não possuíam gado, e mesmo se quisessem, eram proibidos de tê-los na APP, os assentados diziam que encontravam dificuldades para obter o esterco catalizador, pois, apesar da existência de vastas fazendas no entorno dos pontos de ocupação, elas eram propriedades privadas, exigindo permissão para adentra-las uma vez, quanto mais o tempo inteiro. Com isso, em certas casas, as fossas sépticas encontravam-se já em desuso, como registrado a seguir (Figura 18).

⁵⁶ Segundo Acselrad (2018b), essas empresas contratadas para lidar com grupos atingidos por grandes empreendimentos frequentemente lançam mão de aspectos que compunha, pode-se dizer, a economia moral desses grupos, visando tornar as ações das empresas empreendedoras mais aceitas entre os atingidos.

Figura 17: Foto de instalação de fossas sépticas biodigestoras

Fonte: NESA, 2018a.

Figura 18: Foto de fossa séptica biodigestor em desuso

Fonte: Marinho, 2018

A obtenção de água para uso doméstico também não vinha sendo fácil para muitos assentados, principalmente no perímetro do reservatório a jusante da cidade de Altamira. Neste perímetro, a formação do reservatório principal da UHE Belo Monte submergiu praticamente todas as ilhas existentes no Xingu, bem como avançou sobre as terras baixas (várzeas e igapós) marginais. Como a NESA não removeu integralmente a cobertura vegetal que recobria essas ilhas e baixões, a parte da vegetação que submergiu vinha liberando bastante matéria orgânica na água,

tornando-a turbida principalmente nos braços do rio onde apresentava-se mais estagnada, parecendo aos assentados imprópria ao consumo humano.

A NESA, por sua vez, em estudo solicitado pelo Ibama, cujo período de monitoramento foi de 11 de julho a 28 de maio de 2018, afirmava que a qualidade da água às proximidades dos pontos de ocupação, era boa.

[...] em termos gerais, as áreas próximas às ocupações ribeirinhas do entorno do RX [Reservatório do Xingu] apresentaram água de boa qualidade durante o período monitorado, exceto em alguns pontos que mostraram água com deficiência em oxigênio dissolvido nas camadas mais profundas, resultante da decomposição da matéria orgânica existente no leito, haja vista que o RX ainda é um reservatório novo (dois anos após o início do enchimento) e se encontra em processo de estabilização. Não obstante, as camadas intermediárias e superficiais sempre apresentaram concentrações de oxigênio dissolvido mais elevadas e em conformidade com a legislação (NESA, 2018c, p. 4)

Ocorria que essas conclusões que funcionavam como salvo-conduto para a empresa não eram reconhecidas no cotidiano de camponeses beiradeiros e indígenas, acostumados com as águas quase transparentes do Xingu, antes do seu barramento. Para eles, a água turbida e densa de material orgânico estava poluída e, por conseguinte, imprópria para o consumo. Por isso, havia assentados que apesar das proibições sempre lembradas pela empresa Equilíbrio, chegavam a perfurar pequenos poços no entorno da casa, buscando obter água que lhes parecesse confiável para consumo. Em decorrência dessa situação, a NESA passou a oferecer pequenos filtros aos assentados, o que era um mínimo para quem jamais, provavelmente, teria imaginado que poderia sofrer com carência de água estando às margens do Xingu.

A importância dos auxílios arrancados da empresa

No decorrer do processo de luta de camponeses beiradeiros e indígenas e seus mediadores/parceiros, também foi pautada a necessidade de a NESA assumir o compromisso de destinar algum auxílio financeiro que pudesse ajudar esses grupos atingidos até que fossem reassentados e novamente retomassem condições para tocar a vida nos beiradões do Xingu, como faziam antes da UHE Belo Monte.

No decorrer do processo, a empresa acabou tendo que se comprometer a pagar três tipos de auxílio, chamados de verbas. Um, que deveria ser pago quando o assentado chegasse à terra, denominado de “verba de transição”. Outro, destinado a

edificação da moradia, denominado de “verba de construção”. E um auxílio para o atingido já reconhecido pela empresa, mas que ainda não estava assentado no ponto de ocupação, chamado de “verba de apoio”.

As famílias assentadas pela NESA nos beiradões e ilhas do Xingu, receberam da empresa a “verba de construção” e 6 meses de “verba de transição”, quando chegaram aos pontos de ocupação. No decorrer das lutas sociais, principalmente dos atingidos ainda não reassentados e do MPF, esse prazo de 6 meses acabou sendo estendido para um ano, para as famílias que ainda continuavam em seus pontos de ocupação.

Em campo, constatou-se que a maioria dos assentados ainda recebia essa “verba de transição”, no valor de R\$ 900,00 reais. Por aquilo que afirmaram, esse dinheiro era muito importante em face da desorganização da pesca, a principal atividade da qual obtinham a renda. Ocorre que o período de vigência do pagamento desse tipo de auxílio estava se encerrando, o que preocupava os assentados, tendo em vista as dificuldades que enfrentavam.

Os limites à organização da forma de produção agroextrativista

Um dos principais desafios que camponeses beiradeiros e indígenas reassentados pela NESA enfrentavam era re-organizar uma forma de produção (MARQUES, 2000) que lhes permitisse permanecer nos pontos de ocupação. Antes de Belo Monte, esses grupos sociais reproduziam-se através de um modo de produção diversificado, que combinava no espaço-tempo o uso do rio, da terra e da floresta (ALMEIDA, MARIN, 2014).

Com o cercamento do rio para a produção de energia elétrica, as condições objetivas em que essa forma de produção agroextrativista organizava-se foram parcial ou totalmente destruídas. Assim, ao voltarem para o Xingu, camponeses beiradeiros e indígenas deparam-se com um outro rio. Como avaliou um indígena Curuaya: “O rio mudou muito. Tinha muito peixe. No verão, tinha o acari. Junho, pacu branco, matrinxã, no caniço. Frutas: landin, goiaba de junho, caferana, aração, a seringa. Isso acabou. Tá no fundo. O pacu branco, que comia essas frutas, sumiu⁵⁷”. Tais sujeitos achavam-se agora em face de um rio metamorfoseado em reservatório, cujo regime oscilava de acordo com as flutuações do mercado de energia elétrica, e as margens

⁵⁷ Entrevista com indígena Curuaya, na localidade Cotovelo, em 2018.

e ilhas onde foram assentados, encontravam-se sob domínio e vigilância permanente da NESA, empresa que emergia nesse contexto, contraditoriamente, como guardião da natureza e preocupada com o cumprimento da legislação ambiental.

Nesse contexto espaço-temporal, observou-se que os assentados buscavam estruturar uma forma de produção centrado, basicamente, no uso combinado do rio, através da pesca, e da terra, por meio da agricultura, já que nos pontos de ocupação, além das restrições ambientais, a cobertura vegetação era pobre, predominantemente constituída de capoeiras, pasto sujo e capim, inviabilizando a prática do extrativismo vegetal.

A organização dessa forma dessa de produção agroextrativista baseava-se fundamentalmente na mão-de-obra familiar. Tanto na pesca, como na agricultura, a família como um todo participava, havendo, com frequência, o envolvimento de parentes em determinados tipos de trabalho. Na casa de um casal já de idade, por exemplo, observou-se que a filha e o genro vieram da cidade de Altamira passar alguns dias no ponto de ocupação, para ajudar na limpeza da roça. Na pesca, a cooperação entre parentes com núcleo familiar próprio (pai e filhos ou irmãos), assim como a presença das mulheres era frequente, muitas das quais cadastradas como pescadoras na Colônia de Pescadores de Altamira, a Z52.

Em função dos elementos que constituíam essa forma de produção, particularmente a pesca, essa forma de produzir não se restringia a uma unidade de produção e consumo no sentido clássico, como o ponto de ocupação. A pesca extrapolava os limites desses pontos, avançando pelo rio Xingu conforme o deslocamento dos pescadores. Dessa forma, observou-se que essa forma de produção agroextrativista em construção desenvolvia-se em unidades produtivas-territoriais (SAQUET, 2011), mais amplas que os pontos de ocupação e envolviam a apropriação material e simbólica da área, sendo marcadas por temporalidades lentas e pela prevalência da lógica do uso em relação à lógica da troca.

Consequentemente, a estruturação da forma de produção agroextrativista encontrava-se atravessado por tensões e conflitos, desencadeados pelo entrechoque com a lógica territorial instaurada com a construção da UHE Belo Monte, orientada fundamentalmente pela busca da valorização do capital. Apenas para examinar mais detidamente como essas contradições atravessavam esse processo de re-construção da forma de produção agroextrativista por camponeses beiradeiros e indígenas, a

apropriação do rio, por meio da pesca, e da terra, através da agricultura, será tratada separadamente nos dois subitens subsequentes.

As contradições territoriais na apropriação do rio

A intenção nesse subitem foi apenas de privilegiar as formas contraditórias de apropriação/dominação do médio rio Xingu, tematizando principalmente a pesca, uma das atividades que camponeses beiradeiros e indígenas sempre praticaram em seu processo de reprodução social, e que vinha passando por transformações drásticas em decorrência da produção de uma nova natureza, com a formação do reservatório principal da UHE Belo Monte.

Não foi preciso uma investigação mais demorada para logo perceber que a pesca continuava sendo uma atividade muito praticada por camponeses beiradeiros e indígenas que se encontravam nos pontos de ocupação, em ilhas e frações de APPs no Xingu. À frente das casas, estavam as embarcações utilizadas nessa atividade, geralmente pequenas canoas de madeira, com apetrechos (Figura 19) e caixas de isopor usadas para condicionar os peixes. E, em certos momentos, encontravam-se os pescadores saindo ou chegando das pescarias (Figura 20).

Figura 19: Foto do cercado usado para guardar iscas, embarcação e redes de pesca

Fonte: Marinho, 2018.

Figura 20: Foto de Camponês beiradeiro se organizando para a pesca

Fonte: Marinho, 2018.

Por aquilo que se podia verificar no perímetro do reservatório principal da UHE Belo Monte, no Xingu, mais de 94% (53) dos assentados contatados, de alguma forma, desenvolviam a pesca. Somente 3 (pouco mais de 5%) declararam não praticar essa atividade, dentre os quais um afirmou que não possuía embarcação apropriada, outro, que teria desistido de pescar por não encontrar mais peixes onde pescava, e um terceiro, cujas atividades, segundo ele, concentravam-se exclusivamente na agricultura.

Entre os assentados que pescavam havia um pequeno grupo, constituído basicamente de sujeitos já de mais idade, que só pescava de vez em quando, inclusive externando certo desânimo com a situação em que o rio se encontrava. Excetuando esse grupo, a maioria absoluta dos assentados afirmou que desenvolvia essa atividade constantemente. Mobilizavam para isso, a mão-de-obra familiar, tendo à frente o chefe da família. Mas o papel das mulheres nessa atividade não devia ser menosprezado. Muitas participavam ativamente das pescarias no Xingu, desde muito tempo, como bem ilustraram De Francesco e Carneiro (2015) em estudo sobre a situação da pesca antes e depois da UHE Belo Monte.

Não foi encontrado nenhum assentado que afirmasse pescar apenas para o comércio, uma indicação de que a tentativa da NESA de classificar esses camponeses beiradeiros e indígenas a partir de categorias como “pesca comercial” e “pesca de subsistência” (autoconsumo) definitivamente não encontrava conexão com a realidade desses grupos sociais.

Na prática, eles pescavam para o autoconsumo e o excedente, quando se obtinha, era comercializado. Dessa maneira, a “pesca profissional” no cotidiano desses grupos sociais era uma invenção. Para estes, a pesca nunca foi uma profissão, foi sempre uma prática por meio da qual se apropriavam do rio num sentido que ia além do simples ato objetivo de pescar, de extrair. Envolvia uma dimensão cognitiva e simbólica. Constituía, em verdade, uma relação multidimensional do pescador com o Xingu, na qual ao mesmo tempo em que aquele usava seu conhecimento e sua força físico para pescar, apegava-se espiritualmente ao rio. Nesta relação, construía-se o pertencimento territorial. O pertencer àquele pedaço do mundo que provinha de alimento seu corpo e sua alma. Não era outro o sentido da afirmação de um camponês beiradeiro: “O rio é minha vida. Nasci aqui. Vivo aqui. Para mim, o rio é tudo”⁵⁸.

Mas as condições objetivas em que a pesca era desenvolvida no Xingu, foram violentamente destruídas com a formação do reservatório principal da UHE Belo Monte. Com esse reservatório submergiram os ambientes de reprodução e de alimentação de muitas espécies de peixes. Os pedrais, por exemplo, habitat natural de acaris, tucunarés e do charuto, um peixinho usado como isca, só permaneciam na memória dos pescadores como ambientes de fatura. As árvores e palmeiras que produziam os tipos de frutos que alimentavam as espécies frugívoros pereceram no fundo do lago, principalmente a jusante da cidade de Altamira, onde o reservatório mais alagou beiradões e ilhas.

Por outro lado, o barramento e a abertura do gigantesco canal de derivação na margem esquerda do Xingu, além reordenar o curso do rio, implicou também na criação de zonas de interdição. Dessa maneira, além da destruição de antigas áreas de pesca, segundo camponeses beiradeiros e indígenas, muito piscosas, a prática da pesca na área imediatamente próxima ao barramento principal da UHE Belo Monte e em toda a extensão do reservatório intermediário, que começava com o canal de derivação na margem esquerda do Xingu, foi proibida, sob alegação de risco à

⁵⁸ Camponês beiradeiro. Entrevista em junho de 2018.

segurança (Figura 20). Tratava-se de áreas sob o controle exclusivo da NESA, portanto, proibidos aos pescadores.

Figura 21: Foto da boia com as proibições na embocadura do canal de derivação da UHE Belo Monte, no Xingu

Fonte: Marinho, 2018.

Além da criação desses “espaços proibidos” e da destruição de ambientes imprescindíveis à piscosidade no médio Xingu, a entrada em funcionamento das primeiras turbinas da UHE Belo Monte, a partir da liberação da LO no final de 2015, vinha ocasionando sucessivas mortandades de peixes. Tratava-se de crimes ambientais cometidos pela NESA, inclusive denunciados pelos próprios pescadores, que às vezes eram punidos pelo Ibama com a aplicação de multas, às vezes não.

Por exemplo, em Parecer Técnico de 11 de abril de 2018, o Ibama afirmava que:

Constatou-se mortalidade de peixes, sem autorização do órgão ambiental competente, durante os testes de comissionamento eletromecânico, manutenção e partidas das Unidades Geradoras (UG's), na casa de força principal da UHE Belo Monte. Os danos à ictiofauna local ocorreram em dois períodos distintos:

- (i) 13 a 20 de janeiro de 2018, com perda de 3.512 indivíduos da ictiofauna, totalizando uma biomassa de 1.620,70 kg; e
- (ii) 16 de fevereiro a 27 de março de 2018, com perecimento de 2.791 peixes, relativo à 1.420,17 kg de biomassa. Cabe destacar que o número de indivíduos e biomassa perecida relatada nesse período representa um recorte temporal do dano ambiental, uma vez que a mortalidade de peixes permanece constante no local (IBAMA, 2018a, p. 03. Grifo nosso).

Neste caso, apesar de constatado a mortandade sistemática de peixes sem a autorização do Ibama, não foram obtidas informações acerca de alguma penalidade financeira à empresa. Parece que tudo se resumiu a recomendações ao empreendedor, cujo desprezo pela ictiofauna e pelos termos do licenciamento, particularmente os inscritos no PBA, já havia sido verificado em 2016. À época, a NESA foi multada em 35,3 milhões pelo mesmo crime, agravado pelo fornecimento de informações falsas ao órgão licenciador (Quadro 19), algo, aliás, recorrente e que indicava o permanente descompromisso da empresa no que dizia respeito ao equilíbrio do ecossistema aquático do Xingu e aos grupos sociais que historicamente dependiam desse ambiente para se reproduzir.

Quadro 19: Multas do Ibama aplicadas a Norte Energia por crimes à ictiofauna (2016)

Cronologia	Causas das multas	Valor das multas (em reais)
15/04/2016	- Morte de 16,2 toneladas de peixes no enchimento do reservatório da UHE Belo Monte;	27,3 milhões
01/02/2016	- Descumprimento de condicionante da LO nº 1317/2015. Constatou-se que não foram observadas determinações do PBA no sentido de assegurar o salvamento dos peixes aprisionados em bolsões d'água após a redução da vazão;	7,5 milhões
01/02/2016	- constatação de que foram apresentadas informações falsas sobre a quantidade de trabalhadores empregada no resgate da fauna aquática;	510 mil

Fonte: IBAMA, 2016. Organização: Marinho, 2019.

Mesmo depois dessas multas, como se observava, as turbinas da UHE Belo Monte, ou melhor, a NESA continuou a exterminar sistematicamente toneladas de peixes no Xingu, ao mesmo tempo em que, contraditoriamente, no plano do discurso, discutia projeto de pesca sustentável com os pescadores, como se tivesse autoridade moral e uma trajetória marcada pela observação das normas ambientais.

Dessa forma, as consequências da construção da UHE Belo Monte para a pesca não podiam ser outras. Camponeses beiradeiros e indígenas eram unânimes em afirmar que as transformações desencadeadas pela instalação da hidrelétrica, comprometeram a atividade pesqueira de diferentes maneiras. Segundo eles, foi curioso que logo no primeiro momento em que o principal barramento da UHE Belo Monte foi fechado, houve um surto de peixes às proximidades desse barramento. Isso chamou a atenção até de pescadores-patrões de Altamira que, ao invés de enviarem

seus pescadores contratados para o alto Xingu, passaram a encaminhá-los para o trecho do reservatório onde determinado surto estava ocorrendo. Mas isso não durou muito tempo e os peixes desapareceram.

Nesse processo, como afirmavam os assentados: “nós se perdemos dos peixes e até os peixes estão perdidos”. “Estamos agora tentando descobrir onde os peixes estão. O tucunaré é mais fácil de saber onde estar: ele bate. Mas a pescada, que vive no fundo do rio? “A pescada gosta do fundo. Mas agora ficou tudo fundo. A pescada se espalhou. Pego pouco. Não como antigamente que viviam concentradas”⁵⁹. Tais angústias e incertezas revelavam que a formação do reservatório da UHE Belo Monte desencadeou um verdadeiro caos ecológico, em que nem mesmo a rico conhecimento de camponeses beiradeiros e indígenas conseguia decodificar. De certa forma, este conhecimento tornava-se também obsoleto em face da nova natureza construída pelos agentes do capital.

Não era por acaso que um camponês beiradeiro afirmava:

A pesca está ruim. O rio vai e vem. Três dias enche, depois vasa. No começo deu muito pacu e tucunaré. Agora falhou tudo. Onde tem peixe é proibido pescar. O cunhado foi ameaçado pela Norte Energia, caso não tirasse a rede eles chamariam a Força Nacional. Antes da usina a gente sabia onde encontrar o peixe. Hoje tem vento. Esta perigoso pescar. Até pegar isca. Tem sucuri.

Ou seja, o regime do rio, marcado por períodos de cheias e de estiagem fundamentais à reprodução dos peixes, foi substituído pelo regime da NESA. Neste regime, a empresa passou a querer controlar objetivamente o nível das águas conforme lhe convinha. O nível do rio não tinha mais como ser previsto pelos sinais atmosféricos ou pelo comportamento reprodutivo dos peixes. Tudo passou a depender do interesse dos grandes agentes do mercado de energia, mercadoria que o rio passou a produzir depois de aprisionado. A lógica da reprodução do capital, da busca incessante do lucro, passou a intervir objetivamente, em grande medida, no regime do rio em detrimento de todas as formas de uso que o caracterizavam.

Comparando a situação da pesca antes e depois da UHE Belo Monte, um camponês beiradeiro afirmou: “Antigamente, a gente pescava até uma semana em cima de um cardume. A água esperava. Era a posição da água [tanto na vazante, quanto na enchente]. Hoje não. O rio não aguenta água. Dois dias sobe, outros três, desce. O peixe sai e a gente perde”. Ou seja, nessa nova natureza moldada para

⁵⁹ Camponês beiradeiro, médio rio Xingu, julho de 2018.

funcionar em sintonia com a lógica frenética do mercado capitalista, o tempo mais lento dos fluxos geobiofísicos foi substituído por um tempo abstrato e incerto, do qual os pescadores tinham apenas uma certeza: não tinham como prevê-lo. Aqueles que se arriscam podiam amagar prejuízos, como descreveu um camponês beiradeiro: “Há dois dias ficou bom de peixe. O rio ficou na base. Aí eles vedaram o portão [fecharam as comportas da UHE Belo Monte]. Mas já tinha ido para Altamira comprar gelo, fazer a despesa. Aí não tem peixe mais”⁶⁰.

Mesmo diante dessas contradições decorrentes do choque entre processos de apropriação (lógica do uso, da reprodução social) e de dominação (lógica da mercadoria, da reprodução do capital) do rio, verificava-se que a pesca constituía sendo uma das principais atividades por meio da qual os assentados obtinham alimentação e alguma renda. Diziam que mesmo com a pesca fraca, ainda sobrevivem do rio. Sempre falavam que antes da UHE Belo Monte era melhor. Tinha mais peixes, conheciam os pesqueiros e não se preocupavam com as galhadas e nem com as pragas, peixes que perfuravam as malhadeiras, como a piranha (*Pygocentrus nattereri*) e a cachorra (*Pseudoplatystoma punctifer*).

Dentre as principais espécies que comercializavam na cidade de Altamira, encontravam-se as espécies coligadas no quadro (Quadro 20) a seguir.

Quadro 20: Espécies de peixe comercializadas pelos assentados na cidade de Altamira

Espécie	Espécie de peixe	Kg (em reais)
<i>Cichla melaniae</i>	Tucunaré	7,00 a 9,00
<i>Leporinus fasciatus</i>	Piau	4,00 a 5,00
<i>Pachyurus junki</i>	Pescada	7,00 a 9,00
<i>Tometes kranponhah</i>	Pacu branco	4,00 a 5,00
<i>Prochilodus nigricans</i>	Curimatá	4,00 a 5,00

Fonte: Marinho, 2018.

Tais preços eram considerados muito baixos pelos camponeses beiradeiros e pelos indígenas. Isso porque não estava fácil encontrar os peixes e as despesas com

⁶⁰ Camponês beiradeiro, médio rio Xingu, julho de 2018.

gelo e com o deslocamento do ponto de ocupação para a cidade de Altamira, onde o peixe era comercializado, tornou-se alta. Dependendo da distância e do tipo de embarcação, essas despesas poderiam consumir grande parte do que poderia ser auferido com a venda do peixe. O litro da gasolina, o principal combustível usado nas embarcações dos atingidos, nos postos de Altamira, estava acima dos 5,00 reais.

Assim, aqueles que optavam em vender sua produção na cidade, geralmente acumulavam o excedente da pesca durante a semana. No final, dependendo da quantidade de peixe, poderiam ir à rua (cidade) ou não. Neste caso, poderiam vender a produção no rio, mas a um preço menor, geralmente 2 ou 3 reais o quilo, dependendo da espécie.

De toda forma, constatava-se que a pesca continuava sendo a principal atividade por meio da qual camponeses beiradeiros e indígenas obtinham alguma renda. Renda da terra que decaiu exponencialmente, segundo eles, em função das alterações geradas a partir das transformações do médio Xingu em reservatório para a HUE Belo Monte.

As contradições territoriais na apropriação da terra

As dificuldades na pesca levavam camponeses beiradeiros e indígenas a olharem para a agricultura de outra forma. Antes da UHE Belo Monte, o cultivo da terra e a criação de pequenos animais já faziam parte da forma de produção agroextrativista desses grupos sociais nas ilhas e beiradões do Xingu, ainda que por vezes, em uma posição complementar à pesca, prática em torno da qual as demais atividades agroextrativistas geralmente eram organizadas. Quem morava nas ilhas, muitas vezes nem precisava botar roça todo tempo, afirmava um indígena. O rio era tudo. Já entre aqueles que territorializavam as frações dos beiradões, o cultivo de culturas perenes era mais comum, inclusive o cacau, mas sempre combinado com a pesca.

Com a desestruturação dos fluxos geobiofísicos e a consequente destruição das condições objetivas em que a pesca era praticada, camponeses beiradeiros e indígenas viram-se compelidos a olhar com mais atenção às roças e à criação. Já não era mais seguro depender essencialmente do rio, antes considerado por muitos como um verdadeiro “supermercado” na floresta, onde tudo se buscava. A necessidade de tocar mais ativamente as atividades que mediatamente podiam ajudar na reprodução

do grupo familiar reforçava-se nesse contexto marcado por incertezas, riscos e dificuldades no fazer da pesca.

Havia que se registrar também que a NESA, no âmbito de seu Projeto de Reparação, estendeu aos assentados as atividades de ATES, tendo a implantação de pequenos projetos agropecuários como um dos eixos de atuação. No âmbito dessas atividades, segundo a empresa, seriam ofertados três tipos de projetos, cuja implantação previa levar em conta a “opção do beneficiário e a força de trabalho disponibilizada pela família, bem como a viabilidade do Ponto de Ocupação e em conformidade com os resultados obtidos, por ocasião da realização das Oficinas de Planejamento Participativo” (NESA, 2018a. p. 8).

Nesses projetos, conforme a NESA (2018a), as atividades agropecuárias foram previstas a partir de três possibilidades:

- a) PROJETO DE CRIAÇÃO DE GALINHA EM SISTEMA SEMICONFINADO: envolvia a construção de um aviário de até 200 bicos; definição do local onde não ocorressem drenagens de águas pluviais direcionadas ao rio; pintos de quatro raças de galinhas caipiras diferentes (PPP, TRK, CJD e CPK), distribuição de ração e medicamentos para um ciclo produtivo.
- b) PROJETO PRODUTIVO DIVERSIFICADO (PPD): envolvia construção de um viveiro de 6 x 12 m para produção de mudas (sacolas para plantio e sementes - cacau e espécies florestais - e insumos); aviário menor (pintos de quatro raças de galinhas caipiras diferentes (PPP, TRK, CJD e CPK), ração e medicamentos para um ciclo produtivo) e uma horta familiar (insumos, sementes e materiais para construção de canteiros) e até 1 ha de roça consorciada (adubo, sementes de milho, feijão, manivas de mandioca e mudas de espécies florestais).
- c) ROÇA NO SAF: envolvia a implantação de até 1 ha de roça no SAF e um viveiro de produção de mudas (insumos necessários (adubo), sementes de milho, feijão, cacau, espécies florestais, manivas de mandioca, sacolas para plantio e mudas de espécies florestais).

Em que pese, na prática, o registro de muitas queixas relativas aos serviços de assistência técnica e à morosidade da Equilíbrio, empresa contratada da NESA para trabalhar com a ATES, observava-se que esses projetos ou aquilo que deles efetivamente vinha saindo do papel, contraditoriamente, permitiram e de certa forma

direcionaram⁶¹ boa parte dos assentados a retomar a agricultura no momento inicial em que retornavam ao Xingu. Evidências disso encontravam-se nos pontos de ocupação, onde se verificava com certa frequência a presença de roças no entorno das casas, assim como a criação de aves (galinhas, capotes e patos), mesmo que em pequenas quantidades.

No quadro a seguir (Quadro 21), foram coligidas algumas características do uso da terra praticado pelos assentados nos pontos de ocupação.

Quadro 21: Os usos da terra nos pontos de ocupação, nas ilhas e beiradões do Xingu (2018)

ATRIBUTOS																
56 Lotes	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
	Lavouras													Criações		
	Mandioca	Macaxeira	Milho	Feijão	Abóbora	Abacaxi	Banana	Mamão	Manga	Maracujá	Hortaliças	Cacau	Açaí	Aves	Suínos	Bovinos
Frequência nos lotes (%)	54%	64%	30%	4%	7%	14%	23%	16%	7%	4%	46%	54%	9%	86%	2%	2%

Fonte: Marinho, 2018.

Neste quadro, percebia-se que no âmbito das culturas temporárias, destacavam-se entre os assentados os cultivos de macaxeira e mandioca, ocorrendo, respectivamente, com frequência de 64% (36) e 54% (30) nos pontos de ocupação investigados. As hortaliças e o milho vinham a seguir, ocorrendo com frequência de 46% (26) e 30% (17), respectivamente. Os cultivos de banana 23% (13), mamão 16% (9), manga 7% (4) e abóbora 7% (4) também foram registrados, mas como menor frequência, como demonstrado. A presença do feijão, previsto para ser distribuído pela empresa, foi aludida apenas em 4% (2) dos pontos.

Quanto à cultura permanente, destacava-se a lavoura de cacau com 54% (30) de ocorrência, enquanto o açaí, que a partir de certo momento, passou a ser oferecido em lugar do cacau, ocorria em apenas 9% (05) dos pontos visitados.

⁶¹ Acerca desse ponto, um camponês beiradeiro afirmou: “agora querem transformar a gente em colono”, queixando-se do fato de que, na percepção dele, não estavam propondo projetos para a pesca. Só para agricultura

Em termos de área cultivada, constatou-se que esses cultivos eram desenvolvidos em pequenas áreas, geralmente de forma consorciada. Como encontravam-se em pontos de ocupação, onde a legislação ambiental restringia as formas de uso, cada assentado tinha autorização para cultivar até um hectare de terra. Isso se fosse nas APPs dos beiradões, nas ilhas, essa área para uso era geralmente menor, situação agravada muitas vezes pelo substrato rochoso, que dificultava e limitava ainda mais a prática da agricultura.

Na atividade de criação, sobressaía a criação de aves, que ocorria com frequência de 86% (48) nos pontos visitados. Já a criação de gado e suínos, devido às restrições impostas ao uso da APPs, foi registrada em apenas duas situações: uma, em que o ponto de ocupação situava-se inteiramente numa área de pasto, o que levou o assentado a permitir que seu filho criasse gado na “meia” com o fazendeiro da vizinhança. E outra situação, em que um camponês beiradeiro, queixando-se das restrições de uso que tinha de cumprir, mostrou um pequeno cercado onde criava alguns porcos em regime de confinamento.

A maior parte da produção obtida nas atividades da lavoura e da criações destinava-se ao autoconsumo. A macaxeira sempre foi um alimento apreciado pelas famílias, a qualquer hora do dia, principalmente frita e cozida. A mandioca tinha como destino a produção de farinha, processo ainda incipiente nos pontos de ocupação, com o amadurecimento das primeiras roças (Figura 21). Apenas um assentado disse que já havia comercializado farinha na cidade de Altamira.

O milho, de ciclo mais curto, vinha sendo aproveitado tanto no consumo humano, quanto principalmente na alimentação das aves, sobretudo depois que a empresa deixou de fornecer a ração como fez no primeiro ciclo de criação. As hortaliças, cultivadas em pequenos canteiros (Figura 22), também tinham como destino o consumo na unidade de produção, assim como a maioria das outras culturas. Com exceção de um assentado, que afirmou já ter comercializado parte da produção de banana.

Figura 22: Foto de camponeses beiradeiros em meio a roça já madura

Fonte: Marinho, 2018

Figura 23: Foto de canteiro com hortaliças

Fonte: Marinho, 2018

Em relação à lavoura de cacau, configuravam-se duas situações. Nas localidades conhecidas como Trindade e Paratizão, na margem esquerda do Xingu, a jusante da cidade de Altamira, em alguns pontos de ocupação já existiam lavouras de cacau em idade produtiva. Encontravam-se apenas no cerrado, devido ao tempo em que passaram sem manejo, desde quando as terras tinham sido desapropriadas pela NESAs. Nesses pontos, depois de muito trabalho para remover cipós e brotos indesejáveis, os assentados já vinham obtendo pequena produção de cacau, que era

comercializada na cidade de Altamira, em casas cerealistas que, por sua vez, negociavam as amêndoas com as grandes empresas que monopolizavam o território nessa região oeste do Pará, como a Cargill.

A outra situação dizia respeito ao plantio de cacau incentivado nos projetos de reparação da empresa. Neste caso, a lavoura encontrava-se em fase inicial e enfrentando problemas. Muitos assentados afirmavam que não vinham recebendo orientação para tocar os plantios (vários diziam que nunca haviam trabalhando com cacau) e que a empresa Equilíbrio, além de vagarosa, não vinha distribuindo as sementes e o material necessário à produção das mudas como o prometido. Existiam assentados que construíram os viveiros de mudas, mas as sementes e os demais insumos não chegavam.

Onde a lavoura de cacau já havia iniciada, o plantio vinha sendo feito de maneira consorciada com a lavoura temporária, sobretudo nos pontos de ocupação situados nos beiradões a jusante da cidade de Altamira. Nas ilhas, além da área mais reduzida, a prática da lavoura era bastante prejudicada pelo substrato rochoso, típico das chamadas “ilhas de topo de serra”, que surgiram com a formação do reservatório da UHE Belo Monte. A montante da cidade de Altamira, onde os pontos ainda ocupados situavam-se basicamente em ilhas (Ilha do Mansur; Ilha do Pedão e Ilhas do largo do Bacabal), os assentados lutavam ainda contra o capim, como na ilha do Pedão, onde antes existia uma fazenda, e também contra a invasão de capivaras (*Hydrochoerus hydrochaeris*), animal que se alimentava do milho e destruía as outras plantações.

Dessa forma, verificava-se que as atividades agrícolas praticadas pelos assentados apresentavam maior expressão (e frequência) nos pontos de ocupação situados nos beiradões do Xingu, nas localidades a jusante da cidade de Altamira. A montante dessa cidade, por estarem basicamente nas ilhas, as atividades agrícolas eram menos expressivas, não tendo sido identificado o cultivo de culturas permanentes, como o cacau, por exemplo.

No que tangia à criação de aves, observava-se que era uma atividade bastante difundida entre os assentados, conforme verificado no quadro 18. Tratava-se basicamente da criação de capotes (galinha-d'angola), patos e galinha caipira. No caso das galinhas, a origem da criação geralmente remontava aos projetos da NESA, em que o assentado poderia fazer opção por projeto voltado especificamente à criação de galinha, que previa a doação de até 200 pintinhos e o fornecimento de ração e

outros insumos para o primeiro ciclo de criação (Projeto de Criação de Galinha em Sistema Semiconfinado), ou por projeto que previa ajuda para fazer roça, mais a doação de 100 pintinhos juntamente com ração para criá-los no primeiro ciclo (Projeto Produtivo Diversificado), sendo que esta última, segundo a empresa (NESA, 2018a), teria sido a mais escolhida.

A produção de aves no âmbito desses projetos direcionou-se ao consumo na unidade de produção, e ao mercado urbano de Altamira. Aqui, negociavam cada frango por preços que variavam de R\$15 a 25,00 reais. Esses preços eram considerados baixos pelos assentados. Segundo eles, além disso, tinham de adular o pessoal lá em Altamira. Em decorrência dessas questões, a criação de frango para a venda não prosperou. Como disse um assentado: “não tem futuro vender galinha”⁶². O que criavam era para o autoconsumo, como sempre fizeram.

Mas estavam enfrentando dificuldades para isso. Como os pontos de ocupação estavam em pequenas ilhas ou em estreitas faixas de APPs prensadas de um lado, pelo reservatório da UHE de Belo Monte e de outro, pelas fazendas, as aves ficavam à mercê da fauna que também buscava refúgio nessas áreas. Devido a isso, uma camponesa afirmou que “as criações estavam presas. Tinha 120 patos. Mas hoje tenho só 18. Cobra, gato do mato, mucura comeram tudo. Estamos vivendo num zoológico”⁶³.

Por conta dessas dificuldades, muitos assentados queixavam-se das condições que tinham para desenvolver os cultivos e a criação. Os aspectos mais questionados referiam-se à área e às restrições de uso. Nos pontos localizados nos beiradões, a área liberada para uso podia chegar até a um hectare. Mas nas ilhas, essas áreas eram bem inferiores ou mesmo inexistentes. Os assentados tinham somente essa área para plantar o cacau (ou eventualmente o açaí) e as demais culturas temporárias. Aqueles que ao retornarem ao Xingu em 2017, começaram a trabalhar com essas culturas de maneira consorciada, como sugerido nos projetos de reparação da empresa, em 2018 questionavam-se sobre onde iriam fazer a roça no próximo verão.

⁶² Camponês beiradeiro, assentado em APP, na localidade Paratizão, margem esquerda do Xingu. Entrevista em junho de 2018.

⁶³ Camponesa beiradeira assentada em APP na localidade Trindade, margem esquerda do Xingu. Entrevista em junho de 2018.

“É nessas tres linhas que tenho que tirar o sustento para sempre. No ano que vem não posso mexer mais. A Equilíbrio e o Ibama dizem isso”⁶⁴.

O modo de corte e queima, típico da agricultura praticada por camponeses beiradeiros e indígenas, não tinha para onde ser praticada. Ou melhor, esse modo era inviabilizado territorialmente e criminalizado nos pontos de ocupação onde esses grupos sociais foram reassentados. Como afirmou um camponês beiradeiro: “Pelo Ibama, não é para fazer nada. Tem que ficar humilhado para eles. Os fazendeiros põem veneno de avião. Com a chuva a água vem aí para os igarapés e mata peixe, capivara. Mas gente não pode fazer nada. Para queimar, tem que chamar o IBAMA. Não pode nem criar um porquinho”⁶⁵.

Observava-se na fala desses sujeitos, que eles se sentiam injustiçados. Para eles, quando a lei passou a se materializar efetivamente no cotidiano, era contraditória e sempre invocada para restringir ou ameaçar. Sobre isso, uma camponesa beiradeira disse: “Não sei que lei é essa: que protege e acaba”⁶⁶.

Personificando essas contradições que atormentavam e objetivamente incidiam no cotidiano desses assentados, aparecia a NESA, paradoxalmente preocupada com o cumprimento da legislação ambiental no Xingu. Travestida de defensora do ambiente, a empresa afirmava que:

[...] no âmbito das atividades de ATES, promove a conscientização, por meio do processo participativo, em relação a atividade de queima. Inclusive, ressaltando que esta prática terá como resultado a notificação para todos aqueles que utilizarem a técnica do fogo controlado para preparo do solo sem as devidas autorizações.

Dessa forma, contraditoriamente, camponeses e indígenas passaram a figurar no discurso da empresa e também do Ibama, como uma ameaça a um ambiente já brutalmente transformado e desequilibrado pela construção da UHE Belo Monte, capitaneada pela NESA e licenciada pelo Ibama. Agentes que, mesmo diretamente envolvidos na brutal destruição (transformação) do ambiente para a construção dessa hidrelétrica, surgiam paradoxalmente como guardiões das leis e defensores do chamado desenvolvimento sustentável.

⁶⁴ Camponês beiradeiro assentado em APP, na localidade Palhal, margem direita do Xingu. Entrevista em junho de 2018.

⁶⁵ Camponês beiradeiro assentado em APP na localidade Paratizão, margem esquerda do Xingu, a jusante da cidade de Altamira. Entrevista em junho de 2018.

⁶⁶ Camponesa beiradeira, localidade Trindade, julho de 2018.

Marés em reunião técnica realizada em Brasília, com a presença de camponeses beiradeiros e indígenas, Ibama, NESA e MPF, fez as seguintes considerações sobre essa questão:

A pergunta que temos que fazer é: onde nasceu o direito dos ribeirinhos? Quando Kararaô chegou para fazer a usina ou quando nasceu do Conselho? Se fizéssemos essa pergunta para os juristas mais tradicionais no Brasil, eles não saberiam responder, porque os juristas estão pensando nas propriedades privadas, nos direitos de contrato, e não nesses direitos que são coletivos e tradicionais. Por isso, temos que ter bem claro que os direitos dos ribeirinhos existem desde quando existe os ribeirinhos. Então desde que o empreendimento chegou, ele já encontrou com um direito que já existia.

Os ribeirinhos têm direito antes deles imaginarem que um dia fariam no rio Xingu uma central elétrica. Então estamos partindo do pressuposto de que os direitos foram violados. Agora a conversa é como reconhecer que os direitos que já foram violados devem ser repostos. O direito dos ribeirinhos é coletivo, é de comunidade, portanto, as leis que regem as comunidades, especialmente a convenção 169 da OIT, é que devem ser aplicadas. As comunidades dizem quem são, elas têm o direito de existir, dizem que devem ser consultadas e que devem ter um território.

Segundo ponto: o que o Ibama apresentou aqui, são as leis que os brancos fizeram para respeitar uma coisa que os próprios brancos estavam destruindo: o meio ambiente. A área de APPs é absolutamente necessária e fizeram essas leis para o branco que agricultura tradicional colonial e que desmata. Não é só a APPs que está preservada na Amazônia, é todo o resto, porque eles (os indígenas e os povos tradicionais) defendem e sempre defenderam esse território.

Mas parece que agora está sendo dado o direito de eles ocuparem a APPs para preservarem a margem do rio para a agricultura colonial não desmatar. A APPs não serve para a agricultura, porque na APPs não pode plantar o que eles precisam. A proposta é de uma APPs? Então não serve! A proposta está equivocada porque não entendeu o que é território tradicional, e depois por não entender que são eles que tem que definir qual é a área, mas isso está sendo entendido como sendo um problema do Estado brasileiro e do Ibama. O Ibama tem que rever seu conceito de preservação do território, assim como a Norte Energia tem que rever seus lotes individuais⁶⁷.

Ocorria que no cercamento do rio Xingu para a construção da UHE Belo Monte, esse direito de comunidade ao qual Marés fez referência, simplesmente foi ignorado pelo Estado brasileiro (aparelho governamental), que privilegiou as leis que poderiam legitimar e investir de poder a empresa capitalista, não os grupos sociais que poderiam tornar esse processo mais complicado e demorado.

Aliás, acerca da relação entre costumes e leis, Gramsci fez o seguinte esclarecimento:

“É opinião muito difundida e, inclusive, é opinião considerada realista e inteligente, que as leis devem ser precedidas do costume, que a lei só é eficaz quando sanciona os costumes. Esta opinião está contra a história real do

⁶⁷ Comentário de Carlos Frederico Mares de Souza Filho feito em Brasília, no dia 6 de fevereiro de 2018, por ocasião de uma Reunião Técnica entre Conselho Ribeirinho, MPF, Ibama, SPU e NESA, além do grupo de apoio que se formou para apoiar e subsidiar as ações de camponeses beiradeiros e indígenas atingidos pela UHE Belo Monte.

desenvolvimento do direito, que sempre exigiu uma luta para firmar-se, luta que, na realidade, é pela criação de um novo costume. [...]

Nesta opinião existe um resíduo muito evidente de moralismo introduzido na política. Supõe-se que o direito seja a expressão integral de toda a sociedade, o que é falso: ao contrário, constituem expressão mais aderente da sociedade aquelas regras práticas de conduta que os juristas chamam 'juridicamente indiferentes' e cuja zona se modifica com os tempos e com a extensão da intervenção estatal na vida dos cidadãos. O direito não exprime toda a sociedade (pelo que os violadores do direito seriam seres anti-sociais por natureza, ou débeis mentais), mas a classe dirigente, que impõe a toda a sociedade aquelas normas de conduta que estão mais ligadas à sua razão de ser e ao seu desenvolvimento. A função máxima do direito é a de pressupor que todos os cidadãos devem aceitar livremente o conformismo assinalado pelo direito, segundo o qual todos podem-se tornar elementos da classe dirigente – no direito moderno, portanto, está implícita a utopia democrática do século XVIII. [...] Entretanto, existe algo de verdade na opinião segundo a qual o costume deve preceder o direito: efetivamente, nas revoluções contra os Estados absolutos já existia como costume e como aspiração uma grande parte de tudo o que posteriormente tornou-se direito obrigatório. Foi com o nascimento e o desenvolvimento das desigualdades que o caráter obrigatório do direito aumentou, da mesma forma que cresceu a zona da intervenção estatal e do obrigacionarismo jurídico. Mas, nesta segunda fase, mesmo afirmando que o conformismo deve ser livre e espontâneo, trata-se de coisa bastante diversa: trata-se de reprimir e sufocar um direito nascente, e não de conformar (1991, p. 152-153).

Ou seja, enquanto estivessem sujeitos às leis que os brancos criaram para proteger o ambiente deles mesmos, como observou Marés, camponeses beiradeiros e indígenas não teriam como reconquistar as terras e os territórios de que precisavam para efetivamente reorganizar suas formas de territorialização e seus formas de produção agroextrativistas. Enquanto isso não era possível, parte desses grupos sociais que foi reassentada em ilhas e beiradões pela NESA, tornava-se objeto de vigilância do Ibama e, mais paradoxalmente ainda, da empresa, agente capitalista que, como já se demonstrou nesse trabalho, além de cometer crimes ambientais (alguns até penalizados pelo Ibama) não obedecia ninguém, para usar a expressão de um indígena já citado anteriormente.

Era a persistência dessas contradições que impulsionava camponeses beiradeiros e indígenas, com a imprescindível participação dos mediadores/parceiros, a permanecerem na luta por frações do território capitalista cercado pelo hidronegócio, a fim de efetivamente vislumbrarem a possibilidade de reconstruir suas formas de territorialização e seu modo de vida, mesmo que em outra materialidade construída para ajustar-se a novas demandas do capital nesse começo do século XXI, no médio rio Xingu.

6.3. A ORGANIZAÇÃO DE CAMPONESES BEIRADEIROS E INDÍGENAS E A LUTA POR TERRA E TERRITÓRIO NO RESERVATÓRIO DA UHE BELO MONTE

O assentamento de camponeses beiradeiros e indígenas no reservatório da UHE Belo Monte, no médio Xingu, conduzido pela NESA, como demonstrado, encontrava-se marcado por contradições que não permitiam um efetivo processo de reterritorialização desses grupos sociais, devido principalmente à insegurança territorial, a restrições de uso nos pontos de ocupação e à falta de autonomia dos assentados para gestarem seus próprios territórios. Como uma camponesa afirmou: “esse reassentamento foi mais uma forma deles [NESA] se livrarem de nós”.

Mas esses grupos sociais não se desmobilizaram. Pelo contrário, ao lado dos mediadores/parceiros, esses grupos conseguiram se organizar e, de certa forma, foram organizados em torno de um sujeito político que, contrariando todas as expectativas, entrou no processo de licenciamento da UHE Belo Monte, buscando dar voz a quem, até então, fora intencionalmente silenciado e mantido à margem do licenciamento, da justiça e de direitos. Esse sujeito era o Conselho Ribeirinho do reservatório da UHE Belo Monte, organização de caráter deliberativo cuja atuação moldou-se no sentido de “fazer cumprir os princípios da autodeterminação e do autorreconhecimento no processo de reterritorialização dos ribeirinhos removidos do rio Xingu para o enchimento do reservatório da UHE Belo Monte” (CONSELHO RIBEIRNHO, 2016, p. 3).

Esse novo sujeito político, ao lado de um grupo de apoio formado permanentemente pelo MXVPS e pelo ISA, com a parceria cada vez mais decisiva da Procuradoria da República em Altamira, encampou a luta pelo retorno ao Xingu dos grupos sociais que efetivamente territorializavam as ilhas e os beiradões, cujo reconhecimento pela NESA abarcara apenas um pequeno número de famílias, assentadas em condições adversas à recomposição de seus modos de vida, em processo mais uma vez conduzido pela empresa ao arrepio das premissas do PBA.

Essa luta, em grande parte, foi travada no terreno do licenciamento da UHE Belo Monte, arena política-institucional até então praticamente desconhecida para camponeses beiradeiros e indígenas e profundamente dominada pelos interesses corporativos, geralmente lastreados pelo arcabouço legal e pela atuação adicional de determinados órgãos (AGU, Casa Civil) do aparelho de estado, sempre muito ágeis para defender o interesse da NESA, ora confundido com o interesse público, mas

míopes aos meios perversos pelos quais essa empresa avançava sobre os grupos sociais do Xingu.

Dessa forma, podia-se dizer que as disputas em torno da criação de territórios que efetivamente possibilitassem condições para a reprodução social e para a reconstrução do modo de vida desses grupos desenvolvia-se no interior do próprio Estado, entendido em sua perspectiva mais ampla, tal como se depreende da teoria de Gramsci (1991). Foi dessa perspectiva que se entendeu aqui, a atuação de um órgão constitutivo do aparelho estatal, como o MPF, por exemplo, em consonância com a luta dos grupos sociais atingidos e de seus mediadores contra as ações de um poderoso agente econômico que, por sua vez, também era assistido por outros órgãos do mesmo aparelho estatal (AGU; Casa Civil), principalmente ligados ao governo.

Para melhor entender o significado e o papel político-territorial do Conselho Ribeirinho nessa complexa arena de licenciamento da UHE Belo Monte, torna-se importante inicialmente retomar alguns aspectos de sua formação.

A formação do Conselho Ribeirinho

A criação formal do Conselho Ribeirinho do reservatório da UHE Belo Monte no Xingu, data de 02 de dezembro de 2016. Tratou-se de um momento importante na luta dos grupos sociais atingidos pela UHE Belo Monte, pois representou um salto qualitativo na forma como esses grupos passaram a se relacionar com os demais agentes envolvidos no licenciamento dessa hidrelétrica. De ignorados e expulsos de seus território pela NESA esses grupos sociais contraditoriamente emergiram como sujeitos políticos capazes de exigir e lutar por seus direitos, até então sistematicamente ocultados e negados no licenciamento.

Um passo terminante na formação desse Conselho, foi dado na Audiência Pública de 11 de novembro de 2016, na cidade de Altamira, no Pará. Essa Audiência aconteceu no Centro de Convenções da cidade, tendo como tema a **Garantia do Modo de Vida da População Ribeirinha diante dos impactos não mitigados da UHE de Belo Monte**. Nessa Audiência, o MPF buscava aprofundar investigações que já vinham sendo realizadas em diferentes inquéritos, cujos resultados parciais eram descritos nos seguintes termos:

No Inquérito Civil n. 1.23 .003.000078 /20 15-39 foi constatado que o processo de remoção compulsória das populações ribeirinhas implicou em

grave violação de direitos humanos; que a Licença de Operação da hidrelétrica foi emitida sem que estivesse resolvida a questão e que o processo em curso carece de referências aceitáveis para garantir o retorno seguro dos ribeirinhos ao reservatório da UHE Beja Monte; no Inquérito Civil 1.2 3.003 .000254/2013-28 foi constatado que na Volta Grande do Xingu (Trecho de Vazão Reduzida pela UHE Belo Monte) comunidades ribeirinhas vivem em situação de abandono, em ambiente modificado, que lhes retirou o acesso aos meios de vida, sem compreensão das mudanças ocorridas no rio e sem perspectiva de que possam permanecer em seus territórios tradicionais; e no Inquérito Civil n. 1.23 .003 .0001 22/2013-45 foi constatado que para os ribeirinhos indígenas, por decisão do empreendedor, não vêm sendo implementadas as ações e programas previstos no Plano Básico Ambiental CI da UHE Belo Monte e que para os ribeirinhos não indígenas sequer existe a previsão de um programa de mitigação, tendo em vista que esse grupo foi invisibilizado no processo de licenciamento da hidrelétrica. Constatações que levam à conclusão de que a implementação da hidrelétrica de Belo Monte vem acompanhada de um processo de expulsão silenciosa das populações ribeirinhas do rio Xingu e de que os impactos não mitigados merecem efetiva e imediata ação reparatória por parte do Governo Federal e do concessionário empreendedor (MPF, 2016, p. 2).

Em face dessas constatações, o MPF convocou para participar da Audiência as seguintes instituições:

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; Secretaria de Governo da Presidência da República; Estado do Pará, Município de Altamira; Ministério do Meio Ambiente; Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Conselho Nacional de Direitos Humanos; Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; Fundação Nacional do Índio, Agência Nacional de Energia Elétrica; Agência Nacional de Águas; Concessionária Norte Energia S/A e órgãos representativos das populações tradicionais extrativistas (MPF, 2016, p. 2).

Essas instituições enviaram seus representantes, assim como camponeses beiradeiros e povos indígenas do Xingu, principalmente da Volta Grande, fizeram-se presentes. Apesar do tempo cronometrado (somente 3 minutos para cada inscrito), algo incompatível com o tempo/ritmo das conversas no universo cultural do campo, vários sujeitos atingidos tomaram a palavra. Na fala desses sujeitos, pessoas simples, que mal sabiam segurar o microfone, sobressaíram principalmente a deterioração das condições de existência, a violência e a negação de direitos, assim como o intuito de retomarem ao Xingu, mas em condições territoriais que lhes permitissem efetivamente retomar a dignidade.

Uma das falas mais expressivas em relação a esses aspectos, foi a de um camponês beiradeiro, que começou seu pronunciamento nos seguintes termos:

Primeiramente nós não queríamos a Norte Energia aqui na nossa região. Primeiro ponto, esses indígenas, esses ribeirinhos, essa população aqui presente foi contra a Norte Energia desde o começo. Chegando hoje eu vou dizer o que está acontecendo na vida. Eu digo: eu não consigo mais

sobreviver da pesca. Não consigo sustentar minha família. Eu estou mendigando o pão. Vocês sabem o que é mendigar o pão: é esperar que o vizinho traga um pouco de leite para dar para minha filha. Isso é mendigar. É esperar um irmão trazer um pouco para me emprestar um dinheiro pra eu poder ir atrás... Outro ponto, somos ribeirinhos e exigimos ser reconhecidos. Sabe o que o rio Xingu representa para nós: o nosso banco, é lar, é a nossa vida. Senhores, tirar um pescador do rio! Nós íamos lá, nós pegávamos duas, três caixas de peixe, nós vendíamos esse pescado para vocês. Muitos de vocês comiam esse pescado barato. Hoje não tem mais peixes. Outro ponto, vocês chegaram aqui, a Norte Energia, a barragem, a hidrelétrica de Belo Monte, vocês estão ganhando milhões. Outro ponto, chegaram e tocaram fogo em nossas casas sem nem ter pagado a indenização. Eu me pergunto tem condição, autoridade? Tocar fogo nas nossas casas sem ter pagado a indenização. Pelo amor de Deus, vocês estão querendo botar esse monte de pai de família aonde? Na cadeia. Vocês estão querendo botar esse monte de pai de família na cadeia. Porque entram em nossas propriedades, vocês dizem que nós não temos direito, extrapola tudo que é de direito do cidadão. E deixa nós sem nada, parceiro. Sem a dignidade de chegar em casa e dizer: mulher, eu não trouxe nenhuma caixa de peixe. E o nosso aluguel? Então, eu quero que cada um de vocês reveja com carinho, que cada um aqui tem um problema. E que hoje saia daqui uma coisa certa. Nós precisamos de um pedaço de terra. Queremos, exigimos nosso pedaço de terra⁶⁸.

Na fala desse camponês, como era possível notar, destacavam-se a violência da empresa no processo de desapropriação/desapossamento compulsório, a violação e negação de direitos territoriais e a consequente deterioração das condições de vida. Ao indicar que isso decorria de um empreendimento em que seus agentes ganhavam milhões enquanto pais de família tinham suas casas destruídas, ficando até mesmo sem a dignidade para prover de sustento sua própria família, observava-se que esse sujeito interpretava a lógica do processo que o atingia. E a partir dessa compreensão colocava como central a reconquista de um pedaço de terra: “Nós precisamos de um pedaço de terra. Queremos, exigimos nosso pedaço de terra”, ele conclui.

O acesso a um pedaço de terra foi colocado como condição primordial para superação da situação de privações em que se encontrava. Mas não se tratava de um pedaço de terra em qualquer “espaço indiferenciado”, abstrato. Tratava-se de um pedaço de terra no Xingu, o rio que “representa para nós: o nosso banco, é lar, é a nossa vida”. Por isso, “exigimos ser reconhecidos”. O reconhecimento significava, aqui, acesso ao direito territorial negado pela empresa e pelo governo, por extensão. Em outros termos, significava a possibilidade de retorno a uma fração do território capitalista cercado para a produção de energia elétrica.

Essa fração do território, portanto, não deveria ser apenas para moradia e/ou para contemplação, deveria possibilitar condições para a retomada da dignidade, ou

⁶⁸ Fala de um camponês beiradeiro da localidade Costa Junior. Audiência Pública na cidade Altamira, em 2016.

seja, para a retomada da produção e da reprodução da vida. De que adiantaria ter uma casa em um lugar do qual não se consegue mais retirar o sustento? Esta foi a questão colocada por uma indígena que já havia sido assentada pela NESA em uma ilha de topo de serra, a jusante da cidade de Altamira, na localidade Cotovelo.

Eu sempre fui moradora do Xingu. Gostaria de falar um pouco pra a gente notar como eu vivia ante e como eu me encontro hoje. Eu me criei praticamente na região aqui conhecida como palhal. Criei meus filhos, assim como todas as pessoas que moram nessa região. Sempre a vida do ribeirinho é desse modo. Então sempre a gente tinha nossa plantaçãozinha, todo ribeirinho tinha ali sua mandioca, milho e sua macaxeira. Mas a nossa fonte de renda, era a pesca. Nós tirávamos tudo que a gente tinha da pesca. E a gente morava num setor que a gente tinha vários pontos pesqueiros. Todos aqui conhecem era a diversidade de peixe que você capturava. Hoje, digamos, vamos capturar curimatá, não, vamos capturar pacu-de-seringa, vou pescar o acari. Então você tinha essa diversidade. Então a gente vivia sempre dessa forma. Criando e tudo que a gente tinha, tirava dessa produção e da pesca. Com o enchimento do lago, a gente foi retirada do lago. A gente perdeu essa diversidade. Hoje, a gente volta para o lago. A Norte Energia diz assim: eu vou devolver a tua terra. A gente não tem mais casa. A Norte Energia bota lá um kit de madeira e te dá 900,00 reais para tu reconstruir a tua casa, entendeu. Em 30 dias fazer o alicerce. E depois vão liberando as outras etapas para terminar. Então, hoje eu me encontro no lago dessa forma. Eu não tenho mais como sobreviver da pesca, porque os meus pontos pesqueiros, como os de outras pessoas, desapareceram. Simplesmente não existe mais. Eu tenho um pedaço de terra ali. Ele foi reduzido ... eu pergunto a todas as autoridades, se eu conseguir construir minha casa ... Para mim tem serventia eu ter aquela casa e não mais ter como sobreviver naquele local? Só isso que eu gostaria que todos vocês refletissem⁶⁹.

Esta questão, assim como o problema do reconhecimento, foi retomada em outros momentos, como na fala de outro camponês da localidade Costa Junior, que afirmou:

O que a dona Rita acabou de explicar isso aconteceu com diversas pessoas que já foram reassentadas e eu sou um deles. Eu vou falar para vocês, eu era um ribeirinho, eu era pescador como toda a minha família na área do Costa Junior. Quando surgiu o empreendimento...não podia mais ocupar a área. Aí abandonei por dois anos essa área de terra. E para minha surpresa não tem meu nome em nenhuma das duas listas [relação de atingidos levantada pela empresa] e a Norte Energia alegou que eu não tinha sido cadastrado porque eu não estava na área de impacto. Lá próximo a minha área tem pessoa que foi indenizado: Gilmar da Silva Gomes, José Almeida dos Santos, são meus vizinhos. A áreas deles alagou, a minha deve ter ido para o céu. Então eu gostaria de dizer uma coisa aqui: hoje a nossa discussão é o reassentamento, para que nossa família, o ribeirinho pescador tenha dignidade de vida. Por que de que adianta eu morar numa ilha sem ter o pescado pra nós sobreviver? O que é que eu vou fazer. Muita gente fala: o ribeirinho mora ai na beira do rio Xingu, porque acha lindo o rio Xingu. Legal, é maravilhoso. Mas o e sustento que ele nos dava? Porque o Xingu para nós era a vida, gente. Era de dentro do rio Xingu, que eu eduquei as minhas filhas, que eu comprei minha casa para morar [...] Então nossa situação é o reassentamento. E isso veio para que nós pudéssemos ser um pescador para

⁶⁹ Indígena reassentada na localidade Cotovelo. Audiência Pública em Altamira, em 2016.

nós não morrermos de fome. Agora, a gente quer uma terra que dei para um agricultor viver. Não uma ilha para viver igual tatu. Nós queremos reassentamento sim, porque é nosso direito⁷⁰.

Ou seja, conhecendo a complicada situação das primeiras famílias que já haviam sido assentadas pela NESA, camponeses beiradeiros e indígenas manifestavam explícito desacordo em relação ao tipo de reassentamento que vinha sendo implantado pela empresa em ilhas e áreas de APPs. Desde a segunda metade de 2015, antes mesmo dessa reocupação iniciar, determinados grupos sociais e o MPF já questionavam os encaminhamentos que vinham sendo dados junto ao Ibama, e que resultaram subsequentemente no retorno de um pequeno número de camponeses e indígenas ao Xingu, como demonstrado, mas em condições territoriais impróprias à recomposição do modo de vida desestruturado. Daí a necessidade de não interromper a luta, pois o que se havia conquistado era a possibilidade de retornar ao Xingu, mas os termos pelos quais isso vinha se delineando encontravam-se ainda nas mãos da NESA e do Ibama.

Dessa forma, a negação de direitos continuava, transmutada agora no não reconhecimento da maioria dos sujeitos que sempre territorializaram o Xingu. Sobre este ponto, vários depoimentos se sucederam na Audiência Pública, sempre marcados por histórias particulares que convergiam para o rio e para o desprezo da NESA, motivo pelo qual camponeses beiradeiros e indígenas exigiam veementemente das autoridades não só o reconhecimento negado, como também a autoridade para proceder a um processo de autorreconhecimento, tendo em vista a inépcia e o descompromisso da empresa.

Não era outra coisa que um indígena da localidade Paratizão quis dizer com sua revolta:

A revolta aqui, é porque a gente está vendo que as pessoas estão expurgando o direito dos ribeirinhos, não só dos indígenas. É essa a minha revolta, ... quando eu cheguei aqui nessa região do Paratizão, por volta de 1967, eu tinha de 7 a 8 anos de idade ... porque eu falo da família Pessoa, porque essa família já existia nessa região. E assim por diante. Por isso que eu falei nessa família, porque eu não nasci aí, mas eu me criei nessa região. E um crime que acho, é que uma pessoa que se cria numa região, e a Norte Energia não me reconhece nem como indígena, nem como ribeirinho. Estou aqui com um papel na mão porque a Norte Energia não me reconheceu, em nada. E além de tudo, gente, esta aqui, o: eu sou representante de um grupo de pescador dessa região. Aqui o documento que a Norte Energia me manda lá pra reunião. Agora só que na hora de me pagar o direito, a Norte Energia não me reconhece como ninguém. Isto é violação de direitos humanos...quem tem que falar quem é ribeirinho ou quem não ribeirinho, somos nós. Porque

⁷⁰ Camponês beiradeiro da localidade Costa Junior. Audiência Pública em Altamira, em 2016.

vocês queiram me desculpar, vocês conhecem Brasília, vocês conhecem cidades, o rio Xingu quem conhece somos nós, porque nascemos e se criamos aqui⁷¹.

Foi essa invisibilização formal (negação de direitos) desses sujeitos no processo de licenciamento, que motivara a Procuradora da República em Altamira, Thais Santi, a ir a São Paulo no começo de 2016, para solicitar a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) a realização de um amplo estudo sobre a realidade desses grupos sociais atingidos no Xingu. Essa solicitação foi aceita e o estudo foi realizado, cujo resultado também foi apresentado na Audiência Pública, tornando-se desde então uma referência importante para subsidiar o processo de luta contra a empresa.

Assim, depois muitas reuniões e rearticulações das redes sociais (DE FRANCESCO, 2018) e embates com a NESA, que remontavam a primeira metade de 2015, ao final dessa Audiência Pública estavam colocadas as condições para a organização de um Conselho Ribeirinho, congregando representantes das diferentes localidades atingidas pelo reservatório principal da UHE Belo Monte, proposta endossada pelos representantes da SBPC e pelos mediadores/parceiros que estavam ao lado dos grupos atingidos. A organização desse Conselho representava, na prática, um passo decisivo na estratégia política desses grupos na arena do licenciamento, principalmente em relação aos termos pelos quais a reocupação do reservatório deveria se nortear.

No documento que marcou o Ato de criação formal desse Conselho, de 02 de dezembro de 2016, após uma série de considerações que, de modo geral, sintetizavam o caráter violento e arbitrário do processo de desapropriação-desapossamento conduzido pela NESA no Xingu, indicava-se a perspectiva pela qual o Conselho pautaria sua luta política, qual seja, a perspectiva de que camponeses e indígenas constituíam grupos ou povos tradicionais. Esta perspectiva respaldava-se formalmente em determinadas recomendações presentes no que se podia chamar de direito internacional e na própria legislação brasileira, em que parte dessas recomendações já foi recepcionada e na própria Constituição federal, onde foi assegurado o pleno exercício dos direitos culturais dos grupos formadores da sociedade brasileira, conforme inscrito no art. 225, por exemplo.

⁷¹ Indígena Juruna. Audiência Pública em Altamira, em 2016

A referência a esses dispositivos foi explicitada no Ato de criação do Conselho Ribeirinho, nas seguintes passagens:

Considerando que a Convenção 169 da OIT, incorporada ao direito brasileiro por meio do Decreto 5.051 de 19 de abril de 2004, afirma o autorreconhecimento como critério fundamental para a definição dos grupos tradicionais (art.1º, § 2º);

Considerando que a diversidade cultural é protegida no âmbito das Nações Unidas (Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural e Convenção sobre a proteção da Diversidade das Expressões Culturais);

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil impõe ao Estado o dever de garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e que inclui como sinais distintivos da identidade dos diversos grupos formadores da sociedade brasileira suas “formas de expressão” e seus “modos de criar, fazer e viver” (art. 225);

Cientes de que o direito à dignidade do povo tradicional morador do rio Xingu pressupõe o reconhecimento de suas formas de organização e representação, assim como as suas autoridades, para o fortalecimento de suas organizações coletivas, e depende de autonomia na autogestão do território para a sustentabilidade dos projetos sociopolíticos, econômicos e culturais;

Cientes de que o processo de reocupação do reservatório da UHE Belo Monte contempla exclusivamente ribeirinhos que tenham sido expropriados pela remoção compulsória da UHE Belo Monte, não havendo respaldo legal para o retorno de pessoas que não eram detentoras de um modo de vida tradicional agroextrativista (CONSELHO RIBEIRNHO, 2016, p. 2-3)

Nesta perspectiva, o Conselho Ribeirinho foi criado tendo uma composição de “28 (vinte e oito) ribeirinhos, seguindo a forma como se organizavam quando viviam nas localidades Costa Junior, Bacabal, Bom Jardim, Meranda, Poção, Barriguada, Babaquara, Sossego/Padeiro, Paratizão, Paratizinho Palhal, Cotovelo, Trindade e Arroz Cru” (CONSELHO RIBEIRNHO, 2016, p. 3), localidades atingidas pela instalação da UHE Belo Monte, principalmente com a formação de seu reservatório no Xingu.

Entre esses conselheiro(a)s encontravam-se camponese(a)s beiradeiro(a)s e indígenas, assim como conselheiro(a)s que já haviam sido reassentados pela NESA em beiradões ou ilhas, e outro(a)s que persistiam lutando pelo território desde quando foram expulsos do rio pela empresa. Na escolha desses conselheiros, buscou-se privilegiar os nomes que tinham mais tempo de vivência em cada localidade (os mais veteranos) e aqueles que estavam mais envolvidos no processo de luta.

Desta maneira, camponeses beiradeiros e indígenas aliaram-se em torno de um sujeito organizado para lutar por um processo de reterritorialização que lhes permitisse recompor o modo de vida que historicamente compartilhavam no Xingu. Com isso, todos apareciam nesse Conselho como ribeirinhos, ou seja, sujeitos políticos indistintos do ponto de vista originário e de classe, mas que faziam parte de

comunidades entendidas juridicamente, como comunidades tradicionais, condição que vai ser consolidada pelo próprio Conselho Ribeirinho e pelo reconhecimento do Grupo de Acompanhamento Interinstitucional, que se formou a partir da atuação do MPF e de outras instituições e organizações como a UFPA, a UNICAMP, o ISA e MXVPS.

Nessa estratégia de luta política, o modo de vida ribeirinho ganhou centralidade de maneira a permitir que esses grupos sociais pudessem ser vistos como populações ou povos tradicionais, cujos direitos territoriais vinham sendo sistematicamente desrespeitados no processo de construção da UHE Belo Monte. Essa perspectiva foi sendo endossada na luta política pela reconquista dos territórios ribeirinhos.

A luta através do Conselho Ribeirinho mirava, assim, a recomposição de um modo de vida ribeirinho desestruturado pela construção da UHE Belo Monte, mas isso passava necessariamente pelo reconhecimento dos grupos sociais desprezados pela NESAs e pela indicação de áreas que ainda contivessem ambientes que possibilitassem a reterritorialização desses grupos.

Desta forma, as atribuições do Conselho Ribeirinho foram assim definidas:

1. Participar de forma direta e efetiva de todas as decisões que atingem os ribeirinhos removidos do rio Xingu para o enchimento do reservatório da UHE Belo Monte.
2. deliberar sobre o processo de reconhecimento dos ribeirinhos a serem reterritorializados na área do reservatório da UHE Belo Monte.
 - a. Estabelecer critérios para a identificação dos ribeirinhos do reservatório da UHE Belo Monte;
 - b. Promover a identificação dos ribeirinhos mediante a aplicação de critérios previamente acordados.
3. deliberar sobre o processo de reconstrução da organização social dos ribeirinhos a serem reterritorializados na área do reservatório da UHE Belo Monte, mediante a identificação dos grupos de vizinhança e de parentesco e definição da forma adequada para reassentamento de cada grupo e família no reservatório da UHE Belo Monte.
4. deliberar sobre o processo de ocupação do reservatório da UHE Belo Monte.
 - a. Definir os contornos das áreas coletivas e familiares necessárias para reassentamento e reconstrução da vida ribeirinha;
 - b. Indicar as áreas adequadas para reassentamento e a distribuição espacial dos grupos e famílias ribeirinhas na região do reservatório da UHE Belo Monte;
 - c. Avaliar as reocupações que já foram realizadas, especialmente os casos que estão gerando conflitos e aqueles em que pessoas não ribeirinhas foram autorizadas pela Norte Energia a ocupar áreas destinadas exclusivamente aos ribeirinhos.
5. elaborar e deliberar sobre um plano de vida para reterritorialização no reservatório da UHE Belo Monte, com a definição do que se faz necessário para a recomposição do modo de vida ribeirinho, incluindo apoio de transição, ATER (atividade produtiva, pesca...), saneamento, acesso a políticas públicas, garantia da dupla moradia etc.

6. trabalhar para o fortalecimento da organização coletiva dos ribeirinhos e participar com autonomia da gestão dos territórios e da elaboração de seus planos de uso (CONSELHO RIBEIRNHO, 2016, p. 4).

Essas atribuições buscavam trazer para o âmbito dos próprios grupos sociais atingidos, a definição dos contornos pelos quais o processo de reterritorialização no reservatório deveria se nortear, tendo em vista os limites e contradições verificados nas proposições e ações da NESA. Em sentido mais profundo, buscavam retirar da empresa a prerrogativa de ditar, a partir de sua racionalidade estritamente econômica, os rumos e, conseqüentemente, o futuro desses grupos sociais até então invisibilizados no processo de licenciamento. Não se tratava de eximir a empresa de sua responsabilidade de garantir condições para que esses grupos retomassem suas vidas, conforme assegurado no PBA. Mas de propor como isso deveria ser feito, a partir dos conhecimentos e da experiência de quem territorializava o Xingu desde muito antes da chegada das empresas barrageiras.

Evidente que para efetivar suas atribuições no licenciamento, o Conselho Ribeirinho precisava do reconhecimento do Ibama e da legitimidade de outros órgão do aparelho governamental que, de diferentes maneiras, participavam e/ou interferiam nesse processo, como o MPF, a DPU, a SPU (que inclusive publicou portarias em 2018, reconhecendo as propostas do Conselho), bem como do apoio de professores/pesquisadores vinculados a instituições de ensino e pesquisa (UFPA, UNICAMP, USP, SBPC) e organizações como o ISA e o MXVPS. Isso era importante para que o Conselho procedesse ao reconhecimento social dos atingidos, privilegiando o autorreconhecimento, e à elaboração de uma proposta territorial, visando à reterritorialização de camponeses beiradeiros e indígenas que efetivamente se reproduziam no Xingu. Mas isso não ocorreu sem resistência e embaraços da parta da NESA, como se observa nos dois itens subsequentes.

As disputas em torno do reconhecimento dos ribeirinhos

O reconhecimento dos grupos que deveriam retornar aos beiradões do Xingu, no perímetro do reservatório da UHE Belo Monte, conduzido pela NESA, como já assinalado anteriormente, mostrou-se falho e problemático, uma vez que a empresa não tinha condições de distinguir, a partir de seus levantamentos socioeconômicos de viés patrimonialista, quem efetivamente territorializava as ilhas e beiradões (com posse, pertencimento territorial, moradia fixa e modo de vida ribeirinho) daqueles que

também usavam o rio, mas apenas o especializavam, ou seja, usavam o Xingu para o lazer e mesmo para a pesca, mas sem a estabilidade, o pertencimento e o modo de vida construídos ao longo de uma multidimensional e prolongada relação de apropriação no espaço-tempo.

Nesse processo de reconhecimento da NESA, assinalou Silva,

Ficaram evidentes os limites da capacidade da empresa para excluir e/ou incluir ribeirinhos em seu cadastro. Tanto causou perplexidade a exclusão de ribeirinhos veteranos tradicionais (como é o caso do Conselheiro Raimundão), como a inclusão de pessoas notoriamente não ribeirinhas, como é o caso do Secretário de Saúde do Município de Altamira, Sr. Waldecir Maia. E se inicia o retorno ao rio de não ribeirinhos em áreas tradicionalmente ocupada por ribeirinhos. Não se trata apenas de conflito e/ou de negação de direito. Mas da premissa de que apenas o morador tradicional do rio Xingu deveria estar autorizado a ocupar as margens de preservação permanente do reservatório (SILVA, 2017, p. 6).

Assim, a implementação de outra forma de reconhecimento baseada em critérios aderentes à realidade dos grupos ribeirinhos tornava-se uma das primeiras e mais importante atribuição do Conselho Ribeirinho. Para acompanhar esse processo e contribuir na organização e sistematização das informações, formou-se um Grupo Interinstitucional constituído de membros ligados ao MPF, à UFPA, à UNICAMP, ao ISA e ao MXVPS.

Esse processo de reconhecimento conduzido pelo Conselho Ribeirinho, que estava intrinsecamente vinculado ao direito de reterritorializar frações de beiradões no Xingu, em 2018, podia ser visto como exitoso, particularmente no que concerne à redefinição dos termos pelos quais isso vinha sendo feito pela NESA. Com isso, podia-se dizer que a luta do Conselho e dos mediadores/parceiros avançou nessa instância do licenciamento, a ponto de entre as 313 famílias já reconhecidas, 84% (263 famílias) tinham passado pela aprovação do Conselho. Mas isso não se deu sem tensões internas no próprio Conselho e sem disputas entre este e a empresa pela prerrogativa de indicar a perspectiva pela qual o reconhecimento deveria nortear-se.

No relatório do processo de reconhecimento social produzido pelo Grupo Interinstitucional ligado ao Conselho Ribeirinho, encontrava-se a perspectiva pela qual esse sujeito procedeu no reconhecimento dos grupos sociais atingidos, bem como a lista dos atingidos inicialmente reconhecidos. Tal processo transcorreu nos primeiros meses de 2017, período em que foi definido que o reconhecimento seria feito por localidades, através de reuniões contando com a presença de seus respectivos representantes no Conselheiro e dos moradores mais antigos. Mas antes dessas

reuniões, foi necessário definir alguns critérios para nortear a identificação por parte de todos os conselheiros.

Registrou-se no relatório que uma das representantes do ISA nesse processo, a antropóloga Ana De Francesco,

[...] explicou que antes de iniciar o reconhecimento, com reuniões por localidade, seria importante construir uma coisa comum. Algo que possa ser aplicado a todos os casos e que oriente os conselheiros. Uma definição de ribeirão que seja de todo o Conselho. Lembrou que a Norte Energia definiu os seus critérios: TAUS, carteira de pesca, cadastro socioeconômico como pescador... E que vistoria de campo já ficou muito claro que nem todo ribeirão tem carteira de pesca, e que muita gente tem carteira de pesca e nem é pescador. (CONSELHO RIBEIRÃO, 2017, p 22-23)

Com esse intuito, foi realizada uma reunião preparatório em Altamira, no MXVPS, onde:

Foi sugerido, então que a metodologia partisse de relatos. Que os conselheiros iriam contar e descrever como viviam e como entendem que vive um ribeirão. Que os conselheiros iriam dizer o que é para cada um deles um ribeirão. E que desses relatos informações comuns iriam sendo destacadas para que ao final seja possível definir alguns critérios compartilhados por todos os conselheiros. De modo que não se buscava um simples conceito de ribeirão, mas os critérios de identificação extraídos de seus relatos. (CONSELHO RIBEIRÃO, 2017, p. 23)

Seguindo essa metodologia, após os relatos dos conselheiros (camponeses beiradeiros e indígenas), foi organizado um quadro contendo as indicações a partir das quais os conselheiros poderiam se orientar no processo de reconhecimento social (Quadro 22).

Uma vez definidos esses critérios, o Conselho Ribeirão procedeu à realização das reuniões setoriais para tratar do reconhecimento social entre os moradores de cada localidade. Foi intenso o esforço para localizá-los e mobilizá-los, tendo em vista a dispersão territorial e à própria situação em que se encontravam depois de perderem seus territórios. Foram realizadas cinco reuniões, que contaram com a presença dos grupos ribeirões e com o acompanhamento de representantes do Grupo Interinstitucional e da DPU. Depois dessas reuniões setoriais, o Conselho se reuniu algumas vezes para tratar especificamente da validação dos nomes a serem encaminhados ao Ibama.

Quadro 22: Critérios definidos pelo Conselho Ribeirinho para o reconhecimento social de camponeses beiradeiros e indígenas

CRITÉRIOS DE RECONHECIMENTO
<p>HISTÓRIA RIBEIRINHA Ribeirinhos tem história: tem tempo de morada na região, tem família, vizinhança, comunidade; Ribeirinho é família Ribeirinho vive na comunidade - divide o trabalho (mutirão) e a comida (vizinhar)</p> <p>MORADIA RIBEIRINHA Ribeirinho mora na beira do rio: na ilha ou no beiradão Ribeirinho tem dupla-moradia: vive entre o rio e a cidade, a casa na cidade é um ponto de apoio para acesso à saúde, educação e serviços Ribeirinho tem casa simples: pode ser aberta para garantir a ventilação, pode ser coberta de palha, lona, telha ou cavaco, as paredes podem ser de taipa ou de madeira, pode não ser fechada. Seu fogão é de lenha</p> <p>MODO DE FALAR Ribeirinho tem vocabulário e sotaque próprio</p> <p>SABERES RIBEIRINHOS Ribeirinho tem m saber-fazer: sabe subir em canoa e remar. Sabe tratar e ticar o peixe. Sabe tirar macaxeira e fazer farinha. Sabe fazer canoa, remo, vassoura, abano, diversos tipos de peneiras, balaio, esteira (tupé), tipiti, arco e flecha, fazer e remendar malhadeira e tarrafa, casa, telhado de palha e parede de taipa, fogão de barro, farinha, remédio do mato</p> <p>ECONOMIA RIBEIRINHA Ribeirinho é mistura - é pescador, agricultor, caçador, criador, extrativista. E precisa ser tudo isso para sobreviver no beiradão. Vive da terra, da sua localidade, planta e pesca. Produz para alimentar sua família - peixe, caça, farinha, fruta. Tem criação: galinha, pato, cachorro, gato, porco. Pode ter gado, mas não sobrevive do gado, tem poucas cabeças, para poupança e alimentação da família. Planta todo tipo de coisa pois é da terra que tira sua alimentação. A sua produção é para alimentar a família. Vende o que sobra. Não é só pescador, mas tem várias atividades, é um pouco de cada coisa, pois sobrevive do rio e da terra Ribeirinho trabalha em mutirão - Pode pagar ou trocar diárias, mas não tem empregados. Ribeirinho pode ser caseiro - e continuar ribeirinho, mantendo uma vida e uma história no beiradão. Pode ter um trabalho, como caseiro, vaqueiro ou diárias</p> <p>RELAÇÃO DO RIBEIRINHO COM A NATUREZA O ribeirinho preserva a natureza - porque é diretamente dela que ele sobrevive. Da mata e do rio</p>

Fonte: CONSELHO RIBEIRINHO, 2017, p. 18

Segundo De Francesco (2018, S/N), nesse processo de reconhecimento, “Dois caminhos foram adotados para reconhecer as famílias, um de caráter relacional: as pessoas identificam aqueles com quem viviam, os vizinhos e parentes; e outro de caráter mais essencialista, associado a uma identidade coletiva”. Ainda segundo essa autora,

Após a definição dos critérios, os representantes do Conselho Ribeirinho elaboraram a listagem das famílias. Foi um trabalho difícil, realizado com responsabilidade, mas que implicou, por sua própria natureza, em muito desgaste emocional, pois ao definir os contornos do grupo social, indicava, conseqüentemente, quem estava de fora (2018, S/N).

De fato, em uma dessas reuniões de validação, ocorrida no escritório regional do Ibama em Altamira, que contou com a participação de representantes desse órgão, do MPF e do Conselho Ribeirinho, essa questão da responsabilidade e do

compromisso no reconhecimento social foi bastante discutida pelos conselheiros e pela procuradora da república que se fazia presente na ocasião.

Isso porque estaria havendo assédio a determinados conselheiros para que considerassem nomes de pessoas que não viviam efetivamente no Xingu, além do fato de que as intrincadas relações de parentesco e de amizade tornavam o processo de reconhecimento complicado e, por vezes, mais tenso, chegando-se mesmo a questionar sobre quem dos conselheiros não estaria a par de toda a situação de sua localidade.

Em meio a essas discussões, um conselheiro da localidade Paratizão falou:

O outro ponto que eu quero deixar bem claro sobre o Conselho. Gente, de cada área foi tirado um representante. Qual é o representante que não teve a capacidade de trabalhar na sua área. Porque eu não quero ser melhor do que ninguém, e nem sou. Eu sou igual a todos. Agora do Paratizão, que é a minha área, eu sei até quantas famílias faltam ser reassentadas. Tem as 9 famílias indígenas, e as 5 que não são indígenas. Pronto, acabou-se gente⁷².

Acerca dessas questões, a procuradora da república lembrou:

Hoje, pra vocês voltarem para o rio, a gente depende da Norte Energia. Olha isso que eu falar que é muito importante. Hoje a gente depende da Norte Energia. Lá na frente, se a gente conseguir que as coisas caminhem com seriedade e que vocês tenham um território ribeirinho, um reassentamento coletivo que vai chamar território ribeirinho, quem vai mandar neles são vocês. Se vocês quiserem colocar alguém, vocês botam, ...mas pra isso, o Conselho tem que se fortalecer. Vocês não tem que brigar, vocês tem que se fortalecer. E quem vai dar as regras desse reservatório, eu falei pro Ibama, quem vai dar as regras de como fica o ribeirinho no rio, é o ribeirinho. Por quê? Porque o modo de vida ribeirinho é o modo de vida aceitável. Vocês vão pegar o modo de vida de vocês e vão dizer é assim que se vive como ribeirinho. A gente pega isso, pega a lei, e transforma numa regra de uso. Mas pra fazer isso, o primeiro passo é esse. Vamos brigar. Cada passo, é um passo. Fortalece o Conselho. Eu vou enfraquecer o Conselho de vocês, se ficar investigando individualmente. Então, por isso eu peço: avaliem, vejam o caso dos parentes de vocês⁷³.

Outro conselheiro da localidade Costa Junior, afirmou:

Eu concordo com tudo isso...porque aqui eu não quero ser processado no futuro. E eu também não vou fazer parte de ver um Conselho Ribeirinho, com pessoas capacitadas, pessoas que deram seu sangue, seu suor, para passar por mentiroso. E muito menos botar o nome do Ministério Público e doutora Thais, que está aqui à frente. Nós precisamos de tempo, para nós colocarmos uma lista de 100% de certeza ... Eu não boto o pé dentro d'água, sendo que a arraia vai me ferrar. Já disse isso. Mas nós chegamos até o final. Essas pessoas passando necessidade. Eu falei que não tinha leite em casa para dá para minha filha, para chegar a esse ponto. Agora se nós chegássemos a

⁷² Conselheiro indígena Juruna, representante da localidade Paratizão. Reunião na unidade do Ibama em Altamira, em 2017.

⁷³ Procuradora da República. Reunião na unidade do Ibama em Altamira, em 2017.

esse ponto, não quero mais esperar Hugo [IBAMA]. Eu juro por Deus, eu não quero mais esperar por 30 dias, Hugo⁷⁴.

Essas falas, como se observava, indicavam que o processo de reconhecimento social não se deu sem dificuldades, tensões e suspeições entre os próprios conselheiros. Certa feita, aliás, antes de outra reunião, uma conselheira confidenciou que estava ocorrendo tensões dentro do conselho. Segundo ela, três conselheiros estariam trazendo muitos problemas. Mas já haviam sido enquadrados. Ou seja, desde logo devia-se afastar de qualquer leitura idealizada do Conselho como um sujeito imune a interesses e conflitos internos, até porque era constituído de grupos sociais diversos, que foram igualmente aplainados pelo cercamento do Xingu para a produção de energia elétrica.

Daí a permanente preocupação de construir uma lista de reconhecidos que efetivamente contemplasse os grupos ribeirinhos atingidos e tivessem, como afirma o camponês, 100% de certeza, até porque não se queria colocar em risco uma luta em que camponeses beiradeiros e indígenas, desde o começo, encontravam-se no limite da própria reprodução material. As tensões também decorriam dessa urgência para voltar ao Xingu em face das condições de sobrevivência cada vez mais degradantes.

A partir das reuniões de validação, foi elaborado uma relação com as “famílias ribeirinhas moradoras com história rompida pela formação do reservatório da UHE Belo Monte reconhecidas até o momento pelo Conselho Ribeirinho” (CONSELHOR RIBEIRINHO, 2017, p. 91. Grifo no original). Nessa lista constavam 236 nomes, que foram agrupados em seis tipologias, indicando a situação atual dos reconhecidos, conforme apresentado no quadro (Quadro 20) a seguir.

Nas duas primeiras tipologias desse quadro, percebia-se a diversidade de formas de tratamento em que foram encaixados camponeses beiradeiros e indígenas, nenhuma das quais, porém, condizente com a premissa do PBA de possibilitar condições para a recomposição do modo de vida dos grupos ribeirinhos. Chamavam a atenção duas categorias em particular: uma, omitida oficialmente, mas que alcançou 17% (40) do montante de famílias reconhecidas, o não cadastramento, e outra, as indenizações em dinheiro, que só entre os reconhecidos não assentados correspondia a 23% (54). Ou seja, 40% dos reconhecidos pelo Conselho Ribeirinho ou não receberam nada (os não cadastrados) ou foram indenizados em dinheiro, mas

⁷⁴ Camponês ribeirinho da localidade Costa Junior. Reunião na unidade do Ibama em Altamira, em 2017.

conforme os parâmetros patrimonialistas usados pela empresa, o que resultou, via de regra, em ínfimas indenizações.

Quadro 23: Reconhecimento social Conselho Ribeirinho – por tipologias

1.	NÃO CADASTRADOS		
	1.1	Cadastro em nome de outra pessoa	27
	1.2	Ausentes por motivo de saúde ou outros	13
		Total	40
2.	RECEBERAM TRATAMENTO		
	2.1	Carta de Crédito Rural (CCR)	20
	2.2	Carta de Crédito Urbana (CCU)	01
	2.3	Reassentamento Rural Coletivo (RRC)	06
	2.4	Reassentamento em Área Remanescente (RAR)	01
	2.5	Reassentamento Urbano Coletivo (RUC)	03
	2.6	Ponto de Apoio à Pesca (PAP)	14
	2.7	Indenizados (não reassentados)	54
		Total	99
3.	REASSENTADOS		
	3.1	Reassentamento em Ilhas Remanescentes (RIR)	62
	3.2	Permanência em Remanescente Emerso (PRE)	10
		Total	72
4.	REMANSO DO RESERVATÓRIO		
	4.1	Bom Jardim e Costa Junior	14
		Total	14
5.	EXCLUSÕES		
	5.1	Saíram antes do cadastro	03
	5.2	Fora do reservatório	02
		Total	05
6	SEM INFORMAÇÕES ADICIONAIS		
	6.1	Não localizados	06
		Total geral	236

Fonte: Conselho Ribeirinho, junho de 2017.

Entre as demais tipologias, 31% (72) dos reconhecidos encontravam-se entre os 121 assentados pela empresa no reservatório, mas nas condições já descritas em tópico anterior. E o restante encontrava-se em situações variadas. Na localidade Bom Jardim, por exemplo, as famílias reconhecidas pelo Conselho perderam a beira do rio, indenizada pela NESAs, tendo que se refugiar no fundo dos lotes, sendo que parte delas não obtiveram apoio da empresa nem para a reconstrução das moradias. Já na Ilha do Costa Junior, como afirmou-se no relatório de reconhecimento social,

“as famílias foram cadastradas, mas não foram removidas. Os moradores não consideram a ilha adequada para a permanência, não há mais escola ou posto de saúde, a área para cultivo diminuiu e a terra não é mais adequada para a agricultura “a mandioca puba” (CONSELHO RIBEIRINHO, 2017, p. 98).

Esta lista fruto do reconhecimento social foi encaminhada ao Ibama, acompanhada de documento em que o Conselho Ribeirinho apontava os limites do

“modelo” de cadastramento usado pela NESA e recomendava revisão nesse procedimento, com vista a verificar a presença das famílias não cadastradas (e conseqüentemente, incluí-las no processo de revisão de tratamento para o retorno ao rio), assim como solicitava que todas as famílias consideradas atingidas pela empresa (que receberam algum tipo de indenização) fossem inclusas na revisão de tratamento com a opção de retorno ao Xingu. Este último ponto questionava principalmente o critério imposto pela empresa de excluir de seu reconhecimento os atingidos que receberam Carta de Crédito como forma de compensação, alegando que esses tiveram como escolher onde poderia morar, como se fosse possível adquirir terra regularizada nos beiradões do Xingu, com o R\$ 132.000,00, valor concedido nessa forma de tratamento⁷⁵.

Ao receber a relação dos atingidos resultante do reconhecimento social, o Ibama a encaminhou para a NESA para que efetuasse o cruzamento com a lista que já havia elaborado e revisse o caso dos atingidos que não haviam sido cadastrados ou contemplados com a possibilidade de retorno ao Xingu. A sugestão era para que a empresa fizesse “estudos de caso” para verificar a situação dos atingidos que ainda não haviam sido reconhecidos, mas que constavam na lista do Conselho Ribeirinho. Porém a empresa não só questionou a legalidade da participação do Conselho Ribeirinho no licenciamento, como criticou à posição do MPF que sublinhava o esmero com que havia sido realizado o reconhecimento social.

Em documento encaminhado ao Ibama, cujo assunto era “Encaminhamento de listagem produzida pelo Conselho Ribeirinho do reservatório da UHE Belo Monte e solicitação de estudo de cruzamento da lista apresentada com os cadastros da Norte Energia”, a empresa manifestou-se nos seguintes termos:

17. Como poderá ser observado pelo IBAMA, a Norte Energia inseriu o Conselho Ribeirinho nas discussões, muito embora juridicamente não reconheça poder de decisão e a representatividade deste grupo.

18. A propósito do item em questão e na continuidade da exposição feita no parágrafo anterior, a Norte Energia, na tentativa de realizar um trabalho participativo e amplo, concorda em se reunir e ouvir exaustivamente o Conselho Ribeirinho.

19. Porém, é importante ficar claro que, nada obstante ter sido incorporada ao processo de licenciamento ambiental, a lista produzida pelo Conselho não é uma verdade absoluta e é perfeitamente passível de contestação.

20. primeiro porque o IBAMA em momento algum afirmou o contrário do que entende a Norte Energia. Segundo, porque conclusão em sentido oposto contraria a Constituição Federal (princípio da inafastabilidade do controle

⁷⁵ Já no final do processo de desapossamento-desapropriação compulsório, depois de questionamentos, esse valor sofreu pequena elevação, mas continuou abaixo do preço da terra na região.

judicial). Terceiro, porque o aclamado reconhecimento social dos ribeirinhos não tem respaldo legal, na medida em que a Convenção 169 da OIT não trata desse público (assim como as normas legais tupiniquins que a recepcionaram) e também porque o Decreto n. 6.040/2007 é questionável do ponto de vista constitucional. E mesmo que não houvesse constitucionalidade, para se falar em comunidades tradicionais seria indispensável o preenchimento de todos os requisitos previstos no inciso I do artigo 3º do invocado Decreto.

21. De qualquer modo, esta discussão jurídica pode ficar em segundo plano e eventualmente nem ser um obstáculo para o desenvolvimento dos trabalhos, já que a Norte Energia, como dito, se propõe a ouvir a conversar com o referido Conselho, considerando suas informações no resultado dos estudos de caso, desde que este reconheça que sua função será a de cooperar para a implantação do projeto e que não possui poder de deliberação no processo.

22. Ainda quanto à possibilidade de questionamento da lista, o próprio Ministério Público Federal, em seu Ofício n. 087/2017/PRM/ATM/GAB1 reconheceu que “reconhecer legitimidade não implica em verdades absolutas” (NESA, 2017, p. 5-6. Grifo no original).

A empresa, como se previa, vendo sua posição ameaçada no que se referia ao manejo dos grupos sociais atingidos, reagiu veementemente buscando desqualificar o Conselho Ribeirinho formalmente, assim como seu relatório de reconhecimento social, tentando reservar a esse sujeito político que contraditoriamente surgia no licenciamento, uma função de “amigo informal do projeto Belo Monte”. Essa reação não poderia ser outra. Afinal, além do “aclamado reconhecimento social dos ribeirinhos”, como ironizava no excerto citado, a importância do Conselho também vinha sendo ressaltada pelo próprio Ibama, como observado em reunião de março de 2017 com a NESA, na qual esse órgão licenciador, por várias vezes, “retomou a fala sobre a importância do Conselho Ribeirinho, no sentido de validar e trazer uma segurança maior para todos os envolvidos no processo, com a definição do público de ribeirinhos históricos e que devem ser reconhecidos para tratamento” (NESA, 2017a, p. 09).

No cruzamento que realizou entre a lista do reconhecimento social produzida pelo Conselho Ribeirinho e os nomes coligidos em seu cadastro socioeconômico, a NESA chegou ao seguinte resultado: das 230 famílias indicadas pelo Conselho (depreendeu-se que as seis famílias não localizadas nessa lista, foram desconsideradas pela empresa, afinal, a lista tinha originalmente 236 nomes) a empresa afirmava ter localizado 144 nomes. Destes, 69 já estariam assentadas no rio, “cujo tratamento não será revisto pela empresa. Ou seja, trata-se de cidadão já contemplados pelo Projeto Ribeirinho e que, portanto, já estão com sua situação encaminhada” (NESA, 2017, p. 5). Mais dois casos já teriam sido resolvidos: um, a

família teria desistido de retornar ao rio e outro, a família teria permanecido no remanescente (o restante de área desapossada ou indenizada). Juntando-se esses 71 casos com mais 17 famílias que teriam recebido Carta de Crédito, compensação excluída unilateralmente da revisão do tratamento, a empresa chegou ao montante de 88 famílias, que já estariam com a situação resolvida. Restando, portanto, 142 famílias para os estudos de caso (NESA, 2017b).

Por essas contas, 62% (142) das famílias inicialmente reconhecidas pelo Conselho Ribeirinho precisariam passar pelos chamados estudos de caso, espécie de investigação específica para cada situação, que seria organizada pela NESA. A realização desses estudos, que ficou para setembro de 2017, envolveu questionamentos do MPF e do Conselho Ribeirinho, sobretudo no que dizia respeito aos tipos de informação e documentação a serem considerados e à participação dos diversos agentes envolvidos no licenciamento.

Antes desses estudos de caso, porém, ocorreram reuniões entre MPF, ISA, MXVPS, Conselho Ribeirinho e NESA, em que a questão do reconhecimento dos atingidos foi a principal pauta. Nas discussões e embates estabelecidos nessas reuniões, fizeram a empresa reduzir significativamente o número de estudos de caso, ficando somente 26 famílias sujeitas a essa investigação. Os chamados casos inconsistentes. Esse recuou da NESA (flexibilidade na linguagem da empresa) foi informado em agosto de 2017, em reunião na qual seus representantes detalharam os procedimentos para se reduzir a quantidade de estudos de caso.

Como resultado daquela última reunião que a gente teve [que teria durado 3 dias], onde ali a gente definiu alguns filtros sobre aquelas famílias que já tinham cadastro dentro da Norte Energia. Então nós pegamos a lista, separamos todos os cadastros que já tinham na Norte Energia, e fizemos uma análise do que estava declarado ali no cadastro, de cada família levando em conta tudo aquilo que a gente conversou naqueles 3 dias de reunião...Dentro dos 236 apresentados pelo Conselho, 159 não estavam dentro das 121 já realocadas [77 já teriam sido reassentados no Xingu]. E aí dentro desse número 159, só pra vocês se situarem, são um número x que receberam carta de crédito, ...temos as que não tinham cadastro, temos as que receberam indenização, um outro número dos que receberam RAR e RRC. Então o número é 159. Desse número, não me recordo agora aquelas que tinham cadastros, era algo em torno de 70, então é sobre essas famílias que a gente faça essa análise utilizando aqueles filtros acertados na reunião. Dessas famílias, a gente chegou a número de 26 casos, que a gente chama de casos inconsistentes. Em que se avançou nesse tempo ... além da gente fazer a análise sobre aquelas famílias que tinham cadastro, a gente ia fazer estudo de caso sobre os 159 nomes, exceto os que a gente analisando o cadastro ali, considerasse que era de baixo impacto, que se enquadrasse no projeto ribeirinho. O que, que avançou disso. E aí entra partidas com o próprio Ministério Público. Não vai ser realizado estudo de caso com os 159 nomes que vocês indicaram como ribeirinhos. Então dentre aquelas famílias

cadastradas que a gente analisou, que tem cadastro dentro da Norte Energia, 26 casos é que vão para análise. 133 foram automaticamente incluídos no projeto ribeirinho. Então esses 26 nomes que serão objeto de estudo de caso. São famílias que têm cadastro na Norte Energia, ou na área urbana, ou na área rural. Para essas famílias, aí sim, é tudo aquilo que a gente discutiu na reunião. Vai ser feito estudo de caso. É, e se tiver grupo familiar entre esses 26, a análise vai ser por grupo familiar. A presença da defensoria, a presença do Conselho, toda a combinação que a gente fez na última reunião, a diferença é que ao invés de ser com todos os nomes indicados, vão ser só esses 26 nomes. Aí a gente precisa sentar com a Defensoria e com o Conselho ... Acredito que dá pra fazer num curto espaço de tempo, e dentre eles eu já sei que são famílias. Então você já consegue reduzir, não é ... são esses 26 que serão objeto de estudos de caso⁷⁶.

No decorrer dessa reunião, também fez-se menção a uma lista que a DPU havia encaminhado ao Conselho Ribeirinho, contendo nomes de famílias que não haviam sido incluídas na primeira lista de reconhecimento social, para que o Conselho analisasse e verificasse a pertinência das demandas. Tal procedimento da DPU revelava seu posicionamento em relação à importância do Conselho Ribeirinho no processo de licenciamento, contribuindo para legitimá-lo em face dos ataques desferidos pela empresa.

Sobre esses “entrantes”, como foram chamadas essas famílias que constavam na lista da DPU, os representantes da NESA afirmaram que, mesmo reconhecidos pelo Conselho Ribeirinho, todos seriam objeto de estudo de caso.

Esses novos entrantes, eles vão fazer parte daquela metodologia que a gente construiu lá naquelas reuniões. Então esses casos, após o crivo do Conselho, esses casos vão ser todos eles, 100%, objeto de estudo de caso [...] Porque a gente está falando de uma relação nova. Diferente da construída pelo Conselho. E a gente sabe de todo o histórico de como foi construído⁷⁷.

Importa lembrar que depois de encerrada a reunião, os conselheiros e os demais mediadores/parceiros avaliaram que pela primeira vez, observavam que a NESA parecia ter reconhecido que não daria para ela fazer tudo sozinha. E concluíram-se que esta seria uma boa hora para fortalecer ainda mais a participação do Conselho no licenciamento.

Assim, a questão do reconhecimento das 26 famílias que constavam na lista do Conselho Ribeirinho foi para os estudos de caso. Tais estudos foram realizados em escritório da NESA na cidade de Altamira, e envolveram uma equipe de advogados da empresa, um defensor vinculado à DPU e uma representante do grupo Interinstitucional, mas que pelos termos acordados anteriormente, não poderia fazer qualquer tipo de intervenção no decorrer das entrevistas. Somente os advogados da

⁷⁶ Fala de representante da Norte Energia em reunião de 22 de agosto de 2017, na cidade de Altamira.

⁷⁷ Fala de representante da Norte Energia em reunião de 22 de agosto de 2017, na cidade de Altamira.

empresa e o defensor poderiam inquirir os atingidos, bem como as eventuais testemunhas arroladas por cada investigado.

A NESA alegava que os 26 atingidos não haviam passado pelo seu “filtro”, cujo uso já tinha se mostrado amplamente ineficaz no decorrer do processo, mas que a empresa, como que não querendo reconhecer imediatamente seu desconhecimento e descompromisso, insistia em usá-lo para questionar nem que fosse uma pequena parte das famílias reconhecidas pelo Conselho. Dessa forma, sem argumentos consistentes, os estudos de caso terminaram se convertendo numa espécie de “tribunal da empresa”, usados muito mais na tentativa de mostrar que a empresa não tinha sido arbitrária e perversa do que propriamente para esclarecer eventuais situações.

Uma das linhas de argumentação da NESA, que justificava a necessidade de estudo de caso, relacionava-se à prática da cultura do cacau e ao destino que alguns atingidos teriam dado a suas indenizações. Garimpando na lista do Conselho Ribeirinho, a empresa chegou a alguns nomes que receberam indenizados mais altas, obtidas ainda no começo do empreendimento em que a lavoura de cacau era bem avaliada (primeiro caderno de preços de 2011-2013). Por isso, alguns camponeses beiradeiros das localidades Paratizão e Arroz Cru, situadas na margem esquerda do Xingu, no perímetro onde foi escavado o canal de derivação e instalada a barragem principal da UHE Belo Monte, obtiveram indenizações acima de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais). Nesses casos, a empresa argumentava que os atingidos desenvolviam atividades agrícolas incompatíveis com o modo de vida ribeirinho e que teriam recebido indenizações suficientes para a recomposição do modo de vida tradicional.

Um camponês beiradeiro já de idade, que recebeu R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil de indenização), ao ser questionado sobre por que não havia comprado nenhuma terra às margens do Xingu, afirmou que às proximidades do reservatório da UHE Belo Monte, não existia terra regularizada e barata. Disse que só encontrou terra no Iriri, um afluente da margem direita do Xingu, mas que fica no alto curso deste rio. E mesmo assim, o preço era quase o valor da indenização. Se comprasse a terra, não ficaria com nada, nem para comprar um barco. Outro camponês beiradeiro mostrou sua operação na ocasião da entrevista (que em certos momentos parecia interrogatório), e disse que gastou grande parte da indenização com seu tratamento.

Outro camponês já bem idoso disse que assinou vários papéis da empresa, mas sem saber o que estava assinando, vindo parar em um RUC na cidade de Altamira, onde não tinha como trabalhar, paga energia cara e não tinha como comprar remédio.

E assim os atingidos foram sendo compelidos a explicar para a NESA o que faziam antes da hidrelétrica, onde moravam quando esta chegou, quanto receberam de indenização, o que fizeram com o dinheiro, etc. Depois dessa seção de interrogatórios, a empresa ficou de analisar cada caso e emitir sua posição em relação ao reconhecimento dos atingidos.

O resultado desses “estudos” foi encaminhado pela NESA ao Ibama em 2018, através de documento em que constava que das 26 famílias submetidas às investigações, 21 foram consideradas elegíveis e 5 não manifestaram interesse pela recomposição do modo de vida. Além disso, informou também que das 36 famílias assistidas pela DPU, reconhecidas pelo Conselho Ribeirinho, 34 foram consideradas elegíveis, sendo que 2 casos já tinham sido enquadrados (duplicidade de requerimentos) (NESA, 2018d).

Para De Francesco, esse reconhecimento integral das famílias indicadas pelo Conselho Ribeirinho relacionava-se ao seminário técnico que foi realizado em Brasília, contando com a participação do Ibama, MPF, NESA, Conselho Ribeirinho e integrantes do Grupo Interinstitucional que auxiliou no processo de reconhecimento social. Segundo essa autora:

[...] o avanço mais concreto da reunião foi a incorporação integral da lista das famílias ribeirinhas [camponeses beiradeiros e indígenas] reconhecidas pelo Conselho, quando a empresa ainda pretendia avaliar, por meio de estudos de caso, se algumas daquelas famílias eram de fato ribeirinhas. A pertinência e a seriedade do processo realizado pelo Conselho Ribeirinho, levou a obrigação da Norte Energia pelo reassentamento de todas as famílias, em condições capazes de promover a recuperação e reprodução do modo de vida tradicional (DE FRANCESCO, 2018, S/N).

Com isso, em 2018, o quantitativo de camponeses beiradeiros e indígenas reconhecidos como ribeirinhos pelo Conselho Ribeirinho e pela NESA abarcava 313 famílias. Nesse montante, consideravam-se as 121 famílias que já haviam sido reassentadas pela empresa, das quais como verificado nesse trabalho, apenas 53% (65) encontravam-se ainda resistindo nos pontos de ocupação. A luta pela conquista de áreas mais amplas e diversificadas do ponto de vista ambiental, no entorno do reservatório da UHE Belo Monte, denominado pelos sujeitos de luta como territórios ribeirinhos, envolviam principalmente parte desses camponeses e indígenas que continuavam nos pontos de ocupação e, sobretudo, aqueles que ainda não tinham

voltado para o Xingu, mas que não queriam encontrar em seu retorno as mesmas dificuldades de quem já havia sido assentado pela NESA em APPs e ilhas.

A luta pela criação de territórios ribeirinhos

No final de 2018, a atenção do Conselho Ribeirinho e dos mediadores/parceiros centrava-se essencialmente na luta por terra/território. Essa preocupação, que sempre atravessou todo o processo de mobilização e luta de camponeses beiradeiros e indígenas, depois dos encaminhamentos e avanços conquistados no processo de reconhecimento social, tomava centralidade com a formulação de uma proposta para a criação do que chamavam de territórios ribeirinhos nos beiradões do rio Xingu, no perímetro do reservatório da UHE Belo Monte, tendo em vista a obrigação estabelecida na alínea 'a' da condicionante 2.6, da LO dessa hidrelétrica, que obrigava a NESA a revisar o tratamento ofertado a esses grupos sociais, assegurando a dupla moradia a quem de direito.

Na proposta do Conselho Ribeirinho, enriquecida em vários momentos do processo de luta, indicavam-se três áreas para o reassentamento dos camponeses e indígenas já reconhecidos no âmbito do licenciamento. Tratava-se de áreas bem mais extensas do que os pontos de ocupação disponibilizados pela empresa, contendo diversidade de ambientes com igarapés, grotas, piracemas (loais de reprodução dos peixes) e alguns capões de mata primária propícios ao uso coletivo, além de áreas já muito transformadas pela ação do latifúndio, em que aventava-se a possibilidade de uso familiar direto, particularmente através da agricultura.

Os contornos dessa proposta territorial do Conselho Ribeirinho foram sintetizados em Nota Técnica elaborada para a reunião que ocorreu em Brasília, em fevereiro de 2018, que contou com a presença do Ibama, NESA, MPF, SPU, Conselho Ribeirinho e representantes do Grupo Institucional (ISA e pesquisadores/pesquisadores de diversas instituições).

Nessa Nota Técnica, indicava-se que a proposta apresentada no mapa de áreas para o reassentamento dos grupos ribeirinhos no reservatório da UHE Belo Monte, resultava de um esforço coletivo que vinha sendo enriquecido ao longo de anos. Incorporava tanto as experiências e conhecimentos dos camponeses e indígenas já assentados pela NESA no reservatório, quanto aspectos da interação entre esses grupos sociais e pesquisadores envolvidos no estudo realizado pela

SBPC em 2016, sem perder de vista que se tratava de uma proposta que começou a ser gestada desde de 2015, como contraponto a um mapa apresentado pelo Ibama e pela SPU, por ocasião dos chamados “diálogos ribeirinhos”, um artifício do Governo Federal para destravar o saque territorial e viabilizar a liberação da LO da UHE Belo Monte no final do mesmo ano.

A partir desse prolongado esforço coletivo, afirmava-se na Nota Técnica, “foi definido um conjunto de **premissas**, que descrevem conceitualmente a dimensão do território ribeirinho, e um conjunto de **critérios**, que ajudaram a delinear, de forma precisa, as áreas propostas para a ocupação” (CONSELHO RIBEIRNHO, 2018, p. 2. Negritos no original). Quais foram essas premissas das quais partiu a proposta de criação de territórios apresentada pelo Conselho?

- Possui acesso direto ao rio;
- Possibilita a conectividade entre áreas de uso familiar e áreas de uso coletivo;
- Inclui áreas florestais de uso extrativista comum, protegidas de degradação, de conflitos fundiários;
- Inclui área de uso familiar (terreiros destinados a moradia e criação de pequenos animais, roçados em diferentes fases de uso e pousio, quintais agroflorestais e áreas de preservação florestal para extrativismo);
- Permite a manutenção das técnicas empregadas na agricultura tradicional (CONSELHO RIBEIRNHO, 2018, p. 2-3);

A partir dessas premissas, que buscavam privilegiar aspectos elementares da territorialização e do modo de vida de camponeses beiradeiros e indígenas, foram estabelecidos os critérios para a delimitação dos territórios projetados, quais sejam:

- Incorporação das áreas de uso coletivo anterior à remoção;
- Incorporação de um buffer de 2 mil metros a partir da conta de inundação atualizada (difere em alguns locais da cota 97), representando a distância média percorrida para coleta e extrativismo;
- Inclusão de propriedades integralmente desapropriadas;
- Propriedades muito grandes parcialmente incluídas (foi considerada o buffer);
- Exclusão de áreas destinadas à reforma agrária;
- Terrenos com relevo e solo adequados para acesso e atividades agrícolas;
- Suficiente capacidade de suporte dos ambientes;
- Proximidade em relação aos antigos locais de moradia (CONSELHO RIBEIRNHO, 2018, p. 3);

Com base nesses critérios e premissas, a proposta formulada pelo Conselho Ribeirinho previa a criação de três territórios ribeirinhos no reservatório da UHE Belo Monte. Um, na margem esquerda do rio Xingu, a montante da cidade de Altamira, cujo limite norte era um castanhal que seria tornado de uso coletivo, e o limite sul era o final do reservatório. Outro, também na margem esquerda do Xingu, mas a jusante da cidade de Altamira, cujo limite norte era uma área de lazer conhecido como “praia do

Massanório” e o limite sul era o canal de derivação da UHB Belo Monte. E um terceiro território situado na margem direita do Xingu, a jusante da cidade de Altamira, cujo limite norte era com moradores tradicionais que residiam em áreas remanescentes e o limite sul era a área de segurança do Pimental, onde se encontrava o barramento principal da hidrelétrica (Mapa 06).

Como ilustrado nesse mapa, a proposta formulada pelo Conselho Ribeirinho, com a imprescindível colaboração dos mediadores/parceiros, privilegiava o reassentamento de camponeses beiradeiros e indígenas integralmente nos beiradões do Xingu, não mais em ilhas como feito com parte das famílias já assentadas pela NESA. Isso, porém, em áreas mais extensas do que a APP variável do reservatório, definida pela empresa. Desse modo, a proposta do Conselho buscava ampliar a área de uso para esses grupos sociais, livrando-os dos pontos de ocupação, onde as condições de produção apresentavam-se extremamente limitadas, tanto pela extensão das áreas de uso, quanto pela legislação ambiental, que obstaculizavam a organização de uma forma de produção agroextrativista em face da nova natureza produzida com a chegada da hidrelétrica.

Porém, as terras incluídas na proposição do Conselho Ribeirinho para além das APPs variáveis, apesar de quase totalmente dentro da área do antigo Decreto de Utilidade Pública (DUP) de Belo Monte, não haviam sido efetivamente desapropriadas pela NESA, quando da vigência dessa DUP. Como se comprometeu apenas formalmente com as obrigações previstas no PBA, particularmente no tangia à recomposição do modo de vida dos grupos sociais atingidos, a empresa adquiriu apenas estreitas faixas de terra nos beiradões, basicamente para delimitar a APP no entorno do reservatório, não para criar reassentamento nos beiradões.

Mapa 06: Mapa dos territórios ribeirinhos propostos para serem criados no reservatório da UHE Belo Monte

Na reunião técnica realizada em Brasília no início de 2018, a NESA foi pressionada no sentido de considerar a proposta territorial do Conselho Ribeirinho para o reassentamento de camponeses e indígenas já reconhecidos. Conforme De Francesco (2018, s/n),

Se o modelo de reassentamento proposto pela Norte Energia foi rechaçado pelo Ibama e os pesquisadores presentes, o Conselho Ribeirinho apresentou uma alternativa viável para a reterritorialização das famílias nas margens do rio, que conciliava os direitos destas famílias, a recuperação e conservação ambiental do território.

Além disso, o próprio Ibama concluiu que as áreas de APPs do reservatório não teriam mais suporte para receber assentados, e determinou que a empresa analisasse a proposta do Conselho e apresentasse sua avaliação.

Independente do resultado dos estudos de caso, informo que, de acordo com o discutido tanto no seminário técnico anual, em dezembro/2017, como na reunião em Brasília, no dia 06/02/2018, o Ibama verifica que não há como reassentar novas famílias ribeirinhas na APP, conforme vêm sendo realizado, por não haver capacidade de suporte da área frente ao universo de famílias atingidas.

Desta forma, uma vez definido o público de famílias ribeirinhas, solicito que a Norte Energia avalie a proposta apresentada pelo Conselho Ribeirinho na reunião de 06/02/2018 (protocolada com cópia no Ibama, Norte Energia e SPU), e apresente, no prazo de até 60 dias, proposta com vistas ao reassentamento dos ribeirinhos (IBAMA, 2018b, p. 1-2).

Em face dessas pressões, a NESA foi forçada a discutir a proposta territorial apresentada pelo Conselho Ribeirinho. Na maior parte de 2018, entretanto, a empresa descumpriu vários prazos estabelecidos para apresentar sua posição em relação à proposta do Conselho, de modo que este sujeito em alguns momentos notificou ao Ibama, sobre tal estratégia da empresa.

No segundo semestre de 2018, a NESA mais uma vez contratou a *Worley Parsons* para elaborar sua contraproposta à proposição territorial do Conselho Ribeirinho. Esta contraposta foi rechaçada pelos camponeses beiradeiros e indígenas, assim como pelos seus mediadores/parceiros. Acordou-se, então, uma ida a campo para que determinadas questões fossem melhor explicadas e compreendidas.

No final de 2018, o Conselho Ribeirinho estava no aguado de uma contraproposta da NESA, depois das discussões e idas a campo com a equipe da *Worley Parsons*. Enquanto isso, uma parte dos camponeses beiradeiros e indígenas continuava nos pontos de ocupação, uma espécie de “espaço prisão” (OLIVEIRA, 2000), onde pouco podiam fazer e viviam vigiados permanentemente. E outra parte, a maioria, encontrava-se em situação de privações materiais, como aponta um Termo

do Declaração do Conselho Ribeirinho, anexado em um ofício do MPF (MPF, 2017, p.1) ao Ibama.

*Que as famílias ribeirinhas que ainda não tiveram reconhecido o direito de retornar ao reservatório estão vivendo de ajuda e passando necessidade. Que não estão conseguindo descer ao rio para pescar, porque não consegue comprar nem gasolina. Que a Norte Energia, o IBAMA e o MPF são sabedores dessa situação. Que na reunião na Secretaria de saúde já estavam impacientes com uma resposta. Que foi dia 23 de março. Que a promessa naquela reunião foi de respostas até o dia 31 de março. E que já faz 50 dias, sem nenhuma notícia. Que estão respeitando o direito deles, mas também devem ser respeitados os seus direitos, que são os prejudicados com a demora. [...] Ressaltam que as famílias não reconhecidas pelas Norte Energia estão passando por severas limitações econômicas, pois foram removidas de suas áreas de onde retiravam seu sustendo. Nesta ocasião o apresentam lista com mais de 100 famílias que segundo estudo realizado pelo Conselho, devem ser inseridas no projeto dos ribeirinhos. Que na oportunidade diante da gravidade da situação vem requerer encaminhamento dos documentos e reunião para tratativas sobre essa documentação com IBAMA e Norte Energia, **em caráter de urgência**, que pedem que esta reunião se façam presentes pessoas que tenham poder de decisão para que o problema realmente seja resolvido. QUE não podem mais esperar.*

Em face dessas privações, os mediadores/parceiros, principalmente o MPF, passaram a exigir que a NESA pagasse um auxílio aos atingidos já reconhecidos, mas que ainda não haviam sido reassentados no Xingu, em decorrência das estratégias e da morosidade da própria empresa no que dizia respeito a essa questão. Depois de muitos embates e articulações, no final de 2017, a NESA finalmente comprometeu-se a pagar a chamada “verba de apoio” (900,00 reais) por um ano, aos camponeses beiradeiros e indígenas já reconhecidos, mas que ainda esperavam pelo reassentamento.

Passou, porém, todo o ano de 2018 e a situação desses grupos sociais não foi resolvida. Enquanto isso, a NESA preocupava-se com atrasos na instalação do linhão conectando a UHE Belo Monte ao sudeste do país, o que poderia deixar ociosa por certo tempo, parte das máquinas (turbinas) previstas para entrarem em funcionamento nos últimos anos de construção da hidrelétrica.

PARTE IV: CONSIDERAÇÕES FINAIS

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desse trabalho, esboçou-se analisar as lutas camponesas no/e contra o cercamento do médio rio Xingu para a construção da UHE Belo Monte, no Pará. Essas lutas, envolvendo grupos camponeses distintos, desenvolviam-se tanto nos reassentamentos rurais, pela produção e reprodução na terra de trabalho, quanto nos beiradões e ilhas do Xingu, por terra e território. Tendo em vista que constituíam expressões do modo desigual e contraditório pelo qual o capitalismo avançava na Amazônia, nessas primeiras décadas do século XXI, buscou-se abordar essas lutas a partir de uma perspectiva dialética e multidimensional, com a pretensão de apreendê-las em seu caráter i-material.

A partir dessa abordagem, tornou-se possível destacar pelo menos dois exemplos que ilustravam a importância dessas lutas camponesas no médio rio Xingu, tanto no plano político, quanto teórico, principalmente em face do modo econômico-político neoliberal que passou a avançar no país, no qual políticas públicas passaram a ser privatizadas e/ou condicionadas à implementação de projetos, objetivando reduzir a participação social e dissuadir as resistências territoriais às empresas que, contraditoriamente, como assinalou Acselrad (2018a), ampliam sua presença na esfera política, interferindo fortemente na redefinição da legislação relacionada à exploração dos recursos naturais (florestas, minerais, águas) e às Unidades de Conservação (UC) e Terras Indígenas (TI).

Assim, no plano político, um importante exemplo que era possível extrair da área em que foi construída a UHE Belo Monte, era que a luta política constituía, mais do que nunca, fator decisivo no processo reprodução da forma camponesa de produção. Era através da luta que os camponeses atingidos por essa hidrelétrica resistiam na terra de trabalho, contraditoriamente obtida nos reassentamentos rurais, assim como sonhavam, juntamente com as famílias indígenas não aldeadas igualmente atingidas, com a reconquista de frações do território capitalista cercado para a produção de energia elétrica, onde pudessem novamente reconstruir suas formas de produção agroextrativista e seu modo de vida.

Apesar dos avanços formais na legislação e na linguagem do licenciamento ambiental brasileiro, observava-se que na prática, a empresa NESA operava no Xingu com a mesma concepção de atingido identificada por Vainer (2008) como hídrica e patrimonialista, perspectiva que até então marcara a atuação do setor elétrico

brasileiro e que a empresa se comprometia em superar no PBA da UHE Belo Monte. Prova disso, era que a empresa, desconsiderando as particularidades territoriais dos grupos camponeses atingidos, assentou uma pequena parte desses grupos em reassentamentos rurais e buscou livrar-se sumariamente, principalmente dos camponeses beiradeiros, através de ínfimas indenizações em dinheiro, expondo em muitos casos esses camponeses, assim como famílias indígenas igualmente expropriadas de seus territórios, à miséria, principalmente na cidade de Altamira.

Para os reassentamentos rurais, situados em áreas de terra firme, no município de Vitória do Xingu, a empresa levou tanto camponeses de terra firme, quanto camponeses beiradeiros. Com isso, a re-produção desse último grupo de camponeses que possuía um forte pertencimento territorial tornou-se um grande desafio, sobretudo naqueles lotes onde só encontraram capim. Consequentemente, no RRC, metade dos assentados já não se encontrava mais na terra, diferentemente do RAR, onde o percentual de evasão era bem inferior, principalmente nos lotes onde já existiam plantações de cacau em idade produtiva.

Nesses reassentamentos, constatou-se que a principal luta dos camponeses era para permanecer na terra. No RRC, além das atividades nos lotes, os assentados recorriam com frequência a atividades fora da unidade de produção-consumo, buscando obter renda que permitisse custear as despesas que aumentaram com a necessidade do uso de energia elétrica, por exemplo. No RAR, onde foi assentada a maioria dos camponeses de terra firme, a luta era para recuperar a lavoura de cacau encontrada nos lotes. Mesmo assim, podia-se dizer que estavam em melhor situação em relação à re-produção da forma camponesa do que os assentados do RRC, que ainda lutavam para formar as plantações de cacau, a cultura permanente mais importante na região, cuja produção era absorvida por empresas como a Cargill, que espalhava tentáculos monopolizando o território nos municípios produtores de cacau no eixo da Transamazônica.

Por sua vez, à maioria dos camponeses beiradeiros e, também, à famílias indígenas que se reproduziam historicamente fora de TI, nos beiradões e ilhas do Xingu, não restou outra opção, senão a luta por terra e território. O contexto espaço-temporal dessas lutas mostrou-se extremamente complicado. Além da campanha de cooptação-desmobilização que já vinha sendo colocada em prática pela Eletronorte, como assinala Melo (2005), a conjuntura política, com os governos do PT, era

marcada pelo aparelhamento (e crise interna) do principal movimento camponês em Altamira e nos municípios vizinhos, o MDTX, que já vinha se metamorfoseando nesse momento numa fundação, a FVPP. O MAB, movimento amplamente conhecido por suas lutas ao lado dos atingidos por barragens, passou a conviver também com uma espécie de esquizofrenia, tendo que denunciar os desmandos da empresa por um lado, ao mesmo tempo em que buscava manter seu apoio ao governo, por outro.

Nesse quadro, camponeses beiradeiros e indígenas encontraram apoio do MXVPS, um sujeito que surgiu das divergências internas do MDTX/FVPP, assim como do ISA, ONG que também atuava principalmente no alto Xingu, e do MPF, cuja procuradora destinada a acompanhar o caso desses grupos sociais procurou dar a seu cargo um papel social. A luta política capitaneada por esses grupos sociais ao lado de seus mediadores/parceiros privilegiou a perspectiva de que esses grupos eram populações tradicionais e que, enquanto tal, não tiveram seus direitos territoriais respeitados, impondo-se a necessidade de revisar/alterar a política compensatória imposta unilateralmente pela NESA, incluindo a possibilidade de retorno dos grupos atingidos aos beiradões do rio Xingu, no perímetro do reservatório da UHE Belo Monte.

Com essa perspectiva de luta, camponeses beiradeiros e indígenas lançaram contradições sobre o programa original da empresa, que foi forçada a admitir a reocupação humana no entorno do reservatório principal da hidrelétrica da UHE Belo Monte. Parte desses grupos sociais foi reassentada em APPs e ilhas, mas em função de problemas no processo de reconhecimento feito pela empresa e das limitações encontradas nos pontos de ocupação onde foram reassentados, a luta continuou, com a formação de uma organização, o Conselho Ribeirinho, congregando camponeses beiradeiros e indígenas de diferentes localidades que foram atingidas pela hidrelétrica.

Esse conselho, apesar da resistência inicial da empresa, passou a fazer parte de discussões no âmbito do licenciamento, particularmente aquelas relativas aos interesses dos camponeses beiradeiros e indígenas. Depois de obter a legitimidade perante ao IBAMA, muito em função das ações do MPF e do grupo de apoio (MXVPS e ISA) que se formou no contexto da luta, o Conselho realizou um processo de reconhecimento social das famílias que efetivamente territorializavam os beiradões e ilhas do médio rio Xingu antes da UHE Belo Monte, para que essas tivessem o direito de retornar ao rio, caso quisessem.

Depois desse reconhecimento social, a principal luta encampada por esses sujeitos sociais passou a ser a criação de três territórios ribeirinhos ao longo do reservatório principal da UHE Belo Monte, no Xingu. Territórios que efetivamente possibilitassem as condições ambientais necessárias para a recomposição do modo de vida dos grupos sociais atingidos tal como previsto no PBA do empreendimento. Para isso, com a ajuda do grupo de apoio, fizeram levantamento minucioso das áreas pleiteadas e através de oficinas participativas elaboraram uma proposta que passou a ser discutida com a empresa. Após algumas reuniões com os agentes envolvidos no licenciamento (IBAMA, SPU, NESÁ), no final de 2018, esperava-se uma resposta definitiva da empresa para se avançar na criação dos territórios almejados.

Isto posto, outro ponto que se podia destacar era que, apesar dos avanços obtidos na luta política mediante o uso da noção de “comunidade/população tradicional”, do ponto de vista teórico, quem efetivamente lutava por terra e território eram camponeses e indígenas. Ou seja, sujeitos sociais conceitualmente distintos em função de suas particularidades históricas e étnicas, não obstante suas interações no espaço-tempo, particularmente no vale do Xingu. Tratava-se de sujeitos sociais que a empresa capitalista buscou invisibilizar e homogeneizar em sua estratégia compensatória perversa, mas que concretamente não eram homogêneos. Constituíam grupos/povos que em face das adversidades geradas pelo empreendimento capitalista uniram-se na luta, mas não se homogeneizaram, pois faziam parte de classe e de povos distintos, mesmo compartilhando modos de vida similares e um forte sentido de pertencimento territorial.

Logo, a suposta morte do campesinato diagnosticada por autores como Barbosa de Almeida (2007), por exemplo, não guardava correspondência com a realidade concreta do campo brasileiro, pois ancorada, basicamente, numa opção teórico-metodológica particularizante/singularizante ou “nominalista”, para usar o termo do autor. Nessa concepção, apenas eclipsou-se a compreensão dos camponeses como classe/sujeito social de dentro do capitalismo, passando-se a privilegiar as identificações regionais pelas quais o campesinato foi sendo conhecido, surgindo uma miríade de “atores” ou “categorias sociais”. Análises desses grupos sociais (CRUZ, 2007; MARAL, 2017; MARQUES, 1994), porém, evidenciaram o caráter camponês desses grupos, sobretudo pelo modo como, contraditoriamente, reproduziam-se e lutavam no interior da sociedade capitalista.

Na área de estudo, contra todas as expectativas e enfrentando toda sorte de dificuldades, os camponeses lutavam para reconquistar sua campesinidade, quer fosse nos reassentamento rurais, onde o principal desafio era a busca da sobrevivência nas unidades de produção-consumo contraditoriamente obtidas da empresa, quer fosse nos beiradões do médio rio Xingu e na cidade de Altamira, onde camponeses beiradeiros e famílias indígenas lutavam para reconquistar frações do território capitalista cercado para a produção de energia elétrica. Foi através dessas lutas que os camponeses sempre se re-criaram no campo brasileiro, como assinalaram autores como Oliveira (2001, 2002, 2011) e Martins (1986, 2010).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. Mercado de Terras e Meio Ambiente em áreas de grandes projetos de investimento - o caso da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. **Estudos Sociedade e Agricultura** (UFRJ), v. 18, p. 158-192, 2010.

_____. Apresentação. In: ACSELRAD, H. (org.). Políticas Territoriais, empresas e comunidades. **O neoextrativismo e a gestão empresarial do “social”**. Rio de Janeiro: Giramond, 2018a. p. 7-13.

_____. Territórios do capitalismo extrativo. In: ACSELRAD, H. (org.). Políticas Territoriais, empresas e comunidades. **O neoextrativismo e a gestão empresarial do “social”**. Rio de Janeiro: Giramond, 2018b. p. 33-60.

ALARCON, D. F.; TORRES, M. **“Não tem essa lei no mundo, rapaz!”** A estação ecológica da Terra do Meio e a resistência dos beiradeiros do alto Iriri. São Paulo: ISA - Instituto Socioambiental; Altamira: Amora - Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio, 2014.

ALMEIDA, A.W. B. de; ARAÚJO, J. DO N. et. al. **Mapeamento social como instrumento de gestão territorial contra o desmatamento e a devastação: processos de capacitação de povos e comunidades tradicionais: ribeirinhos, extrativistas e moradores das comunidades deslocadas por hidrelétricas no rio Madeira (RO): o reassentamento voluntário de Vila Jirau**,19. Manaus: UEA Edições, 2014.

ALMEIDA, A. W. B. de; MARIN, R. E. A. Pescadores, ribeirinhos e indígenas: mobilizações étnicas na região do rio Xingu: resolução não negociada dos conflitos na usina hidrelétrica de Belo Monte. In: OLIVEIRA, J. P. de; COHN, C. (orgs.). **Belo Monte e a Questão Indígena**. Brasília - DF: ABA, 2014. p. 143-169.

ALVES, J. **As revoltas dos trabalhadores em Jirau (RO): degradação do trabalho represada na produção de energia elétrica na Amazônia**. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP/Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2014.

ALVES, V. E. L.; NÓBREGA, M. I. C. Os novos desafios das populações agroextrativistas na Amazônia Maranhense frente à instalação da Empresa Suzano papel e celulose na Microrregião de Imperatriz. **Revista Espaço e Geografia (UnB)**, v. 21, p. 3-43, 2018.

AMARAL, M. D. B. **Reforma Agrária e Reconhecimento: o caminho da autonomia e liberdade das camponesas-quebradeiras de coco babaçu da região do bico do papagaio**. São Paulo. 2017.

AZEVEDO, M. M. L. de. **Itaparica: o futuro de um povo. A expropriação do espaço de trabalho pelo Estado para o capital**. 1991. 189 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, F. F. L. C. H, Departamento de Geografia, 1991.

BECKER, B. K.; MIRANDA, M.; MACHADO, L. O. **Frente Amazônica. Questões sobre a Gestão do Território**. Brasília/Rio de Janeiro: UNB/UFRJ, 1990.

BARBOSA de ALMEIDA, M. W. Narrativas Agrárias e a Morte do Campesinato. **Ruris** (Campinas), v. 2, p. 157-186, 2007.

BERMANN, C.; HERNANDEZ, F. M.; RODRIGUES, L. A.; WITTMANN, D. **Usinas Hidrelétricas na Amazônia - o futuro sob as águas. 2010.** (Apresentação de Trabalho/Seminário).

BERMAN. C. O projeto da Usina Hidrelétrica Belo Monte: a autocracia energética como paradigma. **Novos Cadernos NAEA**, v. 15, n. 1, p. 5-23, jun. 2012.

_____. A resistência às obras hidrelétricas na Amazônia e a fragilização do Ministério Público Federal. In: **Novos Cadernos NAEA**, v. 16, n. 2, p. 97-120, dez. 2013.

BEZERRA NETO, J. M. De Porto de Moz a Ponte Seca. Gente, Espaço e Tempo no Xingu Oitocentista. In: SOUZA, C. M. de; CARDOZO, A. (orgs.). **Histórias do Xingu: Fronteiras, Espaços e Territorialidades (Séc. XVII-XXI)**. Belém: EDUFPA, 2008. pp. 97-120.

BOMBARDI, L. M. O Bairro Rural como Identidade Territorial: a especificidade da abordagem do campesinato na geografia. **AGRÁRIA**, nº 1, pp. 55-95, 2004.

_____. Contribuição à historiografia da geografia agrária na Universidade de São Paulo. **AGRÁRIA**, São Paulo, no 8, pp. 99-121, 2008.

BORGES, L. R. M. **Políticas territoriais e setor elétrico no Brasil: análise dos efeitos da construção de hidrelétricas na Amazônia pelo programa de aceleração do crescimento no período de 2007 a 2014.** Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo 2018.

BRANDÃO. C. R. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade e Cultura**, v. 10, n. 1, jan./jun. 2007, p. 11-27.

BRASIL. JUSTIÇA FEDERAL. SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ. **Processo 405-16.2011.4.01.3903.** VARA ÚNICA DE ALTAMIRA DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA em 09/06/2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. **Processo nº 48500.003805/2010-81.** Contrato de Concessão nº 01/2010-MME- UHE Belo Monte. 2010a.

BRASIL. PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL DO XINGU. **Decreto nº 7.340**, de 21 de outubro de 2010b.

BRASIL. ANEEL. **Consórcio Norte Energia vence o leilão de energia da Usina Hidrelétrica Belo Monte.** Disponível em: http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/noticias/Output_Noticias.cfm?Identidade=3385&id_area=90. Acesso em: jul/2016.

_____. ANEEL. **Nota Técnica nº 5b/2014-SFG/ANEEL**, agosto de 2014

BRASIL. SENADO FEDERAL. COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH. **Relatório de Diligência realizada na cidade de Altamira (PA) em 16 de abril de 2011 para discutir problemas sociais advindos da construção da barragem da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.** Disponível em: www.xinguvivo.org.br/2010/10/14/impactos-sociais/. Acesso em: 10 de agosto de 2016, 16:00.

CAMPOS, P. H. P. **A Ditadura dos Empreiteiros: as empresas nacionais da construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1984.** 2012. 584 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal

Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012.

CARNEIRO, Cristiane Costa; DE FRANCESCO, Ana. **Impactos de Belo Monte nos recursos pesqueiros e a invisibilização dos pescadores no processo de licenciamento**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2015 (Vozes do Xingu: Coletânea de artigos para o Dossiê Belo Monte).

CARCANHOLO, M. D. Inserção externa e vulnerabilidade da economia brasileira no governo Lula. In: MAGALHÃES, J. P. de A. *et al.* **Os anos Lula: contribuição para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 109-132.

CARVALHO, M. R. A Usina hidrelétrica de Itaparica (BA) e o Deslocamento de Índios e Camponeses. In: MAGALHÃES, S. B; BRITO, R. C; CASTRO, E. R. de (orgs). **Energia na Amazônia**. Belém: MPEG/UFPA/UNAMAZ, 1996. p. 605-629.

CASTRO, E. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sulamericana. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, p. 45-61, Jan./Abr. 2012.

CHAMBOULEYRON, R. O sertão dos Taconhapé. Cravo, Índios e Guerras no Xingu Seiscentista. In: SOUZA, C. M. de.; CARDOZO, A. (orgs.). **Histórias do Xingu: Fronteiras, Espaços e Territorialidades (Séc. XVII-XXI)**. Belém: EDUFPA, 2008. pp. 51-74. CHESNAIS, F. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.

CHAUÍ, M. Uma nova classe trabalhadora: indagações. In: Fundação Perseu Abramo e Fundação Friedrich Ebert. (Org.). **Classes? Que classes?** 1ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013, v. 1, p. 87-104.

CONSELHO RIBEIRINHO DO RESERVATÓRIO DA UHE DE BELO MONTE. **RELATÓRIO DO PROCESSO DE RECONHECIMENTO SOCIAL**. Altamira, 2017.

_____. **ATO DE CRIAÇÃO do CONSELHO RIBEIRINHO do reservatório da UHE Belo Monte**. Altamira, 2016.

_____. **Lista de Reconhecimento Social dividida por tipologias...**Altamira, junho de 2017a.

_____. **Relatoria de vistoria técnica realizada nos reassentamentos do reservatório da UHE Belo Monte**. Altamira, 2017b.

COSTA, W. M. da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

_____. Políticas territoriais brasileiras no contexto da integração Sul-Americana. **Revista Território**, Rio de Janeiro, n. 7, p. 25-41, 1999.

COUTINHO, C. N. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

COUDREAU, H. **Viagem ao Xingu 1896**. Tradução: Eugênio Amado. São Paulo: Ed. Universidade, 1977.

CRUZ, M. de J. M. **A territorialização camponesa na várzea amazônica**. São Paulo, 2007.

CUNHA, C. “Pintou uma chance legal” o programa “terra legal” no interior dos projetos integrados de colonização e do polígono desapropriado de Altamira, no Pará. **AGRÁRIA**, São Paulo, nos 10/11, pp. 20-56, 2009.

DAOU, A. M. L. Os “Desobrigados” da Barragem: longe e perto do lago. Uma reflexão sobre o deslocamento compulsório em Sobradinho. In. MAGALHÃES, S. B; BRITO, R. C; CASTRO, E. R. de (orgs). **Energia na Amazônia**. Belém: MPEG/UFGA/UNAMAZ, 1996. p. 477-490.

DE FRANCESCO, A.; CARNEIRO, C. **Atlas dos impactos da UHE Belo Monte sobre a pesca**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2015.

_____. Em articulação inédita, ribeirinhos atingidos pela usina Belo Monte determinam os caminhos para retornarem ao seu território. **Instituto Socioambiental**, 2018.

DOB, M. **A evolução do capitalismo**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

DOBLAS, J.; GUERRERO, N. R.; TORRES, M. Inconsistências nos processos desapropriatórios conduzidos pela Norte Energia S. A. na região de Volta Grande do rio Xingu. **Laudo pericial Cobra Choca A ação Civil Pública foi distribuída na 1ª Vara Cível da Comarca de Altamira - PA, sob o número 0003927-12.2011.814.0005**. 2011.

ELETROBRAS et. Al. **Aproveitamento hidrelétrico Belo Monte**. Volume 24. Diagnóstico da área diretamente afetada – Meio Socioeconômicos e Cultural – ADA Rural. Fevereiro de 2009.

ELETROBRÁS. **Relatório de Impacto Ambiental – Rima**. APROVEITAMENTO HIDRELÉTRICO BELO MONTE. Maio de 2009.

ENGELS, F. A **origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 10.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985

FERREIRA, A. F; MACIEL, M. N. Governo e Empresas: senhores do destino dos povos do madeira...!?. In. ALMEIDA, A. B. de (org). **Conflitos Sociais no “Complexo Madeira”**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social do Campesinato/UEA Edição, 2009. P. 215-228.

FERREIRA, J. A. **Comunicação e Identidade: apropriação e estratégia do Movimento Xingu Vivo Para Sempre em reação à hidrelétrica de Belo Monte**. 2014. 124 f. Dissertação (Mestrado) - UFGA/NAEA, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2014.

FORT XINGU. **Revista do fórum regional de desenvolvimento econômico e socioambiental da Transamazônica e Xingu** – setembro de 2011.

FRANÇA, E. de S. **A des-territorialização de produtores rurais da Comunidade Paratizão no contexto de instalação da hidrelétrica Belo Monte** - PA. TCC, UFGA, 2015.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Indicadores de Belo Monte. Deslocamentos Compulsórios no Meio Rural**. 2015.

GIRARDI, L.H. de O.; SILVA, B.M.N. **Quantificação em geografia**. São Paulo: DIFEL, 1981.

GARCIA Jr., Afrânio **Terra de Trabalho, Trabalho Familiar e Pequenos Produtores**. R.J: Ed. Paz e Terra, 1983.

GOMES, W. L. S. **Inovações no regime de desapropriações**. USP, 2009.

GOMES E SILVA, I. de O.; THOMAZ JR, A. Belo Monte e des-envolvimentos na Amazônia. In: **XII ENANPEGE** - Geografia, Ciência e Política, 2017, Porto Alegre. <http://www.enanpege.ggf.br/2017/anais>.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
HÉBETTE, J. A luta sindical em resposta às agressões dos grandes projetos. In: HÉBETTE, J (org.). O cerco está se fechando: impacto do grande capital na Amazônia. Rio de Janeiro: FASE, 1991. p. 89-113.

HENCHER, M. J. **Processo de ambientalização da ação pública no território Xingu: as estratégias dos mediadores camponeses**. Belém, 268f. Tese (doutorando em Ciências Sociais/Sociologia) PPGCS da UFPA, 2012.

HERNÁNDEZ, F. D. M.; MAGALHÃES, S. B. Ciência, cientistas e democracia desconfigurada: o caso Belo Monte. **Novos Cadernos NAEA**, v. 14, n.1 – jun. 2011. 79-96.

HERRERA, J. A; SANTANA, N. C. Empreendimento hidrelétrico e famílias ribeirinhas na Amazônia: desterritorialização e resistência à construção da hidrelétrica Belo Monte, na Volta Grande do Xingu. **GEOUSP (Online)**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 250 – 266, mai./ago. 2016.

IANNI, O. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

IBAMA. **PARECER nº 1553/2014** (Análise do 5º Relatório Semestral de Andamento do Projeto Básico Ambiental e das Condicionantes da Licença de Instalação nº795/2011, da Usina Hidrelétrica Belo Monte, processo nº 02001.001848/2006-75.)

_____. **LICENÇA DE OPERAÇÃO Nº 1317/2015**. Brasília, 2015a.

_____. **OF 02001.007279/2015-62 DILIC/IBAMA**. Brasília, 2015b.

_____. **NOT. TEC. 02001.001537/2015-05 COHID/IBAMA**. Brasília, 2015c.

_____. **Parecer Técnico nº 53/2018-COHID/CGTEF/DILIC**. Número do Processo: 02001.001848/2006-75. Brasília, 2018a.

_____. **Ofício nº 58/2018/COHID/CGTEF/DILIC-IBAMA**. Brasília, 2018b.

_____. **Mortandade de peixes**. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/noticias/58-2016/171-ibama-multa-norte-energia-em-r-35-milhoes-por-mortandade-de-peixes-em-belo-monte>. Consulta em 19 de fevereiro de 2019.

_____. **Parecer Técnico nº 23/2018-COHID/CGTEF/DILIC**. Brasília, 2018c.

IPEA; FBSP. **Atlas da violência 2017**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/170609_atlas_da_violencia_2017.pdf. Consulta em janeiro de 2019.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Proposta Ed, 1980.

LENIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. **O Estado e a Revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LEROY, J. P. Amazônia: território do capital e territórios dos povos. In. Khouri, A; Laschefski, K. (Org). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, pp. 92-111.

LOWY, M. **Método dialético e teoria política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LUXEMBURGO, R. **A acumulação de capital**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1976.

MAGALHÃES, S. B. **Lamento e Dor. Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens**. Belém: UFPA, 2007.

_____. As grandes hidrelétricas e as populações camponesas. In. D'INCÃO, M. A.; SILVEIRA, I. M. da (orgs). **A Amazônia e a crise da modernização**. 2ª Ed. Belém: ICSA/UFPA, 2009. p. 443-451.

_____. A voz dos ribeirinhos expulsos. In. MAGALHÃES, S. B.; CUNHA, M. C (orgs). **A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte: relatório da SBPC**. São Paulo: SBPC, 2017. p. 25-37.

MAGALHÃES, S. e HERNANDEZ, F. (orgs). **Painel de Especialistas: análise crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte**. Belém, 29 de setembro de 2009, mimeo.

MAGALHÃES, S. B.; SANZ, F. S. G. Impactos sociais e negociações no contexto de grandes barragens: reflexões sobre conceitos, direitos e (des) compromissos. **FRAGMENTOS DE CULTURA**, Goiânia, v. 25, n. 2, p. 223-239, abr./jun. 2015.

MAGALHÃES, S. B.; SILVA, Y. Y. P. da; VIDAL, C. da L. Não há peixe para pescar neste verão: efeitos socioambientais durante a construção de grandes barragens – o caso Belo Monte. **Desenvolv. Meio Ambiente**, v. 37, p. 111-134, maio 2016 - Edição Especial Nexa Água e Energia.

MAGALHÃES, S. B.; CUNHA, M. C (orgs). **A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte: relatório da SBPC**. São Paulo: SBPC, 2017.

MAIA, R. E. F. **Resistência e expropriação de famílias na Volta Grande Do Xingu: o caso de duas áreas atingidas pela barragem de Belo Monte, Pará, Brasil**. Belém, 113f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) NCADR - Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental, 2013.

MALVEZZE, R. O avanço do hidronegócio e os conflitos pela água. In. CANUTO, A. LUZ, C. R. S.; WICHINIESKI, I (Orgs). **Conflitos no Campo Brasil 2011**. Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2012. p. 86-88.

MARCOS, V. Da Luta Para Entrar Na Terra À Luta Para Permanecer Na Terra: A Realidade dos Assentamentos Rurais Paraibanos. **CADERNO DO NERA - SÉRIE ESTUDOS**, PRESIDENTE PRUDENTE-SP, n.2, p. 51-73, 1998.

_____. Trabalho de campo em geografia: reflexões sobre uma experiência de pesquisa participante. **BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA**, São Paulo, nº 84, p. 105-136, 2006.

_____. Solidariedade que tece redes: as estratégias de reprodução e recriação camponesa nos assentamentos do alto sertão paraibano. **Anais do XIV Encontro Nacional de Geógrafos**, Rio Branco-AC, UFAC, julho de 2007.

MARQUES, M. I. M. **Modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Ribeira-PB**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, FFLCH/USP. São Paulo, 1994.

_____. **De sem Terra a “Posseiro”, A Luta pela Terra e a Construção do Território Camponês no Espaço da Reforma Agrária: o caso dos assentamentos nas fazendas Retiro e Velha**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, FFLCH/USP. São Paulo, 2000.

_____. Relação sociedade natureza e a relação sujeito objeto: retomando a contenda. In: MARQUES, M. I. *et al.* (Org.). **Perspectivas de natureza: epistemologias, negócios de natureza e América Latina**. 1ed. São Paulo: Annablume, 2018, v.1, p. 43-70.

MARTINS, J. S. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1981.

_____. **A militarização da questão agrária na Amazônia** (terra e poder: o problema da terra na crise política). Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. **Não há terra para plantar nesse verão** (o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político no campo). Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1986.

_____. **A chegada do estranho**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

_____. **Fronteira**. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. **O cativo da terra**. 9ª Ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MARX, K. Posfácio da 2ª Edição. **O capital**. Livro primeiro. Volume I. 24ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 21-31.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K; ENGELS, F. O manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **A ideologia alemã**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MDA/INCRA. [s.d.]. O Livro Branco da Grilagem. Brasília: MDA.

MELLO, N. A. de. **Políticas Territoriais na Amazônia**. São Paulo: Annablume, 2006.

MELO, A. O assédio da Eletronorte sobre o povo e as entidades na região de Altamira. In: **Tenotã-Mõ**. São Paulo: Comissão Pró-Índio, 2005. p. 55-57.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Ação Civil Pública**. 1.23.000.00366/2007-11. 2007.

_____. **Ação Civil Pública**. 8944-98.2011.4.01.3900. 2011.

_____. **Ação Civil Pública**. 2464-06.2013.4.01.3903 . 2013.

_____. **Relatório de inspeção interinstitucional: áreas ribeirinhas atingidas pelo processo de remoção compulsória da UHE Belo Monte.** Altamira, 2015. Disponível

em:<http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2015/arquivos/Relatorio_inspecao_ribeirinhos_Belo_Monte_junho_2015.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2016.

_____. **Ofício nº 400/2015/PRM/GAB1.** 2015a.

_____. **Edital de Convocação.** Audiência Pública: Garantia do modo de vida da população ribeirinha diante dos impactos não mitigados da UHE Belo Monte. Altamira, 20 de setembro de 2016.

_____. **Belo Monte:** MPF convoca audiência pública para debater reparação da violação de direitos humanos da população ribeirinha do Xingu. 2016.

_____. **Ofício nº 0089/2017/PRMJATM/GAB1.** Altamira, 2017.

NASCIMENTO, S. M. do. **Usina hidrelétrica de Belo Monte.** 2011. 275 f. Dissertação (Mestrado) - UFPA/NAEA, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2011.

NETO, J. Q. M. **Os nexos de re-estruturação da cidade e da rede urbana:** o papel da Usina Belo Monte nas transformações espaciais de Altamira-PA e em sua região de influência. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP/Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2016.

NOBREGA, F. de A. N. Moradia Digna: Reassentamentos Urbanos Coletivos e Indenizações. In: Instituto Socioambiental (ISA). **Dossiê Belo Monte:** não há condições para a Licença de Operação. 2015, p. 103-107.

NORTE ENERGIA (NESA). **Projeto Básico Ambiental.** Volume II. Plano de Atendimento à População Atingida. Versão Final, set. 2011.

_____. Projeto de indenização e aquisição de terras e benfeitorias. In: **2 Relatório de Consolidação do PBA.** 2012a.

_____. Projeto de Reassentamento Rural. In: **2 Relatório de Consolidação do PBA.** 2012b.

_____. **UHE Belo Monte – implantação dos planos socioambientais.** Plano de atendimento à população atingida. Pré-projeto de reassentamento rural. Dezembro de 2013a.

_____. **UHE Belo Monte – implantação dos planos socioambientais.** Plano de Atendimento à População Atingida. Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes. Março de 2013b.

_____. Projeto de Reassentamento Rural. In: **4 Relatório de Consolidação do PBA.** 2013c.

_____. **Plano de Controle Ambiental – PCA. Reassentamento Rural Coletivo – RRC, município de Vitória do Xingu – Pa.** Dezembro de 2014a.

_____. Projeto de Reassentamento Rural. In: **7 Relatório de Consolidação do PBA.** 2014b.

_____. **Plano de Aproveitamento da Área para Reassentamento Rural Coletivo em Vitória do Xingu.** Abril, 2015a.

_____. Projeto de Reassentamento Rural. In: **8 Relatório de Consolidação do PBA**. 2015b.

_____. **Relatório Final Consolidado de Andamento do PBA e do Atendimento de Condicionantes**. Brasília, fevereiro de 2015c.

_____. **CE 0273/2015-DS**. 2015d.

_____. **Nota Técnica**. 2015e.

_____. **Uhe Belo Monte**. 2016a.

_____. **Termo de oferta de ocupação de ilhas fluviais que ficarão emersas ou que surgirão com a formação do reservatório do rio Xingu**. 2016b.

_____. **Termo de oferta e aceite para recebimento de material necessário à construção de moradia por beneficiário de relocação em ilhas e áreas marginais no entorno do reservatório do reservatório principal (rio Xingu) da UHE Belo Monte**. 2016c.

_____. **CE 0298/2017**. Brasília, 2017a.

_____. **PLANO DE AÇÃO**: estudos de caso para população ribeirinha definida a partir da formação do conselho ribeirinho do reservatório. Altamira (PA), 2017b.

_____. **Relatório Técnico. População relocada para os pontos de ocupação em Áreas de Preservação Ambiental (APP) e Ilhas – Reservatório Xingu**. 2018a.

_____. **Relatório Técnico. População relocada para os pontos de ocupação em Áreas de Preservação Ambiental (APP) e Ilhas – Reservatório Xingu**. 2018b.

_____. **14º RELATÓRIO DE ANDAMENTO DO PBA E DO ATENDIMENTO DE CONDICIONANTES**. Anexo 11.4.1-12/2018 – Resultados de qualidade da água dos pontos monitorados próximos às ocupações ribeirinhas do entorno do Reservatório do Xingu. 2018c.

_____. **CE 0204/2018 – SSAI**. Brasília, 27 de março de 2018d.

_____. **CE 014912018 – SSAI**. Brasília, 26 de fevereiro de 2018e.

OLIVEIRA, A. U. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. 2ª Ed. São Paulo, 1987.

_____. **Amazônia. Monopólio, expropriação e conflitos**. Campinas: Papirus, 1995.

_____. A inserção do Brasil no capitalismo monopolista mundial. In. ROSS, J. L.S. (org.). **Geografia do Brasil**. São Paulo, Edusp, 1995. p. 289-325.

_____. Território e migração: uma discussão conceitual na geografia. In. **Simpósio Internacional “Migração: nação, lugar e dinâmicas territoriais”**. São Paulo, 1999a.

_____. Estado, Ideologia e Poder. In. SPOSITO, E. S. (org.). **Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades**. Presidente Prudente: UNESP/FCT; GAsPERR, 1999b. p. 75-96.

_____. Amazônia: internacionalização, terra e território. In: **Simpósio Multidisciplinar Internacional: O pensamento de Milton Santos e a construção da cidadania em tempos de globalização**. São Paulo: Saraiva; Bauru, SP; Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2000.

_____. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **ESTUDOS AVANÇADOS** 15 (43), p. 185-2006, 2001.

_____. **Integrar para (não) entregar: políticas públicas e Amazônia**. Campinas: Papirus, 2002.

_____. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 2002.

_____. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 63-110.

_____. A “*não reforma agrária*” do MDA/INCRA no governo Lula. Trabalho elaborado para a reunião paralela realizada pela Via Campesina durante a **Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural - CIRADR-FAO**, Porto Alegre-RS, 2006.

_____. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

_____. Território de quem? **Revista sem Terra**, v. 47, p. 17-31, 2008.

_____. Os posseiros voltam a assumir o protagonismo da luta camponesa pela terra no Brasil. In: Comissão Pastoral da Terra - CPT. (Org.). **Conflitos no Campo Brasil 2010**. 1ª. ed. Goiânia: CPT, 2011, v. 1, p. 55-62.

OLIVEIRA FILHO, J. P. Uma etnologia dos 'índios misturados'? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **MANA** (UFRJ. IMPRESSO), Rio de Janeiro, v. 4, n.1, p. 47-77, 1998.

_____. La construcción de la hidroeléctrica Belo Monte y las intervenciones de los antropólogos. **Iztapalapa**. Revista de Ciencias Sociales y Humanidades, p. 81-102, 2018.

OLIVEIRA FILHO, J. P. de; COHN, C. (orgs.). Belo Monte e a questão indígena. Brasília - DF: ABA, 2014.

PADINHA, M. R. **Grandes objetos na Amazônia**: das velhas lógicas hegemônicas às novas centralidades insurgentes, os impactos da hidrelétrica de Belo Monte às escalas da vida. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP/Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2017.

PALMQUIST, H. Remoção Forçada de ribeirinhos por Belo Monte provoca desastre social em Altamira. In: Instituto Socioambiental (ISA). **Dossiê Belo Monte**: não há condições para a Licença de Operação. 2015, p. 122-133.

PINTO, L. F. Grilagem. A pirataria nas terras públicas na Amazônia. **Dossiê Jornal Pessoal**, nº 1, março de 2012.

PORTO-GONÇALVES. C. V. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. A Geopolítica da Água e a Crise do Conhecimento. In: TREVISOL, J. V.; SCHEIBE, L. F. (Org.). **Bacia Hidrográfica do Rio do Peixe: Natureza e Sociedade**. Joaçaba: Editora Unoesc, 2011, p. 17-54.

PEREIRA, R. Hidrelétrica de Belo Monte divide aldeias no Xingu. **O Estado de S. Paulo**, 2015. Consultado em 17/11/2018, disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral/hidreletrica-de-belo-monte-divide-aldeias-no-xingu-imp-,1615198>

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

REIS, A. C. F. **O impacto amazônico na civilização brasileira: a transamazônica e o desafio dos trópicos**. Rio de Janeiro: Editora Paralelo – MEC, 1972.

ROCHA, G. M. População, território e novas barragens na Amazônia: a dinâmica territorial da Volta grande do Xingu e o CHE de Belo Monte. In: **I encontro de ciências sociais e barragens, 2005, Rio de Janeiro. I Encontro de Ciências Sociais e barragens**. Belém: IPPUR / UFRJ, 2005. v. 1.

SADER, E. A construção da hegemonia pós-neoliberal. In: SADER, E. (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil 2013, p. 135-144.

SADER, R. de T. Indígenas e Camponeses: uma relação de conflito. In: **Imaginário – USP**, n 3, p. 151-161, 1996.

SALLES, J. C. M. A desapropriação à luz da doutrina e da jurisprudência. **Revista dos tribunais**, 2009.

SANTOS FILHO, J. dos R. **Espaço e Imaginário Social: a luta pela terra em Tucuruí**. 1999. 215 f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, F. F. L. C. H, Departamento de Geografia, 1999.

SANTOS, L. A. O; ANDRADE, L. M. M. de (Orgs). **As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas**. Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1988.

SAMPAIO JR. P. de. A. O PAC não vai resolver: ele é um pouco mais do mesmo. **Jornal dos economistas**, mar. 2007, p. 3-5.

SAQUET, M. A. Contribuições teórico-metodológicas para uma abordagem territorial multidimensional em geografia agrária. In: SAQUET, M. A.; SUZUKI, J. C.; MARAFON, G. J. (orgs.). **Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p.209-226.

SARAIVA, M. P. **Identidade Multifacetada: a reconstrução do “ser indígena” entre os Juruna do médio Xingu**. Belém: NAEA, 2008.

SEVA, O (org.). **Tenotã-Mõ**. São Paulo: Comissão Pró-Índio, 2005.

SIGAUD, L. Implicações sociais da política do setor elétrico. In: SANTOS, L. A. O; ANDRADE, L. M. M. de (orgs). **As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas**. Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1988.

SHANIN, T. **Naturaleza y lógica de la economía campesina**. Cuadernos Anagrama. 1976.

_____. “A definição de camponês: conceituações e des-conceituações”. **Estudos CEBRAP**, nº 26, Editora Vozes, 1980.

_____. **La classe incomoda**. Madrid: Alianza ed., 1993.

_____. Lições camponesas. In. PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 23-47.

SIMONIAN, L. T. L. Hidrelétrica de Samuel (RO) e Populações Tradicionais: deslocamento compulsório e outras questões. In. MAGALHÃES, S. B; BRITO, R. C; CASTRO, E. R. de (orgs). **Energia na Amazônia**. Belém: MPEG/UFPA/UNAMAZ, 1996. p. 571-590.

SILVA, T. S. C. da. Apresentação. In. CONSELHO RIBEIRINHO DO RESERVATÓRIO DA UHE DE BELO MONTE. **RELATÓRIO DO PROCESSO DE RECONHECIMENTO SOCIAL**. Altamira, 2017. p. 5-12.

TEIXEIRA, C. C. T. **O aviamento e o barracão na sociedade do seringal (estudo sobre a produção extrativa na Amazônia)**. São Paulo, 1980. 287f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, 1980.

THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores**: a origem da lei Negra. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

THOMPSON, P. **A Voz do Passado**. História Oral. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TORRES, M. A pedra muiraquitã: o caso do rio Uruará no enfrentamento dos povos da floresta às madeiras na Amazônia. **Revista de Direito Agrário**, Ano 20, no 20, 2007. p. 89-120.

TRECCANI, G. D. **Violência e Grilagem: instrumentos de aquisição da propriedade da terra no Pará**. Belém: Centro de Ciências Jurídicas – UFPA, 1998.

VAINER, C. B. **Recursos hidráulicos**: questões sociais e ambientais. In. ESTUDOS AVANÇADOS 21 (59), p. 119-137, 2007.

_____. Conceito de “Atingido”: uma revisão do debate. In: ROTHMAN, F. D. (org.). **Vidas Alagadas**: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens. Viçosa, mg. Ed. UFV, 2008. p. 39-63.

VALLE; R. S. T. da; ROJAS, B.; AMORIM, L. Por que a lei não se aplica a Belo Monte: a Suspensão de Segurança. In: VILLAS-BÔAS, ROJAS GARZÓN, REIS, AMORIM, LEITE (org.). **Vozes do Xingu**: Coletânea de artigos para o Dossiê Belo Monte. São Paulo, Instituto Socioambiental, 2015, p. 155-160.

VELHO, O. **Frente de expansão e estrutura agrária**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

VELHO, O. **Capitalismo autoritário e campesinato**. São Paulo: Difel, 1974.

ANEXOS

Anexo 01: CORRESPONDÊNCIAS ENTRE ATINGIDO E NESA SOBRE A
DESAPROPRIAÇÃO DE TERRAS

Prezados Senhores

Atendendo a solicitação, viemos através deste informar que a empresa Norte Energia S.A. continua interessada em adquirir suas propriedades localizadas no travessão 27 (Transcaititu), ora identificadas sob os códigos administrativos UHE-BM-CN-022 e UHE-BM-CN-020, necessárias a formação do reservatório do Xingu. Esta propriedade não será adquirida neste momento, pois não faz parte da área necessária ao Canal. Salientamos também que não há previsão para a efetivação da referida transação, referente aos processos supracitados.

Altamira, 19 de março de 2012.

Atenciosamente

Edison Antonio Batista Nunes
Gerente Socioambiental
Norte Energia S/A.

A

Norte Energia S/A.

Escritório de Altamira-Pa.

Comunicado

EU, _____, legítimo proprietário do imóvel denominado SITIO BABAÇULANDIA, através de processo UHE-BM-CN-022 de levantamento das benfeitorias reprodutivas e não reprodutivas para fins de indenização, conforme laudos em anexo de Avaliação ECSA nº 62517/11, 62518/11 e 62519/11, e, ciente que conforme Declaração em anexo da Norte Energia S/A datada do dia 19 de março de 2012 informando que não há previsão por parte desta empresa para a efetivação da referida transação; Comunico que em face aos prejuízos ocorridos pela paralisação das atividades da propriedade mediante minuta de contrato particular de compromisso de compra e venda nas cláusulas primeira e cláusula quinta parágrafo único na cópia em anexo, não desejo receber nenhuma proposta de desapropriação pelo período mínimo de um ano já que para o retorno das atividades da propriedade tais como meação de engorda de animais e meação de produção de cacau são necessários firmar contratos de parceria superiores a esse tempo.

Altamira-Pa, 27 de Abril de 2012.

Recebi em 27/04/12.

Norte Energia S/A

A

Norte Energia S/A.

Escritório de Altamira-Pa.

SOLICITAÇÃO

EU, _____, legítimo proprietário do imóvel denominado SITIO BABAÇULANDIA, através de processo UHE-BM-CN-022 de levantamento das benfeitorias reprodutivas e não reprodutivas e valor de terra nua para fins de desapropriação, conforme laudos em anexo de Avaliação ECSA nº 62517/11 datado do dia 20.10.2011, 62518/11 datado do dia 31.10.2011 e 62519/11 datado do dia 20.10.2011, e, ciente que conforme Declaração em anexo da Norte Energia S/A datada do dia 19 de março de 2012 informando que não há previsão por parte desta empresa para a efetivação da referida transação; Solicito audiência com o responsável legal da empresa Norte Energia S/A para discutirmos a compensação face aos prejuízos causados pela paralisação das atividades da propriedade.

Altamira-Pa, 07 de Maio de 2012.

Recebi em ____/____/____.

Norte Energia S/A

Sandro Anderson Sales da Silva
Assistente Administrativo Plano

Norte Energia S/A

RECEBIDO

05/05/12

08:10:52

NORTE ENERGIA S/A.
SOCIO AMBIENTAL

A

Norte Energia S/A.

Escritório de Altamira-Pa.

SOLICITAÇÃO

EU, _____, legítimo proprietário do imóvel denominado SÍTIO BABAÇULANDIA, através de processo UHE-BM-CN-022 de levantamento das benfeitorias reprodutivas e não reprodutivas e valor de terra nua para fins de desapropriação, conforme laudos em anexo de Avaliação ECSA nº 62517/11 datado do dia 20.10.2011, 62518/11 datado do dia 31.10.2011 e 62519/11 datado do dia 20.10.2011, e, ciente que conforme Declaração em anexo da Norte Energia S/A datada do dia 19 de março de 2012 informando que não há previsão por parte desta empresa para a efetivação da referida transação, e, conforme cópia em anexo de solicitação recebida pela empresa dia 08.05.2012 e ainda sem resposta escrita; Solicito nova audiência com o responsável legal da empresa Norte Energia S/A para discutirmos a compensação face aos prejuízos causados pela paralisação das atividades da propriedade.

Altamira-Pa, 17 de Maio de 2012.

Recebi em 10/05/12

Sandro Anderson Sales da Silva
Assistente Administrativo Plano
Norte Energia S/A

RH.

Fica agendada reunião
para dia 28/05/12
13:30 hs neste local
Depois
10:00h

A

Norte Energia S/A.

Escritório de Altamira-Pa.

SOLICITAÇÃO

EU, _____, legítimo proprietário do imóvel denominado SITIO BABAÇULANDIA, através de processo UHE-BM-CN-022 de levantamento das benfeitorias reprodutivas e não reprodutivas e valor de terra nua para fins de desapropriação, e, conforme copia em anexo de solicitações recebidas pela empresa dia 08.05.2012, 18.05.2012 e conforme audiência do dia 21.05.2012 as 13:30 horas. Solicito a reposta por escrito da audiência sobre a compensação face aos prejuízos causados pela paralisação das atividades da propriedade no período compreendido entre a data de aceitação da proposta de indenização da Norte Energia através da empresa contratada ECSA Engenharia Socioambiental Sociedade Simples datada do dia 14 de novembro de 2011 e a declaração da empresa informando que não há previsão para a propriedade ser desapropriada datada do dia 19 de março de 2012; Aproveito a oportunidade para solicitar resposta por escrito sobre o pedido de ajuda para a confecção da cerca que delimita a minha propriedade e a propriedade da Norte Energia que foi adquirida do senhor David Otto.

Declaro ainda que não havendo resposta desta correspondência no período de 10 (dez dias), será caracterizada a falta de negociação e boa fé por parte da empresa Norte Energia S/A, resguardando o proprietário legal do imóvel o direito de obtê-la nos meios jurídicos legais.

Altamira-Pa, 01 de Junho de 2012.

Recebi em ____/____/____.

Norte Energia S/A

Sandro Anderson Sales da Silva
Assistente Administrativo Pleno
Norte Energia S/A
RECEBIDO
04/06/12

CE/DS - 620/2012

Altamira/PA, 19 de junho de 2012.

Ao
Sr.
Altamira (PA).

Assunto: Indenização por supostos prejuízos.

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, e em atenção às suas missivas, por meio das quais foi solicitada uma compensação em relação à eventuais prejuízos causados pela paralisação das atividades econômicas em sua propriedade e outra pertencente a seu pai, servimo-nos da presente para expor o que segue.

Por deter o interesse na exploração do potencial hidrelétrico denominado Usina Hidrelétrica Belo Monte – UHE Belo Monte, e a fim de construir referido empreendimento, a Norte Energia necessitou promover estudos topográficos, cadastrais e avaliações na área pertencente ao senhor e objeto do cadastro fundiário UHE-BM-CN-0022, bem como na área pertencente a seu genitor, Sr.

e objeto do cadastro UHE-BM-CN-0020, uma vez tratem-se de áreas declaradas de utilidade pública, susceptíveis a desapropriação.

Entretanto, durante a fase de negociação dos imóveis a empresa jamais solicitou a Vossa senhoria ou a seu pai, que paralisarem qualquer atividade exercida nas áreas.

Desde o início, com objetivo de passar transparência sobre os procedimentos adotados nas aquisições das áreas necessárias ao empreendimento, a Norte Energia S.A. periodicamente realizou reuniões públicas com as comunidades atingidas.

Nessas reuniões, muitas delas gravadas, além de outros temas, sempre foi objeto de pauta frisar a importância de as pessoas permanecerem em suas áreas, sem cessarem suas atividades econômicas, ou seja, vivendo normalmente, até a conclusão do processo de aquisição desses bens.

A única observação que sempre se destacou é a de que não serão consideradas para fins de indenização as construções de novas benfeitorias no local, após a publicação da declaração de utilidade pública do imóvel, e com o propósito de se majorar o preço devido pela futura desapropriação do imóvel.

Através de um relatório, Vossa Senhoria tentou demonstrar a ocorrência de supostos prejuízos em decorrência da paralisação de atividades de pecuária (criação de bovinos) e agricultura (lavoura cacaueira).

Ocorre que, além de não existir prova de dano, mas mera argumentação, fato é que inexistiu nexo de causalidade entre a sua ocorrência e alguma ação da empresa.

Isto porque, mesmo que tenha ocorrido eventual dano, isto não se deu por culpa da Norte Energia S.A., mas sim por sua opção e conveniência ao decidir por interromper

suas atividades, mesmo quando a empresa publicamente advertiu o contrário, ou seja, de que este tipo de atitude não era necessária ou mesmo recomendável.

Dessa forma, além de não reconhecer a existência de dano em si, mesmo que este eventualmente tenha ocorrido a Norte Energia S.A. não vislumbra qualquer responsabilidade em relação ao evento, razão pela qual entende que não está configurado o dever de indenizar.

Atenciosamente,

Ronaldo Luis Crusco
Superintendente de Assuntos Fundiários

A

Norte Energia S/A.

Escritório de Altamira-Pa.

SOLICITAÇÃO

EU, _____, legítimo proprietário do imóvel denominado SÍTIO BABAÇULÂNDIA lote 282, localizado no km 27 TRANSCATITU km 30; Solicito explicações por escrito sobre o fechamento da vicinal TRANSCATITU no km 27 acesso ao acampamento pioneiro e a base de flora e fauna e que dá acesso também a minha propriedade, uma vez que em reuniões anteriores da Norte Energia S/A com a comunidade, foi informado que a vicinal passaria por reformas e que não haveria interdição já que dava acesso aos agricultores daquela região bem como as instalações da própria empresa; Informo também que a estrada foi construída pela comunidade a mais de 20 anos e que durante esse tempo a tem utilizado; Aproveito a oportunidade pedir a atenção na obra de transposição do igarapé DE MARIA, obra esta realizada pela empresa WNORTE por autorização da Norte Energia S/A, agora única rota existente para acesso livre a minha propriedade, e que baseado na experiência de estações chuvosas anteriores, considerando que a empresa contratada colocou manilhas para canalizar a água do igarapé no lugar da ponte em caso de rompimento ficaremos sem acesso; Solicito também a resposta por escrito sobre o pedido de ajuda datado do dia 01/06/2012 para a confecção da cerca que delimita a minha propriedade e a propriedade da Norte Energia que foi adquirida do senhor David Otto, pois devido a intervenção da empresa Norte Energia S/A em parte da propriedade do senhor Edson Nascimento, na qual retirou judicialmente os animais (bovinos e equinos) e os colocou no remanescente que faz divisa com a minha propriedade e com a propriedade da Empresa Norte Energia S/A, adquirida do Senhor David Otto, estes animais por falta de cercas tem invadido minha propriedade causando prejuízos.

Solicito também desta empresa estudos e esclarecimentos sobre a distância considerada "segura" da obra, pois minha propriedade está distante aproximadamente 1,4 km da obra do canal de adução e as constantes explosões têm causados tensão aos trabalhadores e aos animais prejudicando o bom funcionamento da propriedade.

Altamira-Pa, 26 de Setembro de 2012.

Recebi em 26/09/12

Norte Energia S/A

A

Norte Energia S/A.

Escritório de Altamira-Pa.

SOLICITAÇÃO

EU, _____, legítimo proprietário do imóvel denominado SÍTIO BABAÇULÂNDIA lote 282, localizado no km 27 TRANSCATITU km 30; Solicito novamente explicações por escrito sobre o fechamento da vicinal TRANSCATITU no km 27 acesso ao acampamento pioneiro e a base de flora e fauna e que dá acesso também a minha propriedade, uma vez que em reuniões anteriores da Norte Energia S/A com a comunidade, foi informado que a vicinal passaria por reformas e que não haveria interdição já que dava acesso aos agricultores daquela região bem como as instalações da própria empresa; Informo também que a estrada foi construída pela comunidade a mais de 20 anos e que durante esse tempo a tem utilizado; Aproveito novamente a oportunidade pedir a atenção na obra de transposição do igarapé DE MARIA, obra esta realizada pela empresa WNORTE por autorização da Norte Energia S/A, agora única rota existente para acesso livre a minha propriedade, e que baseado na experiência de estações chuvosas anteriores, considerando que a empresa contratada colocou manilhas para canalizar a água do igarapé no lugar da ponte em caso de rompimento ficaremos sem acesso; Solicito novamente a resposta por escrito sobre o pedido de ajuda datado do dia 01/06/2012 para a confecção da cerca que delimita a minha propriedade e a propriedade da Norte Energia que foi adquirida do senhor David Otto, pois devido a intervenção da empresa Norte Energia S/A em parte da propriedade do senhor Edson Nascimento, na qual retirou judicialmente os animais (bovinos e equinos) e os colocou no remanescente que faz divisa com a minha propriedade e com a propriedade da Empresa Norte Energia S/A, adquirida do Senhor David Otto, estes animais por falta de cercas tem invadido minha propriedade causando prejuízos.

Solicito novamente desta empresa estudos e esclarecimentos sobre a distância considerada "segura" da obra, pois minha propriedade está distante aproximadamente 1,4 km da obra do canal de derivação e as constantes explosões têm causados tensão aos trabalhadores e aos animais prejudicando o bom funcionamento da propriedade.

Altamira-Pa, 09 de Outubro de 2012.

Recebi em 09/10/12.

Edna Oliveira

Norte Energia S/A

A

Norte Energia S/A.

Escritório de Altamira-Pa.

SOLICITAÇÃO

EU, _____, legítimo proprietário do imóvel denominado SITIO BABAÇULANDIA lote 282, localizado no km 27 TRANSCATITU km 30; Solicito pela terceira vez, explicações por escrito sobre o fechamento da vicinal TRANSCATITU no km 27 acesso ao acampamento pioneiro e a base de flora e fauna e que dá acesso também a minha propriedade, uma vez que em reuniões anteriores da Norte Energia S/A com a comunidade, foi informado que a vicinal passaria por reformas e que não haveria interdição já que dava acesso aos agricultores daquela região bem como as instalações da própria empresa; Informo também que a estrada foi construída pela comunidade a mais de 20 anos e que durante esse tempo a tem utilizado; Aproveito novamente a oportunidade pedir a atenção na obra de transposição do igarapé DE MARIA, obra esta realizada pela empresa WNORTE por autorização da Norte Energia S/A, agora única rota existente para acesso livre a minha propriedade, e que baseado na experiência de estações chuvosas anteriores, considerando que a empresa contratada colocou manilhas para canalizar a água do igarapé no lugar da ponte em caso de rompimento ficaremos sem acesso; Solicito pela quarta vez a resposta por escrito sobre o pedido de ajuda datado do dia 01/06/2012 para a confecção da cerca que delimita a minha propriedade e a propriedade da Norte Energia que foi adquirida do senhor David Otto, pois devido a intervenção da empresa Norte Energia S/A em parte da propriedade do senhor Edson Nascimento, na qual retirou judicialmente os animais (bovinos e equinos) e os colocou no remanescente que faz divisa com a minha propriedade e com a propriedade da Empresa Norte Energia S/A, adquirida do Senhor David Otto, estes animais por falta de cercas tem invadido minha propriedade causando prejuízos, informo ainda que é obrigação da empresa por ser vizinha de propriedade arcar com 50% das despesas relativo a esta cerca, a falta de manifestação da empresa sobre este assunto será considerado má Fé e falta de acordo no prazo Maximo de dez (10) dias seguidos a contar da data desta correspondência.

Solicito também pela terceira vez desta empresa, estudos e esclarecimentos sobre a distância considerada "segura" da obra, pois minha propriedade está distante aproximadamente 1,4 km da obra do canal de derivação e as constantes explosões têm causados tensão aos trabalhadores e aos animais prejudicando o bom funcionamento da propriedade.

Solicito agora também estudos de poluição sonora, pois a proximidade da obra em relação a minha propriedade não está permitindo o sagrado direito do descanso noturno devido ao fluxo de maquinas pesadas e explosões.

Altamira-Pa, 29 de Outubro de 2012.

Recebi em

29/10/2012

David S. Nascimento

A

Norte Energia S/A.

Escritório de Altamira-Pa.

SOLICITAÇÃO

EU, _____, legítimo proprietário do imóvel denominado SITIO BAPAÇULANDIA lote 282, localizado no km 27 TRANSCATITU km 30, tendo em vista o processo UHE-BM-CN-022, com base na declaração da Norte Energia S/A, datada do dia 19 de março de 2012, conforme copia em anexo, informando que não há previsão de conclusão do processo de indenização por desapropriação amigável da propriedade, tendo em vista o cronograma da obra para o ano de 2013 e com base no comunicado datado do dia 27 de Abril de 2012 conforme copia em anexo; Solicito previsão para a conclusão do processo de indenização por desapropriação amigável, informação esta, necessária para a renovação dos contratos de meação e parceria da propriedade; Aproveito novamente a oportunidade pedir a atenção na obra de transposição do igarapé DE MARIA, obra esta realizada pela empresa WNORTE por autorização da Norte Energia S/A, agora única rota existente para acesso livre a minha propriedade e que neste inverno por vezes se tornou intrafegável devido ao nível elevado das águas ultrapassando o nível da estrada.

Solicito também pela quarta vez desta empresa, estudos e esclarecimentos sobre a distância considerada "segura" da obra, pois minha propriedade está distante aproximadamente 1,4 km da obra do canal de derivação e as constantes explosões têm causados tensão aos trabalhadores e aos animais prejudicando o bom funcionamento da propriedade e com base no cronograma de 2013, solicito estudos da distancia considerada "segura" do reservatório.

Altamira-Pa, 09 de Abril de 2013.

Recebi em ____/____/____.

Norte Energia S/A

EU, RUY ALBERTO PICHIO,
ENCAMINHAREI O ASSUNTO EM PAUTA P/ SUPERINTENDENCIA, P/ RESPOSTA DESSA SOLICITAÇÃO, DIA 18/04/13
Ruy

Usina hidrelétrica de Belo Monte

CE 257/2013-SAFR

Altamira, 19 de Abril de 2013.

Ao Sr.

Processo: UHE-BM-CN-022

Prezado Senhor,

Em atenção à solicitação protocolada por V. Sa. no dia 09/04/2013, informamos o seguinte:

A propriedade identificada como UHE-BM-CN-022, tendo como proprietário o Sr. , será parcialmente afetada pelo empreendimento UHE Belo Monte. Desta feita, informamos à V. Sa. que a área afetada pelo empreendimento será adquirida pela concessionária num prazo de aproximadamente 45 (quarenta e cinco) dias.

Quaisquer dúvidas, estamos inteiramente à disposição.

Atenciosamente,

Luiz Antonio Zoccal Garcia
Superintendente de Assuntos Fundiários e Relocação
Norte Energia S.A.

SCN, Quadra 04 – Bloco B, salas 904 a 1004|Centro Empresarial Varig
Tel.: (61) 3410-2000 | CEP: 70714-900 | Brasília – DF
www.norteenergiasa.com.br | www.blogbelomonte.com.br